



PÓS N. 18 REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

720 P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-Graduação – v.1 (1990)- . – São Paulo: FAU, 1990 –

v.: 27 cm

n.18, dez. 2005

Issn: 1518-9554

1. Arquitetura - Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

20.ed. CDD 720

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

PÓS n. 18

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP (Mestrado e Doutorado)

Rua Maranhão, 88 - Higienópolis - 01240-000 - São Paulo

Tels. (11) 3257-7688/7837 ramal 30

Fax: (11) 3258-2377

e-mail: rvposfau@edu.usp.br revistapos@gmail.com.br

Home page: www.usp.br/fau

Indexação:

Índice de Arquitetura Brasileira Qualis A Capes

Apoios:

CNPq: Apoio Financeiro à Publicação

Capes: Apoio ao Programa de Pós-Graduação





PÓS n. 18

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP dezembro 2005

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Adolpho José Melfi Vice-Reitor Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz Pró-Reitora de Pós-Graduação Profa. Dra. Suely Vilela

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva Vice-Diretora Profa. Dra. Maria Angela Faggin P. Leite

Comissão de Pós-Graduação

Presidente Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Leme Vice-presidente Prof. Dr. Wilson Edson Jorge Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Profa. Dra. Maria Lucia Caira Gitahy

Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

Profa. Dra. Catharina Pinheiro (Suplente)

Profa. Dra. Denise Duarte (Suplente)

Prof. Dr. Euler Sandeville Júnior (Suplente)

Prof. Dr. José Eduardo de A. Lefèvre (Suplente)

Prof. Dr. Mário Henrique D'Agostino (Suplente)

Representante Discente na CPG

Felipe Mujica

Eduardo Pierrotti Rossetti (Suplente)

Comissão Editorial

Profa. Dra. Denise Duarte - Editora Chefe

Prof. Dr. Alessandro Ventura

Prof. Dr. Carlos Alberto Inácio Alexandre

Profa. Dra. Catharina Pinheiro

Prof. Dr. Euler Sandeville Júnior

Prof. Dr. João Sette Whitaker

Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki

Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Leme

Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

Profa. Dra. Maria Lucia Caira Gitahy

Profa. Dra. Rebeca Scherer

Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

Profa. Dra. Vera Pallamin

Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Jornalista Responsável

Izolina Rosa (MTb 16199)

Cronograma de Teses e Dissertações

Diná Vasconcelos

Conselho Editorial

Antonio Carlos Zani (Centro de Tecnologia e Urbanismo – UEL)

Azael Rangel Camargo (EESC/USP)

Celso Monteiro Lamparelli (FAUUSP)

Eduardo de Almeida (FAUUSP)

Ermínia Maricato (FAUUSP)

Flávio Magalhães Villaça (FAUUSP)

Luiz Carlos Soares (Universidade Federal Fluminense – UFF)

Jorge Fiori (Department of Housing and Urbanism – Architectural Association – Londres)

Júlio Roberto Katinsky (FAUUSP)

Maria Flora Gonçalves (Nesur-Unicamp)

Maria Lúcia C. Gitahy (FAUUSP)

Maria Ruth Amaral de Sampaio (FAUUSP)

Marta Rossetti Batista (Instituto de Estudos Avançados – IEB-USP)

Nestor Goulart Reis Filho (FAUUSP)

Paulo A. Mendes da Rocha (FAUUSP)

Pedro George (Universidade Técnica de Lisboa – Portugal)

Ricardo Tena Nuñez (Escuela Superior de Ingenieria y Arquitectura – ESIA – México)

Sheila Walbe Ornstein (FAUUSP)

Silvio Soares Macedo (FAUUSP)

Sonia Marques Barreto (Mestrado em Desenvolvimento Urbano – UFPE)

Wrana Panizi (UFRGS)

Yvonne M. M. Mautner (FAUUSP)

Projeto Gráfico e Imagens das Aberturas

Rodrigo Sommer

Foto da Capa

Márcio Rodrigues Luiz

2 | Depoimentos

I APRESENTAÇÃO

- OIO HOMENAGEM AOS 90 ANOS DE NASCIMENTO DO ARQUITETO JOÃO BATISTA VILANOVA ARTIGAS
- OII Quatro depoimentos sobre Vilanova Artigas Ricardo Toledo Silva
- O12 Memórias do encantamento de Vilanova Artigas Júlio Roberto Katinsky
- O18 Introduzindo Einstein e Vilanova Artigas na arquitetura brasileira Marlene Yurgel
- O24 Depoimento sobre Vilanova Artigas Pedro Paulo de Melo Saraiva
- 028 Artigas, inesquecível Eduardo de Jesus Rodrigues

3 | ARTIGOS

- 034 OS TRAÇOS DO VISÍVEL.
 SOBRE O "PROBLEMA DA
 REPRESENTAÇÃO" NA
 ARQUITETURA
 Mário Henrique Simão
 D'Agostino
- 048 PRAIA DE IRACEMA E A REVITALIZAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO Sabrina Studart Fontenele Costa
- 060 DURMA-SE COM UM
 BARULHO DESTES: ACÚSTICA E
 AMBIENTE TERAPÊUTICO
 Maria Regina Clemesha
- 076 ENTRE A CÓPIA, A IMPORTAÇÃO
 E A ORIGINALIDADE: ARTES (E
 ARQUITETURA) NA DÉCADA DE
 20, POR INTERMÉDIO DAS
 CRÔNICAS DE MENOTTI DEL
 PICCHIA (1892-1977) E MARIO DE
 ANDRADE (1893-1945)
 Ana Claudia Veiga de Castro
- 094 DINÂMICAS DO USO E
 OCUPAÇÃO DO SOLO NO
 TERRITÓRIO METROPOLITANO
 DE LISBOA 1940-2001
 Pedro George
 Sofia Morgado
- II6 SUBCULTURAS E
 REVITALIZAÇÃO URBANA:
 EXPERIÊNCIAS RECENTES EM
 AMSTERDÃ, BERLIM E
 SÃO PAULO
 Merten Nefs

CONFERÊNCIA 4 | NA FAUUSP

134 DA CIDADE IBERO-AMERICANA:
TEMAS, PROBLEMAS, HISTORIOGRAFIA
Carlos Guilherme Mota

5 eventos

- 160 A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, NO CONTEXTO DA PÓS DA FAUUSP. SÍNTESE DO SEMINÁRIO REALIZADO EM 18/6/2004 Wilson Edson Jorge Nuno de Azevedo Fonseca
- 164 FÓRUM DA PAISAGEM: PAISAGENS DA RESISTÊNCIA Euler Sandeville Júnior Fany Cutcher Galender
- 169 ENCONTRO: FAUUSP COM A SCHOOL OF DESIGN DA UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA Adilson Macedo
 - 6 núcleos e laboratórios de pesquisa da fauusp
- 172 LABHAB LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO E ASSENTAMENTOS HUMANOS Maria Lucia Refinetti Martins
- 7 IN Memoriam
- 182 PHILIP GUNN Khaled Ghoubar Sueli Ramos Schiffer Csaba Deák Mário Henrique Simão D'Agostino
 - 8 Resenhas
- 190 BRASIL: JOVENS ARQUITETOS Nestor Goulart Reis Filho
- 192 UNILABOR: DESENHO INDUSTRIAL, ARTE MODERNA E AUTOGESTÃO OPERÁRIA João Piza
 - 9 notícias
- 196 ACERVO JOÃO BATISTA VILANOVA ARTIGAS
- 212 TESES E DISSERTAÇÕES

I | APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A matéria de abertura desta edição faz uma homenagem aos 90 anos de nascimento do arquiteto Vilanova Artigas, com apresentação do professor Ricardo Toledo Silva, diretor da FAUUSP, seguida por quatro depoimentos de arquitetos próximos a ele em diferentes épocas, docentes ou ex-docentes desta faculdade. Esses depoimentos não têm a pretensão de contemplar todo o legado de Artigas para a FAU, porque qualquer hipótese seria insuficiente para registrar uma presença intelectual tão marcante nesta instituição.

O bloco de artigos inicia-se com o texto de Mário Henrique Simão D'Agostino intitulado *Os traços do visível. Sobre o "problema da representação" na arquitetura*, que aborda as razões da permanência histórica da perspectiva exata como técnica de representação gráfica adotada na arquitetura, questionando juízos pró e contra sua legitimidade artística.

Em *Praia de Iracema e a revitalização de seu patrimônio histórico*, Sabrina Studart Fontenele Costa apresenta um panorama do tratamento dado ao patrimônio arquitetônico localizado na antiga área portuária de Fortaleza. Na seqüência, Maria Regina Clemesha trata da importância da qualidade acústica em ambientes terapêuticos no texto *Durma-se com um barulho destes: Acústica e ambiente terapêutico*, enfatizando como o projeto de arquitetura pode contribuir para a recuperação de pacientes e a produtividade dos funcionários no ambiente de trabalho.

Ana Cláudia Veiga de Castro trata das crônicas de dois escritores modernistas, Menotti Del Picchia e Mario de Andrade durante a década de 20, os quais trazem a discussão da busca e/ou da construção de um estilo nacional nas artes e na arquitetura, em uma década marcada por intensas transformações urbanas e sociais.

Em Dinâmicas do uso e ocupação do solo no território metropolitano de Lisboa 1940-2001, Pedro George e Sofia Morgado apresentam a construção de imagens da ocupação urbana e rural dos territórios municipais da área metropolitana de Lisboa para a compreensão do processo de urbanização da maior aglomeração urbana portuguesa. O texto seguinte, de Merten Nefs, Subculturas e revitalização urbana: Experiências recentes em Amsterdã, Berlim e São Paulo discute a possibilidade de tratar as subculturas como instrumento de revitalização urbana, que pode ser ativado por governos municipais para iniciar ou acelerar processos de revitalização.

A Seção Conferência na FAUUSP apresenta a transcrição da palestra do professor Carlos Guilherme Motta como parte do evento de abertura do semestre letivo da área de concentração em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, abordando *Da cidade ibero-americana: Temas, problemas, historiografia.*

A Seção Eventos descreve três encontros ocorridos na FAUUSP: o primeiro é um seminário da área de concentração Planejamento Urbano e Regional, relatado pelos professores Wilson Edson Jorge e Nuno de Azevedo Fonseca; o segundo é o Fórum da Paisagem: Paisagens da resistência, apresentado pelos professores Euler Sandeville Júnior e Fany Cutcher Galender, ainda com a participação do professor Philip Gunn; o terceiro apresenta a visita de professores e alunos da School of Design, da University of Pennsylvania à FAUUSP, relatada pelo professor Adilson Macedo.

Na Seção Núcleos e Laboratórios, a *Pós* divulga a produção do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos – LABHAB, do Departamento de Projeto da FAUUSP. A professora Maria Lúcia Refinetti Martins apresenta os métodos de trabalho, os projetos concluídos e em andamento nesse grupo de pesquisa.

Com pesar, este número traz a Seção *In Memoriam*, em homenagem ao professor Philip Gunn. Phil deixa um vazio e, ao mesmo tempo, um legado enorme à FAUUSP, legado este que, com certeza, merece ser documentado de maneira especialíssima. Neste momento, ainda sob a incredulidade da perda, trazemos quatro depoimentos de pessoas próximas que contam um pouco de sua história na FAUUSP.

Em Resenhas, o texto do professor Nestor Goulart Reis trata do livro *Brasil: Jovens Arquitetos*, de Roberto Segre. Na mesma seção João Piza comenta *Unilabor: Desenho industrial, arte moderna e autogestão operária*, de Mauro Claro.

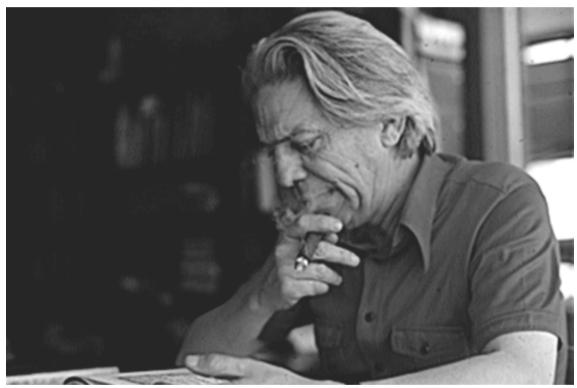
Na seção Notícias a *Revista Pós* publica o inventário do acervo Vilanova Artigas elaborado pela Biblioteca da FAUUSP e apresentado pelo professor Júlio Katinsky, como parte da homenagem aos 90 anos do arquiteto, além da relação de teses e dissertações defendidas na FAUUSP nos últimos seis meses.

A partir deste número, temos a grata satisfação de contar com o apoio financeiro do CNPq à publicação, e de ter renovado a indexação como Qualis A Nacional pela Capes, o que, sem dúvida, é um reconhecimento à *Revista Pós*, atestado por seu alto padrão de qualidade apresentado nos últimos anos.

Denise Duarte Editora Chefe 2 Depoimentos

HOM ℓ NAG ℓ M AOS 90 ANOS D ℓ NASCIM ℓ NTO DO ARQ \mathcal{U} IT ℓ TO JOÃO BATISTA VILANOVA ARTIGAS

pós-010



Crédito: Marlene Yurgel

Quatro depoimentos sobre Vilanova Artigas

A memória e o legado intelectual de Vilanova Artigas são parte viva e inseparável da história da FAU. Tanto para os que o tiveram o privilégio de conviver com ele na faculdade como para os que, a partir de sua ausência forçada pela ditadura sentiram a força de sua presença intelectual no dia-a-dia desta escola, a menção a Vilanova Artigas remete-nos à formação da FAU. Para exprimir um pouco dessa memória, pedimos a quatro arquitetos próximos a Artigas em diferentes épocas, docentes ou ex-docentes da faculdade, que escrevessem da forma mais livre possível seus depoimentos sobre o mestre.

De Júlio Katinsky, ex-diretor da FAU, temos as palavras de quem foi seu aluno no período inicial de afirmação da faculdade como unidade independente, ao longo dos anos 50, que mostram Artigas como um professor de arquitetura obstinado na busca de novos caminhos para o ensino de sua arte e sua técnica. O texto de Marlene Yurgel, atual professora titular da FAU, retrata sua trajetória à luz de um paralelo com Einstein e sua Teoria da Relatividade, mostrando, na construção de novas geometrias, a convergência de pensamento entre o físico e o arquiteto. Pedro Paulo Saraiva desenvolve, em suas reflexões, o ponto de vista do profissional militante, que um dia participou como docente da construção da FAU, em estreita ligação com Artigas. Ele cobra da universidade e – mais particularmente da FAU – homenagem na forma de um monumento dedicado à memória do mestre. É uma idéia sensível, sobre a qual nos empenharemos em tornar realidade. Finalmente de nosso colega Eduardo Rodrigues, professor de projeto na FAU, temos a visão de quem pertence a uma última geração de ex-alunos da faculdade que teve o privilégio de algum contato com o professor de arquitetura antes de seu afastamento forçado pelo regime autoritário. O depoimento de Eduardo se inicia na visão do aluno que assistiu à aula magna do mestre sobre o desenho, para se aprofundar a partir da experiência de trabalho em seu escritório.

Essas quatro impressões, juntas, dão uma idéia sobre diferentes perspectivas do convívio com o arquiteto, o professor, o militante político. Mas, certamente, não dão conta, em sua complexidade e magnitude, de todo o legado de Artigas para a FAU, que suplanta o privilégio da convivência. Sobre esse legado talvez não seja o caso de dedicar-se um artigo ou depoimento específico, pois em qualquer hipótese seria insuficiente para se referir a um pensamento que constitui eixo central do patrimônio intelectual permanente desta faculdade. Que o digam aqueles que, como eu, entraram na FAU após o afastamento de Artigas e tiveram a oportunidade de vivenciar, em razão mesmo de sua ausência física, o peso de sua presença intelectual. E esta, por sua dimensão transcendente, nunca morre.

Ricardo Toledo Silva

Professor titular do Departamento de Tecnologia da Arquitetura, professor orientador da pós-graduação e diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

M ℓ MÓRIAS DO ℓ NCANTAM ℓ NTO D ℓ VILANOVA ARTIGAS

JÚLIO ROBERTO KATINSKY



Este ano, Artigas completaria 90 anos de idade. E, também 20 anos de sua morte. Nestes anos, surgiram mais livros sobre o arquiteto paulistano, sobre suas obras, que de qualquer outro arquiteto brasileiro, com exceção de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Atualmente, a exposição de suas obras principais, realizada há alguns anos pelo Instituto Tomie Ohtake, encontra-se no Politécnico de Milão, Itália. Eu me arriscaria mesmo a dizer que enquanto muitos arquitetos valiosos seus contemporâneos encontram-se já pendurados na Galeria dos Valores Históricos, Artigas parece, por seus discípulos, presente e discutido como se estivesse ainda entre nós. Como se explica isso, se, em primeiro lugar, nem mesmo nascido aqui ele era, não era descendente de famílias tradicionais. como Icaro de Castro Mello ou Kneese de Mello, ou da nova aristocracia monetária como Warchavchik ou Oswaldo Bratke? Seu gênio difícil, não era de molde a fazer amigos com facilidade.

Uma primeira qualidade que Artigas, como professor, sempre demonstrou por atos e palavras, foi um respeito muito explícito pelos esforços criativos e críticos de seus alunos, tratando-os sempre como iguais. Quando fui seu aluno, em 1953, ele proibia que o chamássemos de "senhor". Tinha de ser "você". Aquilo que parecia ser mera "atitude", na verdade, respondia a instâncias profundas de sua visão de mundo. Lembro-me bem de sua angústia, visível em uma sessão na faculdade, quando foi chamado para um debate por uma equipe perdedora, em concurso organizado entre estudantes para uma colônia de férias (1955). Apesar de ele ser agredido pelas equipes que tinham perdido, o arquiteto não

perdeu o respeito por seus jovens (e tolos) questionadores. Aliás, foi o único membro a responder a todas as perguntas, algumas bem maliciosas.

Quando eu era estudante, na época em que considero que éramos mais próximos, ideológica e afetivamente, participei de um concurso de estudantes, do qual Artigas era o presidente do júri. Após um prolongado processo tumultuado e terminado, falou-me espontaneamente que muito apreciara eu nunca ter tocado nos assuntos do concurso durante todo o período. Na época não dei importância maior, pois minha atitude era mera consequência da rigidez ética transmitida em casa. Hoje, entretanto, penso que esse era um dos traços de caráter mais característicos seus, do mestre. Não havia "justificação sociológica" nem "casuística dialética" que iria desculpar um comportamento inadequado. Ou, em outras palavras, por mais que pudessem ser explicados os comportamentos por meio das "ciências humanas", a ética se sobrepunha a tudo: a ética era um imperativo. Durante todos esses anos, poucos mostraram essa inteireza de um compromisso pessoal irredutível de caráter. Em São Paulo, entre os arquitetos, menos ainda.

Anos mais tarde, eu estava trabalhando em seu escritório, e, em uma tarde, ele apareceu com o cartaz vencedor de uma das bienais de arte de São Paulo, em trabalho estritamente gráfico, e percebia-se seu indisfarçado júbilo ao comentar que ele tinha feito muita força para premiar esse trabalho. Passados quase 50 anos, esse cartaz ainda se sustenta como uma contribuição à arte gráfica entre nós.

Mas essa qualidade não o distingue de outros colegas seus de geração. Oswaldo Correa Gonçalves também tinha a mesma postura (e a tentação seria atribuir às idéias progressistas de ambos), e mais alguns poucos arquitetos em São Paulo também se distinguiam: Osvaldo Arthur Bratke, por exemplo, amparou muitos artistas em seus inícios, inclusive o próprio Artigas, assim como, parece-me, o arquiteto Warchavchik.

Essas décadas de 40, 50 e 60 do século passado foram um período no qual a atividade artística tinha descido do Olímpo divino e milagroso, tornando-se uma atividade humana entre humanos, em São Paulo.

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em seu arquivo de documentos de arte e arquitetura brasileira, junto da Biblioteca, recebeu em doação o acervo de obras do arquiteto, tendo procedido à sua proteção e catalogação. Entretanto, esse acervo, por informações que me chegaram, está ainda longe de estar completo. Faltam inúmeros estudos e projetos, principalmente do período inicial de sua carreira.

Segundo uma observação do próprio Artigas, uma data marcante, em sua vida profissional, foi quando se separou de Marone, em 1944. Poderíamos, então, dividir sua trajetória artística em três períodos. O primeiro, quando entrou na Escola Politécnica, até 1944, quando, em suas palavras, "decidiu só projetar de acordo com suas convicções", ou seja, o oposto do comportamento corrente em São Paulo, que consistia em atender aos desejos figurativos dos clientes.

Esse período, mesmo assim, deve ter sido de um intenso aprendizado, tanto na Escola



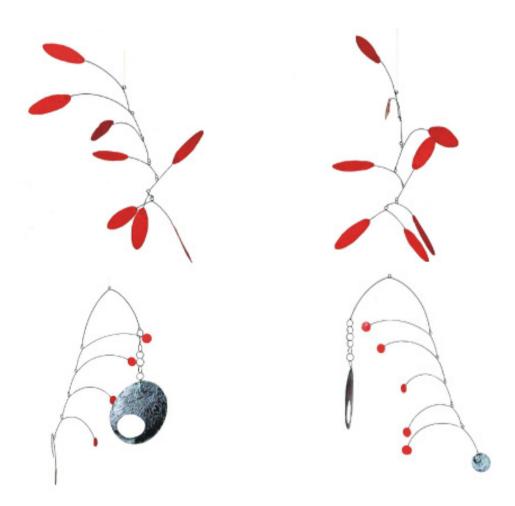
Desenho de João Vilanova Artigas, sessão de "modelo vivo" realizado na época do Grupo Santa Helena c. 1940 Coleção Rosa Artigas

Desenho de João Vilanova Artigas, realizado em sessão de "modelo vivo", década de 70 Acervo da Biblioteca da FAUUSP – Coleção Rosa Artigas





Desenho de João Vilanova Artigas, realizado em sessão de "modelo vivo", década de 70 Acervo da Biblioteca da FAUUSP – Coleção Rosa Artigas



Móbiles de João Vilanova Artigas, realizados na década de 70

Politécnica quanto no escritório de Osvaldo Bratke, que sempre manteve um enternecido cuidado por seu jovem estagiário, durante toda sua vida, como já deixei registrado em outro lugar. Mas nessa época, seu empenho e dedicação à arquitetura deveria ser notório, pois já em 1940, o professor Anhaia Mello, na época um dos mais prestigiosos professores da Escola Politécnica, convidava-o para seu assistente. É dessa época também seu projeto para o Paço Municipal (em colaboração com o arquiteto Warchavchik), e seu relacionamento com os arquitetos Miguel Forte e Jacob Ruchti que, provavelmente, colocaram-no em contato com a arquitetura americana e em especial Frank Lloyd Wright, Richard Neutra. Todas essas afirmações resultam de observações marginais de Artigas, pois ele nunca fez depoimentos sobre seus primeiros anos de juventude. Talvez porque, inconscientemente, Artigas se considerava um autodidata. De fato, assim poderíamos considerá-lo, quanto às suas exigências estéticas, insatisfeito com a estética politécnica atestada por sua aproximação ao grupo do (edifício) Santa Helena, artistas plásticos aos quais Artigas foi fiel até o fim de sua vida.

Também 1944 deve ter sido o ano em que Artigas travou conhecimento com os arquitetos brasileiros, discípulos de Lucio Costa e Le Corbusier, Oscar Niemeyer, Affonso E. Reidy e os irmãos MMM Roberto.

Quando fomos conhecer Artigas (a minha geração), este já era professor na FAUUSP recémfundada, cujo acervo arquitetônico constituía-se dos projetos de Londrina, algumas casas wrighitianas, a Casa Fachada na Praça do Patriarca, algumas casas "cubistas", o edifício Louveira e o estádio do São Paulo Futebol Clube no Morumbi.

Em 1952, devido à sua adesão às idéias veiculadas pelo Partido Comunista Brasileiro sobre a cultura adequada ao povo e sua já vasta experiência construtiva (quase 20 anos) e cultura arquitetônica, Artigas se sentiu paralisado. De fato, entre duas lealdades igualmente impositivas, Artigas parou de projetar durante quatro anos. Hoje, podemos acompanhar esse duro processo: no primeiro período, e de acordo com uma postura eclética típica da época, Artigas tinha experimentado todos os caminhos: pude ver desenhos neogóticos para o concurso de uma igreja protestante, atribuídos a Artigas, efetivamente construída na rua Dronsfiedd, na Lapa, e outros

projetos, esses existentes na Biblioteca da FAU. Por todos esses projetos e desenhos, pelo que me falou, deduzo que, mesmo em sua época "eclética", ele os usou para penetrar mais fundo em todas aquelas configurações as quais eram, para ele, oportunidades de amadurecimento. Assim, fez arquiteturas à maneira de arquiteturas americanas (art-déco), neocolonial, "neovernacular", Bratke, Piacentini, Wright, Gropius, Breuer, um pouco Le Corbusier, Oscar Niemeyer, e mesmo penso que o tratamento acústico com fasquias de madeira nas paredes laterais do cinema Ouro Verde, em Londrina, aproximam esse tratamento às soluções caras a Alvar Aalto.

Parece-me que a proposta soviética de arquitetura, então apresentada como adequada a uma cultura libertária dos povos do mundo, deveria aparecer aos seus olhos como um retrocesso.

Penso que foi o informe do primeiro ministro soviético Nikita Kruchov sobre a indústria da construção, em 1956, em que ele condenava aquela arquitetura de "bolo de noiva", como a chamávamos, e o chamado "relatório secreto", foram os elementos que livraram o arquiteto dessa camisa-de-força. Mas não se pense que Artigas ficou parado nesses anos: além de detalhar projetos executivos assumidos anteriormente. continuou estudando apaixonadamente. Lembrome de tê-lo encontrado na rua, próximo à Escola Caetano de Campos, na Praça da República, em um sábado, após um agradável almoço com meu caro amigo Carlos Pinto Alves, em 1954, Artigas estava com um livrinho em alemão sobre construção de madeira. Diante de meu entusiasmo, o professor explicou que estava estudando as construções de imigrantes alemães do Sul do Brasil. Mas depois de uma pausa insistiu para que estudássemos as contribuições soviéticas. Esses estudos de arquitetura vernacular foram filtrados e utilizados, anos mais tarde na casa Baeta, em 1956, e nas "interpretações" dos lambrequins, em casas posteriores como a residência Berquó.

Mas acredito que a retomada plena ocorreu com o "Plano de Ação" do íntegro governador Carvalho Pinto, quando Artigas se apoiou, para os projetos do ginásio de Itanhaem e de Guarulhos, nos pórticos de Reidy para o Grupo Escolar de Assunção (este particularmente mereceu comentários em aula) e o MAM do Rio de Janeiro, bem como as "cariátides" do Palácio da Alvorada

(foi Artigas que, em primeiro lugar em 1956, chamou-me a atenção para essa analogia – proximidade). Muitos jovens colegas acreditavam, em 1957, que o arquiteto já era coisa do passado, principalmente depois que ele perdeu o concurso para o Ginásio do Clube Paulistano para o arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Ledo engano! Artigas só fez crescer em volume e qualidade nesse terceiro período, colocando, mesmo na sombra, seus dois períodos anteriores.

Penso que o encantamento pela obra de Artigas nasce da totalidade de sua dedicação à "arquitetura", entendida também como o ambiente que o homem constrói, em qualquer circunstância.

Seu compromisso com a arquitetura é grifado pela paixão, e, como o "operário em construção" de Vinicius de Moraes, reconhece-se em qualquer coisa que fizesse, fosse um comentário sobre trabalho escolar, desenho ou projeto. Seus desenhos, ao longo de mais quatro décadas, mostram que sua atividade sempre foi "work in progress", como queria James Joyce. Quando seus netos cresceram, fez para eles "móbiles" e "maquetes" os quais, como exercício lúdico, são também obras de arte. Há alguns anos, convidei alguns arquitetos a participar de uma exposição, como seus discípulos, alguns que nunca conheceram pessoalmente o arquiteto. Independente das omissões involuntárias, mas inerentes a qualquer proposta desse tipo, principalmente por ser a primeira, não me arrependo de ter convidado esses jovens artistas,

pois são seus discípulos, não aqueles que fazem aquilo que ele fazia, mas aqueles que fazem como ele fazia: atravessada a dura crosta superficial em suas obras, encontramos como em Lina, também sua discípula, uma essencial ternura pela condição humana.

É o que exprimiu o poeta renascentista, ao descrever da maneira mais completa em nossa língua, o amor cristão e sua transfiguração (que ele praticou sempre), descreveu, enlevado, a transubstanciação da matéria pela arte que aqui apresento para encerrar esta memória:

Soneto 96

Transforma-se o amador na coisa amada, Por virtude do muito imaginar; Não tenho, logo, mais que desejar, Pois em mim tenho a parte desejada.

Se nela está minha alma transformada, Que mais deseja o corpo de alcançar? Em si somente pode descansar, Pois consigo tal alma está liada.

Se esta linda e pura semideia Que, como o acidente em seu sujeito Assim com alma minha se conforma.

Está no pensamento como idéia; E vivo e puro amor de que sou feito, Como a matéria simples busca a forma.

Luís Vaz de Camões

Professor titular do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, professor orientador do curso de pós-graduação e ex-diretor da FAUUSP.

Júlio Roberto Katinsky

INTRODUZINDO ℓ INST ℓ IN ℓ VILANOVA ARTIGAS NA ARQUIT ℓ TURA BRASIL ℓ IRA

MARLENE YURGEL



Neste ano domini de 2005, comemoram-se 100 anos da publicação do artigo de Albert Einstein na revista alemã *Annalen der Physik*, "Sobre a eletrodinâmica dos corpos em movimento" que ele denominou Princípio da Relatividade, e "A inércia de um corpo depende de sua energia?".

Max Planck, ao discutir em público as questões do primeiro artigo, denominou-a de Teoria da Relatividade, e foi assim que permaneceu o princípio.

Essa teoria muda as idéias anteriores sobre a noção de tempo e espaço, comprovada experimentalmente em 1915 por Robert Milikan, quando pretendia provar que Einstein estava enganado e tentava desacreditar a idéia que a luz é formada por partículas, em artigo publicado nesse mesmo ano de 1905: "O quantum e o efeito fotoelétrico". Em resumo, a luz arranca elétrons dos átomos, e foi, principalmente, pelas conseqüências do efeito fotoelétrico descrito que Einstein é indicado ao Prêmio Nobel em 1921.

Dez anos depois da teoria revolucionária ser apresentada, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, João Batista, batizado assim por ter nascido em 24 de junho, filho de Artigas e neto de Vilanova, começava a respirar o ar do Paraná, e lá permaneceria até seus 18 anos. Ingressou na Escola Politécnica em Curitiba; mudou-se, porém, para São Paulo, para a cidade grande, a fim de mudar de ares e estudar na Escola Politécnica da USP. Faremos em sua homenagem, no ano em que faria 90 anos, um cumprimento especial à arquitetura que inventou e legou-nos, fazendo o mundo do espaço construído ficar melhor, cheio

de poesia e significado generoso de seu desejo de um mundo mais profícuo.

Em outro artigo de 1915 Einstein amplia a Teoria da Relatividade, e logo uma noção é repetida de costa a costa, de Norte a Sul: **Tudo é Relativo**. A introdução dessas noções no ensino escolar não é imediata; sua disseminação, no entanto, faz-se com grande velocidade — comparada à da luz, como metáfora — pelos meios de comunicações "daqueles tempos modernos", entre os intelectuais. Na década de 30 essas noções são incorporadas ao raciocínio dos artistas; entre eles, Calder e Mondrian têm um interesse especial para os arquitetos.

Vilanova Artigas termina o curso da Politécnica em 1938, e volta como professor assistente em 1940. Sua tarefa consistia em ensinar projeto de arquitetura, foi professor toda sua vida, incluindo-se os que nunca foram seus alunos diretos.

Na condição de aluno da Poli, seus colegas informam que se destacou sempre por sua inteligência e criatividade. Seu próprio testemunho informa que tudo que fazia era diferente dos demais, incluindo nessa lista seus professores. A busca pela distinção não foi, em si, um objetivo, mas o resultado das indagações de encontrar uma lógica própria para o resultado dos trabalhos os quais desenhava. Essa busca incessante sempre foi a de dar um sentido ao resultado do espaço construído, suas propostas eram ousadas no âmbito do cálculo da construção, persistente no eterno aprendizado das possibilidades que a engenharia oferecia e procurando uma maneira de superar os limites conhecidos, utilizando novas soluções para

alcançar as formas que tinham um significado fundamental em sua maneira de pensar e desenhar.

Estudante diligente, pôs-se a aprender alemão em São Paulo por encontrar os livros escolares neste idioma, e muita literatura especializada sempre passou por suas mãos. A educação no Paraná, nas escolas públicas e em casa, conferiu-lhe um molde dicotômico pela religiosidade dos Vilanovas, e pelo cientificismo reinante do exame do raciocínio sobre o mundo, solidificado pelas novas ciências.

Há um significado importante em 1945, trágico e devastador, com a bomba atômica lançada em Hiroshima e Nagasaki, construída com a possibilidade de calcular a liberação da energia necessária em escala nunca experimentada antes, certamente a fórmula mais conhecida formulada por Eintein – $E=mc^2$ –, a qual foi decisiva para o aparato, destino repudiado nas intenções do cientista. Na outra ponta do mundo Vilanova Artigas se filia ao Partido Comunista pela convicção da construção de um mundo distinto, na expectativa da mudança das forças que constroem impérios econômicos e fazem a gerência e distribuição dos recursos obtidos pelo trabalho dos homens.

Fim da Segunda Guerra Mundial. Mais uma vez o mundo fica dividido entre as novas forças que cercam os territórios de submissão ou adoção. Divisão entre comunistas e capitalistas, sumariamente descrita entre a dicotomia de imperialismo americano e império soviético. A crença de novos horizontes para a grande mudança não foi intempestiva, levado pela

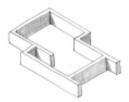
convicção de leituras e convívio com intelectuais do partido, passou a dividir seu tempo entre seu escritório, aulas e tarefas que a luta ideológica lhe consignava como prática da militância.

Nesse intervalo de tempo em seu escritório com Marone e em seu próprio, desenhou cerca de 60 residências entre 90 projetos. Exame mais acurado desses projetos mostra que a preocupação com o sistema de construção e a indagação da organização dos espaços, o faz desenhar partidos arquitetônicos originais para o programa das residências.

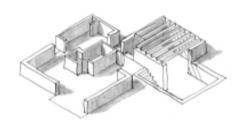
Trabalhou com o arquiteto Gregori Warchavchik, mesmo tendo seu escritório em sociedade com o engenheiro Marone, uma construtora que lhe permitia projetos. Não foi lá para aprender arquitetura, de acordo com sua própria avaliação. Aceitou o convite de Warchavchik para entrar em um universo mais amplo de trabalho. Recordo parte do anedotário em seus relatos sobre essa convivência, relembrando, com certo carinho, certa tarde em que foi ao cinema com Warchavchik para assistir ao "E o vento levou...". Quando ao término do filme perguntou o que procuravam ali, obteve como resposta que precisavam ver a casa, encomenda de uma cliente pretendente a uma semelhante a de Scarlet O'Hara na Guerra da Secessão americana. Não sei se foi desenhada ou construída, mas é interessante notar que algum tempo depois, ao rever o filme, deparei-me em observar o cenário e, em particular, os degraus da escada com um plano pouco inclinado nos espelhos. Os desenhos no escritório eram feitos de acordo com uma inclinação que viabilizavam o melhor piso de acordo com o passo salvo melhor juízo, isto pode ter uma relação ao menos jocosa, se não for verdadeira. E seguramente não tem importância.

Certamente São Paulo permitiu ao jovem estudante e logo arquiteto o convívio com o grupo Santa Helena, modernistas das classes trabalhadoras e de origem italiana em sua maioria, sem o convívio das elites cafeeiras da Semana de 22 que acabaram por comemorar o feito tomando champanhe em navio rumo a Paris, Warchavchik foi uma pequena mostra dessa faceta de maior poder aquisitivo de ideologia distinta, a qual Artigas acabou por abraçar.

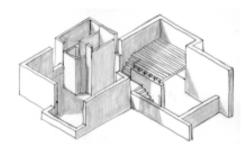
Sua primeira residência, a casinha, construída em 1941, é um primor de solução na qual se pode examinar o espaço determinado dos padrões tradicionais das residências, e a inteligência no agenciamento dos materiais e formas construtivas na elegância das formas, assinalando aí sua marca definitiva.



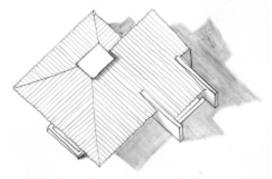
A construção foi iniciada com a abertura no terreno do espaço da fase, do escritório e dormitório, de maneira a não serem utilizados andaimes, com a alvenaria de 1,2 m de altura



A segunda etapa foi constituída das alvenarias formando a sala, cozinha e banheiro, e seqüência da anterior, também não foi necessário até essa fase do uso de andaimes

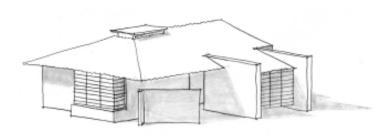


A continuação se deu até o levantamento de todas as alvenarias, com as tubulações de energia, água e esgoto colocadas dentro da alvenaria sem revestimento

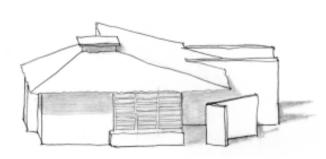


A etapa seguinte foi a construção do telhado, com espaços originais da cobertura de telha de barro



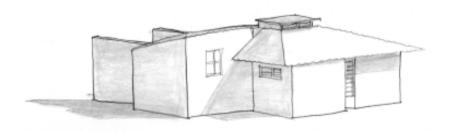




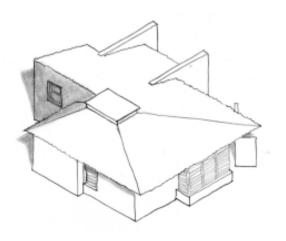
















Ateliê e dormitório da casinha Acervo da Fundação Vilanova Artigas



Sala de jantar da casinha Acervo da Fundação Vilanova Artigas

A influência de Frank Lloyd Wrigth foi estabelecida por suas leituras quando ainda estudava na Politécnica, interesse nas leituras desenvolvido desde cedo e estudioso dedicado às novas manisfestações da arquitetura, encontrou eco na maneira de acomodar os materiais na forma mais natural, quase os acariciando nessa casinha.

Para Vilanova Artigas os anos que antecedem à ditadura militar foram profícuos. Realizou cerca de 180 projetos entre 1946 e 1961, quando foi escolhido para fazer o projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de nossa universidade. Entre 1946 e 1947 passou o tempo nos EUA, visitando o país com uma bolsa da Fundação Gulbenkian, e examinando, entre outras atividades, as escolas de arquitetura. As tradições das construções da costa oeste americana impressionaram-no, porém não a ponto de fazê-lo continuar a busca da identidade brasileira para sua arquitetura. Os usos mais freqüentes de concreto armado estavam se expandindo com a fabricação do cimento e do aço. Conhecia cálculo de concreto, de maneira a entender perfeitamente seus limites e como avançar na direção de ultrapassá-los em sua eterna busca do impossível.

O que une esses dois homens?

As novas geometrias do universo.

O prédio da Faculdade de Arquitetura é o resultado dessas novas idéias. Aparentemente pousado sobre o terreno, prestes a levantar vôo e alcançar o espaço sideral, vencendo a gravidade que o prende. As colunas que são o apoio dos andares superiores brotam da terra e elevam-se para o apoio, em uma afirmação que isto agora é

possível, a ciência permite ao homem novas realizações. Novas formas que representam seu tempo novo, a modernidade. Dentro, esse espaço é fluído, inusitado e grandioso, como uma catedral, ou o "Templo do Saber", como Vilanova Artigas se referia ao prédio.

O espaço foi desenhado, inventando um novo programa para o ensino que previu novas áreas de atividades e conhecimento para o arquiteto, e pretendia que esse programa fosse destinado ao espaço de fazer-se, em uma "espacialização da democracia, em espaços dignos, sem portas de entrada".

O que une esses dois homens?

A eterna luta pela paz e a compreensão do universo visto por cada um deles.

Quando Einstein explica, em um de seus trabalhos, porque o céu é azul, viria a ser acrescida da fascinante frase de luri Gagarin, que a Terra é azul. A cor dos arquitetos sobre o céu em seus edifícios.

O fato unificador entre esses homens é o espaço. Eisntein pensava no espaço cósmico inventando, por intermédio de sua imaginação, as razões de suas configurações. Vilanova Artigas pensava no espaço a ser construído e inventava uma arquitetura com significados modificadores da existência no planeta.

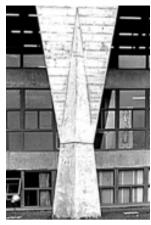
O que une esses dois homens é o domínio que tinham sobre a imaginação do espaço.

Nota

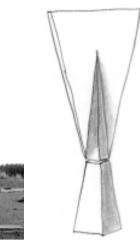
(1) De Vilanova Artigas, em depoimento no livro sobre sua obra editado em 1997. São Paulo, Instituto Lina Bo e P. M. Bardi.



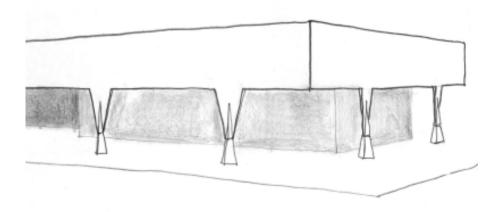












Créditos:

Desenhos da casinha e fotos da FAUUSP - Marlene Yurgel

Marlene Yurgel

Professora titular do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, professora orientadora nos cursos de graduação e pós-graduação e coordenadora do Laboratório de Informatização de Acervo – LabArq da FAUUSP.

Depoimento sobre vilanova artigas

PEDRO PAULO DE MELO SARAIVA



Conheci Artigas, inicialmente, por suas obras. Com efeito, um dos primeiros números da revista *Habitat* publicou uma série de casas, entre elas a do próprio. A solução "asa de andorinha" – como era chamada com núcleo de banheiro, cozinha, lavanderia e caixa d'água – foi muito impactante para jovens como eu, na época ainda na faculdade.

Para mim e tantos outros, Artigas era uma figura meio etérea, taciturna, portando um corte de cabelo paramilitar, gravata borboleta, enfim, uma pessoa meio esquiva e esquisita.

Conheci-o, de fato, no IAB, na gestão de Ícaro de Castro Mello, presidente, e ele vice. Eu fazia parte da diretoria, sem atribuições ou funções específicas. Faziam parte dessa e da diretoria reeleita pessoas como Paesani, Corona, Millan, Luiz Roberto Carvalho Franco, Breno Cirino, entre outros.

Nesse fim dos anos 50 foi justamente no IAB, onde nos encontrávamos para almoçar e discutir nossos problemas, que realmente conheci Artigas em sua dimensão maior. O extremo apego aos valores morais, partidarismo exacerbado, e pasmem, alguma candura e grande generosidade. Não esqueço nunca o episódio que envolveu o arquiteto Luis Saia no trato do plano diretor de Goiânia. Na controversa contribuição de Saia para fazer o projeto, Artigas defendeu nosso colega com grande ardor e convicção. Estava esquecendo de lembrar seu famoso artigo sobre o Modulor e Le Corbusier. Na época considerei um pouco radical a postura do mestre. Ninguém é perfeito e Artigas tinha seu calcanhar de Aquiles. Às vezes defendia causas em que talvez nem acreditasse (por dever

de ofício). Eram as palavras do Partidão, ao qual Artigas jamais traiu ou deixou de defender com entusiasmo esfuziante. A veemência na defesa de suas convicções era sua marca indelével. Sempre dizia: "Não é no plano estético que vamos nos dividir." Era o chamamento permanente que fazia ao acordo que devíamos assumir entre nós. arquitetos, com vista ao desenvolvimento do país.

Conhecendo melhor sua obra, mais admiramos sua trajetória. Sua passagem pela América, o prêmio Guggenheim, suas primeiras casas wrightianas e sua adesão a uma arquitetura brasileira sem adjetivos. A perseguição de sua própria linguagem não decorre de um irrefletido sentido de busca de originalidade nem de um frívolo objetivo; é, sim, um mergulho na cultura brasileira de Gregório de Mattos a Mário de Andrade. Esse é um de seus legados.

Revolvendo esse passado quase remoto (50 anos), não posso deixar de lembrar o episódio do concurso do Paulistano, vencido por Paulo Mendes da Rocha. Nós, eu e Paulo, com Alfredo Paesani havíamos vencido o Concurso da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Em seguida, separamo-nos para participar do Concurso do Paulistano. Na época, éramos um pouco irresponsáveis, não no sentido pejorativo, mas no fazer arquitetura. Explico-me - não teorizamos demais, partimos para fazer arquitetura com muito entusiasmo. Pois bem, na FAU Maranhão houve um início de comemoração em torno da suposta vitória de Artigas nesse concurso (do Paulistano). Vazou uma informação que o projeto vencedor era atirantado. O Paesani, amigo de Plínio Croce, membro do júri, prontificou-se a

falar com ele, pois o projeto de Paulo M. da Rocha, muito elegante e inventivo também, era atirantado. Lá fomos, Miguel Juliano, Paulo Mendes da Rocha, Paesani e eu para a Barão de Itapetininga, escritório do Plínio e do Aflalo, a fim de forçá-lo a uma inconfidência. Depois de muito papo, o Plínio pediu que eu e Paulo fizéssemos croquis de nossos projetos. Fiz o meu e Plínio disse: 2º lugar – e Paulo fez o seu e ele disse: 1º lugar. Foi emocionante!

O mal-entendido só foi esclarecido na exposição dos projetos. O projeto do Artigas tinha, de fato, tirantes, mas não era sua marca - fizera uma releitura do Museu de Caracas do Niemeyer e muitas outras soluções originais de subsolo, aliás, como a do Paulo e a do meu próprio.

Não sei se foi coincidência ou não, mas o fato é que alguns anos mais tarde, Artigas nos convidou para sermos seus assistentes na FAUUSP, para grande espanto da comunidade acadêmica. Dois arquitetos do Mackenzie para lecionar na FAU não era uma coisa aceitável de pronto. A lição que todos aprenderam é que Artigas não queria "cupinchar", como se dizia, mas pessoas, arquitetos que, antes de tudo, trouxessem exuberância em sua produção e participassem ativamente em todos os espaços que nos permitiam.

Nessa mesma quadra de nossas vidas fiz o Concurso de Brasília com o Julio Neves, Rubens Paiva e Carlos Anders. Artigas e Lucio Costa eram os favoritos. Fato curioso, Artigas no Rio, Lucio em São Paulo.

Como todos sabem, Lucio Costa venceu o conclave e Artigas se classificou em 5º lugar (ex aequo com Henrique Mindlin, Giancarlo Palanti, e a Construtécnica – Milton Ghiraldini e Clovis Felipe Olga).

O projeto de Artigas trazia como co-autores os pesos pesados como o doutor Mario Wagner, Paulo Camargo de Almeida e Carlos Cascaldi.

O resultado desse concurso foi muito importante para a arquitetura brasileira. O projeto do Artigas foi logo reconhecido como o mais abrangente no tocante ao desenvolvimento do interior do país, e levava a marca de sua instintiva postura política. Um projeto denso, celebrado pelo júri presidido pelo urbanista inglês sir William Holford como o que mais aprofundou os estudos da região. No dia seguinte, o *Correio da Manhã* dizia: *"Lucio Costa estréia em literatura fazendo urbanismo"*.

Nesse caleidoscópio de circunstâncias tenho a lembrança e o pesar que nós provocávamos muitas "saias justas" para o Artigas. Ele era quase sempre membro de júri em concursos que Paulo Mendes e eu participávamos. Foi assim no 5ª Avenida, no Clube da Orla, Escola Aeronáutica de Pirassununga e Petrobrás Rio.

Voltando a 1962, ano de meu ingresso na FAUUSP como assistente de Artigas, sendo reitor Ulhôa Cintra e diretor o arquiteto Anhaia Mello, fomos convidados para rever o plano da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, sob coordenação de Paulo Camargo de Oliveira.

O grupo original era composto por Vilanova Artigas, Ícaro de Castro Mello, Oswaldo Bratke, Eduardo Kneese de Mello, Roberto Cerqueira César, Eduardo Corona, Carlos Millan, Paulo Mendes da Rocha, Joaquim Guedes, e eu próprio.

Para mim foi o maior desafio que já enfrentara, no meio de tantos arquitetos experimentados, projetar além da revisão do plano e edifício da Geologia, Petrografia, Paleontologia e Mineralogia. Minha inibição era uma realidade que, por si só, foi rompida com a apresentação do Artigas para o edifício da FAUUSP. Artigas, nesse projeto, exibia com raro brilho toda sua bagagem profissional.

Foi um acontecimento para mim, e, creio, para os demais membros da equipe. Até hoje faço referência em minhas aulas à habilidade com que Artigas trabalhou os aspectos estruturais da edificação. O *tromp l'oeil* da fachada, a precisão

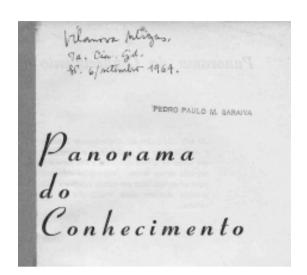
das soluções estruturais, o agenciamento da planta *vis-à-vis*, a espacialidade única ficará para sempre na história da arquitetura brasileira, por mais que alguns desafetos lhe neguem a genialidade.

A extraordinária criatividade que Artigas exibia nessa época de sua vida foi dramática e traumaticamente truncada pelo golpe de 1º de abril. Desses anos de chumbo tenho más lembranças do convívio com Artigas. Suas angústias provocadas por prisões, seu isolamento freqüente, seu exílio no Uruguai só eram compensados por alguns almoços na Cantina Roma, quando o vinho temperava nossas conversas e distraía-lhe o espírito.

Passaram-se alguns anos, e eu, com problemas nem sempre triviais, aceitei o convite de participar da reabertura da UnB da ICA-FAU. Dias depois de minha chegada a Brasília houve a promulgação do AI-5, e, em seguida, a cassação dos colegas Jon A. Vergareche Maitrejean, Paulo Mendes da Rocha e Artigas.

Era uma época parecida com a retratada no filme La guerre est fini. Notícias, boatos e a distância nos separavam por uns tempos. Na volta de Brasília, um ano depois, fui eleito presidente do IAB-SP, na mesma época em que participei do Planejamento Físico do Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis e da Ponte Colombo Salles. Nessa ocasião, convidamos Artigas, Jorge Wilheim e Eduardo Kneese de Mello para palestras e discussões sobre o plano de Florianópolis. Artigas se relacionou admiravelmente com o colega Luiz Felipe Gama D'Eça, pessoa extraordinária na história de Florianópolis, e manteve com ele uma rica correspondência, enviando-lhe, inclusive, um artigo que descobrira em uma de suas viagens a Nova York, do viajante inglês Mawe, a respeito de Florianópolis. Nessa oportunidade, com o grupo que eu trouxe de Brasília para Florianópolis, fundamos o departamento do IAB de Santa Catarina.

Na gestão do prefeito Colassuono, Alberto Botti sucedeu Roberto de Cerqueira César na presidência da Emurb. Nessa ocasião, fui convidado a participar da diretoria como diretor de Planejamento. Nunca havia exercido cargo público, a não ser na USP e na UnB. Engajei-me com entusiasmo na nova atividade, ciente dos problemas de conviver com o regime militar. Cito essas preliminares porque têm a ver com o Artigas.



NOTA:

Fac-símile da primeira página do livro *Panorama da arquitetura*, Coleção Panorama do Conhecimento, que Artigas leu durante a prisão e com o qual depois me presenteou. Arquivo: Arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva

Logo de início recebemos (Emurb) a solicitação de contratar alguns projetos, sendo o mais importante o do Anhangabaú, sua reurbanização e readequação. Convidei-o, não por "nepotismo", mas porque tinha a firme convicção que ele era o arquiteto mais qualificado para a tarefa. A contratação, no bojo de outras três, tinha de ser aprovada pela diretoria, composta por engenheiros, administradores e por um advogado, antigo delegado do DOPS, doutor Ribeirinho. Quando propus o nome de Artigas, ele pediu a palavra e disse: "foi meu preso, mas é um patriota – sou pela contratação..."

O projeto do Anhangabaú, que teve a participação da arquiteta Marlene Yurgel e de Abraão Sanovicz, não foi implementado. Todo seu desenvolvimento foi muito prejudicado pelos infindáveis afastamentos de Artigas pelo regime. Mas essa é uma outra história que não cabe nestas breves lembranças.

Retornei à FAUUSP, mas em 1974 não quis ser recontratado, pois nunca o fora, nomeado, sim, pelo governador Carvalho Pinto, por indicação de Artigas, de Anhaia Mello e Ulhôa Cintra, respectivamente, professor titular, diretor da FAU e reitor da USP.

Distanciamo-nos um pouco, mas assisti com todos o renascer do velho mestre, cujo exemplo mais notável é o Terminal Rodoviário de Jaú.

A notícia do falecimento de Artigas me foi dada por Alfredo Paesani, por telefone. A longa luta que travara chegara ao fim. Alguns eventos como submissão e a defesa de sua cadeira na FAU não devem ter ajudado em nada seu tratamento. Fiquei deprimido, impotente para enfrentar a estrada a fim de prestar a merecida homenagem.

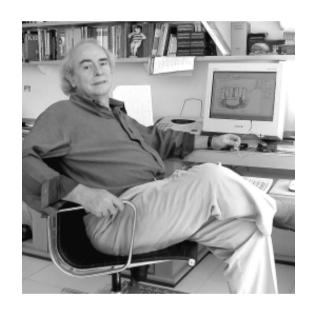
Hoje guardo somente os bons e frutíferos momentos que passamos juntos na defesa de nossa cultura e de nossa pátria.

P.S.: Não entendo porque uma universidade que tem um dos maiores monumentos da cidade dedicado ao engenheiro Ramos de Azevedo não haja, ainda, erigido um cenotáfio à altura da importância de um arquiteto o qual, a cada dia, mostra-se mais atual.

-s

artigas, inesquecível

EDUARDO DE JESUS RODRIGUES



Mais que privilégio, foi fortuna o convite para trabalhar no escritório de Artigas, quando me formei na FAU. O velho, como o chamávamos - e velho, naquele tempo, não era um termo politicamente incorreto, ao contrário, demonstrava reverência a quem acumulou experiência e sabedoria – era para nós, estudantes, o monstro sagrado, encarnação da arquitetura paulista. Em meu primeiro contato com Artigas, ainda não tinha absorvido esse ideário coletivo sobre sua pessoa. A rigor, não só ignorava quem era, como nunca tinha ouvido falar dele. Recém-ingresso na universidade, no dia da aula inaugural, sentei na primeira fila da Sala dos Espelhos, abarrotada por todos os alunos da faculdade. Artigas ministrou a aula magna do ano letivo de 1968, discorrendo sobre o desenho, aula cujo teor depois se transformou em publicação e, como todos sabem, um paradigma para várias gerações de estudantes. Artigas não tinha apenas a habilidade da oratória, o carisma e a simpatia pessoal a seu favor. Tinha a convicção inoxidável dos iluminados que postulam a verdade. Aquela aula foi revelação, desvendamento de um universo inusitado para aquela turma de calouros, neófita e ávida de conhecimento. O universo que Artigas nos descortinou, desde esse dia memorável até o momento em que fomos alijados de seu convívio na academia pela ditadura militar, extrapolou a abrangência da arquitetura. Por sua mão, fomos estimulados ao exercício do pensamento e à reflexão, ao amor à liberdade, aos ideais e, sobretudo, à consciência de nossa condição humana.

Fui para o escritório de Artigas, contratado para ajudar no projeto de reurbanização do Vale

do Anhangabaú, que, afinal, demorou um tempo para entrar. O escritório, no quinto andar do prédio do IAB, tinha uma sala de espera acanhada. A saleta abrigava a mesa da secretária, dois arquivos de aço e um pequeno sofá, além dos armários altos que dividiam o espaço para a sala de desenho. Na saleta de espera a cena era roubada por um pilar em concreto, singular e solto no meio do ambiente, desprovido de seu revestimento e pintado em forte lilás. Ganchos de rede presos à parede indicavam que o ócio não era, necessariamente, a antítese de negócio. Da saleta, pela direita ia-se à sala do velho; pela esquerda, à copa com sua pequena geladeira generosamente abastecida de toda sorte de águas e refrigerantes. Daí se passava à ampla sala de desenho. Olhei meus futuros colegas encarapitados em antigas banquetas de aço, desenhando em pranchetas enormes, nas quais se podia trabalhar em pé, quase 2,00 metros por 1,30, todas equipadas com espaçosos tecnígrafos. Elas davam um tom ancestral ao ambiente, com suas estruturas tubulares em cobre. Em comparação aos escritórios de arquitetura que conhecia, todos supermodernos, em que as pranchetas eram mesas baixas equipadas com réguas paralelas, aquilo me pareceu medieval. Brinquei com Artigas, a propósito de tecnígrafos serem coisa de engenheiro. Ele sorriu e retrucou: – Vamos ver se, daqui a algum tempo, você passa sem ele. Para a minha geração, a criação em arquitetura estava ligada ao lápis grosso, ao croqui generoso; onde o desenho técnico era uma tarefa maçante, meramente burocrática. Artigas nos ensinaria que a ligação entre o lápis grosso e a

caneta graphos era direta, que era impossível conceber um projeto sem o controle rigoroso da construção, da concepção da estrutura até no mais óbvio dos pormenores. E a primeira de muitas lições foi constatar que aquelas pranchetas com tecnígrafo, proporcionando agilidade e precisão ao trabalho, eram extremamente confortáveis para o desenho, muito mais que as modernas mesas baixas. E ainda, que daquele ambiente ancestral nasciam as idéias mais modernas concebidas pela arquitetura paulista.

Minha primeira tarefa no escritório foi desenhar a casa Domschke. O primeiro trabalho e a primeira grande surpresa. Artigas me levou à sua sala, e sentados à mesa de pau-brasil, passou-me o serviço. Desenhou as plantas, os cortes e as fachadas, à mão livre, em pedaços de papel manteiga, mais ou menos de tamanho A4, enquanto me explicava o projeto. Falava ao mesmo tempo da solução funcional, estrutural e formal a qual adotara, evidenciando as qualidades do espaço que, como em todos os seus projetos, refletia, ao mesmo tempo, o rigor ético e a generosidade com que interpretava o mundo.

Desenhos feitos e a exposição completa e clara, entregou-me os desenhos para que eu começasse a representação técnica para o anteprojeto. Argumentei então: — Artigas, nos desenhos não tem nenhuma medida, como vou saber o tamanho dos espaços? Artigas me olhou como se eu estivesse dizendo uma grande asneira. Tomou o escalímetro que estava sobre a mesa e disse-me, colocando-o sobre o desenho que acabara de fazer: este quarto, está vendo?, tem 4 x 4 m. Esta sala,... e por aí foi. Fiquei boquiaberto,

porque ele não utilizou o instrumento enquanto desenhava o projeto para mim, e desenhou tudo em exatos um para cem. Gostaria de saber se esses desenhos ainda existem. Ficariam bem, no Museu da Arquitetura que ainda haveremos de concretizar, a partir da FAU.

O convívio entre os funcionários do escritório era harmonioso. Não havia a mesquinha disputa pessoal, tão característica desse tipo de ambiente de trabalho. Todos colaboravam com todos, e a relação era fraterna. Percebi logo que havia aí a influência de Artigas. Ele nunca precisou explicitar literalmente sua posição. Era sua atitude. Conhecia muito bem cada um de nós. Era um homem perspicaz, conhecedor da natureza humana. Lembro de uma ocasião em que eu estava desenhando em minha mesa, acabrunhado por circunstâncias particulares, que não vêm ao caso. Artigas parou ao lado de minha mesa, observando o trabalho, como sempre fazia. Em um dado momento, colocou a mão sobre meu ombro e disse apenas: - Não se deixe envolver emocionalmente. Disse a frase de generosa solidariedade em inglês, sutileza sua, para ser menos invasivo. Nunca comentei com ele minhas infelicitações, mas como não lhe escapava nenhum detalhe, sabia exatamente o que ia por minha alma. Conhecia a cada um de nós e nossos familiares e amigos, não só pelo convívio no ambiente de trabalho, como também de sua casa, a qual frequentávamos a seu convite, nas festas, jantares e reuniões. Por sua vez, fregüentava nossas casas, sempre que convidado. Essa atitude fazia parte de sua maneira de ser, seu desejo de conhecer-nos melhor, e, principalmente, demonstrar que nos respeitava. Assim, conferia, a cada um de nós, a dignidade e o respeito pessoal que em outras relações semelhantes seriam naturalmente negadas pela arrogância e pela soberba. Artigas, muitas vezes acusado injustamente de arrogante, tinha a exata noção de quem era, a segurança do que sabia e a dimensão de sua capacidade de criação. Não precisava ser e nunca foi arrogante. Sua vaidade profissional, tantas vezes mal interpretada, não era certamente uma presunção.

Era freqüente, na hora do almoço, tomarmos todos juntos nossas refeições sobre a mesa de pau-brasil, forrada de papel branco. Enquanto esperávamos pelos pratos feitos encomendados, Artigas desenhava com hidrográficas coloridas no

papel de forro da mesa, em escala um para um, as iguarias as quais, certamente, não comeríamos naquela refeição. A exposição gráfica de ricas saladas e lagostas era uma forma de convidar-nos ao exercício da imaginação e da invenção. Naquelas ocasiões não havia conversa banal. Mesmo os temas mais comezinhos, pela riqueza de pontos de vista inusitados que Artigas a eles introduzia, transformavam-se em motivo para alguma reflexão. Não raro cobrava nossa opinião nos projetos em que trabalhávamos e estimulava nossa contribuição.

Certa ocasião surgiu uma questão prática de trabalho, e Artigas resolveu comentar pelo viés de uma parábola. Contou então um caso, narrando um acontecido em uma de suas viagens ao Leste Europeu. Dera de presente à secretária de alguma instituição, da qual já não lembro, um par de meias de náilon, artigo de luxo pela raridade, naquelas paragens, na época do sucedido. Descreveu com realismo a reação da moça, a qual passou rapidamente de uma alegria exuberante ao pranto. Quando indagou o porquê das lágrimas, descobriu que não era uma conseqüência emocional pelo ganho, mas uma dor antecipada pela perda: ela não poderia usar suas meias no trabalho, porque a cadeira que usava, de madeira, tinha umas farpas na perna as quais, fatalmente, desfiariam a trama da meia. Artigas pediu que ela se levantasse, colocou a cadeira sobre a mesa e, com seu canivete, desbastou as farpas. Com esse exemplo, deu-nos uma lição do pragmatismo necessário, rebatimento para o assunto do qual falávamos, sem outro comentário. Em outra ocasião, lembro de estar desenhando a passarela do aeroporto, para a qual resolvi dar uma contribuição pragmática. A passarela, em uma de suas extremidades, tem uma escada, porque não havia condição técnica para uma rampa. Artigas pensou a composição formal das escadas com umas empenas em concreto, as quais, além de resolverem a questão estrutural e dar graça à forma, tinham ainda a função de proteger o espaço do ruído da avenida que a passarela transpunha. Essas circunstâncias tornavam, a meu ver, a escadaria recôndita o suficiente para que, durante a noite, as pessoas a usassem como sanitário. Não tive nenhuma dúvida em locar, no patamar intermediário, um hidrante na empena. Quando o velho viu o desenho, perguntou-me: - O que é isto? Respondi que era um hidrante, do

que ele riu profusamente. - Você acha que a passarela vai pegar fogo?, perguntou. Respondi que não, o hidrante seria um meio facilitador para a higienização da passarela, em função do fatal uso como sanitário público. Artigas me perguntou, então, onde eu acreditava estar o erro: em não haver uma torneira na passarela, ou em não haver sanitários públicos? Dei a reposta óbvia, e ele retrucou: - Então? Você quer justificar um erro com outro? Entendi, assim, que colocar um ponto de água na passarela para a finalidade pretendida significava aceitar o uso da passarela como sanitário. Seria institucionalizar uma prática errada, dando-a como correta. Apaguei rapidamente o estúpido hidrante, mas ficou para sempre a lição que a ação pragmática é inconsequente, se não tiver base teórica sólida.

Um exemplo de aplicação prática consegüente, de invenção como resultado da necessidade, fornecia-nos Artigas, quando falava dos expedientes a que recorria, no tempo em que era construtor. Naquela época, de escassez de matérias-primas e de tecnologias avançadas, era hábito dos construtores de sobrados deixarem o vazio da escada para depois, chamarem um profissional especializado, o escadista, para executá-la em madeira. Artigas, revolucionário em sua arte, não se conformava com essa circunstância, não por considerar incompetentes os escadistas, ao contrário, mas pela perda do controle formal do espaço. Desenhava suas escadas em concreto, ousadas e inéditas. Os desenhos, no entanto, eram barreiras intransponíveis na comunicação com os mestresde-obra. Passou, então, a fazê-los no chão, diretamente sobre a projeção do que seria a futura escada. O mestre montava as formas para os patamares e piso de degraus diretamente sobre o desenho, fundindo depois as lajotas. Nas paredes desenhava o desenvolvimento da escada, na qual as peças fundidas seriam engastadas. Dessa forma, o mestre realizava o ideário do espaço, que não conseguia absorver do desenho. O velho era tão solícito e abundante nas descrições que nos fazia, e delas não escapavam nem mesmo os pequenos trugues construtivos, as manhas para que o resultado correspondesse ao absoluto rigor dimensional por ele exigido, para a elegância formal e o adequado conforto no uso do equipamento. Da mesma forma que falava das escadas, falava da estrutura em madeira do

telhado da "casinha" (a primeira casa do terreno do Campo Belo, onde habitou por muitos anos), mostrando os desenhos e os pormenores que inventara, para eliminar espessuras visuais comprometedoras na harmonia do conjunto. Mostrava a simplicidade do recurso usado para vencer estruturalmente o balanço inquietante de um dos cantos do telhado. Em outros momentos, mostrava-nos indignado com o quanto a norma era beócia. Lembro das revelações a propósito: O edifício Louveira só pode ser aprovado na prefeitura, depois que Artigas concordou em incluir no desenho de aprovação umas janelas na fachada. A norma proibia fachadas cegas para a rua! Claro que as janelas nunca foram locadas na construção. Artigas se indignava com normas arbitrárias como essas, as quais demonstravam o espírito tacanho e prepotente daqueles que as compuseram. Foram normas como essa que obrigaram Warchavchik a alegar falta de recursos financeiros para não colocar adereços ornamentais na fachada da casa modernista da rua Santa Cruz. Em outro projeto, a casa da atual avenida Sumaré, Artigas locou uma casa com generoso recuo para a via, tendo uma das águas do telhado principal voltado para ela. Uma lei do século 19 proibia as águas voltadas para a rua. para evitar que, em dias de chuva, os transeuntes recebessem sobre si o volume da água escoado pelo telhado. A lei foi criada em uma época que não estava disseminado o uso de calhas e as platibandas neoclássicas ainda não tinham virado moda na antiga São Paulo. Baseados nessa lei, em meados do século 20, os analistas municipais negaram a aprovação do projeto de Artigas, que se recusava a colocar calhas no telhado. Foi, segundo o velho, uma batalha árdua, só terminada quando ele conseguiu a revogação da lei. Ele não se conformava com aqueles que, casuística ou voluntariosamente, abusavam do poder que detinham, para nos impingir absurdos. Considerando que, nesta cidade, perdurou por muito tempo uma lei a qual previa multa para os defuntos que ressuscitassem, o velho tinha toda a razão! Aquelas conversas eram aulas magníficas, que permeavam o trabalho cotidiano, transformando-o em uma atividade prazerosa.

Na outra casa do terreno do Campo Belo, onde nos recebia para os jantares e as festas, explicava a forma incomum da lareira, resultado da busca estética que exigia uma dimensão pequena na profundidade da peça. Traçava, gestualmente, sobre os planos da lareira, o corte, a dinâmica da tiragem do ar, a maneira de recolher as cinzas, concluindo, orgulhoso, que jamais vazara para o ambiente uma mínima fumaça. Sobre a mesa das refeições, os rótulos das garrafas colados na parede atestavam a qualidade do que se bebia na casa. Artigas nunca se contentou com menos que o melhor, em todos os sentidos. Quando, por circunstâncias de saúde deixou de fumar, herdei dele um saco plástico enorme, com os charutos de seu estoque. Eram especialíssimos, cubanos, alguns jamaicanos, os melhores que já provei.

Quando fui trabalhar com Artigas, tinha em mente passar no escritório apenas o tempo necessário para aprender o que ele tinha para ensinar. Foi ledo o engano. Aprendi uma coisa nova, em cada um dos dias dos quase quatro anos que com ele trabalhei. Cada novo projeto envolvia um novo conceito, uma maneira diferente de resolver um programa. Artigas era inesgotável em sua capacidade de criar e inventar, era incansável em sua vocação de educador humanista.

Certa ocasião, em 20 de dezembro, Artigas nos consultou sobre se topávamos entrar em uma concorrência para dois estádios de futebol na Paraíba. Alertou, logo de saída, que o anteprojeto seria na escala 1:50, e deveria ser entregue em 26 de dezembro, por exigência do edital. Na prancheta, apesar de enorme, caberia apenas 1/4 do desenho da planta. Três pavimentos, mais a implantação, cortes e fachadas, davam umas 20 folhas de desenho por estádio. Topamos, e na medida em que Artigas ia concebendo o projeto, desenhamos, por quatro dias e quatro noites, os dois estádios. No fim da manhã de 24, dobramos a última cópia heliográfica. Naquele tempo se desenhava com caneta graphos, e as curvas compostas eram traçadas com o auxilio do cintel. A projeção de cada viga e de cada nervura curva das arquibancadas era riscada em tracejado! As cópias heliográficas dobradas e amontoadas cobriam todo o piso da saleta de espera, com uma altura de uns 60 centímetros. Apesar do esforço,

não vencemos a concorrência. Foi a única grande virada que fizemos, no tempo em que lá trabalhei.

Poucos anos depois de deixar o escritório de Artigas para seguir minha carreira profissional independente, resolvemos, Fernando Frank Cabral e eu, fazer um documentário sobre o edifício da FAU na Cidade Universitária. O projeto envolvia depoimentos de Artigas, que depois de relutar um pouco acabou cedendo seu tempo para a empreitada. Em uma das oportunidades, com o filme rodando, perguntei a ele sobre a questão do conforto ambiental no edifício. Queria registrar no documento o caráter explosivo que Artigas assumia, quando injustamente criticado. Era um componente importante de sua personalidade. Esperava mesmo que, em sua resposta, chamasse-me de zebra sem listras, expressão sua, recorrente, quando avaliava os estúpidos. Mas Artigas era sempre surpreendente. Esperto, percebeu imediatamente meu intuito e respondeu: - Quando fiz o projeto da FAU, pensei em um templo grego. Passou, então, a estabelecer as relações do templo com o prédio da FAU, falando do intercolúnio, do peristilo, da ausência de portas, das qualidades harmônicas, do ritmo, etc. E concluiu: "- E como você sabe, os templos são feitos para os deuses, que não sentem nem calor nem frio..." Artigas era brilhante, assim.

Terminado o filme, fomos à casa do Campo Belo para exibi-lo ao velho. Armamos o circo: projetor, tela, etc. Passamos, Cabral e eu, os 30 e tantos minutos de projeção olhando para ele, acompanhando, temerosos, as expressões que pudessem ser reveladoras de sua opinião. Nada. Acompanhou impassível a projeção. Ao final da exibição, acesa a luz, estávamos ansiosos pelo julgamento, importante para nossos egos. Ele nos olhou, sorriu e disse: – *Podemos ver de novo?* E completou, já com a nova projeção iniciando: – *E eu, que pensei que ia dar tudo em águas de batata!...*

Inesquecível Artigas! Ainda hoje, em alguns momentos de minha vida, a memória me traz sua voz, dando o sábio conselho: "– Não se deixe envolver emocionalmente..."

3 | ARTIGOS



S TRAÇOS DO VISÍVEL. SOBRE O "PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO" NA ARQUITETURA

034

oós-

Resumo

A perspectiva exata, técnica de representação gráfica adotada na arquitetura, tem sido alvo de inúmeras controvérsias, desde o renascimento italiano. Leon Battista Alberti, primeiro tratadista a teorizar a "invenção brunelleschiana", prescritível à pintura (De Pictura), no De Re Aedificatoria interdita seu recurso, investindo contra o ilusionismo nos desenhos de arquitetura. Ao longo dos séculos, a perspectiva se revestiu de significados outros, pouco contrastados ao das primícias. É propósito do presente estudo perscrutar razões de sua permanência histórica, assinalando, sob juízos pró e contra sua legitimidade artística, um "solo comum" em que se irmanam.

ABSTRACT

Accurate perspective – the graphic representation used in architecture has been subject of much controversy ever since the italian renaissance. Leon Battista Alberti, the first scholar to theorize on the "Brunelleschian invention" in the realm of painting (De Pictura), proscribes this resource in his De Re Aedificatoria, arguing against illusionism in architectural drawing. Throughout the centuries, perspective gained other meanings, yet not much different from its original intention. This text analyzes the reasons behind its historical permanence and finds common ground for opinions in favor of and against its artistic legitimacy.

É ainda usual na prática da arquitetura denominar por traço – "traça", na forma arcaica – o desenho em escala por meio do qual o mestre-de-obras pode "riscar sobre o terreno a planta do edifício", segundo a definição antiga da icnografia. Confrontado ao título, o termo sugere, de imediato, a acepção do desenho como recurso gráfico de visualização da arquitetura. Perspectiva, alguém poderá objetar. Todavia, nada mais constrangedor do que a persistência desse "ponto de vista" na arquitetura, cuja crítica se fez emblemática nos alvores da modernidade. É propósito deste estudo inquirir o alcance e limites da perspectiva como desenho de arquitetura, assim sublinhando problemas mais gerais de representação e visibilidade. Mas quiçá a licença poética do título suscite outros embaraços.

Traços do visível. Poucas expressões contemplam, com igual economia de palavras, a constelação de sentidos a cintilar nas entrelinhas do desenho. Encontramo-la na designação do que se deixa ver por meio de rastos e marcas, realidade primeira da grafia, a denunciar os vestígios do visível; também no escopo da imitação, jogo de espelhos pelo qual a arte desmente a superfície tranqüila da aparência ao visar, para além da cópia fidedigna, o "olhar" do imitado; sublima-se na miragem do possível, contraface dos simulacros; e – para encurtar a lista com um exemplo limite – desvela, no fundo dos sonhos e vertigens, a presença silenciosa do invisível a tingir as cores de tudo. Por certo, sob os múltiplos aspectos em que se tome a expressão, sondar as margens do visível comporta sempre um tácito reconhecimento de seu inverso.

Tal polissemia cinge com curiosos matizes a principal anedota legada pela Antigüidade sobre o desenho, ou seja, a disputa entre Protógenes e Apeles narrada por Plínio, o Velho. O desafio se lança com a pintura deixada a Protógenes por Apeles após o insucesso de sua visita ao pintor: nada além de uma linha. Nulla dies sine linea, "não passar um dia sem exercitar o traço", Plínio lembra nascer o provérbio do esmero de Apeles. As linhas coloridas e sumamente finas com que os dois rivalizam entre si ganham significados os mais variados: o menos inconteste, de destreza e virtuosismo, recorrente nas legendárias vite de artistas. "Apeles esteve aqui, nenhum outro é capaz de realizar algo tão perfeito!", exclama Protógenes, a quem revida pintando, sobre a mesma linha, outra ainda mais fina. Às "linhas sutis", porém, Plínio reúne outra expressão: "linhas fugentes", tradicionalmente traduzida por "linhas que escapam à vista", ou ainda, "quase invisíveis". Ao sugerir o poder de aparição e desaparição que o artista tem nas mãos, a história se abre para novos sentidos: de desafio na arte dos simulacros, passando pelo "invisível" da aparência - aquilo que Giorgio Vasari definia como o "ar" da imagem -, até a mágica "adesão" do espectador ao espetáculo. No início do século, Guillaume Apollinaire chegará a ler, nas palavras que ultimam a narrativa, um adágio à nova arte: "pintura pura, assim como a música é literatura pura". Em nossos dias, o grande Ernst Gombrich propôs para

(1) Apollinaire (1964, p. 19) vaticina: "encaminhamo-nos para uma arte inteiramente nova, que será com respeito à pintura – tal como a temos considerado até hoje – o que a música é com respeito à literatura. (...) É conhecida a anedota de Apeles e de Protógenes que figura em Plínio. Fla mostra claramente o prazer estético, e somente como resultado dessa construção sem igual de que falei". As palavras do escritor se referem ao testemunho de Plínio sobre o quadro: "tive ocasião de contemplá-lo antes (do incêndio do palácio de César no Palatino]: de grande superfície, não continha senão linhas que escapavam à vista: aparentemente vazio de conteúdo em comparação com as obras mestras de outros muitos era por isso

mesmo obieto de atenção

e mais famoso que qualquer outro" (Livro

XXXV. p. 83-4). Ernst

Gombrich (1985) propõe sua interpretação em *O*

legado de Apeles; sobre os

sentidos de "destreza do traço" e "linhas invisíveis"

cf. também E. KRIS & O.

KURZ (1979); J. COLI

(1994, p. 169-177).

as "linhas fugentes" a tradução por "linhas que parecem retroceder à vista", interpretando o desempate do concurso pelo efeito visual da terceira linha, pintada por Apeles, delicado filete de luz a correr entre as outras duas – o que lhe permitiu especificar o vínculo entre arte e ilusão, insinuado no termo (PLÍNIO, 2000, *Livro XXXV*, p. 81-84)¹.

Aqui nos limitamos a linhas precisas, cuja lógica, ao perfilar o visível, parece "pôr termo a todo acesso da arte ao reino do mágico ou do visionário", segundo a fórmula clássica de Erwin Panofsky; linhas as quais, da perspectiva ao purovisibilismo moderno, primam, sobretudo, pela objetivação do subjetivo. Nesse mundo, onde a arte, mais do que dominar efeitos (os quais, não raro, outrora se apresentavam aos próprios artistas como mágicos), busca controlar racionalmente suas causas, a visibilidade brinda com as principais armas. Antes de tê-la à luz da arquitetura, convém assinalar tópoi basilares para a modernidade e comprometidos com a crítica ao constructo lógico-visual da Renascenca.

(I) O "PROBLEMA SUJEITO-OBJETO" DA VISIBILIDADE

Abstração e empatia, de Willhelm Worringer (1908), e Os pintores cubistas: Meditações estéticas, de G. Apollinaire (1913), fixam áxis para o direcionamento dos estudos da arte na modernidade. A primeira, ao discernir dois afãs de estesia respectivos às atitudes de adesão ou repúdio ante a natureza, refrata, ainda que tacitamente, o requisito de indiferença do sujeito em relação ao objeto, caro às reflexões sobre o juízo estético e balizador das investigações formais no século passado. Atenuando contrastes teóricos que constrangiam a rígidos distanciamentos entre volição artística e disposições psicológicas, visão pura e sentimento, atitude desinteressada e empatia, enfim, para maior brevidade, entre "forma" e "conteúdo", Worringer se afasta do formalismo genuinamente kantiano (apesar de as idéias do filósofo de Königsberg comparecerem em sua obra com maior freqüência do que nas demais), assinalando vetores reflexivos profícuos à historiografia contemporânea. De tais clivagens, por fim, sobressai o posto delegado à abstração no âmbito das disposições anímicas, a descortinar novos horizontes granjeados pela arte moderna.

Fixemo-nos nas questões de visibilidade. Deve-se a Adolf von Hildebrand (1893) a divisa entre representação abstrata da forma – síntese mental a partir de tomadas que o olho realiza em redor do objeto – e representação visual, entre *Daseinsform* e *Wirkungsform* (HILDEBRAND, 1988). Fascina a Worringer o modo como Aloïs Riegl (1901) absorve, no cerne da forma artística, esse contraposto hildebrandiano, comutado em dialética entre a concepção do ente corpóreo e a forma visual. Os primitivos, argúi Riegl, ao suprimirem efeitos de ilusionismo ótico, luz e sombra, etc., almejam a representação da "forma real" no domínio mesmo da visibilidade. Esse interesse pelo ente denota, porém, um estado artístico primitivo, imperfeito; a volição artística anela a "forma aparente", puramente visual (RIEGL, 1959).

Hildebrand e Riegl, norteando seus constructos pela díade real-aparente, mantêm-se fiéis ao imperativo que para se alcançar um ótimo de claridade formal, na arte, faz-se necessário um crescente desinteresse do sujeito pela existência do objeto. Vice-versa, com Worringer e Apollinaire a "forma objetiva" adquire pleno direito de cidade na arte. Propriamente com o segundo, o imperativo "primitivo" de supressão do ilusionismo espacial na arte transmutar-se-á em seu oposto, conquista de máxima espacialidade. Mais do que legitimar a representação abstrata da forma, trata-se de considerar o próprio movimento do olhar com vistas à concepção do real como *Gestaltung* artística.

Em Os pintores cubistas lê-se:

"Pode-se de dizer que a geometria é, com respeito às artes plásticas, o mesmo que a gramática, com respeito à arte do escritor. Hoje, porém, os sábios não se atêm às três dimensões da geometria euclidiana. Os pintores têm sido levados, com naturalidade e, por assim dizer, por intuição, a se preocupar pelas novas medidas possíveis do espaço, que na linguagem dos ateliês modernos são designadas, em conjunto e brevemente, com o nome de quarta dimensão. (...) O espaço mesmo, a dimensão do infinito, é quem dota de plasticidade aos objetos." (Op. cit., p. 21)

Palavras essas que não exortam a novas formas de ilusionismo, em uma espécie de reedição aprimorada do conceito maneirista da relatividade do espaço, mas antes auspiciam novos domínios da "realidade":

"O que diferencia o cubismo da pintura antiga é que não se trata de uma arte de imitação, mas de uma arte de concepção que tende a se elevar até à criação. Ao representar a realidade-concebida ou a realidade-criada, o pintor pode fazer aparecer as três dimensões, pode de alguma maneira cubicar. Não poderia fazê-lo se oferecesse simplesmente a realidade vista, a não ser simulando-a com o escorço ou com a perspectiva, o que deformaria a qualidade de forma concebida ou criada." (Idem, p. 30)

Com esses novos enquadramentos dos estudos pioneiros do purovisibilismo consuma-se uma "montagem histórica" a qual fora crucial para os sucessos da abordagem formalista. Desde Konrad Fiedler (1887) tem-se como consensual que a legítima avaliação da arte do Renascimento prescinde por completo do chamado "problema da perspectiva". Toda técnica ou método de representação visual preocupado em viabilizar a intelecção das distâncias e medidas verdadeiras, objetivas, a partir da apreensão das dimensões aparentes, subjetivas, obnubila a verdade própria da visibilidade: "A existência de algo visível", assevera Fiedler, "só pode estar em seu ser visto ou representado como visto. Na visão não se trata de equiparar a imagem visual subjetiva a uma existência objetiva perceptível pela vista. (...) Se observamos que a vista nos engana sobre a situação de um objeto no espaço, não poderemos dizer que a vista percebe o objeto em um lugar distinto daquele onde o sente o tato, por exemplo." (FIEDLER, 1991, p. 209-10.) Precisando o alvo, Hildebrand repõe a advertência: o efeito espacial é "um produto de diversos elementos cooperantes na natureza", de modo que, contrariamente à logica matemática do constructo perspéctico, as medidas

(2) HILDEBRAND, A. von. "A representação espacial e sua expressão na aparência." In: Op. cit., cap. 3, especif. p. 48; no capítulo subseqüente o autor volta à carga: "se colocamos no meio de uma imagem, p. ex., algo que simbolize o próximo e, nas margens, à direita e à esquerda, supomos o distante, a consequência imediata será que o movimento de profundidade, partindo do centro como algo fechado, se prolongará para o fundo em direção aos lados. Sirva como exemplo O amor divino e o amor profano, de Ticiano. (...) Imaginemos a disposição contrária: a direita e a esquerda como obietos próximos e o centro da imagem como distante, desta maneira o movimento de profundidade, amplo ao princípio, vai estreitandose segundo se aprofunda (...) Uma disposição tal impede desde o princípio nossa normal e autêntica relação com a natureza. constrange nossa sensação de espaço em vez de induzir-nos ao ilimitado"; p. 59.

aparentes e o sentido de profundidade oscilam também em função do colorido, da incidência de luz, etc.² Completando o círculo, os estudos formalistas de Heinrich Wölfflin consumam esse desdém por exatidão matemática, controle das medidas verdadeiras ou domínio da forma real na representação artística. Se as polarizações categorizais de Hildebrand e Riegl estabeleciam-se em relação à divisa forma aparente-forma real (ótico *versus* tátil, ilusionismo tridimensional *versus* objetividade bidimensional, luz e sombra *versus* cores puras, etc.), os "conceitos fundamentais da história da arte" wölfflinianos inscrevem-se na esfera exclusiva da "aparência" (WÖLFFLIN, 1984). A conquista renascentista da espacialidade na representação ("forma plástica") desliga-se, enfim, de toda e qualquer inferência da forma objetiva.

Ecos dessa "montagem histórica" ressoam, não só em *Abstração e empatia*, mas em toda a modernidade. Com Worringer, o interesse pela "coisa em si", abarcando sob a terminologia uma extensa (quando não paradoxal) gama de variantes, restringe-se às artes "não-naturalistas", privadas de ilusionismo espacial. Por sua vez, em *Os pintores cubistas* a "realidade concebida", categoria apollinaireniana com sutis implicações sobre o problema da objetividade, incita uma sorte de golpe certeiro contra a perspectiva renascentista.

No final desse primeiro quarto de século, o jovem Panofsky (1924), sensibilizado pelos estudos purovisibilistas, procurará retificar as distorções então consumadas, advertindo sobre a *"lâmina de duplo gume"* da perspectiva:

"A perspectiva matematiza o espaço visual, porém é precisamente este espaço visual aquilo que ela matematiza. A perspectiva é uma ordem, porém uma ordem de aparências visuais. Em último extremo, reprovar-lhe o abandono do 'verdadeiro ser' das coisas em favor da aparência visual das mesmas, ou reprovar-lhe que se fixe em uma livre e espiritual representação da forma em vez de fazê-lo na aparência das coisas vistas não é mais que uma questão de matiz." (PANOFSKY, 1985, p. 55)

À contraluz da iconologia, o esvaecimento da ordem perspéctica, legitimado pela escola formalista como defesa e autêntica assunção da visibilidade, termina por obscurecer o circini centrum, por assim dizer, a partir do qual se constituem os domínios subjetivo e objetivo da arte renascentista. E se, ainda hoje, a presença "obrigatória" da perspectiva nos desenhos de arquitetura parece sublinhar seu parentesco com a exatidão e objetividade, mediante ela, igualmente, negligenciam-se os desafios postos à Renascença. A tranquila vizinhança desses desenhos alinha-se, de certo modo, ao imediato confronto entre o constructo visual perspéctico - técnica de representação extensível a todas as artes - e a visão pura. Reconsiderando diferentes formas de compromisso entre aparência e ordem imanente, outrora prestigiadas, pode-se não só advertir o caráter ingênuo do "tradicionalismo" arquitetônico hodierno, testemunho do esvaziamento de sentido da perspectiva em nossos dias, como o genérico do "imediatismo" formalista, melhor precisando, as condições e limites em que o desenho de arquitetura pode ganhar seus traços peculiares sob o quadro da perspectiva.

(II) VISIBILIDADE E ESPAÇO ARQUITETÔNICO

Riegl nos ensinou a ver, sabemos, os edifícios de planta central da Antigüidade. Curioso, porém, que exatamente aqueles elementos e qualidades plástico-formais da arquitetura por ele colocados em evidência, e os quais lhe permitiram antever o que havia de radicalmente novo na concepção espacial moderna, aos olhos dos artistas do Renascimento se mostrassem destituídos de maior interesse.

No ano de 1470 Giovanni Aldobrandini rebate, em carta enviada ao marquês de Mantova, o aval dado por Leon Battista Alberti à solução de Michelozzo para a tribuna de S. Annunziata, em Florença, concebida como templo rotundo circunvolto por nove capelas, professadamente inspirado no de Minerva Médica. Àqueles não-habituados com similar proposta, esclarece o arquiteto, ao vê-la edificada compreenderão ser "muito mais bela do que a solução tradicional em cruz". Aldobrandini revida, tendo em mira, precisamente, a caução das igrejas de planta central pelos exempla antigos e a sobriedade de Alberti: "aos que alegam que em Roma [os templos] são edificados nessa forma, digo: aqueles de Roma foram feitos para ornamento de sepulturas dos imperadores (...) Por outra parte, são ornados de mosaicos e outras coisas de grandíssimo dispêndio, e se esta tribuna se fizesse toda branca sem outros ornamentos além das capelas, pareceria uma coisa pobre e despojada, sem nenhum conserto."

Tempo a tempo, no início deste século Riegl dirige o olhar exatamente para os mesmos elementos: o valor colorístico-luminoso dos mosaicos de parede e a livre ornamentação da arquitetura tardo romana, desprendida do *kósmos* grego; deles, em substância, depende a conquista do sentido espacial na arquitetura antiga, pelo qual se rompe por definitivo com o predomínio "tátil" da visão e a dependência do plano em detrimento do volume corpóreo. Na superfície imagética do interior do Panteão, a consonância entre o jogo ritmado das colunas e a sucessão claro-escuro de parede e nichos, nos quais a penumbra faz com que suas profundidades escapem à vista, uma tal disposição se desliga de todo o controle "objetivo" das componentes.

A despeito das similitudes, a atração do Renascimento pela arquitetura tardo romana pende em outro sentido. O cuidado com que Alberti se dispõe a definir, rigorosamente, as relações geométrico-proporcionais das figuras ou esquemas típicos de templos com planta central não deixa dúvidas sobre seu interesse pela *ordo* imanente, referência primeira e ancilar a toda consideração visual. Em um estudo clássico, Howard Burns (1979) mostrou a complexa combinação de sistemas de proporção utilizados por Alberti em um desenho autógrafo de um edifício termal, conservado na Biblioteca Laurenziana de Florença. Segundo notações do punho do próprio arquiteto, o desenho "deveria ser uma clara e simples indicação, mediante linhas corretas e ângulos, do esquema de base do edifício, e privada de qualquer ornamento". Essa marcação entre lineamentum e ornamentum perpassa o arcabouço lógico do

(3) "Lettera di Giovanni Aldobrandini al Marchese di Mantova, 23 marzo 1470", apud F. BORSI (1986, p. 190).

(4) Ed. revisada in BURNS (1980, p. 107).

(5) A posição do arquiteto comparece em notações ao desenho de reconstrução do interior do edifício (cód. Saluzziano): Rafationollo Papa Nicola. Ma molto più lo ghuastò. Dicesi scto Stephano Ritondo, Franco Borsi (1986, p. 38) enfatiza a contraposição, dirigindo-se propriamente a Alberti, cujo vínculo com Rossellino é reiteradamente afirmado a partir dos escritos de Manetti, Matteo Palmieri e Vasari. Sobre o interesse de Francesco Di Giorgio pela categoria albertiana da "beleza inata" e suas divergências em relação ao mesmo Alberti, v. TAFURI, M. "Le chiese di Francesco di Giorgio Martini." In: AA.VV. Francesco di Giorgio architetto. Milano: Electa, 1993. Cf. ainda BURNS, Howard. "I disegni di Francesco di Giorgio agli Uffizi di Firenze" [XX.23. U 330 (a)], in AA.VV. Francesco di Giorgio architetto. Op. cit., p. 345; "Disegni" [Francesco di Giorgio, 102v. (a)], in AA.VV. Leon Battista Alberti, Milano: Olivetti/Electa, 1994, p. 409.

De re aedificatoria e assinala uma mudança de posicionamento diante do antigo crucial para os posteriores desenvolvimentos da arquitetura do Renascimento. Nos templos, termas e demais edifícios da Antigüidade, Alberti visa a esquemas gerais de organização, princípios planimétricos e proporcionais que se lhe apresentam como dotados de universalidade, apropriados ou adaptáveis às necessidades modernas. Tal interesse, pela coordenação das partes do edifício, pelo controle de esquemas planimétricos segundo procedimentos lógicos de partição e disposição geométrico-proporcionais (p. ex., divisão da circunferência nas figuras do hexágono, octógono, pentágono, etc.), pela articulação dos espaços segundo dispositivos utilitários, etc., comparecerá de forma característica nos desenhos in situ realizados por Francesco di Giorgio Martini, em Santa Costanza e S. Stefano Rotondo - não obstante seu desacordo com as modificações "albertianas" na estrutura original do último edifício, sob a comitência de Niccolò V⁵. Mesmo nos esbocos em perspectiva cavaleira de edifícios centralizados, tracados por Leonardo da Vinci, como ressaltou Wolfgang Lotz (1956), "não é a imagem do espaço interior o que importa, mas a clarificação da relação entre a elevação e a planta, bem como a configuração geométrico-estereométrica do edifício, tal como se manifesta admiravelmente no desenho" (LOTZ, 1985, p. 9).

Certo, não basta alertar para o "objetivismo" do desenho renascentista, em contraposição ao valor ótico-pictórico do espaço arquitetônico das edificações centralizadas tardo antigas, o que equivaleria a negligenciar o aspecto ambivalente da planta central, posto em destaque por Riegl mediante o princípio da simetria: "a simetria", observa o historiador, "conecta-se de fato às dimensões do plano, enquanto a profundidade a prejudica, quando não a elimina; por isso, para a arte figurativa de toda a antigüidade, a simetria tem sido o meio mais substancial para demonstrar o isolamento da entidade material na superfície" (op. cit., p. 33). Olhos postos no Panteão, se a arquitetura tardo romana rompe com o plano em favorecimento da curva, ansiosa de profundidade, o recurso à simetria persiste: "o fim comum a toda a antigüidade de representar com clareza a entidade material fechada é confiado, nesta última fase, por grandíssima parte e com deliberada intenção, ao auxílio integrador da consciência subjetiva [i.e., à síntese mental a partir das tomadas de visão no interior do edifício]. Desvinculando-se da superfície, a observância da simetria [na configuração do edifício] advém, mais uma vez, rígida". Posicionando-se ante o problema do espaço, a arquitetura romana assim o faz "só enquanto este, cubicamente mensurável e impenetravelmente fechado, se conecte à entidade material", não o concebe "como grandeza infinita e privada de forma, e nisto se diferencia da arquitetura moderna" (idem, p. 36 e 59). Constatação que nos força a reconhecer, como ponto de contato entre a espacialidade da arquitetura tardo antiga e a própria do desenho e arquitetura renascentistas, exatamente aquele elemento que as diferencia de modo radical, qual seja: a cognição da entidade corpórea, regulada por simetria e comensurabilidade.

Ao frisar que no interior dos edifícios centralizados a visão se subsume à síntese mental, ao "auxílio integrador da consciência subjetiva", Riegl repõe o

(6) ALBERTI, Leon Battista. *Da pintura*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989 – cf., sobretudo, *Livro Segundo*, § 26, p. 96.

(7) É singularmente feliz a solução encontrada por Francesco di Giorgio para a difícil tradução do texto vitruviano e, em particular, da última espécie de desenho, ao reiterar, no italiano, a ambigüidade de definição da cenografia como "adombratione" (adumbratio, no latim) da fachada e dos lados. terminologia que tanto pode referir ao desenho como ao sombreamento. Tal clivagem semântica e as invectivas de Alberti contra o sombreamento têm repercussões significativas sobre as interpretações renascentistas da cenografia e a oscilação do termo entre scenographia e sciographia, cf. BALDRICH (1993 n 15-33) Ainda Panofsky conjecturava acerca do sentido original do texto latino (op. cit., notas 19-20), Cf. LOTZ. op. cit.; LIGHT (1984, p. 15-17); VITRUVIUS (Livro Primeiro, cap. 2, 1983. p. 16-17). Sobre a correlação entre skenographía e a skiagraphía, cf. ainda GOMBRICH. "El legado de Apeles", op. cit.

divisor hildebrandiano entre as representações visual e abstrata da forma. Também aqui a questão não passou inadvertida no Renascimento, proporcionando o principal complicador para o estudo das espécies de representação (planta, elevação, perspectiva, etc.) e de sua eficiência, tanto no esquadrinhamento da "forma et figura" do edifício como na apreciação dos "praecepta" arquitetônicos — enfim, para o que, convencionalmente, e de modo abreviado, veio a ser definido como assunção do desenho enquanto problema de visibilidade.

(III) PERSPECTIVA E ARQUITETURA

Como modo de ver perfilado com rigorosa observância das medidas objetivas e aparentes, a perspectiva parece ser a pedra-chave da intenção artística própria à arquitetura do Renascimento. Em seus estudos sobre Brunelleschi, Rudolf Wittkower (1953) esquadrinhou as condições arquitetônicas de tal prerrogativa perspéctica, ensinando-nos, em sua senda, que "a diferença entre arquitetura e pintura seria mais de índole técnica do que de gênero" (1979, p. 554). Foi, porém, Wolfgang Lotz quem corretamente avaliou, malgrado o já pitoresco infortúnio da tradução italiana de Cosimo Bartoli por ele utilizada, as restrições feitas no *De re aedificatoria* ao recurso à perspectiva na arquitetura.

"Entre o desenho do pintor e o do arquiteto", Alberti pondera, "tem-se a seguinte diferença: aquele se esforça em fazer ressaltar sobre o painel objetos em relevo mediante sombras e diminuição de linhas e ângulos; o arquiteto, por sua vez, evitando as sombras, reproduz os relevos mediante o desenho da planta, e representa em outros desenhos a figura e a extensão de cada uma das fachadas e dos lados, servindo-se dos verdadeiros ângulos e de linhas não deformadas, como quem quer que sua obra não seja julgada pela aparência, mas avaliada exatamente com base nas dimensões definidas." (ALBERTI, Livro Segundo, cap. 1, 1966, p. 98)

Passagem notável se tem-se em conta que, no *De pictura* (1435), Alberti exalta a perspectiva pictórica pelo valor propriamente prospectivo, projetivo, antecedente à arquitetura por sua capacidade de fazer ver o que ainda não existe⁶. No *De architectura* Vitrúvio declara valer-se o arquiteto de três tipos de desenho – icnografia, ortografia e cenografia; no primeiro, em planta, faz-se mister o "adequado uso da régua e do compasso"; nos seguintes, porém, a ênfase recai sobre a aparência: a elevação é uma "imagem [ou ainda, uma imagem pintada], de tamanho reduzido, com as mesmas proporções da obra futura"; a vista do edifício, um "desenho [ou ainda, um desenho sombreado] não só da fachada mas também incluindo lados, pelo concurso de todas as linhas ao ponto central". Com o Trattato, de Francesco di Giorgio, a tríade dissemina por todo o Renascimento⁷. O texto albertiano, porém, investe: nem scaenographia, nem skiagraphia; perspectivações e sombreamentos estão interditados à arquitetura. Para o controle e pleno domínio da forma arquitetônica, o

(8) Destaca-se no *De re aedificatoria* a descrição
das termas antigas: "O
ingresso no átrio se faz
através do vestíbulo
principal (...) Deste
vestíbulo maior se passa a
outro mais estreito (...)
Deste último se apresenta
aberta uma ampla saída
em direção a uma vasta
área descoberta. À
extremidade direita e
esquerda de tal área (...)":

op. cit., *Livro Oitavo*, cap. 10, p. 768-ss.], cf. CHOAY

(1979, p. 31: "Alberti

antecipa a 'promenade architecturale'").

(9) Opinião compartilhada. dentre outros, por BENEVOLO, Leonardo (1981): "Estas obras (...) se reduzem de certo modo, a problemas de decoração mural: o que prova até que ponto Alberti menospreza (...) o caráter de vinculação no espaco que desempenham as formas clássicas normatizadas. A nova arquitetura é concebida como um nobre cenário de elementos proporcionados entre si harmoniosamente para que possam ser contemplados quase como um quadro, e possam enobrecer a cidade tradicional sem desvirtuar seu caráter", vol. I, p. 152-53; cf., a esse respeito, as ressalvas de MOROLLI, Gabrielle (1995, especif. p. 122-ss).

recomendável será "meditar e meditar sobre a obra em seu conjunto e a medida das suas singulares partes, servindo-se não apenas de desenhos e esboços mas também de modelos feitos em madeira ou outro material, e valendo-se sempre do conselho dos espertos; só depois de tal exame poderemos enfrentar os encargos da empresa" (DE RE AEDIFICATORIA, p. 96).

Tais considerações colocam em foco as condições de visibilidade peculiares da arquitetura. Perspectivas à cavaleira testemunham a dificuldade de obter-se uma visão de conjunto dos edifícios, incrementada quando o ponto de vista está fixado no interior. Para Alberti, contudo, a possibilidade de o espectador promanar pela obra, longe de paliativo, põe-no em vantagem sobre o pintor: percorrendo o edifício pode se inteirar de sua beleza imanente, vale dizer, julgá-lo "não pela aparência, mas com base nas dimensões definidas". Esse caráter "kinestético" não se patenteia apenas para os complexos arquitetônicos⁸, espacos interiores simples vêm igualmente a demandá-lo: nenhuma outra edificação mostra melhor as limitações da perspectiva do que a rotunda, na qual, para retomar a fórmula riegliana, todo esforço de integração é instabilizado pela visão parcial, tomada do interior. Os ajuizamentos de Alberti cingem aspectos característicos de sua arquitetura, como a atenção pela superfície mural (com frequência depreciada a "arquitetura de fachada"), a relevância da parede na articulação entre numerus, finitio e collocatio (definição, dimensionamento e disposição das partes) e a qualidade cinética desta articulação parietal, i.e., o modo dinâmico de apreensão das "dimensões definidas". No interior da Igreja de S. Andrea, em Mântua, a adocão de nave única, suprimindo as colunatas e naves colaterais, atrai o olhar para as paredes. as quais, articuladas com três nichos nas laterais, conclamam à promenade por meio da rhythmische Travée.

Preterindo a proscrição albertiana, no Renascimento os "problemas" de visibilidade da arquitetura acabam enfrentados, tanto quanto possível, em proveito da perspectiva. As perspectivas interiores do Panteão e do Tempietto, reunidas no Codex Coner, expõem, assim, suas próprias limitações ao impor um distanciamento do ponto de vista impossível na realidade. Não obstante, a ênfase aí está no espaço visual da arquitetura, registrada de modo significativo pelo sombreamento dos desenhos (embora neles o claro-escuro esteja longe de alcançar o valor atmosférico-luminoso da espacialidade própria à arquitetura tardo romana e ao Tempietto de Bramante). Aparência e ordem objetiva, longe de escindidas, convêm, averiguou Wittkower, em unidade harmônica.

Malgrado a controversa originalidade do desenho dos Uffizi com a vista interior do Panteão, parece razoável o argumento de Wolfgang Lotz que liga os pictóricos enquadramentos parciais da visão, as vedutas e pinturas de interiores quinhentistas, à experiência estética decorrente da "soma de muitas vistas". Reportando-se a Kauffmann, Lotz destaca o "espaço abstrato, propriamente, a gravitar por completo sobre si mesmo e cuja ênfase reside em seu centro"; na Capela Chigi, de Rafael, "é preciso o efeito 'acumulado' de muitas impressões para captar e compreender o espaço interior". A combinação de projeção

(10) Idem, p. 21-25; cf. também as ponderações de Christoph L. FROMMEL (1994).

(11) Posto que a perspectiva não se desliga da intelecção da ordem imanente, a advertência de Alberti diz respeito às suas insuficiências para o controle integral da forma arquitetônica; por sua vez, no enquadramento pittoresco e na coordenação de vistas parciais tem-se em consideração, mais propriamente, as limitações de seu "objetivismo".

(12) "Harmonia de massas, de cores e qualidades: eis onde Alberti, e com ele todos os demais teóricos do Renascimento, via a essência da beleza. Isto o ajudou para que triunfasse (e o triunfo devia perdurar por muito tempo) precisamente aquela definição da Beleza que Plotino havia combatido com denodo porque abarcava somente as características exteriores. porém não o fundamento interior e o significado da própria Beleza, qual seja: 'συμμετρια των μερων προς αλληλα και προς ολον, το τε της ευχροιας προστεθεν'."; PANOFSKY, Erwin. Idea. 1985, p. 53 [a citação de Plotino remetese a Ennead. I, 6: (sobre a definição da beleza como) "harmonia das partes entre si e com o todo. unida a uma boa combinação das cores"; PLOTINO. "Sobre a beleza", in Enéadas, 1992, Livro Primeiro, cap. 6, 20-25, p. 276].

ortogonal e perspectiva, característica dos desenhos de edifícios secionados feitos por Giuliano da Sangallo, Peruzzi ou Antonio da Sangallo, sinaliza para vínculos mais tensos, por assim dizer, entre domínio objetivo e apreensão visual¹⁰.

Enfim, por sedutor que seja considerar essas palavras como antecipadoras tanto do "olho em movimento" que Apollinaire cria na tela dos pintores cubistas, como da "abstração" com que Worringer tinha o primitivo, o contexto aqui é outro. Por mais permissíveis que se tornem as liberdades de regra, ao reverso do rigorismo construtivo, elas não ambicionam a contraposição ao "ilusionismo" perspéctico, cara aos dois formalistas¹¹. É significativo, no entanto, que o nítido contraste dos domínios próprios à "forma aparente" e à "forma real" acabe perdendo de vista o campo intermédio, espécie de lusco-fusco no qual se perfila a visibilidade artística do Renascimento.

(IV) VISIBILIDADE E ORDEM LÓGICA

Com a exclusão da perspectiva dentre os desenhos de arquitetura, prescrita no *De re aedificatoria*, entrevêem-se níveis complexos de compromisso entre visibilidade e intelecção da ordem arquitetônica. No contexto da tratadística, convém tê-los em conexão a outro diferencial, preliminar e constitutivo da arte edificatória, i.e: a distinção de desenho (*lineamentum*) e estrutura (*structura*), subjacente ao desenvolvimento triádico da arquitetura segundo a necessidade, comodidade e beleza.

Aconselhando a construção de modelos para melhor domínio projetual do edifício, Alberti adita aos expedientes perspécticos e de sombreamento um interdito final: "exibir modelos coloridos, ou que se tornam atraentes pela pintura, indica que o arquiteto não pretende simplesmente representar seu projeto, mas por ambição trata de atrair com exterioridades o olho do espectador, distraindo sua mente de um ponderado exame das várias partes do modelo por fartá-la de maravilhas." (DE RE AEDIFICATORIA, Livro Segundo, cap. 1, p. 98). Ao horizonte da scaenographia e skiagraphia vem, assim, a reunir-se a eukhroia antiga; porém agora as coisas mudam de figura. Assertiva desconcertante, à primeira vista sugere que o princípio da concinnitas, definidor máximo da excelência artística, escinde-se na arquitetura daquele liame celebrizado por Panofsky como triunfo do Renascimento sobre a definição plotiniana da beleza¹². "Antes de tudo", lê-se, no Da pintura, "é preciso verificar se todas as partes se harmonizam entre si; e estarão em harmonia se se corresponderem, de modo a formar uma só beleza, com respeito a tamanho, finalidade, caráter, cor e outras qualidades similares." (LIVRO SEGUNDO, § 36, p. 108). Se a concinnitas comparece na pintura inexoravelmente unida ao estofo sensível, na arquitetura aparenta despir-se desse paramento, a ascender mais um ponto em direção à idéia. Ou será que o arquiteto, pelo escrutínio da ordo imanente, desvela a res extensa liberada do "engano dos sentidos"? Lidas na página da tratadística, porém, as palavras de Alberti ganham outro matiz.

(13) Sobre os modelos para a cúpula, cf. BATTISTI, E. *Filippo Brunelleschi* (1989, p. 122).

(14) VI, 2, p. 448; sobre a relação entre a beleza inerente e a ornamental. Rudolf Wittkower, em seu estudo Princípios da arquitetura na idade do humanismo (1949). ressaltou a importância da coluna nas investigações de Alberti. Na arquitetura romana, mural, a coluna vem adoçada à superfície da parede, diferentemente da arquitetura grega, na qual possui função portante. "Para uma mente metódica como a sua", observava o historiador, "a incompatibilidade entre a qualidade tridimensional e plástica da coluna e o caráter plano do muro devia se tornar evidente. Em seu último período Alberti solucionou as contradições teóricas substituindo por pilastras as colunas. A pilastra é a transformação lógica da coluna para a decoração do muro"; WITTKOWER (1988, p. 42). No ensaio La Colonne, Le Mur, Hubert Damisch critica, com meticulosidade, essa interpretação wittkoweriana da coluna enquanto ornamento a ser compatibilizado com a tectônica mural: a coluna. observa o autor, mesmo quando adoçada ao muro, sempre é considerada por Alberti em relação ao valor de estrutura, i.e., como "reforço do muro"; DAMISCH (1979, p. 18-25). Estudos recentes têm mostrado, contudo, como o expediente de "coerência" entre estrutura e ornamento apontava diretamente para elementos decorativos "acessórios". Ornatos e sintaxe clássica, mais do que conceder

Porque o lineamento objetiva o "modo exato de unir linhas e ângulos" (DE RE AEDIFICATORIA, op. cit., Livro Primeiro, p. 18), a justa proporção e disposição das partes desliga-se da prosódia perspéctica, sempre acondicionada ao aparente. Os modelos possibilitam acréscimos, diminuições e modificações da composição até que se alcance, "sem nenhum dispêndio", a solução conveniente (Idem, Livro Segundo, cap. 1, p. 96); intermediários entre o desenho e a execução, ligam-se à "estrutura", ao engenho de soluções construtivas como a da cúpula de Santa Maria del Fiore, para a qual Brunelleschi fez amplo recurso aos mesmos – razão por que comparecem no livro segundo do De re aedificatoria, dedicado aos materiais, e não no primeiro¹³. Ainda, expediente perspicaz às conveniências na ordem da necessidade e comodidade (materiais apropriados, soluções técnicas pertinentes, etc.), arreda-se, na mesma medida, dos atrativos propriamente visuais. Longe de Alberti renegar a aparência em prol da idéia, trata-se, aqui, da definição de prioridades. Nesse sentido, é significativo que, ao aclarar a esfera própria da beleza, o arquiteto reviva a imagem das cores. Em desfecho à digressão preliminar sobre os benefícios da beleza, ultima: "inútil estender-se sobre este ponto. Em qualquer lugar é possível constatar como, dia a dia, a natureza não cessa nunca de se entreter com uma proliferação das belezas: entre os muitos exemplos basta recordar as tinturas das flores." (Idem, ibidem, Livro Sexto, cap. 2, p. 444).

Reconciliada à pintura, a arquitetura não pode infringir as condições de visibilidade que lhe são próprias. Ademais, o cotejo entre lineamento e aparência deve revistar um distintivo final, ínsito na beleza. Diante das qualidades intrínsecas da obra, Alberti observa, o arquiteto se compraz com a pulcritude (pulchritudo) - proporcionalidade, concordância das partes ou, acrescente-se, conveniência dos materiais, das cores; como o branco, p. ex., para a parede dos tempos -, a ela, porém, alia-se o ornamento (ornamentum), a felicitar a vista com acessórios. Tênue distinção de estesias, já se insinua nos caprichos da natureza. "Se não me engano", esclarece, "fazendo uso de ornamentos, ou seja, recorrendo a tinturas, [os arquitetos-pintores] escondem as partes que incomodavam à vista, e enfeitando e acentuando as partes mais belas, obtêm o efeito de tornar a umas menos fastidiosas e a outras mais agradáveis. Se isto é verdade, pode-se definir o ornamento como uma sorte de beleza auxiliar ou de complemento. "14 Ao inerente e imprescindível à edificação tange a prima beleza, de tal forma que "nada se pode mudar a não ser em prejuízo da unidade e concordância do todo", a segunda, por implicação, compreende não só adornos e revestimentos, mas tudo o que esteja tingido pela variância (varietas). Como no multicolorido das flores, as pedras da arquitetura, os mármores das diferentes regiões (pense-se na Igreja de S. Maria Novella, em Florença), advertem para esse domínio da arte edificatória sensível à variedade de soluções.

E aqui chegamos ao ponto central. Se Alberti, ao comparar os desenhos do arquiteto e do pintor, discerne uma visibilidade orientada de todo em todo para

visibilidade à ordem tectônica - como faz a marcação ornamental de base-fuste-capitel -. apresentavam flagrantes contradições: como, p. ex., a combinação de entablamento e arco, ou entablamento e muro, centro das investigações de Brunelleschi sobre a arquitetura clássica; cf. THOENES, Christof. "'Spezie' e 'Ordine' di colonne nell'architettura del Brunelleschi", In: AA.VV. Filippo Brunelleschi (1980. p. 459-69) [v., ainda, as ponderações de Volker Hoffmann a respeito das hipóteses de Thoenes e sobre a Sacristia Velha da basílica de Santo Espírito. em Florença; HOFFMANN, id., ibid., p. 447-58].

(15) Cf. Livro Nono, cap. 5, "Os juízos sobre a beleza não dizem respeito a opiniões individuais mas a uma faculdade cognitiva inata da mente", p. 812; "Em qualquer coisa que percebamos pela vista, audição ou outro sentido, subitamente advertimos isto que corresponde à harmonia", p. 814.

(16) Convém enumerar os procedimentos artísticos da seguinte forma: "mimese fidedigna" ou "estilização"; "princípios de representação" ou "formas de visão"; "composição linear" ou "pictórica"; etc. Pode-se dizer que a questão toda reside nesta presença da conjunção combinativa ou, lícita para a discriminação de procedimentos, mas não quando se trata de identificá-los a impulsos criativos singulares, excludentes entre si.

(17) A razão de Worringer considerar os afãs de estesia indissociáveis na obra de arte deve-se mais a imperativo lógico (posto corresponderem – e aqui se

as "medidas verdadeiras" (*ousíai symmetríai*, na terminologia antiga), não o faz com o intuito de arrostar duas atitudes essencialmente distintas, responsáveis por esferas artísticas excludentes entre si. Arquitetura e pintura contemplam um mesmo cosmo, cuja *ordo* imprescinde daquele que a admira; ou seja, o interesse do artista pela ordem intrínseca da natureza ilumina-se sempre pela complacência que esta desperta antes mesmo de ser conhecida¹⁵. No encômio da *ratio innata* conjugam-se númeno e fenômeno; o princípio de imanência, longe de avalizar a "objetividade" artística, obstrui-na: não se alcançam as razões próprias de algo, a coordenação entre partes e todo, mediante uma atividade cognitiva "imparcial", avessa aos atrativos e apelos "subjetivos". Nada há nas palavras de Alberti que autorize um afastamento abismal entre sujeito e objeto. Desse modo, parece pertinente comedir as permutas e proibições que a modernidade impõe ao Renascimento, e pelas quais pode fiar na perspectiva histórica os desafios visados no formalismo.

Se Fiedler, Hildebrand, Apollinaire e tantos mais denunciam, na ordem perspéctica, algo de constrangedor – nem visão "pura", *Sichtbarkeit!*, alertam uns, nem "clareza" objetiva, *Sachlichtkeit!*, altercam outros –, assim o fazem por um só motivo: somos nós, modernos, que, depois de Descartes, não nos privamos de vê-la sob o prisma do "problema sujeito-objeto". Orientada por questões de teoria do conhecimento e, em particular, pelos princípios de racionalização do espaço, a perspectiva se desvia da *quaestio* diretriz das reflexões sobre arte na renascença, isto é, o enlace entre o sensível e o inteligível implicado na métrica clássica. No entanto, mediante tais clivagens a crítica moderna pode apontar para motivações estéticas que aos seus olhos se revelam fundamentais, e, destarte, reconhecendo no vértice da perspectiva a conjunção de aparência e objetividade, comutar o ponto de vista em ponto de mira.

Os ajustes que se firmam com a invectiva ao constructo perspéctico comportam implicações de grande envergadura. Quanto mais o formalismo se esmera em distinguir a cognição própria da arte e a do pensamento científico, tanto mais se silencia sobre a liceidade de o principium individuationis dos procedimentos artísticos aspirar ao estado da criação 16. Ora, o esquadrinhamento das atitudes artísticas respectivas aos domínios visual e objetivo respeita sempre as disjunções de natureza lógica, porém a coerência alcançada na arte não necessariamente corresponde à exigida pela episteme¹⁷. Contra tal simetria se voltaram, no Quinhentos, escritores como Zuccari e Borghini, questionando a hipotética artisticidade do rigorismo perspéctico; corridos os séculos, a crítica atinge outras proporções. Mas aqui não se trata de mera coincidência, nela se flagra o sentimento de atração e repulsa que a modernidade externa pela perspectiva. Cristal de límpida transparência, o constructo parece conquistar posto permanente no terreno árido e insípido dos "entes de razão", impregnando-o com sua ambiência. Na praxe artística a fortuna gira, mas convém moderar seu ultimato: quer penda para a objetividade, quer para a aparência, o fiel será sempre o mesmo, a marcar "claridade" na

revela o kantismo do autor – a duas disposições anímicas fundamentais da natureza humana) do que ao pleno reconhecimento do problema ora levantado. De maior significação, porém, é o fato de seus afãs virem quase sempre tomados, historicamente, como princípios independentes.

arte. Nesse ponto, ainda que conspurcada a retícula, o *occhio* da perspectiva se alinha à *anschauung* do formalismo. O afinco em apurar todo o aleatório, arbitrário e exterior à visão (emoções, significados, elaborações mentais superiores, etc.), constituindo uma ordem de necessidade específica da "forma pura", radicaliza, em último extremo, uma posividade afirmada pela própria perspectiva. Sem lugar para acaso, embora a modernidade cada vez mais se identifique com a "obra aberta" barroca, recém-salva da obscuridade – ou das Luzes – e celebrada como ordem visual em tudo reversa à perspectiva, jamais poderá renegar sua terra natal.

Bibliografia

AA.VV. Francesco di Giorgio architetto. Milão: Electa, 1993.

____. Leon Battista Alberti. Milão: Olivetti/Electa, 1994.

ALBERTI, Leon Battista. *Da pintura* (1435). Trad. de Antonio da Silveira Mendonça. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

_____. De re aedificatoria (1452). Ed. Bilíngüe. Trad. de Giovanni Orlandi. Milão: Ed. Il Polifilo, 1966. APOLLINAIRE, Guillaume. Los pintores cubistas: Meditaciones estéticas (1913). Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1964.

BALDRICH, José M. G. La interpretacion de la "scenografia" vitruviana o una disputa renascentista sobre el dibujo del proyecto. *Revista de Expresion Grafica Arquitectonica*, Valencia, n. 1, 1993.

BATTISTI, E. Filippo Brunelleschi (1976). Milão: Electa, 1989.

BENEVOLO, Leonardo. História de la arquitectura del Renascimiento: La arquitectura clássica (del siglo XV al siglo XVIII). Trad. de María T. Weyler. Barcelona: Gustavo Gili Ed., 1981.

BORSI, Franco. Leon Battista Alberti: opera completa (1973). Milão: Electa, 1986.

BURNS, Howard. A drawing by L. B. Alberti. Revista A. D., Londres, v. 49, n. 5-6, 1979.

____. Un disegno architettonico di Alberti e la questione del rapporto fra Brunelleschi ed Alberti. In: *Filippo Brunelleschi: la sua opera e il suo tempo.* Firenze: Lentropi, 1980.

CHOAY, Françoise. Alberti et Vitruve. Revista A. D., Londres, v. 49, n. 5-6, 1979.

COLI, J. Um manuscrito inédito de Tommaso Minardi ou sobre os poderes da Geometria. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas: Ed. Unicamp, n. 1, 1994.

DAMISCH, H. La colonne, le mur. Revista A. D., Londres, v. 49, n. 5-6, 1979.

FIEDLER, Konrad. Sobre el origen de la actividad artistica (1887). In: *Escritos sobre arte*. Madri: Visor, 1991.

FROMMEL, Christoph L. Sulla nascita del disegno architettonico. In: AA.VV. *Rinascimento da Brunelleschi a Michelangelo. La rappresentazione dell'Architettura.* Milão: Bompiani, 1994.

GOMBRICH, Ernst. *El legado de Apeles. Estudios sobre el arte del Renacimiento* (1976). Trad. de A. Dieterich. Madri: Alianza Ed., 1985.

HILDEBRAND, Adolf von. *El problema de la forma en la obra de arte* (1893). Trad. de María I. P. Aguado. Madri: Visor, 1988.

HOFFMANN, V. L'origine del sistema architettonico del Brunelleschi. In: AA.VV. Filippo Brunelleschi. La sua opera e il suo tempo. Firenze: Lentropi, 1980.

KRIS, E.; KURZ, O. Legend, myth, and magic in the image of the artist. Yale: Yale University, 1979.

LIGHT, Meg. L'edificio a pianta centrale. Lo sviluppo del disegno architettonico nel Rinascimento. Firenze: Leo S. Olschki Ed., 1984.

LOTZ, Wolfgang. La representación del espacio interior en los dibujos de arquitectura del Renacimiento Italiano (1956). In: *La arquitectura del renacimiento en Italia. Estudios*. Trad. de Jorge S. Avia. Madri: Hermann Blume, 1985.

MOROLLI, Gabriele. I "templa" albertiani: dal trattato alle fabriche. In: Leon Battista Alberti. A cura di J. Rykwert & A. Engel. Milão: Olivetti/Electa, 1995.

PANOFSKY, Erwin. *Idea. Contribución a la historia de la teoria del arte* (1924). Trad. de María T. Pumarega. Madri: Ed. Cátedra, 1985.

____. La perspectiva como "forma simbólica" (1924). Trad. de Virginia Careaga. Barcelona: Tusquets Ed., 1985.

PLINIO, IL VECCHIO. *Storia delle arti antiche/naturalis historia (Libri XXXIV – XXXXVI)*. Testo critico. Trad i commento di Silvio Ferri. Milão: Rizzoli, 2000.

PLOTINO. Sobre a beleza. In: Enéadas. Introd. e trad. de J. Igal. Madri: Ed. Gredos, 1992.

RIEGL, Aloïs. Arte tardoromana (1901). Trad. de Licia C. Ragghianti. Torino: Einaudi Ed., 1959.

TAFURI, M. Le chiese di Francesco di Giorgio Martini. In: AA.VV. Francesco di Giorgio architetto. Milão: Electa, 1993.

THOENES, Christof. "Spezie" e "Ordine" di colonne nell'architettura del Brunelleschi. In: AA.VV. Filippo Brunelleschi. La sua opera e il suo tempo. Firenze: Lentropi, 1980.

VITRUVIUS. *The Ten Books on Architecture*. Trad. de Frank Granger. Loeb Classical Library, Harward University Press, 1983.

WITTKOWER, Rudolf. *Architectural principles in the age of humanism* (1949). Londres: Academy Editions-London/Nova York: St. Martin's Press-New York, 1988.

WITTKOWER, Rudolf. Brunelleschi y la "proporción en la perspectiva" (1953). In: Sobre la arquitectura en la edad del humanismo. Trad. de Justo G. Beramendi. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1979.

WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte* (1915). Trad. de João Azenha Jr. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ed., 1984.

WORRINGER, W. *Abstracción y naturaleza* (1908). Trad. de Mariana Frenk. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1966.

Palavras-Chave (Key Words)

Perspectiva geométrica, visualidade, tratados, Renascimento, Alberti.

Geometrical perspective, visibility, treatises, Renaissance, Alberti.

Mário Henrique Simão D'Agostino

Professor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto e professor orientador no curso de pós-graduação da FAUUSP.

Sabrina Studart Fontenele Costa

osta | ora: eiro

RAIA DE IRACEMA E A REVITALIZAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro

048

RESUMO

A praia de Iracema se desenvolveu a partir da instalação do porto exportador de produtos cearenses e, apesar de pouco integrado à vida social do centro da cidade, foi fundamental para o crescimento econômico de Fortaleza. Depois da transferência desse equipamento para uma outra área da cidade, seus edifícios armazéns e casas comerciais ligados às atividades portuárias - ficaram abandonados. Somente em meados da década de 90 a região começou a receber fortes investimentos governamentais - obras de grande porte que transformaram a realidade espacial da área. Em 1998, o governo do estado, buscando consolidar seu desempenho na área, estimulou a intervenção do Programa Cores da Cidade em diversos edifícios históricos da área. Assim, parte do patrimônio arquitetônico da área teve suas fachadas restauradas e seus interiores adaptados para usos novos, principalmente de lazer e turismo. A restauração dos antigos edifícios gerou uma forte especulação imobiliária que afastou parte da antiga classe artística e estimulou o aparecimento de bares, restaurantes e boates. Essas novas atividades contribuíram para consolidar a praia de Iracema como o maior pólo de turismo de Fortaleza. Este artigo busca realizar um breve panorama do tratamento dado ao patrimônio arquitetônico localizado na antiga área portuária de Fortaleza.

ABSTRACT

Iracema beach developed following the installation of a port designed to export products from the state of Ceará; in spite of not being part of the social life happening in downtown Fortaleza, it was fundamental for the economic growth of this city. When the port moved to another area of the city, some of its buildings - warehouses and trading offices associated with the port activities were abandoned. Only in the mid 90s did the local government invest heavily in this area, building large projects that changed the area's spatial characteristics. In 1998, the state of Ceará government, encouraged Programa Cores da Cidade (Colors of the City Program) to renovate several historical buildings in an effort to consolidate its achievements in this area. Thus, part of the architectural patrimony had its facades restored and the interiors refurbished for new uses, mainly leisure and tourism activities. The renovation of the old buildings brought intense property speculation, which caused some of the former residents (mostly artists) to move away and attracted bars. restaurants and nightclubs. These new activities helped shape Iracema beach into the largest tourism hub in Fortaleza. This article provides an overview of the treatment given the architectural patrimony in the old port area of Fortaleza.

Breve histórico da área

O estudo da formação urbana da praia de Iracema encontra-se, diretamente, ligado ao desenvolvimento das atividades portuárias em Fortaleza. Nos primórdios de sua ocupação, já se verificavam dois núcleos de desenvolvimento – o centro e a praia – demarcados em mapas e cartas de diversos períodos.

O porto fora instalado em continuação ao núcleo de povoação original, após a margem do rio Pajeú, até então limite leste da pequena vila de Fortaleza. Até meados do século 19, suas instalações eram precárias e bastante ineficientes, contando, basicamente, com uma ponte e uma área de desembarque próxima à praia. Com o aumento de sua atividade, possibilitado pelo aumento das exportações de algodão, a área adquiriu feições de um porto típico. Alguns galpões, armazéns e comércio atacadista – que fornecia suporte e viabilidade à atividade portuária – começaram a ocupar a área entre o Seminário Episcopal e a praia, em uma região conhecida como Prainha.

A faixa litorânea se mostrava isolada do restante da cidade, sendo ligada ao núcleo central, principalmente, por duas vias – a rua da Alfândega e rua da Praia – e, no final do século 19, por um ramal ferroviário e uma linha de bonde.

"O comércio de exportação ocupara as áreas entre a Sé e a Praia Formosa, dado apenas pela proximidade do porto de embarque, mas sem praticamente explorar as visuais para o mar, constituindo-se, na verdade, em uma barreira entre a Praia e o Centro da cidade." (ROCHA JR., 2000, p. 117)

Até o início do século 20, a então Prainha – como era denominada a faixa litorânea da praia de Iracema na época – tinha como principal atividade a exportação de algodão, café, couro e cera de carnaúba produzidas no Ceará. Era marcante, na paisagem do bairro, a presença dos edifícios do Seminário da Prainha e a Casa Boris. Este último, localizado na antiga travessa da praia (atual rua Boris), perpendicular à rua da Praia (hoje avenida Pessoa Anta), foi fundada em 1869, tendo como razão social a firma "Théodore Boris & irmão", responsável pelo comércio e exportação de produtos cearenses.

Em meados da década de 20, a área começou a despertar o interesse das classes mais altas. A praia do Peixe, área litorânea mais a leste da praia de Iracema, marcada por um vasto coqueiral, passou a ser vista como espaço de lazer da elite fortalezense. O local foi ocupado por casas de veraneio das famílias mais ricas e teve seu nome mudado para praia de Iracema. Esse espaço da cidade, antes famoso pela presença dos pescadores, passou a ser um dos cartõespostais de Fortaleza por sua beleza natural.

Nessa mesma época, já se discutia a retirada do porto da área, considerada muito próxima ao centro. Segundo os especialistas, o lugar mais adequado era a enseada do Mucuripe, a leste do centro da cidade. Essa transferência só aconteceu no final da década de 40. Ainda segundo Rocha Jr., "as implicações com a construção do Porto do Mucuripe interrompiam três décadas de glória, destruindo a privilegiada paisagem praiana, restando apenas pequenos trechos de praia utilizáveis" (ROCHA JR., 2000, p. 119). Em conseqüência disto, ocorreram

diversas alterações nos usos do solo, pois a ocupação típica da área era justificada pela adjacência ao porto. Diversos armazéns e casas comerciais ligados às exportações foram abandonados, algumas residências antigas passaram a ser ocupadas por usuários mais pobres e outros edifícios tiveram prostíbulos instalados. O entorno do ramal ferroviário da praia de Iracema passou a ser ocupado por população de baixa renda, formando a Favela do Poço da Draga (SCHRAMM, 2001).

Erros na construção do novo porto deram início a um processo de assoreamento da faixa de praia a oeste, passando a representar uma ameaça às casas de veraneio.

"A destruição de parte do casario e a drástica redução da faixa de praia iriam provocar o abandono dos usos que lá se verificavam: o balneário entrou em decadência e os pescadores, em sua maioria, partiram para outras praias." (SCHRAMM, 2001, p. 43)

O bairro foi, durante muitos anos, caracterizado como residencial e habitado, principalmente, por uma população de classe média baixa. No início dos anos 70, a praia de Iracema iniciou uma mudança em seu quadro de estagnação, quando os intelectuais e artistas fortalezenses escolheram os bares lá existentes como reduto da boemia (SCHRAMM, 2001).

No final dos anos de 1980, intensificou-se o processo de mudança no uso e ocupação do bairro. Nesse período, por forte pressão popular, a praia de Iracema foi reconhecida como patrimônio histórico da cidade pela aprovação de uma lei que designava a área como Zona Especial (ZE) – Área de Interesse Urbanístico. Esta estabelecia diretrizes que tentavam compatibilizar o uso residencial e de lazer no bairro e procuravam deter o processo de verticalização, o qual já acontecia em toda a cidade (SCHRAMM, 2001).

Legislação e patrimônio da área

A Câmara dos Vereadores de Fortaleza aprovou, em 29 de agosto de 1995, a lei a regulamentar o uso e ocupação do solo na praia de Iracema. Assim, o bairro foi dividido em três setores para os quais foram estabelecidas diferentes normas de ocupação.

O setor O1 abrange a área do Poço da Draga e o entorno do qual foi implantado o Centro Dragão do Mar. Por ser considerada de *revitalização urbana*, é permitido que as construções ali existentes – grande parte construída na década de 10 – sejam derrubadas e substituídas por edifícios de até 16 andares. Também deve ser incentivada a implantação dos usos habitacional, cultural, de lazer e de hotelaria. O setor O2 foi considerado *área de preservação* e corresponde à rua dos Tabajaras e adjacências, entre a Ponte dos Ingleses e a Igreja de São Pedro. O setor O3 foi destinado à *renovação urbana* – abrange as quadras ao norte da avenida Historiador Raimundo Girão até a rua Idelfonso Albano – e incentiva os usos habitacional e de hotelaria.

pós-

É importante destacar que a legislação não define, formalmente, os termos renovação e revitalização urbana, embora seja possível compreender o que se pretende por meio daquilo que se pode e não se pode fazer em cada setor. Aliás, nesse sentido, o que se define como "área de revitalização" deveria ser denominado "área de renovação", pois se pretende substituir as edificações existentes.

Com relação, ainda, à noção de preservação urbana, a legislação esclarece: "envolve a manutenção do ambiente, no tocante ao parcelamento do solo, à volumetria e às características das edificações e às relações entre o espaço edificado e o espaço não edificado" (LEI N. 7814, de 30/10/1995). Porém, a lei ignora o valor das edificações do setor 01 como registro histórico das atividades do antigo porto e como patrimônio cultural da cidade. Valoriza apenas as edificações próximas ao calçadão da praia de Iracema (setor 02).

A VALORIZAÇÃO DO BAIRRO

Após a aprovação da legislação da área, iniciou-se, no bairro, uma série de obras que interferiram diretamente sob o patrimônio cultural arquitetônico de maneira a reforçar o caráter histórico da praia de Iracema. A primeira delas foi a reconstrução de um dos edifícios mais significativos da história do bairro, o Estoril, pela prefeitura municipal. Este antigo casarão - construído na década de 20 - fora destinado ao clube dos oficiais americanos, na Segunda Guerra Mundial, e

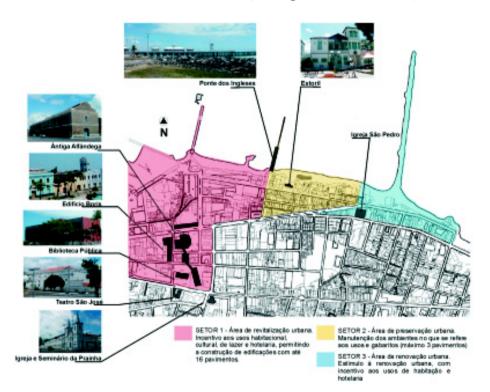


Figura 1: Praia de Iracema: legislação e principais edifícios históricos Créditos: Sabrina S. Fontenele Costa

durante várias décadas foi um dos principais focos de boemia do bairro. Após um longo período de abandono, em 1994, devido ao mau estado de conservação e às fortes chuvas ocorridas na cidade, parte do prédio desabou. A prefeitura municipal decidiu por sua reconstrução, seguindo as mesmas características do edifício original. Ali foi instalado um espaço cultural em seu interior.

O governo do estado também iniciou obras de intervenção na praia de Iracema, entre elas a reforma da antiga Ponte dos Ingleses, em 1994. Construída na década de 20, ela foi assim chamada em uma alusão à firma responsável pela obra. Os arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon – responsáveis pelo novo projeto – implantaram naqueles 130 metros de plataforma quiosques com diversas funções: informações turísticas, venda de artesanato, sorveteria, etc. A ponte funciona ainda como um belvedere de apreciação da orla marítima.

Essas intervenções também contribuíram na transformação da tipologia arquitetônica do bairro. Segundo Schramm,

"observam-se maiores mudanças na aparência de muitas edificações, novas ou já existentes, especialmente nas proximidades da rua dos Tabajaras, as quais passam a apresentar elementos arquitetônicos inspirados em modelos antigos ou numa mistura de estilos, resultando numa paisagem artificial, estranha aquele lugar" (SCHRAMM, 2001, p. 55).

Apesar das mudanças na área adjacente à faixa de praia, os espaços entre o velho cais e o centro antigo – setor oeste do bairro – permaneciam degradados e com vários casarões desocupados e em ruínas. No final da década de 90, nessa região, foi construído o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura pelo governo do estado. Seu extenso programa arquitetônico previa a construção de salas de cinema, teatro, museus e outros espaços culturais em quadras nas quais, anteriormente, existiam galpões e sobrados relacionados à atividade portuária original da área. Muitos desses sobrados são remanescentes do século 19 e encontravam-se bastante descaracterizados.

Transformação do patrimônio histórico da área

A Carta de Veneza, em 1964, já afirmava em seu artigo 1º:

"A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural." (IPHAN, 1995, p. 109)

Até meados da década de 90, a área marcada pela presença dos antigos galpões portuários esteve em estado de abandono e degradação. Somente ao final da obra do Centro Cultural Dragão do Mar foi divulgada uma notificação de prétombamento da área, publicada nos classificados do jornal *O Povo*, em 01 de dezembro de 1997:

"Artigo 14, inciso IV, e 16, inciso VII da Constituição do Estado do Ceará Lei n. 9109, de 30 de julho de 1968, considerando necessário a requalificação da área de entorno onde está sendo implantado o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, formado pelas edificações relacionadas o anexo deste edital, FAZ SABER aos proprietários dos respectivos imóveis que esses se encontram em processo de tombamento" (O POVO, 01/12/1997).

O arquiteto Francisco Veloso, à frente do Departamento de Patrimônio Cultural (DEPAC) na época do anúncio, afirmou que, devido à pressão dos proprietários de imóveis, o tombamento da região não foi concluído¹. Mas se resolveu investir em sua recuperação.

O Projeto Cores da Cidade

O Projeto Cores da Cidade, em Fortaleza, foi uma parceria entre o governo do estado, Tintas Ypiranga e Fundação Roberto Marinho, e teve como objetivo "mobilizar e conscientizar a população para a preservação dos conjuntos urbanísticos das principais cidades brasileiras e resgatar seu passado histórico"². O programa foi implantado em áreas centrais de outras capitais como Curitiba, Recife e Rio de Janeiro.

No caso de Fortaleza, a Secretaria de Cultura do Estado indicou a intervenção em uma área que abrangia quase todo o centro histórico. Porém, a Fundação Roberto Marinho decidiu priorizar os galpões da praia de Iracema de maneira a aproveitar o impacto do Centro Dragão do Mar sobre a área³. Um total de 56 imóveis, entre sobrados e armazéns típicos de regiões portuárias, participaram da primeira etapa do programa. Seus limites eram as avenidas Pessoa Anta, Almirante Jaceguai, José Avelino e a rua Boris, no entorno do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. É necessário fazer uma crítica à seleção dos imóveis para o Programa Cores da Cidade, quando se ignorou edifícios de grande valor histórico, arquitetônico e cultural localizados a poucos metros do Centro Dragão do Mar – como a igreja e o Seminário da Praia, Teatro São José, etc.

Os patrocinadores do projeto ficariam responsáveis por fornecer o material e a orientação técnica para a obra, enquanto os donos dos imóveis deveriam financiar a mão-de-obra para a execução. O escritório de arquitetura Oficina de Projetos foi selecionado pela Secretaria de Cultura para propor as reformas e acompanhar as obras nos imóveis.

O arquiteto Francisco Veloso, chefe do DEPAC na época do projeto, esclarece:

"As pessoas ficam perguntando assim: 'mas essas cores eram originais?'
Não, foram feitas prospecções nessas edificações, foram detectadas suas cores
originais. Originalmente, nós sabemos a limitação cromática era muito grande,
você tinha 3 ou 4 cores e pronto. Hoje você tem uma infinidade de cores. Por
outro lado, um dos grandes parceiros, talvez o maior parceiro deste projeto foi a
AkzoNobel que é uma multinacional da Tintas Ypiranga. Nada mais justo que ela
fizesse daqui um grande show-room do seu produto. Competiu aos arquitetos

- (1) Informação obtida a partir de entrevista com o arquiteto Franscisco Veloso, em agosto de 2003.
- (2) Declaração retirada do site oficial da empresa: www.ypiranga.com.br/ cores.htm.
- (3) Informação obtida a partir de entrevista com o arquiteto Francisco Veloso.

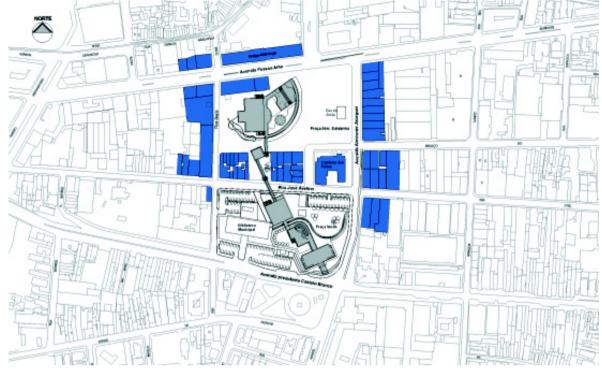


Figura 2: Centro Dragão do Mar e edifícios selecionados pelo Programa Cores da Cidade Crédito: Sabrina S. Fontenele Costa

Figura 3: Casarões da praia de Iracema depois da intervenção do Programa Cores da Cidade Crédito: Sabrina S. Fontenele Costa (agosto/ 2003)





Figura 4: Interior dos edifícios que sofreram intervenção do Programa Cores da Cidade Crédito: Sabrina S. Fontenele Costa (agosto/ 2003)







daqui buscar uma proposta cromática que destacasse essas edificações, que valorizasse seus elementos arquitetônicos e fosse harmonioso. Quanto a ser a cor original, a gente entra nesta analogia. Amanhã ou depois as edificações podem ser pintadas com outras cores."4

Sobre o encaminhamento do projeto em Fortaleza, os arquitetos do "Oficina de Projetos" afirmam:

"O primeiro passo dentro da metodologia a ser aplicada foi conhecer a história do lugar, suas transformações, evolução arquitetônica, seu contexto e o repertório da cidade onde foi gerado este conjunto. Iniciou-se o trabalho com a elaboração de um inventário arquitetônico e de deterioro para cada imóvel com preenchimento de fichas catalográficas para criar um banco de dados. Nestas fichas, se anotaram as características morfológicas de cada edifício, dos seus elementos compositivos e se executaram prospecções em alguns pontos prédeterminados para garantir as hipóteses sobre algumas das alterações. Foram executados prospecções estratigráficas que nos revelaram as cores originais, que nortearam de forma inequívoca o nosso projeto."5

A partir dessas informações, uma série de desenhos foi apresentada aos proprietários os quais se encarregaram de executá-las. Sobre a escolha das cores nas fachadas dos edifícios, o escritório ainda afirma que seus critérios levaram em conta quatro aspectos: fator estilístico (códigos de construção de cada época, lugar ou estilo), pesquisa arqueológica, uso e o contexto urbano atual. Mas revelam:

"Além dos fatores técnicos, estéticos e históricos, outro fator importante que determinou em muitos casos a escolha das cores de cada imóvel foi o desejo e a opinião de cada proprietário, ou inquilino. Tendo em conta todos estes elementos decidimos que deveríamos optar por cores fortes, jogando com a possibilidade que nos permite a ampla gama das tintas Ypiranga e manter uma coerência cromática, mas sem purismo mal entendido, já que as cidades históricas, incluindo-se o centro de Fortaleza, foram dotadas de uma sutil e vibrante policromia. Tratamos de criar uma gramática da cor, para dar esplendor a sua linguagem."6

A partir de fotografias antigas, os arquitetos propuseram a recomposição de elementos decorativos das fachadas com desenhos e utilizaram reboco com cal para refazê-los.

As práticas de intervenção utilizadas nessa área da praia de Iracema são polêmicas e podem levantar algumas discussões. Os arquitetos assumiram que se deveria optar pelas possibilidades oferecidas pelas técnicas modernas, quando decidiram pela escolha das cores, mas preferiram recompor os elementos arquitetônicos, sem os diferenciar dos originais. Já esclarecia a Carta de Veneza, em seu artigo 12: "os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história" (IPHAN, 1995, p. 111). Todavia, nesses edifícios não é explícita a diferenciação entre o que foi reconstruído e o que sofreu restauração.

Semelhante ao que ocorreu em outras cidades brasileiras, o resultado final do Programa Cores da Cidade foi a recuperação parcial dos edifícios: enquanto as

- (4) Entrevista realizada pela autora com o arquiteto Francisco Veloso, em 12 de agosto de 2003.
- (5) Informações retiradas do site do escritório: www.ofipro.com.br.
- (6) Idem.

fachadas foram pintadas e seus elementos ornamentais recompostos, os interiores permaneceram degradados.

Cada proprietário ficou encarregado de intervir em seu edifício da maneira que desejasse e, em muitos casos, os imóveis sofreram fortes intervenções, acabando por descaracterizar o aspecto original de seus interiores.

Em alguns deles, foram criados mezaninos ou mesmo vários andares – aproveitando os altos pés direitos dos imóveis – com diversos desenhos arquitetônicos e estruturas de sustentação. É importante ainda informar que os proprietários não receberam nenhum tipo de benefício tributário, como ocorreu em outras cidades onde o Cores da Cidade atuou.

Era ainda proposta do Programa Cores da Cidade sugerir a transformação dos usos nesses imóveis, mas isto não aconteceu. Muitos proprietários dos imóveis aproveitaram-se da supervalorização provocada pelas reformas do Programa Cores da Cidade e passaram a aumentar os preços dos aluguéis ou instalaram atividades mais lucrativas. É relevante apontar, aqui, uma das recomendações das Normas de Quito:

"Da mesma forma, deve-se tomar em consideração a possibilidade de estimular a iniciativa privada, mediante a implantação de um regime de isenção fiscal nos edifícios que se restaurem com capital particular e dentro dos regulamentos estabelecidos pelos órgãos competentes. Outros desencargos fiscais podem tembém ser estabelecidos como compensação às limitações impostas à propriedade particular por motivo de utilidade pública." (IPHAN, 1995, p. 141)

Transformação nos usos do bairro

Foi realizado, no mês de fevereiro de 2003, um levantamento geral do uso, ocupação e estado de conservação dos imóveis próximos ao Centro Dragão do Mar, entre eles, os incorporados ao Programa Cores da Cidade. Infelizmente, não foi realizado nenhum levantamento semelhante, antes ou depois da implantação do centro cultural, pelos órgãos de planejamento municipal e estadual, outra instituição ou organização. Mas foi possível constatar que grande parte dos edifícios reformados não acolhe funções relacionadas à produção cultural ou à habitação, porém passou a receber atividades voltadas ao lazer e turismo: lojas, restaurantes, bares, casas de espetáculos, entre outros.

Uma conseqüência direta dessas transformações foi a forte especulação imobiliária que se impulsionou e expulsou uma parte dos antigos moradores e usuários do bairro. Aproveitando o novo sucesso comercial, proprietários de imóveis da região aumentaram seus aluguéis e abriram novos espaços destinados ao comércio e lazer. José Tarcísio, artista plástico e antigo morador da área, relata:

"Há mais de 20 anos moro e trabalho em um dos galpões do calçadão do centro cultural. Mas hoje a gente vive com a barba de molho. Tive 100% de aumento no aluguel do meu ateliê e vivo no meio de uma feira: as mesas e cadeiras dos bares invadiram o lugar dos transeuntes; cada um deles apresenta

um tipo diferente de música ao vivo, às alturas, promovendo uma ensurdecedora cacofonia. (...) Isso preocupa o artista, que esperava ter ali um corredor cultural e agora está sendo progressivamente expulso da área." (O POVO, em 24/01/2001)

Medidas de proteção aos usuários da região deveriam ter sido tomadas. Já em 1967, as Normas de Quito estabeleciam:

"É evidente que, na medida em que um monumento atraia a atenção do visitante, aumentará a demanda de comerciantes interessados em instalar estabelecimentos apropriados à sua sombra protetora. Essa é outra conseqüência previsível da valorização e implica a prévia adoção de medidas reguladoras que, ao mesmo tempo em que facilitem e estimulem a iniciativa privada, impeçam a desnaturalização do lugar e a perda das finalidades primordiais que se perseguem." (IPHAN, 1995, p. 133)

A restauração de edifícios por meio do Programa Cores da Cidade não estimulou a melhoria dos espaços urbanos do entorno do Centro Dragão do Mar, inclusive, em alguns casos, contribuiu para o agravamento de alguns problemas. Com o aumento do número de estabelecimentos comerciais, calçadas e áreas públicas são utilizadas para instalar cadeiras e mesas, o que dificulta a circulação de pedestres em diversas áreas. Além da ocupação do espaço público, a existência de inúmeros bares, restaurantes e "casas de shows", na região, promove poluição sonora. Painéis e letreiros luminosos, instalados em diversos pontos, também comprometem a paisagem urbana.

Considerações finais

O caso das transformações da antiga área portuária de Fortaleza é semelhante a muitos outros que aconteceram no Brasil, entre eles, o Pelourinho e Recife. São tentativas de intervir em áreas históricas em processo de degradação por meio de iniciativas superficiais, investindo recursos financeiros em medidas paliativas, sem vinculá-las a um planejamento urbano mais amplo para a área em particular, e/ou para a cidade como um todo.

Na praia de Iracema, muitos dos imóveis estavam abandonados e em estado de ruína antes da realização do Programa Cores da Cidade. A pintura e a recomposição das fachadas contribuíram para a conservação desses edifícios por mais algum tempo e estimularam sua utilização, mas não contribuíram para diversificar os usos da região. Tal procedimento resulta na criação de um grande cenário, que pode, eventualmente, remeter-nos a um belo conjunto arquitetônico, mas não necessariamente fiel àquele previamente existente. Assim, percebe-se que, nas intervenções arquitetônicas mais atuais, as normas de restauro, entre elas, a famosa *Carta de Veneza*, não parecem ser levadas muito em conta, principalmente quanto à documentação, distinguibilidade e respeito às características originais. Choay trata a questão de maneira interessante:

"Pensava-se que eram universalmente reconhecidas as regras de restauração formuladas por Boito, em especial aquela que manda indicar de forma clara todas as intervenções modernas, e de que se encontram magistrais demonstrações em todo mundo. (...) Todos esses princípios, regras e preceitos, devidamente argumentados e refinados nos últimos cem anos, pareciam estar plenamente estabelecidos, fora de qualquer questionamento. Mera ilusão. Reconstituições 'históricas' ou fantasiosas, demolições arbitrárias, restaurações inqualificáveis tornam-se formas de valorização corrente." (CHOAY, 2001, p. 213)

Em busca de uma cidade com imagens interessantes, cada vez mais a herança patrimonial dos centros urbanos é ameaçada pelas tentativas de "valorização" sem os cuidados necessários. Acaba por perder-se, assim, aquele que constitui, talvez, seu mais importante atributo: a identidade local, capaz de estimular importantes vínculos entre as populações e seus espaços, contribuindo para reforçar a dimensão simbólica tipicamente urbana, em favor de um padrão preestabelecido – e homogeneizado – do que deve ser um "centro histórico" e um "bem cultural".

O grande desafio das intervenções atuais em nossas cidades é viabilizar propostas que sejam viáveis a longo prazo e garantam a perpetuação de sua cultura local, indissociável do patrimônio histórico.

BIBLIOGRAFIA

BOITO, Camillo. Os restauradores. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, Cesari. Teoria de la restauración. Madri: Alianza Editorial, 1995.

CARTAXO, Joaquim. As cores e o Dragão. In: *A cidade factual*. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará. 2000.

CASTRO, José Liberal de. Aspectos da arquitetura no nordeste do país. In: *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles/Fundação Djalma Guimarães, 1983.

_____. Cartografia urbana fortalezense na colônia e no império e outros comentários. In: *Prefeitura Municipal de Fortaleza. A administração Lucio Alcântara: março 1979/maio 1982.* Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1983.

____. Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1977.

CENTRO DE CONSERVAÇÃO INTEGRADA URBANA E TERRITORIAL. Gestão do patrimônio cultural integrado. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.

CONSERVAÇÃO URBANA. Disponível em: <www.urbanconservation.org>. Acesso em: 15 nov. 2005.

DIÁRIO DO NORDESTE. Fortaleza tem patrimônio histórico destruído. 25 ago. 2002.

ESTADO DE S. PAULO. Dragão do Mar inova traçado urbano e revitaliza Iracema. 19 jan. 1999.

FEILDEN, Bernard M. Conservation of historic buildings. Greated Britain: Butterworth & Co, 1982.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: Ministério da Cultura/ IPHAN, 1995.

____. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2005.

JOKILEHTO, Jukka. Conceitos e idéias sobre conservação. In: Gestão do patrimônio cultural integrado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960).* Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

KUHL, Beatriz Mugayar. *Preservação da arquitetura do ferro em São Paulo*. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

PEREIRA, Liana Maria Viana. *Transformações urbanísticas no entorno do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura – O Projeto Cores da Cidade*. Relatório final de iniciação científica do PIBIC. Fortaleza, 2002, mimeo.

OFICINA DE PROJETOS. Disponível em: < www.ofipro.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2005

O POVO. Polêmica da cultura. 5 ago. 1998.

- ____. Frequentadores do Dragão querem preservar o local. 28 mar. 2000.
- ___. De olho no entorno do Dragão. 23 jan. 2001.
- ____. Em torno do Dragão. 24 jan. 2001.
- ____. Para pensar a cidade. 10 fev. 2001.

PROJETO E DESIGN. Edifícios culturais unidos por passarelas metálicas convivem com o casario antigo na zona portuária. São Paulo: Arco Editorial Ltda., n. 233, p. 60-67, 1999.

RIEGL, Alois. Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse. Paris: Editions du Seuil, 1984.

ROCHA JR., Antônio Martins. *O turismo globalizado e as transformações urbanas do litoral de Fortaleza. Arquitetura e estetização da praia de Iracema.* 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2000.

RUSKIN, John. Siete lámparas de la arquitectura. Buenos Aires: Editora Ateneo, 1956.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. *Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema.* 2001. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <www.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2005.

TINTAS YPIRANGA. Disponível em: <www.ypiranga.com.br/cores.htm>. Acesso em: 20 nov. 2005

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Requalificação, áreas históricas, intervenção urbana.

Revitalization, downtown, urban intervention.

Obs.: Artigo baseado em dissertação de mestrado, defendida em fevereiro de 2004 pela autora.

Título da dissertação: "Intervenções na cidade existente. Um estudo sobre o Centro Dragão do Mar e a Praia de Iracema".

Sabrina Studart Fontenele Costa

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Ceará e mestre em Estruturas Ambientais e Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

d

Maria Regina Clemesha

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin

URMA-SE COM UM BARULHO DESTES: ACÚSTICA E AMBIENTE TERAPÊUTICO

060

pós-

Resumo

O mais primitivo dentre os usos do ambiente construído, o sono tem enorme importância para a saúde. É um ato instintivo, sem dúvida regenerador, mas cujos mecanismos ainda são controversos. Ele pode ser comprometido por condições tanto de saúde como ambientais. Nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), o barulho, hoje, revela-se como um problema (de saúde) bem maior do que imaginam médicos ou arquitetos em geral. Instalações físicas e comportamento contribuem para minar a qualidade do ambiente e do sono. A proposição do ambiente terapêutico sugere que podemos não apenas "não fazer mal" ao usuário de ambientes, como podemos contribuir, positivamente, para a recuperação de pacientes e a produtividade de funcionários. Consegüentemente, devemos repensar a funcionalidade.

Para o exercício de olhar um problema sob duas perspectivas complementares, elegemos um aspecto do espaço e um uso: acústica e dormir. Procuramos reunir evidências e contribuir para a compreensão do real valor da qualidade acústica e do bom sono, além de descrever aquele que seria o bom ambiente para se dormir.

ABSTRACT

The most primitive of uses for the built environment, sleep is tremendously important to one's health. An instinctive act that is obviously regenerating, we know it can be upset by both health and environmental conditions - though it's actual mechanisms still cause much controversy. In healthcare facilities, noise is a much bigger problem than either architects or doctors in general imagine. Both design and behavior affect the quality of the environment and of therefore, sleep. The therapeutic environment proposition suggests we can do better than merely "not harm" and actually create supportive environments that improve patient outcomes and staff productivity. Consequently, we must redefine functionality.

The exercise proposed here is one of studying a problem from two complementary viewpoints, thus the choice of one aspect of the built environment and one of its uses: acoustics and sleep. The article lays out the evidence and contributes a better understanding of the real value of environmental acoustic quality and good sleep, and describes what would be good place for sleep.

Introdução

Dormimos cerca de 1/3 de cada dia, todos os dias, e, se abrimos mão do sono por uma única noite, o dia seguinte se torna difícil. O período de sono é quando mais precisamos de abrigo e segurança. O sono é um momento de grande vulnerabilidade, regido por instintos e funções neurológicas muito debatidas, mas pouco compreendidas. Dentre todas as plausíveis, a função restauradora ou regeneradora do sono é a mais largamente aceita, mesmo que seus processos - no cérebro, no corpo como um todo e no sistema imunológico ainda estejam em estudo.

Em nosso cotidiano, precisamos dormir bem, desfrutar de um sono tranquilo, regular e ininterrupto, e precisamos acordar bem, sem susto, descansados e dispostos. Segundo muitos médicos, dormir o suficiente (e bem) é importante para o processo de recuperação de diversas enfermidades. Visando ao bem de nossa saúde e, em particular, ao paciente internado, precisamos compreender o que é um bom local para se dormir e como se pode alcançar uma aproximação desta qualidade.

Pacientes internados acordam muitas vezes por noite, especialmente nas UTIs. Isso ocorre em parte devido às enfermidades das quais sofrem, mas. principalmente, por causa das instalações e equipamentos, além dos procedimentos e comportamentos da equipe de saúde. Avancos têm ocorrido nos projetos de iluminação; entretanto, ainda há muito por fazer com relação a outros aspectos do ambiente. As atribuições mais óbvias do espaço de dormir são escuridão e quietude, porém, segundo estudos de diversas ciências, não bastam.

A postura filosófica segundo a qual estudamos a questão está ancorada na proposição do ambiente terapêutico. Outro artigo de nossa autoria, "Arquitetura e trabalho: O hospital que funciona" (2004), explora esse assunto mais a fundo. Defende o seguinte ponto de vista: se conhecemos as conseqüências da relação homem-ambiente para a saúde física e mental, motivação e adesão a tratamentos - e seus mecanismos -, se conhecemos seus efeitos sobre erros no trabalho e disposição ou produtividade, então, claramente, podemos contribuir para que esta relação seja a melhor possível. Naturalmente, as pessoas é que vão tomar suas decisões, agir, relacionarem-se umas com as outras e administrar suas organizações, mas a arquitetura do ambiente poderá facilitar ou não a harmonia dessa relação mútua.

Ambiente é, por natureza, um sistema complexo cujos aspectos podem ser analisados separadamente apenas com dificuldade e simplificações, mas o fazemos por pragmatismo. Quanto ao projeto de um aspecto ou qualidade do ambiente, jamais podem ser resolvidos isoladamente. Para este artigo, nossa opção foi por contemplar um uso e uma qualidade, ou seja, algo de humano e algo do ambiente, no caso, o sono e o ruído ambiental. Não ignoramos que o sono será afetado, por exemplo, também pela iluminação do local. Apenas demos preferência ao aprofundamento da discussão de acústica. Falaremos de ruído ambiental, seja ele desejado, seja indesejado. O texto aborda o barulho em todos

os horários, não apenas no momento em que se dorme (ou se deseja dormir), e foca, de modo particular, os estabelecimentos assistenciais de saúde e recentes pesquisas da área de psicologia ambiental.

A proposição do "hospital que funciona" (CLEMESHA, 2003, 2004) é um trabalho em prol de uma arquitetura de ambientes assistenciais de saúde nos quais as pessoas possam trabalhar melhor, mais motivadas, mais produtivas e com melhor humor. É uma proposta de arquitetura que apóie todos os usuários, mas, particularmente, o paciente, arquitetura a amparar o bem-estar físico, mental e social, isto é, a saúde, de toda uma comunidade.

I. Ambiente: uma visão sistêmica e particularizada

O arquiteto, ao projetar, deve combinar muitas particularidades do uso de cada ambiente e ainda prevenir-se para o futuro, utilizando recursos como a flexibilidade e adaptabilidade; por isso, para cada aspecto do projeto, ele precisa encontrar o melhor para o todo, e, o satisfatório para o problema específico. Como na célebre fase de Herbert A. Simon (1957), "O ótimo é inimigo do bom", também na arquitetura buscamos o melhor conjunto possível. Sabe-se que a solução ideal para a acústica dificilmente é também a melhor solução para a iluminação ou qualidade do ar — e freqüentemente seu custo para a qualidade ambiental global torna-a injustificável. Todo arquiteto logo aprende isso na prática. O conceito de sinergia vale tanto para o funcionamento do empreendimento (administração) quanto para o conforto ambiental encontrados no espaço em questão.

O impacto de elementos ambientais sobre pessoas que passam por diversos tipos de tratamento de saúde ou sofrem de doenças mentais é variado – podendo chegar a ser muito intenso. Se nos baseamos apenas no conhecimento comum a todos os arquitetos, podemos, inconscientemente, fazer mal aos pacientes nos hospitais. É preciso formar profissionais com conhecimentos especializados (em psicologia ambiental e arquitetura hospitalar) específicos para o atendimento e tratamento de saúde.

Freqüentemente, ao longo de nossa dissertação (CLEMESHA, 2003), é mencionada a diferença entre o impacto de um elemento de projeto sobre dois tipos distintos de usuários. Jain Malkin, pioneira entre os proponentes da ambientação terapêutica, destaca a necessidade de conhecimento específico, aprofundado e de base científica para se projetar interiores hospitalares. Ela nos lembra que podemos encontrar, em um hospital, 10 ou 12 grupos de pacientes bastante diferentes entre si, cujas particularidades precisam ser compreendidas:

"Não é mais aceitável ser generalista em design para estabelecimentos de saúde. É preciso ter conhecimento altamente especializado para poder atender às necessidades de grupos de pacientes tão especiais como os idosos (especialmente aqueles que sofrem de senilidade), crianças, neonatos, pacientes que necessitam

de cuidados críticos, pessoas com câncer, pacientes psiquiátricos, os da reabilitação, os dependentes químicos, e outros." (CALMESON, Diane W., apud MALKIN, Jain. In: Beyond the basics of health care design, ISdesidNET, jan. 1996).

Tomamos como premissa que o ambiente deva sempre ser avaliado de forma complexa, levando em conta todas suas características visíveis e táteis, físicas e geométricas, sensíveis, tais como iluminação e ruído, temperatura, etc., e ainda suas qualidades de simplicidade ou complexidade, familiaridade, coerência e assim por diante, simultaneamente. Ao mesmo tempo, devemos levar em conta como o usuário se comporta, suas reações e atitudes, e como exerce seu controle sobre o ambiente.

Trabalhamos com dados de pesquisas realizadas para cada um desses aspectos ou categorias de estudo. Não é fácil mencionar um único aspecto do ambiente a cada vez. Mas é isso que fazemos no quinto capítulo da dissertação (CLEMESHA, 2003), do qual o terceiro item é dedicado à relação do homem com os ruídos, desde o barulho até a música, e suas conseqüências para a saúde.

Para este artigo, escolhemos abordar o mais primitivo dentre os usos do ambiente construído, o sono: uso cuja importância é pouco estudada pela arquitetura geral, mas é particularmente importante na arquitetura dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS).

2. Ruído, sono e saúde

A maioria das pessoas, ao avaliar espaços de trabalho ou moradias, de modo geral, concordaria em dizer que evitar o excesso de barulho é importante para seu bem-estar. Pesquisas demonstram que o sono sofre em locais barulhentos, mesmo quando as pessoas não chegam a acordar completamente. Também os níveis de ruído vivenciados durante o dia contribuem negativamente para a qualidade do sono à noite, segundo trabalhadores (EVANS, 2001; PIMENTEL-SOUZA, 2004). Nas grandes cidades, as pessoas se acostumam a altos níveis de ruído, freqüentemente reclamam menos do que outras desacostumadas ao ambiente, e, mesmo assim, sofrem conseqüências negativas em termos de saúde física e, possivelmente, mental.

Ao lado do *crowding* (número de pessoas a compartilharem um espaço, independente de densidade de ocupação), as relações entre o barulho – entendido como ruído ambiental indesejado –, bem-estar, saúde mental e física, atenção e motivação, têm sido das mais estudadas pela psicologia nas últimas décadas, se comparado à relação entre saúde e outros aspectos do ambiente. Os resultados dessas pesquisas ainda geram controvérsia; entretanto, há conhecimento bastante para justificar o investimento em isolamento acústico (ULRICH, 1992; RUBIN, 1997) o suficiente para a privacidade – não ter de escutar conversa alheia – e um nível aceitável de ruído constante (de fundo). É importante não confundir privacidade com isolamento; para alguns, o silêncio pode ser ensurdecedor, e isolar o paciente do mundo não traz benefícios.

Também, diferenças abruptas de nível de ruído chamam mais a atenção e têm maior probabilidade de acordar o indivíduo que níveis médios de ruído constante ou rítmico.

Outra categoria de ruído que iremos contemplar aqui é a do ruído desejado, principalmente a música. Características como volume, timbre, previsibilidade e ritmo repetitivo suave contribuem para a aceitação ou facilidade de adaptação ao ruído ambiental. A cada momento, a desejabilidade de um ruído ambiental alterase de acordo com as atividades desempenhadas pelo usuário, a passagem do tempo e seu estado de humor. A tolerância está ligada - e diminui de acordo com - à atividade anterior à exposição ao som. Segundo demonstraram Glass e Singer em 1972 (apud EVANS e KANTROWITZ, 2002, p. 320; EVANS, 2001; EVANS et al, 1996), após atividades particularmente desgastantes e estressantes como, por exemplo, proferir uma palestra ou fazer uma prova, a tolerância é bem mais baixa, e a pressão sangüínea se eleva mais rapidamente nos primeiros 20 minutos de exposição ao barulho, se comparado a pessoas descansadas. Isso serve de alerta com relação à reação aos estressores ambientais, por parte de funcionários e pacientes, que, nos hospitais, são habitualmente expostos a situações estressantes e cansativas. Os plantões também são mencionados como uma agravante a dificultar a capacidade de adaptação, e diminui a tolerância. Mais uma vez, as diferenças individuais, entre graus de sensibilidade, são grandes.

Nos hospitais, pede-se às visitas que façam silêncio, mas carrinhos e equipamentos são freqüentemente utilizados de forma bastante barulhenta. É comum membros das equipes médicas conversarem à vontade nas UTIs e durante as cirurgias. Os equipamentos de monitoramento, com seus incessantes "bip-bip-bips" e alarmes, preenchem as ondas sonoras nas UTIs, enfermarias e salas coletivas de tratamento. O estranho borbulhar dos aparelhos de sucção (vácuo) incomoda – e muito. Cortinas, sanfonas e divisórias removíveis não oferecem qualquer privacidade auditiva ao paciente internado em uma UTI nem permitem que seu vizinho de leito (ilustre desconhecido o qual também tem lá seus próprios problemas) ignore seu sofrimento e de seus parentes. Tudo isso é estressante, naturalmente.

"Uma quantidade limitada de pesquisas investigou os efeitos de níveis de ruído relativamente altos contra baixos níveis de ruído sobre resultados médicos, particularmente em UTIs. A maioria sugere que [níveis mais altos de ruído] têm efeito negativo sobre ao menos alguns resultados médicos, por exemplo, ao elevar taxas de batimentos cardíacos e ao produzir insônia." (HILTON, 1985; BAKER et al, 1993; YINNON et al, 1992, apud ULRICH, 2003, p. 16).

A pessoa doente já costuma estar menos disposta, mental e fisicamente, a lidar com o estresse. Adaptar-se ao ambiente em que se encontra deverá, portanto, custar-lhe mais do que, normalmente, custaria. A pessoa cuja saúde mental ou física não é tão boa tem níveis de tolerância, ou capacidade de adaptação aos estressores ambientais, bem menores que a pessoa mais saudável. Por outro lado, a pessoa poderá, naquele momento de doença, encontrar-se mais apática e reparar menos nos incômodos e indignidades que sofre. Um ambiente

inóspito e a falta de estímulos positivos ou oportunidades para "elevar o espírito" ou o humor só fariam perdurar essa indesejável apatia.

Segundo Hosking e Haggard (1999, p. 163-166), nos hospitais públicos da Grã-Bretanha, o incômodo causado pelo excesso de barulho é uma das mais freqüentes causas de reclamação de pacientes. O relatório final sobre pesquisas realizadas pelo *King's Fund* daquele país, nas décadas de 50, 60 e 70, conclui: "Na nossa experiência, o fator de maior impacto para o controle de ruído é a disciplina entre funcionários." (p. 163) Para as autoras, as quais trabalham para a mesma organização, o National Health Service (NHS), ao invés de "disciplina", deveria ser "autodisciplina" dos funcionários. Acrescentamos que mantas emborrachadas nos carrinhos para abafar o barulho dos objetos neles colocados, solas de sapato de borracha, material de acabamento de alta absorção de som nos corredores e outros recursos ajudariam bastante os enfermeiros determinados a não incomodar o sono de pacientes.

A atenção que costuma ser concedida a questões de conforto acústico durante o processo projetual dos EAS é muito pouca devido à sua importância, para pacientes e funcionários, na melhora do sono e diminuição de erros médicos. O aspecto da acústica para o qual a comunidade médica está mais atenta é o do direito à privacidade: a legislação brasileira (RDC, n. 50) obriga-nos a certos cuidados para garantir a privacidade do ambiente de consultório, para não se ouvir a consulta pelo lado de fora. Infelizmente, percebemos, em visitas a hospitais de São Paulo, que, nas reformas, nem sempre se cumpre esse aspecto da norma.

Em um hospital cuja situação é das mais silenciosas de Belo Horizonte, Minas Gerais, o Baleia (Figura 1), o nível de ruído diurno medido por Pimentel-Souza et al (em 1996 e 2004) esteve 5,5 dB acima da recomendação da ABNT e

Figura 1: O Hospital da Baleia é um complexo

hospitalar formado pelas

(concluídas em 1944) e

Baeta Vianna (1950), construídas em uma área

de 2.828.000 m², conhecida como Mata da

Fonte: http://

Raleia

unidades Maria Ambrosina, Antônio Mourão Guimarães

verde de reserva ambiental

www.hospitaldabaleia.org.br

15,5 dB acima da recomendação da OMS (30 dB, e noturno 32 dB). Este, apesar de mais baixo que os 42,3 medidos no Hospital de Clínicas, situado em região urbanizada, ainda é altíssimo e 31,8% dos pacientes disseram que foram acordados por haverem sido perturbados. No Hospital de Clínicas, 46,2% foram acordados (PIMENTEL-SOUZA, 2004). Se categorizamos o sono NMOR (não MOR) em cinco estágios, no qual o quinto é o mais profundo, o limiar reativo (que provocaria o despertar) se distribui em 3 e 5 dB para os primeiros dois estágios, respectivamente, e 26, 35 e 31 para os próximos três, respectivamente, considerados profundos (LUKAS, 1971, apud PIMENTEL-SOUZA, 2004).

Ligações entre o barulho e as doenças cardiovasculares têm sido encontradas: aumento do risco de enfarto do miocárdio, reduções de eficiência cardiorrespiratória, problemas de circulação e doenças coronarianas em geral (EVANS, 2001). Muito mais

controvérsia é gerada entre pesquisas que demonstram ou descartam aumento de índice geral de doenças devido a altos níveis de ruído em ambiente industrial, ou, entre doença coronariana e ruído ocupacional. Parece haver alguma ligação entre ruído ambiental elevado, seja em casa, seja no trabalho, e uma série de problemas na gravidez: períodos de gestação mais curtos, sangramentos e pressão alta na gravidez, além de bebês que nascem com peso baixo. Realizaram-se, em modelos animais, estudos a sugerirem imunodepressão por causa do barulho (EVANS e KANTROWITZ, 2002). Finalmente, segundo Evans, em 1991, Schell e Ando encontraram uma relação entre altura (mas não peso) de crianças de três anos e barulho de aeroporto.

"É preocupante considerar os dados sobre possíveis ligações entre barulho e desenvolvimento infantil, à luz dos levantamentos ambientais realizados em unidades de tratamento intensivo neonatal, que são, muitas vezes, ocupadas por bebês prematuros. Nestes, níveis de ruído freqüentemente alcançam ou excedem padrões recomendados para exposição ao barulho do trânsito [sem prejuízo à] saúde." (LAWSON, Daum; TURKEWITZ, 1977, apud EVANS, 2001, p. 371).

Os trabalhadores são afetados pelo ruído ambiental de diversas formas:

- As tarefas que desempenham poderão exigir maior ou menor concentração e introspecção, e os indivíduos maior ou menor dificuldade para "filtrar" o barulho e adaptar-se ao meio. E quanto mais difícil a tarefa, maior a dificuldade de adaptação (EVANS, 2001);
- uns gostam de trabalhar com música ambiente, outros não. E o gosto musical, certamente, varia. Nas salas de cirurgia, muitos cirurgiões optam pela utilização de música ambiente (freqüentemente levam um aparelho de CD portátil para a sala) para que "a equipe converse menos" e consiga manter a concentração;
- a superposição de sons diferentes, provenientes de diversos ambientes adjacentes, pode ser particularmente irritante (ULRICH, 2000);
- ruído que não pode ser controlado produz déficit de atenção e persistência no solucionamento de quebra-cabeças, logo após a exposição ao ruído (por 30 min), e sua imprevisibilidade tem efeito semelhante, mas menos intenso (EVANS, 2001);
 - ruído altos e repentinos afetam a atenção (distraem da tarefa);
- ruídos altos e repentinos produzem elevações passageiras no funcionamento cardiovascular e neuroendócrino;
- o barulho está negativamente associado, segundo Stansfeld (1993, apud EVANS, 2001), a características de relações interpessoais, tais como altruísmo e agressividade;
- o barulho tem sido associado, em pesquisas em escolas e locais de trabalho, a baixos níveis de motivação.

Ruído de fundo mais elevado dificulta a comunicação, o discernimento da fala e pode causar mal-entendidos ou até erros. Por isso, embora possa parecer paradoxal, pacientes com deficiências auditivas precisam ainda mais de silêncio para conseguir entender aquilo que lhes é dito, já que sua dificuldade para filtrar o ruído de fundo é maior (HOSKING: HAGGARD, 1999, p. 166). Esse tipo de

motivo suficiente para considerarmos seriamente a utilização de materiais com características de alta absorção de som nos corredores de hospitais geriátricos, por exemplo. É também mais um motivo para a utilização de materiais que produzam menos barulho, em caso de impacto de bate-macas, com maca ou carrinho, ou maca com portas, além de rodas bem mantidas e silenciosas. A substituição de metais por plásticos ajuda nesse sentido, não apenas nesses casos, mas para a questão dos recipientes também. Pode-se utilizar portas mais leves e borrachas para amortecer impactos.

O ruído de trânsito constante não é o maior problema em termos de barulho ambiental urbano, se comparado ao dos aeroportos, com aviões chegando e partindo de forma menos previsível, com o barulho aumentando e diminuindo. No

preocupação terá sempre de ser pesada contra outras, é claro, mas nos parece



Figura 2: O Aeroporto de Congonhas na cidade de

São Paulo é o mais

movimentado do Brasil. Ele está cercado por

hairros residenciais e

www.bianch.com/fun/

Crédito: Ulrich Hoppe

zonas comerciais Fonte: http://

6 htm

segundo caso, estudos encontram maiores associações entre funcionamento cardiovascular elevado e os níveis de ruído (EVANS, 2001) (Figura 2).

Segundo Hosking e Haggard (1999), há diferenças entre aquilo que os homens e as mulheres chamariam de barulho insuportável: as mulheres são mais tolerantes com relação ao ruído de fundo, desde que seja constante, mas se incomodam com barulhos altos

repentinos, enquanto para os homens, o barulho de fundo é irritante, mas eles se assustam bem menos com barulhos altos repentinos. De acordo com Evans (2001), as mulheres sofrem mais de doenças mentais relacionadas a morar em bairro barulhento, fato que poderá indicar que o custo da aceitação do barulho de fundo tenha seu preço em saúde mental, ou elas são mais atentas aos perigos (particularmente com relação às suas crianças) – ou talvez, por permanecerem mais tempo em casa. Novas pesquisas deverão investigar o caso em maiores detalhes. É interessante notar que as donas de casa, segundo apurou Braz (em 1988, apud PIMENTEL-SOUZA, 2002), acordam durante a noite com maior facilidade que a média, fato explicado por ele quando menciona as atribuições e demandas do papel de mãe.

Constatou-se haver ligações entre barulho crônico e tensão ou nervosismo, o abuso de substâncias nocivas à saúde (drogas que acalmam) e a procura por prescrições de calmantes, a qual tende a aumentar com o passar do tempo. Entretanto, a relação entre saúde mental e barulho ambiental ainda é controversa, já que diversos estudos chegaram a resultados conflitantes (EVANS, 2001).

"Tempos maiores de reverberação causam maiores níveis de estresse e reduzem a inteligibilidade da fala." (ULRICH, 2003, p. 16) Como nos hospitais longos corredores com superfícies altamente refletoras são relativamente comuns,

longos tempos de reverberação são a norma e não a exceção. Ainda segundo Ulrich, mesmo quando níveis de ruído são relativamente baixos, pode haver ligação entre propriedades acústicas relacionadas à reverberação e variações da qualidade do sono. Ele conta que Berg (2001, apud 2003) apurou este fato: voluntários suecos apresentaram melhores padrões de sono em quartos de internação com placas de absorção de som no teto do que em quartos idênticos sem as placas. No Brasil, o uso de pisos cerâmicos em EAS é bastante comum e seu efeito sobre tempos de reverberação merece avaliação.

Uma pesquisa realizada em um grande hospital universitário de Estocolmo (BLOMKVIST et al, *in press*, apud ULRICH, 2003) revelou que, para os funcionários de uma unidade intensiva coronariana, melhor tratamento acústico do ambiente resultou em menor carga percebida de trabalho e melhor atendimento aos pacientes, ainda passaram a dormir melhor em casa e notaram melhoras na inteligibilidade da fala. Para os pacientes (HAGERMAN et al, *in review*, apud ULRICH, 2003), revelou-se que passaram a acordar menos vezes por noite e houve menor incidência de reinternação. Além disso, reforçando a avaliação dos funcionários, os pacientes relataram maior satisfação com os funcionários e o atendimento prestado.

Dormir bem

As pesquisas sobre os efeitos de níveis de ruído sobre pacientes em recuperação, especialmente pacientes críticos em UTIs, sugerem que, por causar dificuldades para dormir e elevação de ritmo cardíaco, o ruído excessivo ou irritante tem efeito adverso para a recuperação da saúde (ULRICH, 1992). Em lugares de recuperação pós-anestésica, o silêncio é particularmente importante (MALKIN, 2001).

Na pesquisa das doutoras Haya Rubin e Amanda J. Owens (1998), nas quais se reconheceu a existência de prova científica da importância do conforto acústico para a recuperação de pacientes – conforme as rigorosas exigências da *Evidence-Based Medicine* (EBM) – foram encontradas pesquisas sobre diversos aspectos do problema. Em UTIs, por exemplo, descobriu-se que o excesso de ruído afeta o sono MOR. Em salas de cirurgia, pacientes expostos à música demonstraram diminuição significativa da ansiedade.

Uma pesquisa publicada pelo *American Journal of Nursing* (BECHTEI, R., 1997, apud 1994, p. 9) constatou que em UTIs dos EUA, à noite, pacientes são acordados pelo menos uma vez por hora para atendimento ou visita. Chega a 125 vezes por noite o número que o nível de ruído passa de 80 decibéis (à cabeceira do leito), ou seja, o suficiente para acordar. Esse nível de ruído se deve, principalmente, à presença de até 33 sistemas de alarme ao redor do paciente a sinalizarem 50 tons por hora. Testados, médicos e enfermeiros identificaram, corretamente, apenas 43% dos alarmes, e, dos alarmes mais críticos, identificaram 50%.

O mais provável é que, apesar de chocante, o resultado relatado acima pouco se relacione com a capacidade das equipes médicas em entender



lição mais importante: os alarmes deveriam soar fora do campo auditivo dos outros pacientes sob cuidados intensivos. Quem poderia precisar mais de um sono restaurador do que um paciente criticamente doente? Uma sala de monitoramento a distância poderia, parece-nos, elevar as taxas de sobrevivência desses pacientes ao proporcionarem-lhes condições de dormir tranqüilamente. A construção de quartos de ais podem se transformar em LITI individual e vice-versa (assunto

rapidamente porque disparou algum alarme. Basta se aproximar, olhar para o paciente, ler monitores, etc., para entender o que ocorre. A

internação os quais podem se transformar em UTI individual e vice-versa (assunto discutido no item 5.2. da dissertação) também resolve esse problema (Figura 3).

Quanto às funções exatas do sono, a neurociência e a psiguiatria têm mais perguntas do que respostas. Há dúzias de teorias a respeito a circularem nos meios de pesquisa atualmente, e que, segundo Lawton (2003), pertencem a quatro grandes categorias: restauro e recuperação (a mais óbvia e fácil de testar), evitar predadores, conservação de energia e processamento de informações. "A maioria dos pesquisadores da área do sono aceita que o sono tem mais de uma função e que, possivelmente, todas estas teorias estejam simultaneamente corretas." (LAWTON, 2003, p. 29) Segundo o mesmo artigo, Terrence Tejnowski, do Salk Institute, em La Jolla, Califórnia, utiliza a construção civil como metáfora para sua hipótese de o sono NMOR ser usado para "obras" relacionadas aos eventos mais pesados ou trabalhosos (para o cérebro) ocorridos durante o período em que se estava acordado - seria o sono no qual acontece o reforço de sinapses, recarregamento de proteínas, inserção de receptores nas membranas e assim por diante, tudo isso sem atividade neural a atrapalhar – e periódicos de sonos MOR visando "acompanhar a obra", uma espécie de checagem geral e baterias de testes realizados antes de continuar a "obra".

Dormir é uma atividade solitária por excelência, durante a qual nossas mentes se fecham à maioria dos estímulos externos, em particular, durante o sono REM, no qual se fecham os sentidos e reflexos, particularmente a capacidade de mover-se (LAWTON, 2003, p. 39). É um momento em que nos desprendemos da razão usual e durante o qual nos encontramos com nossos íntimos de maneiras estranhas. Para alguns, o sono chega a ter valor quase espiritual.

Diversas patologias podem afetar, adversamente, a qualidade do sono, e a febre e a dor são indutores reconhecidos de sensações de cansaço e sonolência. Entretanto, a ciência médica ainda não pesquisou suficientemente a possível relação entre quantidade ou a qualidade do sono e taxas de morbidade ou velocidade do processo de recuperação de enfermos. Em conformidade com experiência milenar e práticas consagradas, os médicos recomendam repouso para o tratamento de diversas condicões de saúde. "Acredita-se que o sono seja

Figura 3: Leitos, nessa UTI, estão separados apenas por cortinas (aberta na foto). Note a profusão de equipamentos à esquerda. À direita, o médico está consultando um monitor no qual se concentram informações a respeito do funcionamento dos órgãos do paciente e resultados de intervenções. Daria para resolver melhor a arquitetura e providenciar um ambiente muito mais humano: equipamentos de monitoramento a distância, se colocados no posto de enfermagem, permitiriam o uso de espaços mais privativos para os pacientes; armários poderiam abrigar equipamentos, fiação e tubulações de forma organizada; e a janela deveria estar ao lado ou ao pé do leito para o benefício do paciente Fonte: http:// www.hospitalmanagement. essencial para a recuperação de pacientes e que a falta do mesmo reduza níveis de resistência imunológica e eleve a suscetibilidade às infecções. Nas últimas décadas, [pesquisadores e literatura especializada sugerem que] o sono é importante para o correto funcionamento dos sistemas de defesa." (ÖZTURK, L. et al, 1999, p. 1)

As conseqüências cotidianas de dormirmos mal são conhecidas por todos: mal-humor, descontrole emocional, dores de cabeça, suscetibilidade a resfriados, irregularidades digestivas, etc.; a lista é longa, na realidade, não teríamos de provar o óbvio. Então, por que não respeitamos muito mais a necessidade da pessoa hospitalizada por um sono trangüilo?

O fato é que há diferenças culturais na avaliação de qualidade ambiental em enfermarias e suas conseqüências para a qualidade do sono. Nossas recentes leituras parecem indicar que o morador de Belo Horizonte de baixa renda reclama bem menos de barulho que o francês médio, e o britânico, tipicamente, incomoda-se bem menos de dormir em enfermarias. Com relação à aceitação da enfermaria, Ulrich (2003) aponta para, além de hábitos e costumes (familiaridade), as expectativas alteradas pela condição econômica: no caso das pessoas de seu país (EUA), elevadas graças ao enriquecimento dos norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, nossa observação é de o brasileiro de classe média, cuja renda é consideravelmente menor que a do europeu ocidental, ter preferência acentuada pelo quarto privativo com banheiro individual em "suíte", tal como o norte-americano. A expectativa nos parece mais fundamentada em cultura: um aspecto no qual o novo mundo assumiu mais rapidamente as mais modernas maneiras de habitar. Aquele amplo banheiro, com banheira, no final do corredor (além de lavabos adjacentes às enfermarias), simplesmente não existe aqui no Brasil, como existe em excelentes hospitais alemães, por exemplo. Aliás, o brasileiro acha graça disso, o banheiro privativo é muitíssimo importante para o tão higiênico brasileiro. O leito para acompanhante também é particularmente importante em nossa cultura, na qual é altíssima a valorização da família.

As expectativas das pessoas colorem suas avaliações também de outras formas: os melhores níveis de satisfação registrados entre pacientes e funcionários do Incor, de todos entre os itens avaliados em 1998-99, foram os níveis de ruído, de fonte interna e externa. O Incor se situa em uma das mais movimentadas áreas de São Paulo (avenida Rebouças, próxima à avenida Paulista) e a avaliação foi realizada enquanto ocorriam obras vizinhas registradas pela autora da avaliação, Maria Giselda C. Visconti (FAUUSP, 1999), a qual também participara do projeto do edifício inaugurado em 1967. Quem sabe, após o barulho de obra registrado durante o dia, a noite parecia quieta? A não ser pelas inúmeras sirenes de ambulância ouvidas todas as noites, claro. Talvez o paulistano seja, simplesmente, resignado ao barulho.

Em recente palestra (25/4/2004) proferida na Universidade Presbiteriana Mackenzie, a antropóloga Perla Serfaty-Garzon (autora de *Anthropology of the*

bedroom) comentou que em todas as culturas, tanto hoje como ao longo da história, é considerado algo particularmente chocante o assassinato cometido contra alguém enquanto este dorme. Ela falava sobre vizinhança e a necessidade que sentimos de confiar nos vizinhos e de sentirmo-nos seguros e confortáveis em casa. Seu raciocínio facilmente se aplica no caso da internação hospitalar e ao problema de dormir em locais estranhos. Só dormimos bem se nos sentimos seguros e acreditarmos profundamente que iremos acordar novamente. Ela também chamou a atenção para a crescente importância da privacidade do quarto de dormir, atribuída à cultura individualista atual.

Paralelamente, lembramos que há várias maneiras de acordar-se uma pessoa e as mais bruscas são, universalmente, reconhecidas como maldades. Lembramos esse fato apenas para reforçar a importância da percepção, seja real ou ilusão, seja racional ou instintiva, que não teremos nosso "território" invadido enquanto dormimos. Para isso, ver os acessos à porta, a partir do ponto em que deitamos a cabeça no travesseiro, ajuda-nos a pegar no sono, e a ausência de ruídos estranhos a acordarem-nos é condição para um bom sono. Principalmente aqueles barulhos atrás de quem dorme, sinalizando o perigo de ataque pelas costas, ou, muito perto dele (um conceito relativo), devem ser evitados.

Privacidade, no caso, a ausência de movimentos de pessoas (intrusos ou "predadores") no interior no espaço de dormir é, portanto, mais uma atribuição de tranqüilidade. O sono deve ser tranqüilo e, para isto, o ambiente deve sê-lo primeiro: quaisquer ruídos devem se caracterizar como ruído de fundo, repetitivo, não próximo, não muito agudo nem muito alto.

Outra atribuição de tranqüilidade é a confiabilidade: nada de inesperado deve ocorrer, para que o pouco de nossos sentidos de alerta durante o sono permita ignorar quaisquer ruídos, luzes, odores ou contatos. Sabemos que desfrutamos de um bom sono quando acordamos bem-dispostos, bem-humorados, atentos e saudáveis. A tranqüilidade não pode ser confundida com a monotonia jamais, aliás, elas são francamente incompatíveis. Ao acordar, é desejável encontrar-se um ambiente estimulante, ensolarado, mais ou menos movimentado. Mas essa é outra discussão para outra oportunidade.

Ruído desejável e música

O silêncio absoluto pode ser ensurdecedor. Vivemos cercados por sons aos quais estamos acostumados: alguns demonstram que a vida corre ao nosso redor, e, com os outros sentidos, eles nos ligam ao mundo. Mesmo para dormir, é melhor um ruído de fundo ao qual estamos acostumados. Para quem projeta, esse é um alerta contra o eventual excesso de zelo ao isolar acusticamente a maioria dos ambientes de uso cotidiano. Isso vale, inclusive, para quartos de hotel: nestes casos, em que o ruído é estritamente de fonte interna, para a maioria das pessoas, o barulho do ar-condicionado central, normalmente considerado discreto, na hora de dormir parecerá alto demais. É uma questão de compreender que a percepção se dá por comparações: assim como o verde ao lado do vermelho parece mais verde, qualquer ruído contra o silêncio, por contraste, parece mais intenso.

Alguns sons são reconfortantes, outros são estimulantes, vivazes, alegres ou encorajadores. Uns embalam o sono (pessoalmente, durmo feito bebê quando viajo de trem!). Outros, ao se sobreporem a ruídos indesejáveis, tornam o ambiente menos estressante e auxiliam a concentração. É algo muito pessoal, mas comum, como no caso do arquiteto o qual "não vê o tempo passar" e produz mais quando deixa o rádio ligado enquanto desenha: ele, provavelmente, não escuta as músicas – ouve, mas não escuta.

Segundo Roger Ulrich (1992, 2001), o qual cita dados de pesquisas de Standley (1986) e Menegazzi et al (1991), além de outros, está demonstrado que a música suave pode ajudar a reduzir ansiedade ou estresse e até ajudar alguns pacientes a lidar com a dor. Demonstrou-se também que música, em certos tons específicos, reduz o estresse. No entanto, o controle de volume e a liberdade de escolha são cruciais para que o efeito seja benéfico – o mesmo foi testado com relação a TVs em sala de coleta de sangue (ULRICH, 1992 – a pesquisa se encontra relatada em nossa dissertação no capítulo 5, item 1, dedicado ao tema do controle ambiental). Nas salas de parto, enquanto se reúnem relatos de diminuição da dor e melhora do humor graças à música, algumas mães contam que se irritaram com a música ambiente.

A música suave provoca efeitos físicos como a diminuição da pressão sangüínea, do ritmo cardíaco e da presença de ácidos graxos no sangue graças à liberação de endorfinas. Chega-se a relatar a diminuição da quantidade necessária de anestésico quando se toca música clássica em salas de cirurgia (RUBIN, 1997). Da internação à quimioterapia, pacientes se beneficiam – inclusive pelo fato de a música poder encobrir sons dos corredores (MALKIN, 1999).

A música pode afetar o humor, desencadear lembranças e associações, ajuda a relaxar. Há um crescente corpo de evidência no âmbito da terapia musical que, com a neurologia, faz crer que a percepção do movimento, ritmos e padrões de estímulo complexos são benéficos para a percepção espacial; por isso, faculdades com grupos de terapia musical, hoje, investem em pesquisas com critérios da Medicina Baseada em Evidências (EBM) (MARWICK, C.; JAMA, 9-2-2000). Aguardamos resultados.

Ulrich, Weiss, Horowitz e Parsons (2000) testaram (em nome de uma organização norte-americana chamada Bedscapes – http://www.bedscapes.com/ research.htm) a eficácia do uso de gravações de sons da natureza (algo parecido com fitas de áudio montadas para meditação) no combate à ansiedade, com conseqüente diminuição da dor e consumo de substâncias analgésicas. Os estudos foram realizados em pessoas submetidas a broncoscopias e cateterizações cardíacas no Johns Hopkins School of Medicine e Beth Israel Medical Center, em Nova York, além de diversos outros reconhecidos hospitais do país (o sistema já foi instalado em mais de 50). Houve uma redução de ansiedade maior e significativamente mais rápida do que aquela registrada em um grupo de controle, e levemente maior (aproximadamente 3:2) do que quando se utilizou uma imagem de praia deserta ensolarada com palmeiras, ou uma imagem de um



Figura 4: A imagem acima é utilizada com uma fita de áudio que inclui sons de água corrente: desde os agudos da água que bate em pedras até os graves da correnteza do grande rio. O áudio (um trecho dele pode ser ouvido na Internet) também inclui pássaros a distância e umas batidinhas sibilantes Fonte: http:// www.bedscapes.com/ index.htm

rio a atravessar uma floresta nas montanhas (Figura 4). O grupo de controle leva cerca de 15 minutos para começar a relaxar, enquanto os grupos expostos a imagens ou sons iniciam, imediatamente, o processo de redução de ansiedade. Muito mais significativa ainda foi a redução de ansiedade alcançada quando se utilizou imagem e áudio simultaneamente – cerca de nove vezes maior do que no grupo de controle e três vezes maior do que o grupo que apenas escutou a gravação.

Em 2003, Diette et al publicaram (segundo ULRICH, 2003) resultados de pesquisas com pacientes submetidos a broncoscopia que validaram as

pesquisas anteriores. O material tem sido utilizado com sucesso (como no Memorial Hospital, em Chattanooga, EUA) por pacientes que sofrem de dores e não respondem satisfatoriamente aos analgésicos. Vendo as fotografias publicadas pelo Bedscapes, avaliamos que uma arquitetura de ambientes para esses fins pode ser pensada, propositalmente, para criar condições semelhantes com qualidade estética bastante superior.

Concluímos que o arquiteto pode prever instalações para música de diversas formas. O que ele deve evitar é a música ambiente sobre a qual os usuários não exercem qualquer controle. Música "de elevador" não ajuda! Se for difícil ou muito caro utilizar aparelhos com várias escolhas, como estações de rádio ou CDs pessoais, que seja ao menos possível ligar e desligar ou ajustar o volume com facilidade. Em alguns casos, podemos estudar a viabilidade de usarmos fones de ouvido como uma alternativa a garantir o direito de escolha individual.

Conclusão

O ruído ambiental traz conseqüências para a saúde, a atenção, a socialização e a produtividade no trabalho. Há muito a fazer para melhorar a qualidade do sono das pessoas. Conhecemos cada vez mais motivos para levá-lo a sério. As conseqüências da poluição sonora para a saúde, em alguns casos, como o das residências sob rotas de vôos próximos a aeroportos, parecem estar relacionadas ao sono freqüentemente interrompido ou intrangüilo.

Diante de avanços em diversas ciências, e com a consciência da complexidade da relação homem-ambiente, ocorre um novo conceito de funcionalidade e uma valorização do projeto de arquitetura bem informado. As consegüências para a atividade de projeto e a gestão de recursos físicos podem

ser decisivas conforme novas, ou mais apuradas, percepções de custo e benefício afetam o partido projetual. Nosso eterno exercício de eleger prioridades e fazer concessões precisa ser muito bem informado.

Práticas do cotidiano nos EAS também deverão adequar-se: equipes de saúde deverão tomar maiores cuidados com seu comportamento, sua fala, seus sapatos. Equipamentos, carrinhos, principalmente, receberão não apenas rodinhas silenciosas, como borrachas nas quinas (que vivem batendo em portas e batemacas) e nas superfícies horizontais (prateleiras) nas quais ocorre contato com materiais duros. As pessoas se aproximarão de leitos ocupados com maior respeito. Quanto às enfermarias, a acústica é apenas mais um motivo de sua indesejabilidade.

A situação mais grave parece ser a das UTIs, onde alarmes silenciosos e sistemas de monitoração a distância precisam ser avaliados e implementados urgentemente. Mesmo assim, a meta seria o quarto de UTI individual, acusticamente separado dos outros pacientes críticos – mesmo que o paciente precise estar visível aos enfermeiros.

Decisões relacionadas à implantação, volumetria e arranjos sofrerão o impacto dessas crescentes evidências quanto à importância dos cuidados com a qualidade acústica dos ambientes nos EAS para a saúde. Instalações hidrossanitárias e fluidomecânicas serão mais silenciosas. Onde for possível, utilizaremos material de acabamento com características de alta absorção de som – e se utilizamos o piso cerâmico, outros materiais (como os dos forros) e também as formas deverão combater os longos tempos de reverberação.

O certo é que pacientes e funcionários se beneficiarão do projeto realizado com o conhecimento das maneiras pelas quais seu sono será afetado pelo barulho, sua dor pelos ruídos, e, sua resistência imunológica, humores e disposição pela qualidade do sono. Sua própria capacidade de adaptação ao ambiente beneficia-se da redução de estresse e seu controle sobre o ambiente minora o estresse. Essa reciprocidade da relação homem-ambiente pode disparar ciclos saudáveis ou desgastantes. Se levarmos em conta o conhecimento gerado pela psicologia ambiental, nós, arquitetos, podemos fazer muito mais para favorecer o bem-estar das pessoas.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Franklin. Scientists don't make decisions without checking the research data. Why should designers consider themselves exempt? *Perspective*, Good Medicine, Inv, 1999.

CLEMESHA, Maria Regina. A nova imagem do hospital, subsídios e diretrizes de projeto. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

- _____. Arquitetura hospitalar. São Paulo: Faculdades Integradas Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa, s. n., 2001, 2002 e 2003.
- ____. Gestão de recursos físicos. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, s. n., 2003.

CLEMESHA, Maria Regina; FAGGIN, Carlos A. M. Arquitetura e trabalho: O hospital que funciona. *Mundo da Saúde*, p. 199-208, abr./jun., 2004.

EVANS, Gary W. Environmental stress and health. In: BAUM, Andrew et al. *Handbook of health psychology*. Londres: Lawrence Earlebaum Associates, Publishers, 2001.

EVANS, Gary W.; KANTROWITZ, Elyse. Socioeconomic status and health: The potential role of environmental risk exposure. *Annual Review of Public Health*, n. 23, p. 303-331, 2002.

EVANS, Gary W.; McCOY, Janetta M. When buildings don't work: The role of architecture in human health. *Journal of Environmental Psychology,* n. 18, p. 85-94, 1998.

HOSKING, S.; HAGGARD, L. Healing the hospital environment/ design, management and maintenance of healthcare premisses. Londres: E & FN Spon, 1999.

LAWTON, Graham. To sleep, perchance to dream. NewScientist, 28 jun. 2003.

MALKIN, Jain. *In harmony with nature's blueprint: A new path to healing environments.* Disponível em: <www.jainmalkin.com/about_the_firm/articles> 2000.

MARU - Medical Architecture Unit, South Bank University. Londres, Primer: Evaluation Studies, 2002.

ÖZTURK, L. et al. Effects of 48 hours sleep deprivation on human immune profile. *Sleep Research Online*, v. 2, n. 4, XX-XX, p. 1096-214X, 1999.

PIMENTEL-SOUZA, Fernando. *Perturbação do sono pelo ruído*. Texto eletrônico *online* no *site* "Saúde Mental". Minas Gerais: Laboratório de Psicofisiologia da UFMG, 2004.

RUBIN, Haya R.; OWENS, A. J.; GOLDEN, G. Status report: An investigation to determine whether the built environment affects patients' medical outcomes. Martinez: The Center for Health Design, 1998.

ULRICH, Roger S. Appendix 1 – Workshop report in relatório online: NHS Estates. Exploring the Patient Environment – an NHS workshop, 2003.

ULRICH, Roger S. Evidence based environmental design for improving medical outcomes: Environmental research and critical care. ICU 2010: Design for the future. In: HEALTHCARE IN THE 21ST CENTURY. 2000. Houston, *Paper*. Houston: DK Hamilton Ed., 2000.

____. How design impacts wellness. *Healthcare Forum Journal*, Citizens for a Scenic Florida, Florida, set./ out., 1992.

____. Visual landscapes and psychological well-being. Landscapes Research, n. 4, p. 17-23. 1979.

VISCONTI, Maria Giselda Cardoso. *Programação de projetos hospitalares*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Arquitetura hospitalar, acústica, barulho, psicologia do ambiente construído, dormir.

Healthcare design, noise, built environment, evidence-based design, sleep.

Obs.: Este artigo inclui trechos do livro *A nova imagem do hospital*, que se encontra em prelo pela editora Annablume. O mesmo se baseia na dissertação de mestrado (FAUUSP, 2003), orientada pelo Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin.

Maria Regina Clemesha

Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e mestre pela FAUUSP em 2003, elabora projetos e obras na área de saúde desde 1998 e, em 2004, co-fundou o Harmonia Arquitetura Hospitalar. Responsável pelas disciplinas de Gestão de Recursos Físicos, no Centro Universitário São Camilo, e Arquitetura Hospitalar, no Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa (IPEP).

Ana Claudia Veiga de Castro

Orientadora: Profa, Dra, Ana Lucia Duarte Lanna



NTRe A CÓPIA, A IMPORTAÇÃO e A ORIGINALIDADE: ARTES (e ARQUITETURA) NA DÉCADA DE 20, POR INTERMÉDIO DAS CRÔNICAS DE MENOTTI DEL PICCHIA (1892-1977) e MARIO De ANDRADE (1893-1945)

RESUMO

O trabalho enfoca as crônicas de dois escritores modernistas, Menotti del Picchia e Mario de Andrade, publicadas nos jornais Correio Paulistano e Diário Nacional, respectivamente órgãos do Partido Republicano Paulista e do Partido Democrático, durante a década de 20 em São Paulo. Trata-se de lançar luz sobre dois períodos dessa produção - o início e o final da década abordando, por meio das crônicas, a discussão da busca e/ou construção de um estilo nacional nas artes e na arquitetura, em uma década marcada por intensas transformações urbanas e sociais, pela crise do poder oligárquico que dominou a República Velha e pelo despertar ideológico advindo com o fim da Primeira Guerra Mundial, enfatizando a relação dos cronistas com a oligarquia cafeeira.

ABSTRACT

The paper focuses on the work of two modernist writers, Menotti del Picchia and Mario de Andrade, whose texts were published in the 1920s in Correio Paulistano and Diário Nacional, newspapers of Sao Paulo's Republican Party and the Democratic Party, respectively. The aim of the project is to shed some light on two particular periods of these authors' works - the beginning and the end of that decade. Matters of interest addressed in such writing include the quest for a national style in the arts and architecture during a decade characterized by intense urban and social changes, crises within the oligarchy that dominated Brazil's Old Republic and an ideological awakening that followed World War I, emphasizing the relationship of the authors and the coffee oligarchy.

(1) Até 1870 a cidade contava com 30 mil habitantes. Em 1889, o ano da Proclamação da República, já serão 100 mil. Na virada do século, 1900, 240 mil. E, em 1910, serão 375 mil habitantes. (Cf. MEMÓRIA, 2001, p. 20)

(2) Seu livro Juca Mulato, de 1917, seria acolhido pela crítica especializada, que nele reconheceu o frescor e a renovação literária que ganharia corpo nas letras nacionais mais adiante, com o modernismo.

No início dos anos 20, quando o escritor modernista Menotti del Picchia começa a escrever no jornal *Correio Paulistano* (CP), a cidade de São Paulo já anunciava boa parte de sua estrutura urbana atual. Várias obras de remodelação e embelezamento na região central estavam concluídas, os bairros se configuravam, em parte, como hoje os encontramos, o quadrante oeste como vetor principal de expansão das elites, as várzeas dos rios como bairros, preferencialmente, operários, as indústrias concentradas próximas às vias férreas (LANGENBRUCH, 1971, p. 131 et seq.). Em 1920 a cidade conta com 579 mil habitantes. Em 1930, são 880 mil. Se o número não impressiona comparado ao crescimento ocorrido nas décadas anteriores¹, alguns fatos concedem idéia da mudanca de escala nas intervenções urbanas.

Em 1922 – ano da Semana de Arte Moderna e da fundação do Partido Comunista – o engenheiro Ulhôa Cintra propõe, no âmbito municipal, um "Plano de Irradiação": projeto de intervenção viária o qual, pela primeira vez, contemplaria uma região além do triângulo central. Em 1924, o recém-concluído Parque do Anhangabaú, "cartão de visitas da cidade", tem seu arranjo original comprometido pela construção do Edifício Sampaio Moreira, de 14 andares – altura legal desde a aprovação do novo "padrão municipal" de 1920. Quatro anos depois, é inaugurado o Martinelli (25 andares) e a verticalização se mostra um fato irreversível (CAMPOS, 2002, p. 228-9 e 322-4). Esses exemplos parecem simbolizar uma espécie de esgotamento do modelo da "capital do café" e um prenúncio da "metrópole moderna" sintetizada nos anos 20.

Durante toda a década o cronista Helios, pseudônimo adotado por Menotti del Picchia no jornal *Correio Paulistano*, publica quase diariamente uma "crônica social". Bacharel e poeta como muitos de seus contemporâneos, Menotti estreara como escritor em 1913. Só em 1917, porém, seria reconhecido pela crítica². A convite do presidente Washington Luís, torna-se redator-chefe do CP em 1920. Escreve crônicas também no *Jornal do Comércio* (JC) e *A Gazeta* (AG). Mas é no CP que se afirma como escritor modernista.

O jornal era ligado diretamente à oligarquia cafeeira que dominou a cena política na República Velha. Segundo jornal diário paulista e um dos maiores da imprensa nacional no período (fundado em 1854), na última década do século 19 passaria a ser o órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Anos mais tarde, Menotti lembraria que nos anos 20 *"foi o* Correio Paulistano *o único*

(3) A bem da verdade, os modernistas se manifestariam por vários jornais e revistas, como atesta o livro 22 por 22 A Semana de Arte Moderna vista nor seus contemporâneos, coletânea a trazer todos os artigos veiculados na imprensa sobre a semana (Cf BOAVENTURA, 2000). Entretanto, parece ter sido o Correio o jornal que mais espaço concedeu aos modernistas, muito pela ação do próprio Menotti à frente da redação.

(4) Partindo da análise dos conteúdos e das formas das obras literárias modernistas Lafetá analisou a coincidência entre o que denominou projeto estético e projeto ideológico do modernismo, com a predominância do projeto estético nos anos 20 e a gradativa preponderância do projeto ideológico a partir de 1930 (Cf. LAFETÁ. 2000, p. 19-25). Nos anos 90 o crítico Tadeu Chiarelli, em trabalho que pretendia rever pontos da "história oficial" do movimento. explica o patrocínio da "burguesia rural paulistana à arte de vanguarda" representada pela Semana. de 1922 - por ser prática corrente da burguesia o patrocínio de eventos culturais e também por a semana contar com nomes consagrados das artes nacionais (Graça Aranha e Guiomar Novaes), não constituindo, pois, nada de subversivo ou arriscado (CHIARELLI, 1995, p. 45-6). Sobre essa questão, ver ainda AMARAL, 2003, p. 86; BOAVENTURA, 2000, p. 21.

(5) Lembrar-se que, nesse momento, ocorria a ascensão de imigrantes dentro da elite. reduto jornalístico com que contaram os heróis da Semana de Arte Moderna, os quais tiveram contra si todo resto da imprensa nacionalista" (PICCHIA, 1972, p. 63)³. O jornal abriga, nessa década, "modernistas" de várias extrações – Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Ribeiro Couto, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e mesmo Sérgio Buarque de Holanda (então no Rio) – e comenta exposições de Tarsila do Amaral, Lasar Segall, entre outras.

A questão contida no aparente paradoxo de uma elite ligada à cultura agrária apoiar a vanguarda de seu tempo, cuja estética seria antes tributária da sociedade industrial, intriga boa parte da crítica sobre o modernismo. João Lafetá (2000) aponta que a fração da burguesia rural "educada na Europa, culturalmente refinada, adepta aos padrões e estilos da vida moderna" aceitava e até mesmo necessitava do modernismo, o qual, com seu caráter "localista", uniria o culto da modernidade internacional à prática da tradição brasileira, justificando a essa burguesia sua "origem senhorial de proprietária de terras (...), numa tradição característica, marcante e distintiva – um verdadeiro caráter nacional que ela represent[aria] em seu máximo refinamento"⁴.

A presença de um modernista como Menotti no CP não seria, assim, fato de estranhar-se, mas quase uma "estratégia" dessa elite, que se distinguiria e afirmaria-se como moderna, ao mesmo tempo em que resguardaria sua tradição aristocrática. Pode-se dizer que o cronista contribui para a divulgação e cristalização da imagem de uma elite a qual oscilava entre as formas de sociabilidade essencialmente urbanas e o apego a uma suposta tradição aristocrática⁵. A tese poderia ser corroborada pelo depoimento do próprio Mario de Andrade. Em conferência que visava rever os passos do modernismo, uma espécie de balanço publicado em 1942, Mario lembrava: "a aristocracia tradicional [foi quem] nos deu mão forte. (...) Nenhum salão de ricaço tivemos, nenhum milionário estrangeiro nos acolheu. Os italianos, os alemães, os israelitas se faziam mais guardadores do bom-senso nacional que Prados, Penteados e Amarais...". A formação do modernismo, segundo o ensaísta Vinícius Dantas (2000), ocorria "no círculo de uma cultura provinciana, na órbita oficialista de redações dos principais diários, gabinetes políticos, alguns raros salões e grupamentos de novos artistas, boêmios e intelectuais". O modernismo nascia imbricado nessa sociedade ainda provinciana, embora com anseios cosmopolitas, e, de certo modo, dela dependeria. Em seus estudos sobre a relação entre os intelectuais e as elites na República Velha, Sergio Miceli aponta a dominação da vida intelectual pela grande imprensa, que seria a principal instância de produção cultural da época. Os intelectuais se viam obrigados "a ajustar-se aos gêneros que vinham de ser importados da imprensa francesa: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crônica (...) o êxito que alcançavam por meio de sua pena poderia lhes trazer salários melhores, sinecuras burocráticas e favores diversos" (MICELI, 1977, p. 15 e 74; 1979, p. 15). Nos anos 20, momento de crise das representações oligárquicas, essa atribuição se torna fundamental. Os jornais - um dos principais agentes na luta entre as diversas faccões oligárquicas - tornam-se porta-vozes desses grupos

(MICELI, 1977, p. 73), e os intelectuais cumprem papel fundamental dentro dessa estrutura.

Menotti parece ser um exemplo paradigmático: defendendo o programa do PRP, divulga os ideais do partido. Como articulista contribui em três frentes: o comentário de atualidades, a cobertura da vida cultural e a publicação de suas conferências. Escreve editoriais, além das crônicas diárias sobre os mais diversos temas. Autodenominava-se "futurista" e "moderno", mas seu estilo revela a herança parnaso-simbolista da qual era tributário: mostrava sua erudição citando deuses gregos e heróis da tradição clássica⁶. Ao mesmo tempo, incorporava neologismos, estrangeirismos e gírias, utilizando expressões simples do cotidiano, da língua "brasileira", buscando o humor e a ironia. A melhor definição do estilo de Menotti seria de Mario de Andrade:

"Menotti del Picchia é de uma verborragia altissonante e eloquente. Cansativo mesmo. Nada de sutileza nesse estilo tão esperto na sua composição que parece comum e não cansa. Quem lê Anatole France tem a impressão de ouvir uma música divina que ele, leitor, poderia ter criado. Quem lê Machado de Assis não lê, conversa. Quem lê Proust, não lê, pensa. Menotti não. Como Alencar, como Flaubert, como D'Annunzio, impõe o seu estilo. E eleva-nos a alturas tropicais. Há cataratas e perobas. Noroestes e tempestades. Amazonas e Itatiaias. É esplêndido. Mas cansa, como a paisagem ingente acabrunha. Não há nesta adversativa a verificação de um defeito, propriamente, observo o efeito de uma tendência. É tendência natural, racial e legítima. Já disse uma vez que por esse lado da impetuosidade e da magnificência, a literatura brasileiramente brasileira se diferenciava da irmã portuguesa. Alegro-me por ter junto de minha opinião a de Gilberto Amado. Menotti é um reflexo da natureza do país. Faz parte da natureza do Brasil. É um cerne hirsuto, de folhagem luxuriante, de florada entontecedora e frutos capitosos (...) Estilo brilhante e sonoro." (ANDRADE, apud BARREIRINHAS, 1983, p. 26-7)

No início da década de 20, Mario e Menotti são combativos escritores que "militam" por uma mesma causa: o "futurismo". Juntos a Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, são chamados "o grupo dos cinco" (AMARAL, 2003, p. 66). São inúmeras as crônicas "militantes" que afirmam o modernismo literário como o estilo do presente e apresentam e defendem as obras modernistas nascentes. Firmava-se a nova estética literária a qual se estenderia para os outros campos das artes, consolidando-se um *estilo nacional* para as artes brasileiras.

Em 1926 a hegemonia política do PRP é abalada pela fundação do Partido Democrático (PD), reunindo intelectuais, profissionais liberais e parte da elite cafeeira. Até então, as dissidências que contestavam o PRP gravitavam em torno do grupo vinculado à família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo.* É o recém-fundado *Diário Nacional* (DN), porém, que se torna órgão oficial do novo partido. Sob a direção do intelectual modernista Sérgio Milliet, o jornal se proclama "defensor da liberdade e da democracia" e em suas páginas surgem denúncias contra o PRP. O PD pretendia "se transformar em porta-voz da fração dominante especializada no trabalho político, técnico e cultural, e não das

(6) Aracy Amaral chega a mencionar um certo "desnível cultural" entre Menotti e os outros modernistas; o que faria com que o escritor precisasse se "afirmar" por seus textos (Cf. AMARAL, 2003, p. 84-5). Miceli esboca argumentos semelhantes, não apenas sobre Menotti, mas sobre outros intelectuais considerados "menores" avançando na interpretação, no sentido de estudar as "estratégias" das quais estes teriam lançado mão para se alcarem a posições de prestígio (Cf. MICELI, 1979).

'classes superiores' de forma genérica. De qualquer forma, o chamado 'pacto oligárquico' das elites, que passa a ter interesses diversificados em seu interior, não altera essencialmente a sua composição social — ocorre apenas um remanejamento desse pacto, através de estratégias diferenciadas por parte dos novos grupos" (MICELI, 1979, p. 6-7).

A partir de 1927, o DN passa a publicar, de maneira constante, crônicas de Mario de Andrade⁷. O jornal sobrevive apenas até a Revolução Constitucionalista de 1932, quando tem suas oficinas invadidas. No ano de fundação do PD, época em que já é considerado o escritor mais importante e líder do movimento, Mario escreve ao jovem poeta Carlos Drummond: "Pela segunda Terra Roxa você verá que mandei à fava também Menotti. Questão de higiene. O diabo esperneou que não foi vida. Dias houve em que o Correio Paulistano vinha com dois artigos e até três contra mim. Insultos de toda a casta, você não imagina. Menotti e seqüela perderam totalmente a compostura." (ANDRADE, 1926) Os caminhos dos modernistas deixavam de ser comuns e não mais se encontrariam. Se antes as polêmicas eram resolvidas pelas páginas dos jornais, por crônicas e artigos, em tom ameno, estimulando-se em uma guerra intelectual entre amigos⁸, a partir de um certo momento isso deixa de ser possível.

Mario, que publicara seu primeiro livro de poesias no mesmo ano de *Juca Mulato*, inicia sua carreira de jornalista no ano seguinte. Mas só em 1927 começa a escrever em um jornal de maneira mais regular, justamente no DN como crítico de arte, "escrevendo coisinhas quase diárias". Passa de crítico a cronista, da coluna "Arte" cria a "Táxi" e, posteriormente, assina uma crônica semanal. Quando de sua segunda "viagem etnográfica" ao Nordeste do país, cria a coluna "Turista Aprendiz". A pesquisadora Telê Ancona Lopez aponta a importância de "reconhece[r as] contribuições que as crônicas ofereceram para a consolidação das propostas modernistas na imprensa de massa e [os] subsídios [que estas trazem] para o estudo do ideário nacional de Mario de Andrade" (LOPEZ, apud ANDRADE, 1976, p. 21) – e do modernismo, poderíamos acrescentar.

Quando Mario escreve uma espécie de prefácio para seu livro *Os filhos da Candinha* (1943), aponta sua intenção com as crônicas: "*No meio da minha literatura sempre tão intencional, a crônica seria o sueto, a válvula verdadeira por onde eu me desfatigava de mim.*" (ANDRADE, 1976, p. 37). Se para o escritor a crônica era momento de pausa em sua literatura tão combativa, isto não significou textos descompromissados. Nota-se ali a intenção de informar o público sobre questões atuais, de formar opiniões ou, ao menos, subsidiá-las. Mario parece saber seu papel em despertar o sentido crítico do leitor. Veja-se a crônica-resposta a um jovem a respeito de suas opiniões sobre a maleita. O rapaz cobra que ele não escreva tudo que lhe vai pela cabeça, que se lembre dos leitores mais conservadores e, para atingi-los, há de "dosar" suas opiniões. A resposta mostra qual papel o escritor quer desempenhar na formação da consciência do público:

"Cuidado com a idolatria que é o pior instinto humano! Você faz ídolos daqueles que admira e exige que eles sejam perfeitos. (...) O ideal seria então o artista só publicar aquilo que a sua consciência social reputa bom e a sua

- (7) Interessante notar que Mario, membro do PD desde sua fundação, aproveita o espaço para defender os ideais de seu partido, assim como Menotti o fazia no *Correio* em relação ao PRP.
- (8) "De Monteiro Lobato a Mario, de Menotti a Oswald, todos se acompanham e estimulam em ambiente que descobrira o prestígio jornalístico das polêmicas (...) nesse ringue que todos brigam amavelmente." (Cf. DANTAS, 2000, p. 11).

consciência pessoal reputa belo? É um engano, R. F. Porque ambas estas duas consciências são contraditórias. Quem tem a segunda é um egoísta, se indiferentiza no individualismo e não pode obter a primeira. E esta primeira despreza a segunda e a repudia. A lealdade pra com a consciência social é a única que nobilita o artista e o justifica satisfatoriamente em sua humanidade. É por ela que o artista faz a arte evoluir, pois ele está consciente que transformando a arte, corresponde a uma precisão pública. E é por ela que o artista combate o público, não dando pro público (que como público é fenômeno reles mandado principalmente pelos fatores da preguiça e comodismo) o que o público pede, que é fácil, que é banal, é epidérmico e baixo." (ANDRADE, O castigo de ser – II. DN, 29/11/1931, 1976, p. 465)9

Mario escreve já na condição de artista consagrado, consciente do lugar que ocupa na vanguarda artística do país. Não se trata mais dos primórdios do modernismo, quando os intelectuais propagandeavam seus ideais e tentavam convencer o público do caminho por eles trilhado. O momento é outro e o modernismo parece fato consumado, ainda que reste muito por fazer.

O objetivo deste artigo é compreender, no contexto da década de 20, as crônicas de Menotti del Picchia e Mario de Andrade, buscando-se perceber, em seus textos, a construção da afirmação de um *estilo nacional* para as artes, ao mesmo tempo em que se almejava estar afinado com as vanguardas européias.

Da raça vencida à invasão do cosmopolitismo. As crônicas de menotti e a busca do nacional

Tema recorrente, a busca de um estilo nacional para as artes brasileiras aparece em diversas crônicas. Seja no *Correio*, assinando Helios ou Menotti del Picchia, seja em *A Gazeta*, assinando Aristophanes¹⁰. Todavia, tal questão estava longe de ser caso resolvido para o escritor. Ao tratar das artes brasileiras, notava que estas ainda deviam muito à Europa: "Quem leia nossos livros, quem olhe nossas estátuas, quem contemple nossa arquitetura, encontra por tudo a arte européia (...) Tudo de empréstimo, tudo copiado, tudo decalcado... Por quê? O crítico superficial berrará que somos um povo de plagiários. Vejamos se tem razão." (PICCHIA, 1920, p. 1). Em seguida, analisava "nossas origens" para entender "tamanha falta de originalidade":

"O índio (...) não deixou um traço estético no Brasil. Sua arte não tinha a grandeza rudimentar dos incas; não a animava esse princípio criador dos primitivos egípcios, sua oca não valia a casa do castor, um João-de-barro era mais artista.../ O mameluco, pai do caboclo (...) argamassou apenas a tapera. Não ornou o cabo de sua faca com uma imagem; não decorou, como os etruscos, seu pote de barro (...)/ Como se vê, nos elementos indígenas não colheu nosso povo um motivo estético, uma arte aproveitável ao menos para a estilização. É, pois, um absurdo imaginar-se a possibilidade de se criar, com estes elementos negativos, uma estética nacionalista (...)." (PICCHIA, 1920, p. 1)

(9) A crônica, como se disse, é a resposta a uma carta publicada em O castigo de ser - I (22 nov. 1931), de um leitor inconformado com as crônicas "Maleita - I" e "Maleita - II" (8 e 15 nov. 1931). Na primeira, Mario "deseja maleita", em uma violenta crítica à cultura brasileira importada, que não consegue perceber os valores da cultura autóctone: "Sei que com a nossa idiotíssima civilização importada um indivíduo não se envergonha de arrebentar o fígado à custa de 'whisky' e cocteils, não se envergonha de perder a perna em um desastre de automóvel ou quebrar o nariz em uma virada de patinação, mas abomina os prazeres sensualíssimos, tão convidadores ao misticismo, do delicioso bicho-de-pé. Que por nós é considerada uma falta de educação." Por esse trecho nota-se a ironia e, ao mesmo tempo, o desconcerto - a provocarem as comparações sugeridas por Mario.

(10) Aristophanes, pseudônimo de Menotti em A Gazeta, é poderoso auxiliar de Helios na veiculação das idéias modernistas, sobretudo na defesa do nacionalismo nas artes.

Menotti parecia não ter dúvidas que dessa perspectiva "o país começava agora", a partir da imigração européia a qual redimiria o país da herança desprezível que o passado colonial deixara, misturando-se ao elemento nacional para formar o "novo" brasileiro:

"Da raça vencida pela invasão do cosmopolitismo nada nos ficou de apreciável, senão alguns nomes sonoros de cobras rios e cidades: Tietê, Moji-Guaçu, jaracuçu, boitatá, etc. Pouca coisa, como se vê.../ É pois, um falso nacionalismo o que reivindica para o indígena a representação etnológica do nosso fundo racial. A população amestiçada que substituiu o índio, o nosso decantado caboclo (...) amanhã desaparecerá da nossa memória. O espírito industrial moderno, a nova raça forte, oriunda do cruzamento das raças cinegéticas em fermentação no xadrez etnográfico da nossa nacionalidade, absorvem esses tíbios resquícios de uma minoria agonizante. Morreu Peri. Morre Jeca Tatu. Surge afinal o tipo definitivo do brasileiro vencedor." (PICCHIA, 1920, p. 1)

A discussão passa rapidamente do campo estético para o étnico. O "novo brasileiro" será esse "ser poligenético, múltiplo, forte, vivo, culto, inteligente, audaz (...) [que] traz no seu organismo uma civilização multissecular e uma cultura requintada" (PICCHIA, 1920, p. 1). A pergunta do início estava respondida: não, não copiamos. Se a "nossa raça" é heterogênea, nossa estética não pode ser outra, a não ser o "reflexo das forças artísticas hereditárias de que são dotadas as nacionalidades que a formam". Não imitamos, apenas continuamos nossa descendência européia. Em breve, quando o tipo racial estiver fixado, ter-se-á, finalmente, a arte brasileira "independente".

Alguns meses antes, em crônica sobre os preparativos para a comemoração da Independência, Menotti parece notar ali um bom momento para "a demonstração de uma arte nacionalista". Surpreendentemente, sugere que a partir dos rudimentos da arte indígena sejam extraídos os motivos ornamentais, picturais e arquitetônicos para a construção de um monumento comemorativo no bairro do Ipiranga, pois, se "da arte egípcia e persa – quase manifestações estéticas embrionárias - tiraram os gregos, depois os romanos, as linhas e os motivos primordiais de suas obras (...) por que das manifestações primitivas da nossa estética não podemos tirar elementos de uma arte [e arquitetura] naciona[is]?" Ainda que o próprio cronista atentasse para a ousadia de sua proposta, não deixa de ser curioso notar que ela caminha em sentido oposto ao texto anteriormente citado, ao se reconhecer na arte autóctone elementos dignos de serem recuperados para a criação de um estilo verdadeiramente brasileiro. Tal ambigüidade talvez nada mais seja que reflexo de um debate em andamento. quando, a cada dia, a cada texto, os argumentos eram experimentados. Na mesma crônica era apontada a solução para a arte nova: estilizar tais motivos, adaptando-os "aos diversos estilos clássicos ou aos arrojos do modernismo inteligente" (ARISTOPHANES, 1920a, p. 1). Vê-se que, nas artes e na arquitetura, o modernismo era, ainda, um estilo entre outros - diferentemente do que acontecia na literatura, na qual o movimento, bem ou mal, firmava-se.

É nesse sentido que também se entende a crônica "Arquitetura nacionalista", na qual Menotti alertava para o *arrojo* da idéia de existir uma arquitetura nacional em um país onde *"a própria língua é de empréstimo"* e no qual *"as próprias emoções são de enxerto"*. Sugerindo uma visão retrospectiva, constatava:

"a influência da arquitetura colonial é decisiva nos nossos velhos monumentos. A simplicidade sóbria das nossas construções tinha origem não só na carência de artistas, como na falta de tempo e preocupação estética dos colonizadores. A casa não era um luxo; era uma morada. Desbravado o sertão, urgia fixar a posse com o lar; a preocupação do ocupante era a riqueza, não o fausto solarengo. A habitação mal dava o conforto; era o centro de atividade e defesa. Daí apareceram as casas coloniais simples e maciças, verdadeiras fortalezas sem uma preocupação ornamental" [Estilo não havia, sendo antes decorrência de tão duros tempos. Só mais tarde,] "quando, fartas e tranqüilas, as nossas populações resolveram deixar o nomadismo para enquistar-se ao solo, [é que] apareceram as primeiras manifestações da arte. A diversidade das raças originou a complexidade dos estilos; [e] foi assim que surgiu esta espantosa e bizarra mistura de tipos arquitetônicos berrantes, alguns ridículos completamente em conflito com as condições climatérias da nossa terra." (ARISTOPHANES, 1920b, p. 1)

O cronista que celebrava a "mistura de raças que forma[va] o novo tipo paulista", ao tratar da arquitetura não deixa de lamentar como a mistura havia gerado uma barafunda de estilos. Chegava a hora de construir-se um "estilo único, nacional, (que) transmitisse e representasse o caráter" do "novo brasileiro". Se "o gótico, o manuelino, o rococó, o bizantino, o art nouveau, o romano, tudo, num tumulto estonteante, denunciou a diversidade étnica dos habitantes destas plagas" – tornando a cidade uma "miscelânea" –, isso ocorrera até então como "fruto de uma época tumultuária, onde as raças em luta não se haviam acamado no sedimento de uma raça nova e única". Porém, quando nasce unificado "o expoente da nossa raça, assimilado ao meio, é natural que dele brote uma arte espontânea e sua". E nada mais natural que o artista se volte às manifestações estéticas primitivas do povo para tomá-las como "base da nova concepção artística brasileira", estilizando e modernizando, "num sábio ecletismo", o que apareceu "informe e primitivo" (ARISTOPHANES, 1920b, p. 1). Menotti novamente defendia a criação de um estilo nacional baseado em um ecletismo de temas indígenas.

Antonio Candido chama a atenção para o fato de no modernismo literário ter havido a retomada de alguns pontos da literatura estabelecida anteriormente, quais sejam, o culto do pitoresco nacional, o estabelecimento de uma expressão inserida na herança européia e uma literatura que exprimisse a sociedade. Porém, tal retomada se apresentava como ruptura. Nota o crítico que ocorria a libertação de uma "série de recalques históricos, sociais e étnicos", pois havia, em nossa cultura, "uma ambigüidade fundamental: a de sermos um povo latino, de herança cultural européia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas. Esta ambigüidade

[dava] sempre às afirmações particularistas um tom de constrangimento, que geralmente se resolvia pela idealização". O modernismo rompe com isso e "as nossas deficiências, supostas ou reais, são reinterpretadas como superioridades. (...) O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura. Isso na literatura, na pintura, na música, nas ciências do homem" (CANDIDO, 2000, p. 119-20). Assim, percebe-se o cronista afinado com a vanguarda, ao buscar o estilo nacional no primitivo, não obstante, em inúmeras oportunidades, afirmar estar se tornando outra a fonte de nossa cultura – não mais a herança das "três raças fundadoras". Essa a ambigüidade de Menotti. Uma fonte para o desenvolvimento da cultura nacional podia ser o "elemento primitivo", mas talvez apenas como elemento estético-formal. A (nova) mestiçagem haveria de fazer desaparecer qualquer resquício do passado na composição racial.

O escritor publica no JC, ainda em 1921, o artigo "Matemos Peri!", iniciando com a provocação: "O Brasil teve dois inimigos: Peri e a febre amarela". Na següência, clamando pela libertação de tal "atraso", prossegue:

"Peri é o academismo arcádico dos Durões, dos Paranapiacabas; é o marcapasso político, é o ramerrão econômico, é a unicultura tradicionalista, é a
escultura de Aleijadinho, é o regionalismo estreito pseudonacional, é Canudos, é,
numa palavra, tudo quanto é velho, obsoleto, anacrônico, ainda a atuar nas
nossas letras, nas nossas artes, na nossa política, na nossa administração, na
nossa indústria, no nosso comércio. (...)/ Demos ao Brasil – libertando-o do
incubo de Peri – a sua feição de povo moderno, vanguardista, criador e pensador,
liberto e original, crisálida saída do casulo para o grande vôo no espaço e na luz
(...)" (PICCHIA, 1921, p. 3).

Tal texto suscita uma resposta de Mario e, em seguida, Menotti responde no CP. Segundo Dantas, o artigo-resposta de Mario, "Curemos Peri (Carta aberta a Menotti del Picchia)", é a peça-chave que faz aflorar no escritor – e pela primeira vez no modernismo em geral – um nacionalismo antiufanista, "um tipo desconhecido de consciência nacional original e crítico das versões nacionalistas existentes", e uma visão de modernização na qual as formas de barbárie poderiam ser refreadas, contraposto ao "futurismo desastrado de Helios", que apenas repetia as posições ideológicas mais conservadoras. Mario mostrava que a "vontade de chacina", expressa pelo amigo, nada mais era que a reprodução da "barbárie do processo civilizatório", quando crimes eram cometidos em nome do progresso (DANTAS, 2000, p. 18-9):

"Li e reli, entre espanto e pavor, o seu projetado assassinato. (...) Os homicídios, amigo, acarretam quase sempre a morte do algoz. Morte moral que mais acabrunha e nulifica (...) Foi sem dúvida num momento de desmazelo neurastênico que a sua vária e formosa pena ditou aquela crua sentença: 'Matemos Peri!' (...)/ Sinto-o mais sonhador e romantizado que esse estudioso e grande Gonçalves Dias, autor de ensaios interessantíssimos e sérios, alcunhado com tanta impropriedade, pelo autor de Laís, de 'ridículo'. Ridículo por quê? Porque viveu as tendências de sua época? Porque sonhou, cantou, chorou,

transplantando-os genialmente os mesmos sonhos, cantares e lágrimas dos vates do seu tempo? (...)/ V. ataca, e toda razão lhe dou, o nacionalismo apertado de muita gente que só vê arte onde o caipira claudica num português desmanchado e sem mais sombra de latim./ Há nacionalistas, caipiristas seria o termo, encerrados nesse ambiente de dez palmos." (ANDRADE, apud DANTAS, 2000, p. 33).

Não há como não notar a diferença de perspectivas entre os escritores. Mario deseja a formação de um *"grande povo"*, mas percebe que se até hoje não houve uma cultura forte no Brasil, o motivo talvez seja o que para Menotti se mostre necessário: o desprezo ao feito até hoje:

"Somos povo como muitos outros, quiçá inferior a muitos outros, sem por enquanto termos mostrado qualidades excepcionais. Há possibilidades de formação duma grande gente mas não o povo imenso sonhado pelo vate. Que nos impulsione a moral sadia e confiança e seremos o que nos compete ser (...) seremos um dia uma aglomeração mais uniforme, mais viril, mais povo enfim.../
Não temos literatura brasileira porque o Peri sincero que foram os Vicentes do Salvador, os Gonçalves Dias, os Machados e os Ruys foram assassinados pelos que sofrem, no Brasil luminoso e tempestuoso, doçuras silenciais de lagos de Como e outonos mórbidos de Paris. Não temos escultura nacional porque ao invés de estudarmos os imaginários baianos, os trabalhos sublimes do Aleijadinho (que o amigo insultou horrivelmente), as obras de Valentim, de Chagas e de tantos outros [etc., etc.] Não temos música nacional [etc., etc.] (...) Devemos, é certo, conhecer o movimento atual de todo o mundo, para com ele nos alargarmos, nos universalizarmos; sem porém jogarmos à bancarrota a riqueza hereditária que nos legaram nossas avós." (ANDRADE, apud DANTAS, 2000, p. 36)

Menotti não se dá por vencido e reafirma, na crônica "Peri", que sua "patriótica campanha" tem suas motivações, a saber, "novos e complexos problemas [que] clamam por novas soluções", quando não se pode nem se deve mais voltar para o passado a fim de buscar soluções (HELIOS, 1921, p. 2).

A Semana de Arte Moderna ainda não havia ocorrido, mas talvez já se tenha aí o esboço de dois caminhos na *busca* ou na *construção* do estilo nacional.

Menotti voltaria à carga em outras crônicas, e durante a semana deixa de lado o "estilo nacional" para lançar a "'coqueluche' do nosso grand mond: o futurismo paulista" (HELIOS, 1922a, p. 4), o "futurismo nacional, filho legítimo de S. Paulo – que derrotou o parnasianismo" (HELIOS, 1922b, p. 5). Embora contaminado pelo futurismo italiano, Menotti faz questão de reforçar o movimento como nacional. Em sua conferência no Teatro Municipal, esclarece para a "cultíssima e aristocrática platéia" (HELIOS, 1922c, p. 6)¹¹ que "a nossa estética é de reação. Como tal, é guerreira. O termo futurista, com que erradamente a etiquetaram, aceitamo-lo porque era um cartel de desafio. (...) Não somos, nem nunca fomos 'futuristas'. Eu pessoalmente, abomino o dogmatismo e a liturgia da escola de Marinetti (...) Demais, ao nosso individualismo estético repugna a jaula de uma escola" (PICCHIA, 1922, p. 2)¹². O escritor afirma que os moços constroem, hoje, o estilo de seu tempo e, no futuro, a nova estética será chamada

(11) Em outra crônica, cita os patrocinadores da semana: "(...) puxando a fila, as fidalgas e tradicionais figuras dos doutores Paulo Prado, Oscar Rodrigues Alves, René Thioller e outros tantos patrícios do mais lídimo estofo da mais velha aristocracia bandeirante" (HELIOS, 1922a, p. 5).

(12) Parte do discurso que abriu a segunda noite da semana.

(13) Idéias esboçadas na conferência citada e nas crônicas da semana.

(14) Como se sabe, a revista L'Esprit Nouveau era assinada por alguns intelectuais brasileiros, entre os quais Mario e Oswald. Menotti, provavelmente, tomara contato com essa literatura no início da década. Além disso, a presença de Warchavchik nas páginas do CP, em uma cidade cujo meio intelectual era muito restrito, acentua a possibilidade de o cronista conhecer a obra de Le Corbusier Portanto não parece surpreendente encontrar-se crônicas suas que citam o arquiteto e seu conceito "casamáquina", antes mesmo das conferências de 1929.

"neoclássica", tal sua força e verdade. Não se tratava de "futurismo", pois este lutava contra um passado prestigioso que precisava ser destruído para surgir o novo. Aqui, país novo, bastava "criar com sinceridade", já que o passado não tinha nada digno de nota¹³. Em seguida, publica uma carta de Mario, o qual retomava a semana e concluía que, afinal, conseguiram o desejado: chamar a atenção para a nova estética. Graças à polêmica no Municipal e na imprensa, "o que fica é o nome e um sentimento de simpatia que não se apagam mais da memória do leitor" (ANDRADE, apud HELIOS, 1922d, p. 4). Por ora, ambos estavam unidos na mesma cruzada.

Alguns anos depois, quando Menotti e outros intelectuais do modernismo passam a manifestar maior sintonia com o ideário nacionalista de direita, as posições se exacerbam. Em meio ao acirramento ideológico do período surge o movimento Verdamarelo, de Menotti, Cassiano Ricardo, Cândido Motta Filho e Plínio Salgado, em contraposição ao Pau-Brasil de Oswald, Tarsila e Paulo Prado (CANDIDO; CASTELO, 1997, p. 18-9).

Nesse contexto, ideologicamente complexo, chega ao Brasil Le Corbusier, para proferir conferências no Rio e em São Paulo. Nota-se, pelas crônicas do período, que Menotti dominava um certo repertório e mostrava-se particularmente familiarizado com alguns conceitos do arquiteto¹⁴:

"O conceito moderno de residência é todo diferente e prático. A idéia de 'conforto' para um interior doméstico, é antiga. Mas já andamos muito no caminho da praticidade e do utilitarismo: alcançamos a idéia da utilização da moradia como um critério tão exato e sábio que a casa moderna é concebida como uma 'máquina de morar'./ Corbusier e Mallet Stevens já expuseram longa e genialmente este conceito./ (...) Somente arquitetos mal informados ou retardatários ainda insistem em encher as fachadas de irritantes penduricalhos e enfeiar os interiores das casas com ornamentos horríveis e inúteis./ A arquitetura hodierna é um modelo de simplicidade, de praticidade e de graça. Nada inútil se faz num prédio moderno e o que nele se faz de útil torna-se por isso mesmo, espontâneo motivo ornamental. O critério de uma utilização máxima do material, do esforço da luz, preside ao equilíbrio de todas as coisas./ O gosto está na adaptação e na utilização de todos os objetos necessários a um máximo de comodidade para o inquilino da máquina de morar." (HELIOS, 1929, p. 5)

O texto segue e logo é dada a conhecer a fonte, a residência construída por Warchavchik: "É uma pequena maravilha. Sua fachada geométrica é de uma eloqüente beleza dentro da rigorosa e absoluta simplicidade das suas linhas. Suas acomodações interiores são esplêndidas. A impressão que dá é de higiene, conforto e bom gosto (...) A vitória dessa arte é irresistível." (HELIOS, 1929, p. 5)

O escritor parece acompanhar as discussões a respeito do tema e, de certa forma, distancia-se do Menotti do início da década que imaginava como tarefa do arquiteto, no sentido de criar a arquitetura nacional, a estilização de modelos do passado primitivo, arranjados em um "ecletismo inteligente". Trata-se, agora, de atualizar-se com a vanguarda internacional, de "ser cidadão do nosso tempo", pois "não somos sonâmbulos românticos vivendo a vida espectral de um passado

morto: somos espíritos da época e queremos viver nosso instante lógico sobre o sol..." (HELIOS, 1929, p. 5).

Não cabia mais repetir o passado nem se deixar seduzir por qualquer ecletismo, mesmo de temática nacional. Há uma vontade de atualização – de resto, vontade sempre manifesta em um país "atrasado" – de mostrar-se afinado com o que de mais avançado se discutia na Europa e, mais recentemente, nos Estados Unidos. Quando aparece uma obra moderna na cidade, o cronista faz questão de saudá-la como a "exposição mais original que é dado ver aos paulistas nestes últimos tempos", a exposição da "casa modernista" na rua Itápolis:

"É uma casa-Warchavchik, isto é, uma confortável e elegantíssima casa moderna. Pacaembu, local fidalgo e magnífico. (...) São Paulo é o bazar da arquitetura do mundo. Até telhados corta-neve há nas suas habitações. Colonial, florentino, árabe, Luís XV, todos os mais arrepiantes arranjos de barroco, todas as loucuras da decadência./ A casa Warchavchik é a casa moderna. A utilização técnica do espaço e a ciência da construção posta ao serviço do conforto. Inteligência século XX, utilizada em sentido de tornar a vida cômoda. /Achei prática, magnífica, utilíssima e ultra-elegante essa habitação. Domina-o o sentimento arquitetônico, vivendo este da harmonia simplíssima de um lógico e rigoroso jogo geométrico." (HELIOS, 1930, p. 4)

Corbusier havia proferido suas conferências recentemente. Os ensinamentos do arquiteto seriam novamente mobilizados para estabelecer a importância da realização em São Paulo:

"Corbusier, um dos revolucionários geniais da arquitetura, definiu com alto senso de intuição a finalidade da casa moderna, dentro desta etapa técnica da humanidade: é ela uma máquina de morar. Máquina higiênica e máquina de conforto. Warchavchik resolveu, dentro desse pensamento, o importante problema. Como conforto é deliciosa. Como higiene é perfeita. Como arquitetura, seus grandes planos, suas sábias linhas, torna-se uma jóia. O espírito nosso repousa na visão serena e forte da sua estruturação. Na paisagem sua junta ressalta equilibrada e forte, pondo uma nota de bom gosto e de firmeza no jardim que a cerca." (HELIOS, 1930, p. 4)

Alguns anos antes, Mario de Andrade, suscitado a escrever sobre a arquitetura neocolonial, ainda "praticada" na cidade, dizia que a arquitetura era a única das vanguardas que havia conseguido atingir uma "solução verdadeiramente internacional", a despeito de onde tivesse nascido (Bélgica, Holanda, Áustria ou outro país). Entretanto, a situação da arquitetura modernista era "francamente a situação duma tendência ainda. Não se pode falar que esteja firmada, unanimizada e muito menos tradicionalizada". O poeta afirmava não ser certo que isso que "é hoje a arquitetura moderna será a arquitetura moderna depois", pois a arquitetura moderna "não vingou", "não deslanchou", suas realizações são, ainda, "manifestações isoladas" as quais não definiram uma tradição – seriam "obras de combate". Mario julga, então, não haver uma arquitetura que se realizasse moderna naturalmente, constituída em um corpo de trabalho comum (ANDRADE, 1928)¹⁵ – ainda não se rotinizara, enfim, para usar um termo de Antonio Candido.

(15) Idéias expressas na série de artigos que Mario publica no DN sobre a validade de um estilo nacional para a arquitetura brasileira. Esses artigos "dão o que pensar", e, claro, não se pretende, aqui, esgotar a discussão, mas apenas chamar a atenção para o tema.

(16) Viagem às cidades históricas mineiras na Semana Santa de 1924, quando da vinda do poeta suíço Blaise Cendrars para o Brasil. Fizeram parte do grupo, além de Mario e Cendrars, Oswald e seu filho Nonê, Tarsila, Paulo Prado, René Thioller, D. Olívia Guedes de Penteado e Gofredo da Silva Telles.

Seremos o que nos compete ser. As crônicas de mario e a construção do nacional

No ano em que publica *Macunaíma*. Mario finaliza esses artigos sobre arquitetura, concluindo que a arte moderna tinha a vantagem de tornar-nos livres. Sendo universal, liberava-nos da cópia dos países avançados e não continuaríamos com a "simples macaqueação" do que era feito na Europa. É certo que alguns menos avisados "se deixaram levar" e caíram em um patriotismo artístico exacerbado. Mas outros, de espíritos mais livres, entenderiam que a construção do nacional aconteceria a partir da relação universal-nacional, "e [que] o maior benefício que a atualidade estranha trouxe pra gente foi, não coincidindo com o regionalismo e o nacionalismo que já existiram por aqui, levar pela liberdade, pela procura do novo e da realidade nacional, [o] que se levou os modernistas a matutarem sobre o dualismo do fenômeno universal-nacional. Resultou, foi uma consciência mais imediata, mais livre da realidade nacional, (...) e levou toda a gente quase pro trabalho de fazer coincidir a realidade individual com a entidade nacional. Esta coincidência quando estiver normalizada e inconsciente entre nós, dará pros artistas brasileiros a mais justa, a mais fecunda e nobre libertação./ E como este problema de acomodar a invenção artística nossa com a entidade nacional era importante por demais, ele evitou que a atualidade histórica universal que nos vinha de França e de outros países da Europa, continuasse aqui como simples reflexo, simples macaqueação. Dum momento pra outro a inquietude européia (...) não coincidiu mais com a inquietude brasileira. (...) já readquirimos o direito da nossa atualidade" (ANDRADE, 1928, p. IV).

Não se está mais no início da década e as crônicas de Mario sinalizam outro momento do modernismo brasileiro. Sabe-se que a famosa "viagem da descoberta do Brasil"16, da qual Mario fez parte, contribuiu para um amadurecimento no projeto nacionalista dos modernistas, e Telê Ancona Lopez indica que essa "postura de análise que pretende o crivo crítico, já estava esboçada [, em Mario, desde] Paulicéia desvairada (1922)". O fato é: após Pau Brasil e a Antropofagia, de Oswald, o entendimento da realidade brasileira, no sentido de tentar-se "traçar as coordenadas de uma cultura nacional", ainda conforme Telê, passa pelo conhecimento e valorização da cultura popular (LOPEZ, 1983). Isso significa não se tratar mais de discutir ou buscar um "estilo nacional" para as artes. Essa discussão permeara os anos iniciais do modernismo, de todas as formas, por todos os intelectuais, mas esse amadurecimento mostra que Mario estava um passo à frente. Para o escritor, a construção do nacional se daria a partir do conhecimento do que é próprio, popular, reconhecendo a alienação decorrente de uma civilização a qual se pautava pelas vanguardas européias apenas. Em suas crônicas percebe-se um duplo movimento: constituir um pensamento, avançando na construção do nacional, ou de uma "consciência nacional" e - tendo consciência de dirigir-se a um leitor a quem deve interessar e a quem está auxiliando a conquistar sua própria "consciência nacional" - o cuidado com a linguagem, apresentando uma argumentação para cativar o público.

A vinda do pintor Cícero Dias para São Paulo, por exemplo, torna-se um tema, mas não para discutir se o que o artista faz é ou não nacional, se os elementos são ou não de nossa cultura. Mario trabalha para a constituição de um público para a arte nacional:

"Cícero Dias está em S. Paulo, nos vendo. Pouco ou nada o leitor sabe sobre este artista delicioso. E se visse os desenhos e aquarelas dele, na certa que 80% dos leitores pensaria: 'É um maluco'. É... ainda vivemos convencidos de que são malucos todos os que escapolem do senso comum... (...)/ Mas Cícero Dias não é maluco não. Somente ele prefere, em vez de representar pelo lápis e pela cor, os raciocínios fáceis da inteligência dele, campear no meio de suas paisagens interiores mais profundas, o que o irrita ou lhe faz bem. (...)/ Pois, leitor, você também há de reconhecer que tem sonhos. E sonhos amalucados. Você há-de reconhecer que às vezes brotam na sua cabeça idéias impossíveis, insuportáveis até. Você há-de sentir nos momentos de cisma uns apelos profundos, umas angústias, umas docuras que nem asa de anjo que rocasse por você. Bobagens?... São bobagens não, leitor! São coisas que hoje a psicologia reconhece como verdadeiras, como legítimas, como influenciando diretamente toda a complexidade de uma vida.(...)/ [O artista] conta essas coisas interiores, esses apelos, sonhos, sublimações, següestros. (...)/ Cícero Dias é um valor excelente, leitor." (Táxi: Cícero Dias, 2/02/1929, apud ANDRADE, 1976, p. 135)

A construção do nacional passa pela construção da nação. Essa mudança de perspectiva do início da década para o final confirmaria o argumento de Lafetá (2000), que notava a predominância do *projeto estético* do início do modernismo caminhar para uma predominância do *projeto ideológico* no decênio de 1930. Essas crônicas reforçam a idéia, no sentido de a discussão ser estética, mas é, acima de tudo, ideológica. Nas palavras do próprio Mario, o momento "amargo" que o Brasil atravessava, de "quebras, bancarrota quase inevitável, a desilusão do café como foi a desilusão do pau-brasil, a desilusão do açúcar, a do ouro, a da borracha..." (Táxi: Literatice, 16/10/1929, apud ANDRADE, 1976, p. 151)¹⁷ –, era também momento de interesse: "Me parece incontestável que nós estamos atravessando um momento muito importante da nacionalidade, principalmente pelas possibilidades de que ele tem de despertar no povo brasileiro uma consciência social de raça, coisa que ele nunca teve." (Táxi: Mesquinhez, 1/11/1929, apud ANDRADE, 1976, p. 155)

O que Mario queria dizer com "consciência nacional de raça"? Tenho para mim isso ser algo diametralmente oposto do que seria essa mesma frase na pena de Menotti. Os textos mostram a preocupação com a construção de uma cultura nacional. Ao comentar o centenário de Aleijadinho, afirmava que o escultor não poderia mesmo ter sido reconhecido, pois lhe faltou o estrangeiro, o qual lhe valorizasse:

"A minha convicção é que [Aleijadinho,] o grande arquiteto mineiro [,] foi o maior gênio artístico que o Brasil produziu até hoje. Mas por muitas fatalidades e muita incúria o nome dele permanece vago na consciência nacional dos brasileiros./ A maior fatalidade que impediu a grandeza dele entre nós, foi não

(17) Estamos em 1929, e o *crack* da Bolsa de Nova York teria grande impacto na economia brasileira.

(18) Nesse artigo sobre os cronistas de Minas (Drummond, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende e Fernando Sabino), Antonio Candido trata de outro momento da literatura; devedor, entretanto, do modernismo de 1922 (Cf. CANDIDO, 1996).

(19) Idéias semelhantes a essas de Arrigucci são esboçadas também no artigo de Vinícius Dantas (Cf. DANTAS, 2000). termos tido nenhum estrangeiro que nos viesse ensinar que o Aleijadinho era grande. Nós só nos compreendemos quando os estranhos nos aceitam. Exemplos típicos: Carlos Gomes e Villa-Lobos. E Brecheret também. (...)/ O Aleijadinho não teve o estrangeiro que... Ihe desse gênio e as vozes brasileiras não fazem milagres em nossa casa. Não está situado, as obras dele não estão catalogadas, não há um livro sobre ele, pouco se sabe sobre a vida dele e quase todos lhe ignoram as obras." (Aleijadinho, 30/05/1930, apud ANDRADE, 1976, p. 205)

É bonito perceber que o escritor estava construindo para si também essa "consciência nacional". Se, em determinadas crônicas, condenava o patriotismo barato, em outras, nas quais ele mesmo podia ser acusado de patriotice, dizia não ser patriótico, mas humano: "é perfeitamente humano a gente torcer pelo que é seu, pelo que vive, pelo que convive. Nem se pode dizer que seja razoável, é simplesmente humano, instintivo" (Nacionalização de um adágio, 8/08/1930, apud ANDRADE, 1976, p. 231) – e isso justificava querer exibir para os europeus as comidas daqui – "Pensando bem, um tutu de feijão vale bem um quadro de Picasso" (Escola de Paris, 6/06/1930, apud ANDRADE, 1976, p. 209) – mesmo só como blague. Mario, acima de tudo, desmistificava o senso comum, apontando a importância dos artistas na construção da nação e o verdadeiro trabalho artístico-intelectual como fundador da nova arte nacional. As crônicas, nesse sentido, tornam-se instrumento fundamental para sua "missão". Por seu conteúdo, mas muito também por sua forma.

A crônica, como já notou Antonio Candido (1996), tradicionalmente considerada um "gênero menor", seria, por assim dizer, uma literatura mais próxima de nós e mais humanizada. Ao tratar dos assuntos cotidianos e sem importância, dos fatos banais e não dos grandes temas, a crônica "não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa. Ela não foi feita originalmente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha"18. Essa condição vai ajudá-la a tornar-se um gênero mais acessível a um público amplo. Mas sendo algo tão efêmero, criadas para iluminar um único dia, qual seria o interesse em recuperá-las? As crônicas parecem nos fornecer uma espécie de testemunho vivo do novo panorama material e espiritual vivido em São Paulo nos anos 20. Se são concebidas para o consumo imediato, submetendo-se às transformações e à fugacidade da vida moderna, sendo elas mesmas "fato moderno", como aponta o crítico Davi Arrigucci (2001), é interessante pensar como elas se tornam uma forma de conhecimento dos "meandros sutis da nossa realidade e da nossa história", pois "parece[m] penetrar agudamente na substância íntima de seu tempo e esquiva[m]se da corrosão dos anos, como se nela[s] pudesse sempre se renovar, aos [nossos] olhos de leitor atual, um teor de verdade íntima, humana e histórica, impresso na massa passageira dos fatos esfarelando-se na direção do passado"19. Por isso, talvez, ao se ler essas (e outras) crônicas, possamos entender um pouco mais esse período, quando se discutia pelos jornais o caráter de nossas artes (e, por que não, de nosso país).

pós-

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Mario de. O movimento modernista. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1942.
Táxi e Crônicas. <i>Diário Nacional</i> . Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
Sem Título. Carta para Carlos Drummond de Andrade, em 19 de fevereiro de 1926. <i>O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo, 21 jan. 2003. Caderno D. p. 8.
Arquitetura colonial I. <i>Diário Nacional</i> , São Paulo, 23 ago. 1928.
Arquitetura colonial II. Diário Nacional, São Paulo, 24 ago. 1928.
Arquitetura colonial III. Diário Nacional, São Paulo, 25 ago. 1928.
Arquitetura colonial IV. Diário Nacional, São Paulo, 26 ago. 1928.
ARISTOPHANES, Ainda o monumento. A Gazeta, São Paulo, p. 1, 31 jan. 1920.
Arquitetura nacionalista, A Gazeta, São Paulo, p. 1, 2 fev. 1920.
ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. <i>Enigma e comentário. Ensaios sobre literatura experiência.</i> São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
BARREIRINHAS, Yoshie. <i>Menotti Del Picchia. O gedeão do modernismo: 1920/22.</i> São Paulo: Civilização Brasileira/ Secretaria de Estado da Cultura, 1983.
BOAVENTURA, M. Eugênia (Org.) 22 por 22. A Semana de Arte Moderna vista por seus contemporâneos. São Paulo: Edusp, 2000.
CAMPOS, Candido M. <i>Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo.</i> São Paulo: Senac, 2002.
CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: <i>Recortes</i> . São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: <i>Literatura e sociedade.</i> São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José. <i>Presença da literatura brasileira. Modernismo.</i> Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
CHIARELLI, Tadeu. Um jeca nos vernissages. São Paulo: Edusp, 1995.
DANTAS, Vinicius. Desmanchando o naturalismo. Capítulos obscuríssimos da crítica de Mario e Oswald. <i>Novos Estudos Cebrap</i> , São Paulo, n. 57, p. 9-36, jul. 2000.
HELIOS. Peri. Correio Paulistano, São Paulo, p. 2. 2 fev. 1921.
Casa-máquina. Correio Paulistano, São Paulo, p. 5, 5 jan. 1929.
Semana de Arte Moderna. Correio Paulistano, São Paulo, p. 4, 7 fev. 1922.
Futurismo no Municipal. Correio Paulistano, São Paulo, p. 5, 12 fev. 1922.
A segunda batalha. Correio Paulistano, São Paulo, p. 6, 15 fev. 1922.
Uma carta. Correio Paulistano, São Paulo, p. 4, 23 fev. 1922.
Casa Warchavchik. Correio Paulistano, São Paulo, p. 4, 26 mar. 1930.
LAFETÁ, João Luiz. 1930: A crítica e o modernismo. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2000.
LANGENBRUCH, J. R. <i>A estruturação da grande São Paulo, estudo de geografia urbana.</i> Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
LOPEZ, Telê Ancona. Viagens etnográficas de Mario de Andrade. In: ANDRADE, Mario. <i>O turista aprendiz</i> . São Paulo: Duas Cidades, 1983.
MEMÓRIA urbana. A Grande São Paulo até 1940. São Paulo: IMESP, 2001.
MICELI, Sérgio. Sexo, poder e letras na República Velha. São Paulo: Perspectiva, 1977.
Intelectuais e classes dirigentes no Brasil. 1920-1945. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979

AMARAL, Aracy. Tarsila, sua obra e seu tempo. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2003.

PICCHIA, Menotti del. A Longa viagem: 2^a . etapa. Da revolução modernista à revolução de 1930. São Paulo: Martins, 1972.
Da estética. Seremos plagiários? Correio Paulistano, São Paulo, p. 1, 10 abr. 1920.
Matemos Peri. Jornal do Comércio. São Paulo, p. 3, 23 jan. 1921.
Arte moderna: A conferência do dr. Menotti del Picchia no Municipal. <i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, p. 2, 17 fev. 1922.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Cidade de São Paulo, estilo nacional, arquitetura, imprensa, modernismo, nacionalismo, cosmopolitismo, transformações urbanas.

São Paulo, national style, architecture, press, modernism, nationalism, cosmopolitanism, urban transformation.

Obs.: Este trabalho foi apresentado na II Jornada de Discussões "Modernização e Modernismo no Brasil: Arte, Arquitetura e Cidades" do programa de pósgraduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da USP, no 1º semestre de 2004.

Ana Claudia Veiga de Castro

Formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, é mestranda na mesma instituição com o projeto "As representações da cidade nas crônicas de Helios. São Paulo na década de 20", sob orientação da Profa. Dra. Ana Lucia Duarte Lanna. É bolsista Fapesp desde 2002.

re S. João em en fem de zendendo a barra da que the banda per ende se perem emenos em forma de bio se en esca mui pour propor Bil Se bravas estre a de des pa mon pro brava. Film fresa mui pour proporto Bil Se bravas estre a de des pa mon pro brava. Film fresa mui filonomenta se de Calin canalism de unbrandas calin de como per la 2.

1. ace eponto 1.2.

1. ace eponto 1.2.

1. ace eponto 1.2.

1. inco librar estre a a recipio de socia viva.

RESUMO

Com uma metodologia que se pretende rigorosa e precisa (cartografia sempre oficial, georeferenciação sistemática, verificação cruzada sempre que possível) o trabalho de pesquisa propõe a construção de imagens da ocupação urbana e rural dos territórios municipais da Área Metropolitana de Lisboa (AML) nas quatro datas possíveis: 1942, 1965, 1991 e 2001. Uma vez estabelecidas as imagens, tenta-se uma descrição da evolução do uso do solo na AML, em cada um dos períodos tipificados nessas datas. Em cada capítulo, correspondente a cada período, destaca-se primeiro o contexto geral (político, socio-económico, jurídico) em traços largos para, em seguida se descrever/interpretar os processos de urbanização propriamente ditos e a consequente evolução da dinâmica dos usos do solo. Em uma terceira parte apresenta-se o que foi possivel identificar, manifesto nas imagens dos processos esboçados no discurso interpretativo.

Pedro George Sofia Morgado

Deve realçar-se que se trata aqui dos resultados iniciais e embrionários de uma pesquisa que, no entanto, manifesta grande potencial como geradora de instrumentos para a compreensão do processo de urbanização da maior aglomeração urbana portuguesa.

d

INÂMICAS DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO TERRITÓRIO METROPOLITANO DE LISBOA 1940-2001

ABSTRACT

Based on a rigorous and precise method (only official cartography, systematic georeference and crosschecks whenever possible), this ongoing research project composed images of the urban and rural occupation of the municipal territories of the Lisbon Metropolitan Area (LMA) in the four available years: 1942, 1965, 1991 and 2001. With the help of these images, this research work describes the changes in land-use in the LMA, in each of the periods concerned. Each chapter of this paper corresponds to one of these years and starts with an overview of the general context (political, social and economic, and legal), followed by a descriptive interpretation of the urbanization processes themselves and the corresponding dynamics of the land-use changes. Each chapter then concludes by presenting findings provided by images and by the processes interpreted. It should be pointed out that these are mere initial findings in a research project which otherwise provides tools for understanding the urbanization process of the largest portuguese urban agglomeration.

i. Âmbito da investigação

Introdução

A importância do território metropolitano de Lisboa destaca-se tanto em Portugal como no sistema das grandes aglomerações ibéricas, e também enquanto elo do país à Europa e plataforma de conexão europeia com África e Brasil. Contribui-se, assim, para a sedimentação de conhecimentos e para o aparecimento de novas propostas de actuação nas áreas metropolitanas, fundamentalmente as da Europa Meridional, nas quais o território em estudo se integra cultural e estruturalmente.

O panorama internacional aponta, hoje em dia, para um questionamento teórico e operacional sobre os fenómenos associados aos territórios metropolitanos e, sobretudo, para um reenquadramento dos instrumentos urbanísticos a utilizar no projecto das aglomerações contemporâneas.

Considerando as profundas alterações ocorridas ao longo do século 20 e as que já se anunciam perspectiva-se o desenvolvimento de uma investigação sobre o território metropolitano de Lisboa no âmbito científico do urbanismo e sobre os territórios metropolitanos que reflicta novos olhares sobre a concepção e ordenamento das cidades, e explore metodologias renovadas por instrumentos e técnicas de análise e registo actuais.

Assim, torna-se essencial analisar e projectar o território metropolitano como organismo dinâmico em que as transformações económicas, dos modos produtivos, ambientais e sociais marcam significativamente sua estrutura funcional, afectando recursos e modos de controlo do território. Por outro lado, a estes fenómenos estão associados processos e formas de produção do espaço urbano e em diálogo com os restantes territórios metropolitanos (urbanizáveis, não urbanos, não urbanizáveis), tornando-se oportuno reconhecê-los e tipificá-los, identificando paisagens.

Objecto

A base geográfica contentora dos fenómenos objecto desta investigação é a área dos 19 concelhos que compunham a Área Metropolitana de Lisboa¹ e Benavente. Não obstante a ausência deste último concelho do conjunto oficial e legalmente definido, fecha-se assim a envolvente do Estuário do Tejo.

Nesta área, de 3.212,9 km² e com uma população residente de 2.682.676² habitantes (cerca de ¼ da população portuguesa e 27,1% da população de Portugal Continental) encontra-se a maior concentração populacional do país³. Tem uma população activa de 1,3 milhões de pessoas e também aqui se sediam cerca de 30% das empresas de Portugal, oferecendo 32,7% do emprego nacional. A sua contribuição para o PIB ultrapassa os 36%. Reconhece-se assim a importância das suas dinâmicas socio-económicas e, logo, a forte capacidade de indução de transformações na ocupação e uso do solo.

- (1) Concelhos inscritos no limite administrativo da área metropolitana de Lisboa, 1991: Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Loures, Lisboa, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira.
- (2) De acordo com dados de 2001, do Instituto Nacional de Estatística.
- (3) De acordo com dados de 2001, do Instituto Nacional de Estatística.

Neste quadro, o objecto específico desta investigação é, precisamente, a dinâmica (induzida) de alterações da ocupação e dos usos do solo e sua evolução, sobretudo no período de 1970 a 2002, sem dúvida aquele que maiores e mais importantes alterações alberga e que culminaram na constituição plena de uma área metropolitana (integração do mercado de trabalho, das infraestruturas de transporte, de mobilidade residencial e de lazer, das redes de infraestruturas urbanísticas, etc.).

Objectivos gerais da investigação

Os objectivos da investigação, referente ao objecto acima delimitado, são as seguintes:

- Analisar a evolução e transformação dos usos do solo, inicialmente com referência a distinção solo urbano/solo rural e, posteriormente, com identificação de outros usos (habitacional, industrial, comércio/serviços, infraestruturas, rural) em inter-relação com as dinâmicas do processo de urbanização e socioeconómicas que a determinam.
- No interior da mancha urbana e em cada período identificar tipologias morfológicas, estabelecer o papel qualitativo e quantitativo que cada uma representa nas expansões da mesma e estabelecer o tipo de processo produtivo que lhe está na origem (loteamento de promoções legal, clandestina, pública) definidos/classificados com base nas várias articulações possíveis dos agentes que neles estão presentes.
- Aprofundar a análise em áreas-chave para a compreensão dos fenómenos, escolhidas em função do cruzamento matricial de variáveis a determinar (formas e processos já tipificados, extensão geográfica, peso quantitativo, etc.).

Metodologia: cartografia do território em estudo – 1940, 1965, 1992, 2001

O trabalho apresentado sobre o território metropolitano de Lisboa é de grande simplicidade estructural. Tem como principal instrumento a produção de informação cartográfica vectorial e georeferenciada do território metropolitano de Lisboa nos períodos de 1940, 1965, 1992 e 2001.

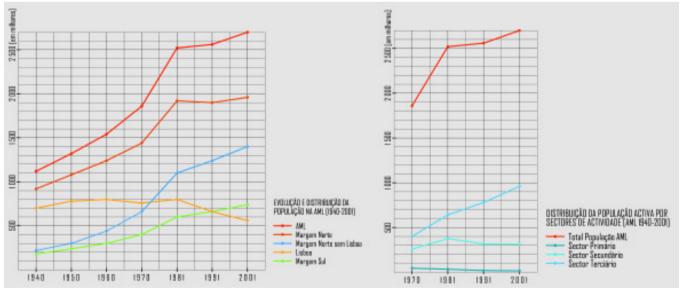
Este trabalho foi desde logo condicionado pela cartografia existente (nomeadamente, datas de edição), pelo esforço de compatibilizar os meios de reprodução existentes (formatos informáticos e técnicas SIG). A cartografia utilizada foi a da Série M888, Carta Militar de Portugal, Instituto Geográfico do Exército, escala 1:25.000, sobre matriz da mesma série. O grande interesse nesta série cartográfica reside nos seguintes aspectos: sempre a mesma escala, qualidade gráfica e rigor de conteúdo, várias edições sendo a primeira edição dos anos 30-40.

A cartografia existente foi recolhida em vários arquivos, rasterizada, georeferenciada e organizada em mosaicos por data, de modo a obtermos os mosaico de 1940, 1965, 1992 e 2001, este último já a partir de ortofotocartas. Em pararelo, recolheu-se toda a informação já vectorizada e actualizou-se, de

modo a construirmos a imagem vectorial de 1992 – edificado e as várias redes de mobilidade – mantendo sempre a mesma matriz. A actualização feita consistiu em separar edificado posterior a 1992, a incluir na cartografia de 2001, e em vectorizar a maior parte do edificado utilizando a cartografia em raster. Posteriormente, por contraste entre o existente em 1992 e em 1965, subtraindo o edificado e redes existentes, obtivemos a imagem de 1965, procedendo do mesmo modo para a obtenção da imagem de 1940. Utilizando o mesmo método de sobreposição à imagem de 1992, com ortofotocartas de 2001, e por adição, obtivemos a imagem de 2001.

As datas de referência da cartografia produzida (1940, 1965, 1992 e 2001) resultam de uma ponderação entre datas de trabalho de campo e datas de edição, bem como a definição de uma data média entre as várias folhas utilizadas. Por esse motivo há, frequentemente, descontinuidades no registo apresentado que decorrem das decontinuidades das fontes cartográficas utilizadas e que, à escala 1:25.000, não foi possível esbater sem introduzir elementos de menor rigor científico. Assim, optámos por deixar essas mesmas descontinuidades. A definição final da data de referência (1965, 1992 e 2001) faz-se pelo reconhecimento da existência de elementos metropolitanos estruturantes. Por exemplo, a conclusão da auto-estrada Lisboa/Cascais em 1992, determina justamente a data da cartografia produzida, onde ela figura.

Às datas da cartografia associa-se a possibilidade de contraste com outras bases de dados, como informação estatística (nomeadamente os censos populacionais coincidentes com estes períodos), planeamento com destaque para os planos regionais (1964, 1991-94, 2003) e os planos directores municipais, alguns deles já em formato SIG.



Evolução da população da área metropolitana de Lisboa 1940-2001, por sectores de actividade Fonte: Dados censitários, Instituto Nacional de Estatística – INE

(4) Reserva Natural do Estuário do Sado; Reserva Natural do Estuário do Tejo, Parque Natural da Arrábida, Paisagem Protegida da Costa da Caparica, Parque Natural Sintra/Cascais. Para além de ser um levantamento inédito até ao momento, o tipo de informação, o modo como foi produzida e a forma como está organizada, permitirá a sua própria evolução por meio da criação de *layers* de informação ou integrando o resultado de outras investigações no mesmo âmbito.

2. Esboço interpretativo

Da monopolaridade à matricialidade emergente

O contentor geográfico da, agora, Área Metropolitana de Lisboa (AML) é um território com 3.128 km² que se desenvolve ao longo das margens do rio Tejo. Este desagua em um estuário com 325 km² situado no extremo poente e central da Península Ibérica. Para além da âncora que o estuário constitui, destacam-se como elementos físicos marcantes: a norte do rio, a Serra de Sintra e uma paisagem interior agreste, de relevo agitado que encontra o mar em uma costa escarpada e praias ventosas; a sul, a Serra da Arrábida e o Estuário do rio Sado limitam as peneplanícies e planícies aluviais da Península de Setúbal, antecedidas a Nascente pelas da Lezíria. Com uma costa atlântica de cerca de 150 km, a Área Metropolitana de Lisboa inclui cinco áreas naturais protegidas, integradas na Rede Natura 2000⁴. À escala internacional, os portos de Lisboa e Setúbal assumem um crescente protagonismo, devido à sua posição estratégica entre o Norte da Europa, Mediterrâneo e África bem como ao valor histórico e paisagístico das suas áreas envolventes.

É neste berço que se desenvolve, no passado com relativa autonomia, a multitude de pequenos aglomerados de extracção pré-histórica, celtibérica, lusitana, romana, muçulmana e, por fim, cristã, que virão a ser o embrião da AML de hoje.

Lisboa, em si própria, cedo (século 12) se destaca como cidade-porto, ligada ao mar como base económica (comércio e pescas) mas é sobretudo pelo efeito de capitalidade que cresce. Cresce talvez desmedidamente em relação ao seu *hinterland*, mas não em relação à grandeza do sistema de cidades por ela encabeçada no século 16 (Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Luanda, Lourenço Marques) – veja-se Gaspar, J. (2003).

Os séculos 16 e 18 são clímaxes em seu desenvolvimento. O comércio das Índias e o ouro do Brasil induzem um crescimento que se dá ao longo da costa, até ao século 19. Gradualmente fortalecem-se laços funcionais com aglomerados em ambas as margens.

O desenvolvimento de infraestruturas rodo-ferroviárias e a industrialização promovidas pelo liberalismo na segunda metade do século 19, permite finalmente estabelecer laços orgânicos mais fortes com as vilas distantes cerca de 20 km (Cascais, Sintra, Vila Franca de Xira, Barreiro) e fazer crescer a mancha urbana para o interior do território (o ensanche de Ressano Garcia no final de oitocentos).

Se o período Republicano (1910-1926) pouco trouxe de novo ao desenvolvimento da metrópole, também a primeira fase (1928-1940) do conservadorismo fascizante e retrógrado do regime salazarista manteve quase intocado o panorama urbano da região. A indústria desenvolve-se comedidamente com base no modelo de baixos custos de mão-de-obra e matérias primas (parte destas vinda das colónias), forte condicionamento industrial e estímulo à substituição de importações. Nos distritos de Lisboa e Setúbal (hoje a base da AML), a população industrial passou de 110.000 a 190.000 pessoas de 1930 a 1950, num total de 500.000 activos que aumentou para 650.000 nos mesmos censos. A região era, ainda, uma cidade de burocracia com alguns estabelecimentos industriais e um hinterland com forte componente rural. A sua estrutura espacial, como se pode ver na primeira imagem, era claramente radial, com centro em Lisboa cidade de onde irradiavam os feixes de vias (estradas nacionais e linhas férreas) em direcção às aglomerações periféricas (Cascais, Sintra, Loures e Vila Franca de Xira); os contactos com a margem sul eram exclusivamente fluviais. A integração destes núcleos com o centro eram essencialmente politico-económicos.

3. Internucleação embrionária (1945–1970)

Considerações contextuais

A Segunda Guerra Mundial e a posição neutra assumida pelo regime vem a revelar-se fulcral para o processo de constituição da AML. O desenfreado comércio de guerra, das conservas ao volfrâmio, conduz a uma acumulação de capital que se reinveste no desenvolvimento da indústria (pesada e transformadora), tirando partido do surto expansionista europeu do pós-guerra, combinado com um renovado ciclo de exploração das matérias primas das colónias. O Estuário do Tejo fornece a água e acessibilidade necessárias à instalação da siderurgia, ao desenvolvimento das cimenteiras, da indústria alimentar de base, da metalurgia pesada e da indústria transformadora em geral. O território lisboeta transforma-se na principal aglomeração produtora de bens industriais.

O início da guerra colonial em 1962 agudiza o modelo, forçando ainda maior emigração mas também criando mais emprego nas indústrias ligadas ao esforço de guerra. São criados milhares de postos de trabalho. Fustigada pela pobreza agravada a que tinha sido submetida ao longo dos últimos 40 anos, e atraída pelo trabalho industrial, a população rural aflui à metrópole em grande número. Metropolização ou emigração para a Europa do Norte são as palavras de ordem ao longo destes decénios (50/60) de "turbulência demográfica" na expressão de Gaspar, J. (2003).

Este paulatino afluxo de gente ao território metropolitano vai encontrá-lo despreparado, a nível urbano, para esta profunda modificação demográfica: o problema da habitação resolve-se com recurso às barracas, aos loteamentos

clandestinos e à sobrelotação de apartamentos nas áreas já consolidadas. O fraco poder aquisitivo desta nova população urbana só lentamente desperta a promoção imobiliária privada para a construção de edifícios residenciais.

Planeamento

No campo do planeamento, o regime não privilegiou o planeamento como instrumento de organização da AML. Não obstante ocorreram algumas intervenções altamente estruturadas, essencialmente em Lisboa, para satisfazer clientelas políticas essenciais à estabilidade do regime e rolar capital do previdencialismo corporativo no imobiliário (alguns bairros sociais, Alvalade, Olivais Norte e Sul). Após o surto de planeamento racionalizador de intervenções da lavra de Duarte Pacheco, no período de 1932-43, tal actividade passou a "avalizar a especulação e, simultaneamente, a alimentar a ficção de que o país estava a ser planeado" in: Gonçalves, F. (1989).

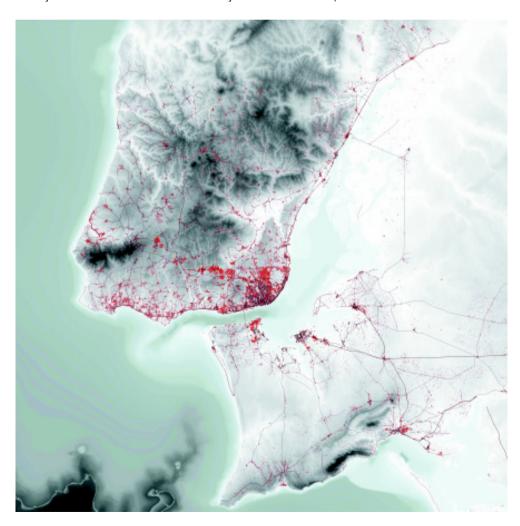
Uma grata excepção foi o famoso Plano Director da Região de Lisboa (PDRL 1962-64). Embora nunca tenha chegado a ser aprovado, este documento é a primeira peça importante de reflexão sobre a região como entidade em si. O



Território metropolitano de Lisboa, 1940 Crédito: Autores

crescimento urbano ultrapassava já os limites administrativos dos municípios, detectando-se sem margem para dúvidas, o pulsar conjugado dos vários aglomerados. No dizer de Bruno Soares, L. J. (2003), "o PDRL projecta a estruturação alargada da Região de Lisboa definindo um conjunto de grandes infraestruturas e equipamentos públicos de que se destacam, por um lado, o novo aeroporto internacional em Rio Frio e a expansão do Porto de Lisboa como infraestruturas de integração internacional e, por outro lado, novas vias com condições para estruturar uma região urbana muito para além da cidade de Lisboa, as quais integravam, não só novas radiais e circulares rodoviárias mas também a ligação entre as duas margens do Tejo através da ponte Alcântara-Almada. São definidos, neste plano, a CRIL e a CREL assim como as auto-estradas de Cascais e do Sul (A2), as radiais de Loures e de Belas e o Anel de Coina, isto é, uma rede cuja concretização se veio a verificar recentemente."

O plano propôs uma estrutura urbana em modelo radial clássico, ao longo dos eixos de transporte principais, não abordando a análise e eventual controle dos processos de produção do meio urbano, o que deixa em auto-gestão a evolução dos tecidos e a sua estruturação ao nível municipal. Abriu-se ainda mais



Território metropolitano de Lisboa, 1965 Crédito: Autores

a porta a um desenvolvimento urbano veiculado pelo loteamento, legal ou clandestino mas certamente desenquadrado e avulso. A figura do loteamento, sem cobertura jurídica até à publicação do Decreto-Lei n. 46.673 de 29/11/1965 e mesmo proibida, implicitamente, pelo Código Administrativo de 1936, foi, ainda assim, o veiculo maior da expansão urbana. Não escapavam à codícia do urbanizador as oportunidades criadas pela interacção da propriedade fundiária com o advento da acessibilidade, fruto dos investimentos em obras públicas acima mencionados. O melhor exemplo deste fenómeno é a construção da segunda ponte da AML sobre o rio Tejo inaugurada em 1966 (sendo a primeira a de Vila Franca de Xira, em 1954) e que possibilitou o aparecimento dos grandes loteamentos clandestinos da margem sul.

Imagem e interpretação

Esta evolução está espelhada na imagem da AML de 1970. Destaquemos os traços que consideramos mais revelantes:

- A rede viária (de Estradas Nacionais) é fundamentalmente a de 1930, que por sua vez tem origem, em traçado, na rede desenvolvida no final do século 19, ainda que melhorada nos materiais e perfil transversal. Exceptua-se o aparecimento de 5 km de auto-estrada em direcção a Oeiras, 20 km em direcção a Vila Franca de Xira (ponte para o Sul) e a nova ponte (então) Salazar;
- a rede ferroviária é exactamente a mesma do final do século 19. Aparece entretanto o Metro no centro de Lisboa;
- a partir dos pontos de acesso aos transportes e/ou junto aos locais de trabalho desenvolve-se um tecido de fraquíssima qualidade urbanística, desconexo, desequilibrado, pouco harmonioso e por vezes irracional nas soluções viárias, graças à predominância de processos de produção altamente especulativos, encorajados pela quase total ausência de planeamento;
- a globalidade territorial da AML começa aqui a desenhar-se tendo por epicentro Lisboa, onde se acumulam as sedes de empresas com fábricas no território, as sedes dos bancos e das instituições culturais (a única universidade da AML) bem como a tradicional administração pública à qual se junta agora um cada vez maior sector terciário privado;
- todos os micro-aglomerados que, ao desenvolverem-se no período seguinte, se integrarão para formar a AML enquanto realidade funcional, já constam na imagem ainda que apenas como núcleos históricos, com ténues ligações entre si mas com uma dependência clara em relação ao centro;
- estes desenvolvimentos reforçam o modelo essencialmente radial (graças à configuração inicial das redes viárias), já presente na imagem dos anos 40, modelo êsse que perdurará, no período seguinte, dado o peso da história na forma das cidades. O crescimento dá-se essencialmente por "adição" de mais e mais pedaços de tecido, sem coerência com os anteriores, à volta dos núcleos com conexão a Lisboa ou com postos de trabalho próprios.

4. A EXPLOSÃO DEMARCADORA: 1970-1990

Considerações contextuais

O período de 1970 a 1990 é marcado por transformações de grande monta. A falência da via reformista timidamente ensaiada por Marcelo Caetano, que em 1968 sucede a Salazar no comando do regime, leva a uma agudização das guerras coloniais; o choque petrolífero de 1973 e a crise económica europeia fazem disparar o fenómeno da inflação, muito contido até então, e desestabilizam a economia.

Em abril de 74 (há 30 anos!) o regime cai; acirra-se a luta de classes, instala-se a democracia e resulta um conturbado período de instabilidade política. Faz-se a descolonização; regressam 800.000 portugueses das ex-colónias.

A perda das fontes baratas de matéria prima, dos mercados cativos das colónias e o fim das guerras de África, afectam duramente a indústria metropolitana, pelo menos tanto quanto a instabilidade laboral e o recurso à greve, direito agora plenamente reconhecido.

Assiste-se a uma clara estagnação no desenvolvimento das actividades económicas ao mesmo tempo que, em contra-corrente, a população da AML aumenta na década de 70 como nunca antes. Clara manifestação da atractividade, ainda que meramente simbólica, da capital, onde, mesmo assim, se vive a esperança... alimentada por uma política estatal e municipal empreguista, que após março de 1975 faz do aparelho de estado e das empresas nacionalizadas o amortecedor social que compensa a falta do Estado Previdência.

Quem são estes novos *metropolitas*? Muitos dos 800.000 retornados das excolónias; muitos dos regressados da emigração para França e Alemanha onde a crise europeia gerou desemprego; muitos das populações dos meios rurais, onde a recém adquirida liberdade, à falta de melhor, lhes dava o direito de tentar a sorte na cidade grande.

Todos acreditavam que, não obstante a estagnação económica, a AML albergava um futuro!

A lógica de crescimento do espaço urbanizado é, inicialmente, a mesma mas intensificada. Continua a expansão pela via do loteamento, frequentemente ilegal. Este ocorre ao sabor da disponibilidade de terrenos com um mínimo de acessibilidade local e metropolitana.

As grandes redes distribuidoras dessa acessibilidade são, ainda, a das estradas nacionais em conjugação com a ferrovia, o que incrementa as localizações próximas das estações ou com acesso fácil a estradas nacionais.

Assiste-se a um claro processo de "dispersão" como o qualifica Font, A. (1999), mas não de edificação de pequeno porte (moradia isolada de segunda residência), mas sim de blocos de urbanização de média-alta densidade e tamanho variado que aparecem legal ou ilegalmente por todo o território da AML. Uma explosão que resulta em uma dispersão quer de grandes e pequenos fragmentos com altas densidades e crescimento rápido quer, no caso de

loteamentos clandestinos para moradias individuais, com baixas densidades e crescimento lento.

É bom dizer-se que a redistribuição "instântanea" de rendimentos, logo após o 25 de abril de 1974, permitiu o acesso de muitas famílias portuguesas ao cobiçado bem que já era o Deus-Carro, não obstante o aumento do preço da gasolina em 1973. Isto, em conjugação com melhorias sensíveis nos transportes públicos a nível dos preços, distribuição e qualidade dos serviços (graças à nacionalização de grande parte do sector) resultou em um acréscimo de mobilidade que bem serviu a expansão urbana.

Muito embora o nível de vida tenha continuado a crescer o aumento de salários não foi o suficiente para viabilizar o acesso desafogado à habitação, dissipando-se em bens de consumo de preço imediatamente acessível. A uma procura pobre responde a oferta de uma urbanização esquelética e violentamente especulativa. A oferta habitacional, para ser acessível, continua a primar pela pobreza do seu quadro urbano.

O equilíbrio na estruturação do uso do solo não é viável neste contexto económico que fomenta, pelo jogo monetário, uma urbanização de má qualidade, onde o espaço público é o principal sacrificado logo seguido pelos equipamentos colectivos sem previsão de solo e infraestruturas sub-dimensionadas. Tudo para viabilizar um fogo, ainda que apenas medíocre.

A democracia política consolida-se culminando com a adesão à Comunidade Europeia em 1986. Este é um facto crucial – os atrasos estruturais que tanto afligiam o país são agora a razão principal do embrionário desafogo financeiro. Ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio jorram sobre o país avultadas quantias que são investidas, desviadas, distribuídas, mas que, em primeira e última instância, irrigam a economia nacional e permitem a realização de obras fundamentais para a plena concretização da AML: uma moderna rede de vias rápidas e auto-estradas, a extensão da rede de águas e de saneamento a 95% da população, a recuperação de bairros degradados, a expansão da rede de metropolitano, etc.

A realidade da adesão e a acalmia na vida socio-política, em conjugação com a maior flexibilidade conferida pelas privatizações ao tecido empresarial e sobretudo ao sector bancário (algo emperrados pelas nacionalizações de março de 1975, agora manifestamente deslocadas perante a evolução do contexto político), devolvem à cidade de Lisboa a capitalidade, (GASPAR, J., 2003), e à AML o estatuto de região locomotiva do país, à beira dos anos 90.

Planeamento

A década de 70 viu o aparecimento através do Decreto-Lei n. 560/71 de 17 de dezembro das figuras de Plano Geral de Urbanização e Plano de Pormenor, cujos resultados práticos foram quasi-nulos. O Plano de Pormenor nunca chegou sequer a ser regulamentado, o que leva Gonçalves, F. (1989) a comentar que isso "inseria-se numa estratégia mais vasta, apostada na consolidação dos processos de urbanização particular, mediante o esvaziamento da capacidade de controlo municipal sobre as operações de loteamento".

A década de 80 e a legislação de 82 (Dec.-Lei n. 208/82 de 26 de maio) serviram essencialmente para a experimentação de métodos e técnicas de planeamento, também não chegando a afectar a realidade. As características legais dos Planos Directores Municipais (PDM) dessa época, ao imporem um vínculo obrigatório entre a sua programação financeira e o orçamento camarário, ditavam ao mesmo tempo o congelamento da sua implementação. Por muito teoricamente correcta que essa ligação pudesse ter sido, revelou-se politicamente inadequada ao complexo jogo de forças e interesses económicos da arena política municipal. Para a grande maioria dos presidentes de câmara, fazer um plano deste tipo era vestir uma camisola de forças inaceitável. Efectivamente, poucos o fizeram: Oliveira do Bairro, Moita e Évora foram as esclarecidas excepções.

No decurso da década de 80 avolumaram-se os problemas inerentes a uma urbanização galopante, cujo veículo legal continuou a ser essencialmente a operação de loteamento, pouco ou nada enquadrada por planos de qualquer espécie. Este quasi-vazio de planeamento (e falta de respeito pelo existente) é, em interacção com as condições concretas do mercado português e metropolitano (pobre procura efectiva por habitação, transporte público melhor, mas ainda precário, abuso do carro, falta de consciência patrimonial e ecológica comum a todos os agentes do processo, etc.) um responsável importante pela má qualidade da urbanização realizada.

Imagem e interpretação

Que consequências, se podem detectar na imagem de 1990? Destaquemos os traços analítico-descritivos mais relevantes para a compreensão da morfologia da Área Metropolitana de Lisboa.

O crescimento demográfico dos anos 70/80 e a melhoria das condições financeiras da população, sobretudo na década de 80, resulta, com uma desfasagem de alguns anos, na ocupação efectiva de vastas áreas de território, até então incipientemente urbanizadas. Os vazios, já urbanos, mas em reserva, são agora mobilizados para o processo de valorização do capital imobiliário. A reorganização da banca e do capital financeiro estatal acompanha, viabiliza e cresce em sagrada integração com a expansão imobiliária.

Constituiu-se, com densidade suficiente para ser "posta no mapa", uma periferia funcionalmente integrada que confere a forma territorial actual à AML, dentro do binómio funcional urbano-rural. Quer isto dizer que mesmo o território pseudo-vazio de edificação, onde a actividade predominante é (aparentemente) rural, já está integrado na lógica urbana, quer a nível de preços (que já se formam com a mais valia urbana na equação), quer a nível dos usos potenciais, quer pelo modo de vida das populações que o exploram ou detêm.

A mancha de território urbano, cuja delimitação é possível nesta imagem da AML, foi urbanizado de uma forma que difere da do período anterior tanto na quantidade como na qualidade do seu produto final. Esta urbanização resulta da concretização de vários processos, quais sejam:

- O que deveria ser a regra, mas foi a excepção, da urbanização legal planeada em que as operações de loteamento privadas ocorrem no contexto de um (ante-plano) ou plano de urbanização aprovado, concretizou-se em algumas instâncias, quantitativamente limitadas, mas de qualidade acima da média (Lisboa, Carnaxide, Nova Oeiras, Santo António dos Cavaleiros, Alfragide);
- o do loteamento legal, mas urbanísticamente desenquadrado pela ausência de planos, cria um mosaico de pedaços de urbanização agarrados à velha rede viária. Esta começa finalmente, sobretudo após 1986, a contar com troços de auto-estrada e vias rápidas. Este é, sem dúvida, o processo quantitativamente mais importante e ocorre em todo o espaço da AML;
- o dos loteamentos clandestinos que, também espalhados por todo o território, incorporam à área urbanizada milhares de hectares de tecido urbano unifuncional de baixa densidade e tipologia repetitiva - moradia isolada unifamiliar, sem reserva de solos para equipamentos e poucas infraestruturas, com uma vivência urbana esquelética, mas proporcionando grande destaque para a moradia enquanto afirmação individual; em 1985 (talvez o ano de apogeu do fenómeno) albergava 11% da população total da AML em 15.000 ha (quase o

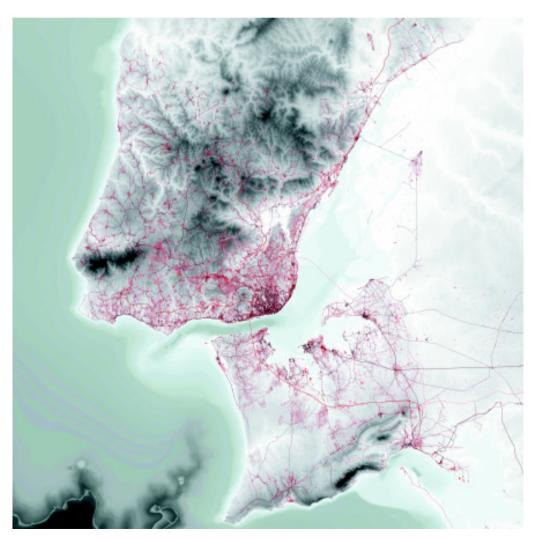


Território metropolitano de Lisboa, 1992 Crédito: Autores

dobro da área do Concelho de Lisboa), dos quais apenas 50% estavam ocupados (BRUNO SOARES, L. J.; FONSECA FERREIRA, A.; GUERRA, I. 1985);

- o dos locais onde a propriedade rural é retalhada pela subdivisão que a fertilidade do solo permite e ocorre uma ocupação urbana, de densidade também baixa, em que cada parcela dá origem a um fogo, chegando-se a densidades periurbanas, num mosaico de campos de cultivo polvilhado por habitação. Este "habitat" alberga uma figura sociologicamente estranha: um proletário urbano que é ao mesmo tempo agricultor, a tempo parcial ou integral consoante as variações do emprego fabril. Estas áreas carregam a potencialidade de, a prazo, se declararem suburbanas e reclamarem todas as infraestruturas a que têm direito; podemos vêlos no norte de Sintra, Mafra, Montijo, Alcochete e Palmela.

- o da ocupação com propósitos turísticos, em parte coincidente com o fenómeno da segunda residência, que se instala em áreas significativas dos territórios de Sintra, Cascais, Almada e Sesimbra. Sustentado mais uma vez por operações de loteamento do tipo tradicional, este processo (por vezes clandestino, como na Lagoa de Albufeira) tem, no entanto, resultados de melhor qualidade graças ao extracto económico da população a que se destina;



Território metropolitano de Lisboa, 2001 Crédito: Autores

– completa-se este sobrevôo dos principais processos de urbanização, com as operações comandadas pelo Estado através de várias instâncias (Fundo de Fomento da Habitação/INH, etc.). Têm resolvido à partida o problema fundiário, embora a concepção e a construção em si sejam reguladas por normas particularmente apertadas. São disto exemplo os bairros sociais de expansão de Setúbal, de Almada, de Alfragide e, em Lisboa, Chelas, entre outras. Pecam, em certos casos, mais por problemas inerentes à tipologia, construção do edificado e exclusão da malha urbana do que propriamente pela qualidade urbanística intrínseca. Os processos sociais de realojamento, os problemas de manutenção dos espaços exteriores e a pobreza do edificado contribuem para uma imagem causticada pelo estigma da "habitação social", nada valorizada no panorama geral da urbanização deste período.

Estes processos de urbanização confluem em um modelo geral que se afasta daquele sintetizado por Rezende no primeiro Plano Director da Região de Lisboa. Os núcleos adensaram-se, é certo, mas a urbanização expandiu-se por áreas muito mais vastas do que o previsto, sem consistência infraestrutural, sem densidades adequadas, sem micro-acessibilidade capaz, sem equipamentos colectivos, em suma com fraca qualidade urbanística. Facto é que se criaram, ainda que pela ausência, as condições objectivas necessárias para os desenvolvimentos do período seguinte.

As redes viárias manifestam a opção clara do desprezo pela ferrovia e aposta no automóvel como principal meio de locomoção. A política de construção de estradas é notoriamente mais elaborada e tem resultados palpáveis. Fazem-se substanciais melhorias na rede clássica e constroem-se mais alguns quilómetros de auto-estradas radiais, sempre convergindo sobre Lisboa. Mas pelo menos fazem-se e, no início dos anos 90, está delineada e parcialmente construída a nova armadura de vias estruturantes.

Lisboa-cidade continua a ser o polo principal deste conjunto. A sua população, no entanto, decresce significativamente na década de 80, dando corpo ao fenómeno da suburbanização activado pelo aumento do preço dos terrenos no centro. O mundo do trabalho terceariza-se em boa velocidade começando a causar fenómenos de rejeição (essencialmente o congestionamento de tráfego e dificuldades de estacionamento). Estes obrigam à procura de alternativas de localização para a sede de empresas que as encontram em municípios circundantes (Oeiras, Sintra, Cascais, Almada).

Aparecem os primeiros centros comerciais, fenómeno que prenuncia a reorganização de todo o sector do abastecimento, com alteração dos modos de consumo. O desenvolvimento da AML tem, neste processo, o papel fundamental de integrar espacialmente e desenvolver meios de comunicação de massa que permitem a difusão e circulação de ideias, imagens e estilos de vida que, por sua vez, induzem a compra de novos produtos. Estes se apresentam no mercado viabilizados pela nova escala da procura, através de novos meios de distribuição – os centros comerciais/hipers – em um mercado integrado e unificado em termos de bens e preços. As áreas metropolitanas em geral podem ser vistas, também, como enormes máquinas espaciais de consumo!

5. Unipolaridade, multipolaridade, MATRICIALIDADE: A SIMBIOSE DIALÉCTICA (1991-2001)

Considerações contextuais

O período de 1991 a 2001 caracterizou-se pela consolidação da democracia: em um contexto económico global favorável, governos de maioria absoluta puderam tirar partido dos generosos fundos europeus para espalhar investimento infraestrutural de Norte a Sul do país. Ao fazê-lo induziram investimento privado nacional e estrangeiro (sobretudo espanhol) o que potenciou ainda mais a "bola de neve" desenvolvimentista. Esqueceu-se a vocação atlântica e mergulhou-se na Europa de cabeca e de olhos fechados.

Desde o início da década de 90 até 2001. Portugal viveu o encantamento. mas também a falácia de ser e sentir-se um país quase rico, com padrões de consumo em níveis nunca antes conhecidos. A população gozou-os em um misto de incredulidade e apreensão. A consciência (ainda que longínqua) da transitoriedade deste "estado de graca" impedia a satisfação plena mas estimulava ainda mais o consumo frenético e imediatista. O perene e arreigado individualismo português encontrava agora expressão no exercício do poder de compra.

Aumentou o índice de motorização e aumentou a compra de apartamentos estimulada pelo financiamento barato e abundante. Construiu-se nesses dez anos como nunca dantes e chegou-se à situação actual retratada pelo censo 2001: há mais fogos que famílias!

Um dos imobiliários mais caros da Europa foi comprado a preços desajustados da realidade dos salários mas que o custo do financiamento bancário viabilizava. A velha "questão da habitação" transformou-se: da penúria quantitativa passou-se ao problema da equidade na distribuição, colocando-se, apenas tenuemente, o da qualidade urbana. Atacou-se e resolveu-se, quase totalmente, a chaga social das barracas e legislou-se a integração dos loteamentos clandestinos, fenómeno agora em vias de extinção.

A emigração definhou e Portugal (pasme-se!) passou a ser país de imigração vinda dos países africanos mas também do Leste europeu.

A AML recebe um impacte de desenvolvimento importante e transforma-se de forma decisiva e sui generis.

A nível demográfico os números não manifestam crescimento de grande monta (mais 250.000 pessoas) mas aprofunda-se a tendência, já perceptível nos anos 80, de perda acentuada de população no centro (Lisboa-cidade) e crescimento forte da periferia sobretudo na margem Norte (Sintra, Loures, Amadora, Vila Franca de Xira), facto que indicia uma profunda transformação no modelo funcional e espacial.

Com efeito, também a nível funcional se dão grandes transformações: a ascensão imparável do sector terciário e "quaternário" (cultura, ensino superior, etc.), a queda das velhas macro-indústrias pesadas de localização condicionada, quase sempre à volta do estuário, o desenvolvimento da indústria transformadora de alta tecnologia, limpa e de localização mais ou menos livre, o aparecimento da logística integrada. Estes movimentos culminam com a expansão do sector bancário privado, de extrema importância neste caso porque inextrincavelmente ligado ao desenvolvimento imobiliário cuja localização e estruturação das unidades de investimento ele comanda pelo financiamento.

Este conjunto de actividades, que conjugadamente determinam a estrutura dos usos do solo metropolitano, têm critérios e práticas locacionais que se concretizam em um espaço metropolitano em profunda dinâmica de transformação. Com os dinheiros da União Europeia, tenta-se a transformação da base infraestrutural do modelo radial monocêntrico. Com efeito, grande parte dos investimentos dos fundos europeus foram "enterrados", e bem, na criação e modernização das redes de saneamento, de distribuição de água, de gás, de energia eléctrica e sobretudo na acessibilidade, onde quase se completa a rede de há muito prevista (PDRL, 1962) mas realizada apenas em pequenas partes. Estas redes de infraestruturas cobrem agora a maior parte do território urbano metropolitano.

Em suma, está quasi-plenamente constituida a AML nalgumas das suas facetas (acessibilidades, infraestruturas, mercados de trabalho e de habitação). Outras estão ainda carentes de desenvolvimento (identidade cultural e poder político, nomeadamente). Este facto não obsta a que a sua presença, a nível ibérico, seja já uma realidade, reproduzindo-se em direcção ascendente a integração que está em processo de consolidação na direcção descendente. Na hierarquia das áreas metropolitanas ibéricas a AML coloca-se, no entanto, apenas na segunda linha, veja-se Ferrão, J. (2003).

Planeamento

No final da década de 80, por imposição das condições de acesso aos fundos comunitários, indispensáveis para lidar com o acumulo de problemas urbanos entretanto gerados, o governo cria finalmente condições legais para a realização de planos de ordenamento, os Planos Directores Municipais, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, consignados no Decreto-Lei n. 69/90 de 2 de março (que, note-se, desfez o vínculo entre execução e orçamento municipal acima mencionado).

O estímulo da obtenção de fundos mostrou-se decisivo. Entre 1990 e 1995 deslancha-se uma campanha de realização de Planos Directores Municipais, que, a "toque de caixa", foram sendo aprovados. Com conteúdos diversificados em termos de correcção técnica, por vezes com exagerada provisão de áreas urbanizáveis, o facto é que a maior parte do país ficou coberta por este instrumento de planeamento.

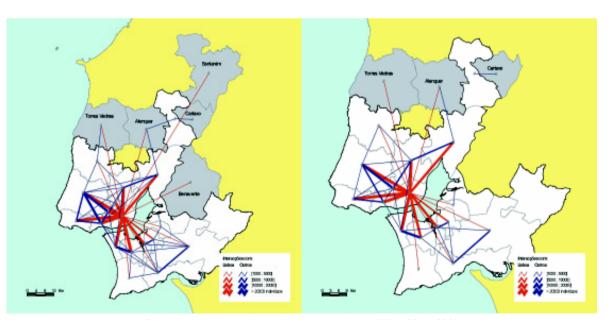
Pelo seu atraso e laxismo de critérios, pode dizer-se que a influência estrutural destes planos no evoluir da AML foi, até agora, muito limitada. Certamente aumentará na próxima década, fruto da inércia da sua existência mas também do gradual apaziguamento no convívio da população com as práticas do planeamento.

A nível metropolitano teve lugar, a coberto de legislação específica, o que constituiu na verdade, o segundo grande exercício completo de planeamento da metrópole. O chamado Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), de 1991, coordenado por Jorge Gaspar, foi por forca da legislação, essencialmente, um plano de ordenamento territorial.

A elaboração e avaliação de opções estratégicas sobre o desenvolvimento do território teria como corolário obrigatório uma normativa quantificada sobre o uso do solo. Foram-lhe até pedidas definições quantitativas para orientar a realização dos PDM. Sobressai uma estratégia equacionada a nível das infraestruturas de transportes: a localização das duas opções do novo aeroporto, a extensão da rede de metro à margem sul, a opção pela terceira ponte sobre o Tejo e o corredor da quarta. Estas opções tinham por base uma concepção mais sensível ao ordenamento da que foi, na realidade, implementada pela força política do Ministério das Obras Públicas. O plano propunha ainda o crescimento "para dentro", aprofundando a qualidade e limitando ao estritamente indispensável o aumento da mancha urbana. Um modelo sem grandes inovações mas claramente incentivador da qualidade urbanística onde se mantinha e refinava a primazia de Lisboa, mas paralelamente se tentava reequilibrar a hierarquia de subcentros, fortalecendo-os em si próprios e às suas ligações concêntricas.

O plano nunca chegou a ser aprovado sendo engavetado com a mudança de governo em 1995.

Ao mudar-se a legislação-quadro do planeamento com a substituição do Decreto-Lei n. 69/90 pelo n. 380/99 de 22 de setembro, aparece um novo tipo de



Principais interacções de população empregada na AML, 1991 e 2001 respectivamente Fonte: AAVV, 2003, Movimentos pendulares e organização do território metropolitano: 1991-2001, INE, Lisboa

plano regional, menos vinculativo e mais flexível para o privado mas com uma normativa legal, com conteúdo estratégico indicativo e um modelo territorial explícito.

Na AML, sob a coordenação geral do presidente da entidade responsável (a então CCR-LVT) António Fonseca Ferreira, é levado a cabo novo exercício que culmina, pela primeira vez na história, na aprovação de um PROTAML, em 2003. Ficou assim criado um quadro geral para a revisão dos PDM, desta vez com sustentação legal, que vai causar inevitáveis tensões com os municípios, mas que é essencial à coerência da região. Com um modelo territorial naturalmente baseado no do plano anterior, para além das medidas de contenção da mancha urbanizada, tem-se, pela primeira vez, uma proposta a nível ambiental que se afasta da vulgar noção de "reserva", e que (em nosso entender, mas talvez apenas em um mundo ideal!) poderia ser a base para um processo negociado, entre o governo central e local, de acerto de valores sobre o território urbanizável e o não urbanizável. É proposta ainda a criação de uma entidade coordenadora dos transportes, medida de há muito necessária e que parece agora em vias de implementação.

Para além do valor intrínseco do plano – que não chega a ser afectado pela falta de disposições sobre o património regional, nem pela pobreza das que versam sobre o turismo – o grande passo em frente foi a sua aprovação, que permite pôr em marcha mecanismos de negociação com os municípios tendentes à conformação das revisões dos PDM às linhas gerais de planeamento da metrópole. Assim, poder-se-á, talvez dentro de alguns anos, ter um conjunto de instrumentos de planeamento razoavelmente coerente.

Imagem e interpretação

Na imagem da AML 2001 detectam-se as características essenciais do território que são, agora, tanto a polarização ocasional, em determinados locais (por exemplo Alverca, Cacém, Miraflores, Almada) como a embrionária e tendencial diminuição da diferencialidade básica dos espaços, graças à matricialidade das infraestruturas e da acessibilidade, naturalmente adaptada aos condicionamentos geográficos. A distribuição de acessibilidade através da criação de uma rede de novas vias rápidas (infelizmente ainda não completada, faltam pequenos, mas importantes trechos) que, em interacção com as velhas estradas nacionais, vem espalhar acessibilidade de forma espacialmente mais equitativa e, em consequência, contrariar a unipolaridade, permitindo a multipolaridade e prenunciando tendencialmente a matricialidade. Nas imagens do estudo do INE sobre movimentos pendulares, dois fenómenos são bem visíveis: a) o menor grau de polarização monocentrada em Lisboa, ou seja ocorrem mais e mais fortes ligações entre outros centros que não Lisboa-cidade; b) o aparecimento de uma área que cobre os municípios de Oeiras, Sintra, Cascais, Amadora e Lisboa onde os movimentos cruzados e paralelos entre eles quase se equilibram, indiciando uma diminuida dependência de Lisboa. Ambos estes fenómenos ilustram tentativamente a tese acima esboçada.

As infraestruturas de base foram acompanhadas por uma melhoria extraordinária das telecomunicações em geral e da capacidade de transmissão de dados pelas redes físicas em específico. Neste particular é de assinalar os dois

(quase) recordes europeus da AML: o número *per capita* de terminais de atendimento bancário automático e de telemóveis; este facto introduziu certamente uma ainda maior liberdade espacial de comunicação individual e, consequentemente, uma homogeneidade espacial acrescida, neste âmbito.

A interacção espacial destas redes potencia o território de uma forma menos polarizada que anteriormente, anula tendencialmente a diferencialidade do espaço e diminui-lhe a frição no movimento. É claro que ainda se notam diferenças na capacidade de acolhimento a potenciais unidades utilizadoras (sejam elas fabris, terciárias ou residenciais) mas a evolução do território a nível infraestrutural prenuncia uma estrutura matricial muito mais equitativa, onde a geometria das relações entre unidades territoriais tende tanto para o tecido como para o conjunto articulado de polos. Em maior semelhança de circunstâncias infraestruturais, o potencial de cada lugar pode finalmente vir a realizar-se pelo cruzamento dos seus parâmetros mais elevados (a valia da mão-de-obra, da paisagem, das tradições locais, etc.). Sem a inibição, por vezes fatal, causada pela ausência ou inadequação de factores básicos (acessibilidade, saneamento, água, energia), o desenvolvimento espalhar-se-á de forma mais equitativa fazendo do espaço metropolitano um factor de agregação mais do que de exclusão.

Sob o manto da real desconexão e fragmentação, fruto dos processos edificatórios já apontados (que perduram, encontrando agora áreas de concretização na ampla delimitação de áreas urbanizáveis provida pelos novos planos) vai-se desenvolvendo, como vaga de fundo, um espaço integrado por novas redes e relações sociais que, tendencialmente, darão origem a uma metropole espacialmente matricial, ainda que sectorialmente hierarquizada, onde o acesso à informação é uniforme e a acessibilidade física é quase semelhante, entre pontos e filamentos de atractividade com funcões diversificadas, disseminados por toda a área geográfica.

A AML deu neste aspecto um salto qualitativo que não se percebe se se olhar apenas superficialmente para a sua imagem territorial de 2001.

Dir-se-á estarmos perante um espaço policêntrico ainda em afirmação, mas não será destituido de sentido pensar-se que este período de urbanização polarizada, onde também aparecem filamentos/bandas de atractividade espalhados por todo o território, seja a primeira manifestação de uma estrutura mais matricial que polarizada. A proliferação dos núcleos de terciário ao longo da A5, a dispersão da pequena/média indústria na área urbanizada de Sintra, o rosário de actividades logísticas ao longo da EN3 de Vila Franca de Xira à Azambuja, a dispersão dos centros comerciais de médio e grande porte por toda a AML, são alguns exemplos deste fenómeno, que ocorrem sempre em interacção com nós de grande acessibilidade ou interfaces de vários modos de transporte. Se tivermos em conta que os supostos novos polos deveriam deter, pelo menos, boa parte das características do antigo polo único, então veremos que a situação diverge do modelo polarizado. Em nosso entender, nenhuma destas actividades locais virá a gerar, ao longo do tempo, qualquer coisa vagamente semelhante ao que se entende por centro/polo urbano, antes participando, a pequena escala, da grande matriz urbana em implementação na AML. Falta a cada um destes fenómenos, e não

parece fácil obter, aquilo que caracteriza sine qua non a noção de centro/polo: a diversidade de actividades urbanas em densa interacção espacial, a história enquanto factor de integração e, por último, o poder, ou elementos dele, quer económico quer político.

Assistimos, nesta última década, a um movimento de desconstrução do modelo monocentrico (polarizado em Lisboa-cidade), com formação de alguns novos polos que podem conferir um carácter policêntrico ao território, mas também ao aparecimento de fenómenos complementares e opostos, de constituição de vastos tecidos urbanos matriciais nos quais se esbate a noção de polo e polarização, por não ser adequada à descrição do dualismo do fenómeno. Ao polo tende a corresponder a noção de centro/periferia que mascara, teórica e ideologicamente, a realidade e justifica um tipo de planeamento e de localização de infraestruturas e equipamentos, algo viezada nas suas consequências sociais e urbanas.

É interessante citar Nuno Portas na recente apresentação do livro *Políticas urbanas*, quando diz que "nada se resolve enquanto se pensar um centro por oposição à periferia" e a seguir remata sintetizando "É preciso pôr as cidades a trabalhar em redes cada vez mais policentricas e não num único centro. Mesmo que haja um único centro maior, é o conjunto que deve valorizar a área urbana" (in *Público*, 13 de março 2003). Mantêm-se vivos os conceitos originais, mas advoga-se uma nova prática apelando-se à matricialidade das redes; é já meio caminho andado!

Está-se, parece-nos, em um período de complexa evolução onde se mesclam as duas tendências, mas onde não devemos, em nosso entender, subestimar qualquer das duas – policentrismo puro ou matricialidade policentrica – sob pena de aprofundarmos problemas sociais a partir de práticas de planeamento, reflexo de políticas, inadequadas, injustas e excludentes.

Bibliografia

AAVV. (Coord. João Ferrão) 2002, As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico, (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa), (Estudos/5) DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa 2002.

AAVV (Dir. Antonio Font, Francesco Indovina, Nuno Portas), 2004, L'explosió de la ciutat. Morfologies, mirades i mocions sobre les transformacions territorials recents en les regions urbanes de l'Europa Meridional, COAC publicacions – Forum 2004, Barcelona.

AAVV, 2003, Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano 1991-2001. Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto, Instituto Nacional de Estatística/ Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação – Auditoria Ambiental; Gabinete de Estudos e Planeamento.

AAVV (Coord. António Fonseca Ferreira), 1999, Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo. 2000-2010, O Horizonte da Excelência, CCRLVT – Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

AAVV, 2002, Planos Regionais de Ordenamento do Território, Sociedade e Território. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, Porto, n. 34.

AAVV, 2001, *Território e Administração. Gestão de Grandes Áreas Urbanas*, Actas do Seminário, Universidade Nova de Lisboa/ Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa/ Centro de

Estudos Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico/ Grupo de Urbanismo e Planeamento Municipal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa.

AAVV, 1999, Tipologia Socio Económica da Área Metropolitana de Lisboa, Instituto Nacional de Estatística – Área Metropolitana de Lisboa.

AAVV, 2002. Urbanismo & Ordenamento do Território. Balanço dos anos 1970-2000, Sociedade e Território. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, Porto, n. 33.

BRUNO SOARES, Luís Jorge, 2003. Ordenamento e planeamento do território no contexto metropolitano. In: *Ordenamento e Planeamento do Território, Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa.

BRUNO SOARES, Luís Jorge; FONSECA FERREIRA, António; GUERRA, Isabel, 1985. Urbanização Clandestina da Área Metropolitana de Lisboa. *Metrópoles e Micrópoles, Sociedade & Território.* Revista de estudos urbanos e regionais, Porto: Edições Afrontamento, n. 3.

BARATA SALGUEIRO, Teresa, 2001. Lisboa, periferias e centralidades. Oeiras: Celta Editora.

FERRÃO, João, 2003. Para uma Área Metropolitana de Lisboa Cosmopolita e Responsável. In: Futuro, Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa.

FONT, Antonio; LLOP, Carles; VILANOVA, Josep, 1999. *La construcció del territori metropolità. Morfogènesi de la regió urbana de Barcelona*. Àrea Metropolitana de Barcelona-Mancomunitat de municipis.

GASPAR, Jorge, 2003. Inserção da Área Metropolitana de Lisboa no País, na Península Ibérica e na Europa. In: *Enquadramento Geográfico, Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa.

____. 1993. *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Edição Ministério do Planeamento e da Administração do Território/ Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional.

GONÇALVES, Fernando, 1989. Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851-1988). In: *Direito do Urbanismo*. Lisboa: INA.

RIBEIRO, Orlando, 1992. *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1993. PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João, et al, 2004. *Políticas Urbanas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

TENEDÓRIO, José António (Dir. e Coord.), 2003. Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Área metropolitana de Lisboa, processos de urbanização, loteamentos, polarização, centralidades, matricialidade.

Images, Lisbon metropolitan area (LMA), changes land-use, descriptive, interpretation, urbanization processes.

Pedro George

Professor doutor, arquitecto, coordenador da Investigação, Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Sofia Morgado

Assistente mestre, arquitecta, Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitectura de Lisboa da Universidade Técnica de Lisboa.

Merten Nefs

Orientadoras: Vera Pallamin Sueli Schiffer Marisa Carmona (TU Delft)



UBCULTURAS E
REVITALIZAÇÃO URBANA:
EXPERIÊNCIAS RECENTES
EM AMSTERDÃ, BERLIM E
SÃO PAULO

Resumo

Este trabalho discute a possibilidade de tratar as subculturas como instrumento de revitalização urbana. Uma análise da literatura nos dá a percepção do debate sobre as novas relações entre o governo e pequenos grupos subculturais na sociedade de hoje e introduz a terminologia de pioneiros urbanos, incubadoras e catalisadores. Estudos empíricos em Amsterdã, Berlim e São Paulo mostram as vantagens e desvantagens de suas implementações como instrumentos de revitalização urbana na prática.

ABSTRACT

This text discusses the possibilities of using subcultures as a tool to revitalize urban areas. An analysis of the literature on the subject sheds light on the debate about the new relations between government and small subcultural groups found in today's society and introduces terminology of urban pioneers, incubators and catalysts. Empirical studies carried out in Amsterdam, Berlin and São Paulo show the advantages and disadvantages of the practical applications of these tools in urban revitalization.

Introdução

Este trabalho discute a possibilidade de tratar as subculturas como instrumento de revitalização urbana. Esse instrumento pode ser ativado por governos municipais para iniciarem ou acelerarem processos de revitalização como iniciativa pioneira, incubadora ou catalisador urbano.

O papel da cultura nos processos de revitalização urbana pode ser descrito em duas escalas: a função da cultura de massa na grande renovação urbana e as subculturas, minorias culturais, cujas iniciativas locais podem provocar revitalização urbana. Grandes operações urbanas geralmente têm a valorização como objetivo e a "gentrificação"1, como conseqüência. Muitos autores já discutiram sobre o paradoxo da gentrificação, a qual, por um lado, produz melhoramento do espaço urbano e da economia local e, por outro lado, promove exclusão social. Vaz e Jacques² escreveram:

"uma verdadeira revitalização urbana através da cultura seria aquela que (...) reinstaurasse nova vitalidade tanto urbana quanto cultural à área de intervenção, através das mais diversas iniciativas culturais, não necessariamente grandes projetos ou obras, mas que, no entanto, incorporem também a população e a cultura local."

Os efeitos negativos da valorização ocorrem não apenas nas cidades européias ou norte-americanas. Van Kempen e Marcuse³ pesquisaram efeitos de gentrificação na América do Sul:

"Infraestrutura e serviços têm papéis importantes na especulação. Em cidades onde são escassos há exclusão dos pobres das áreas bem-equipadas. Alguns bairros têm sido progressivamente atraentes para empresas, sobretudo aqueles que se localizam perto de (novos) centros de emprego e lazer (urbano). [...] Isto tem provocado deslocamento de famílias de baixa renda, forcando-lhes a ficar e se concentrar em áreas menos atraentes que ainda estão disponíveis."

Vale a pena pesquisar a cultura de jovens e as subculturas, em geral, como atores urbanos por sua capacidade de, localmente, reforçar estruturas sociais, gerar empregos e novas possibilidades econômicas nas áreas de turismo, arte e vida noturna. Isto, por sua vez, ajuda a evitar os efeitos negativos da gentrificação. Essas estruturas informais, contudo, são muito frágeis e podem ser facilmente destruídas por regulamento excessivo e planejamento.

O objetivo da primeira parte do artigo é chamar a atenção para a importância de subculturas como atores urbanos no processo de revitalização e discutir a maneira como elas são ou poderiam ser incorporadas nas estratégias políticas. A segunda parte trata da implementação desse instrumento na cidade de São Paulo.

Uma análise da literatura sobre subculturas nos fornece uma idéia de seu papel na sociedade atual e suas manifestações físicas na metrópole, especialmente a que trata das subculturas como catalisadores urbanos ou incubadoras. Exemplos concretos de revitalização urbana em Amsterdã e Berlim mostram que iniciativas de subculturas são consideradas importantes na estrutura

- (1) Da palavra inglesa gentrification." To change an area [...] so that it suitable for people of a higher social class" Oxford advanced learner's dictionary, sixter edition,
- (2) Espaço & Debates. A cultura na revitalização urbana – Espetáculo ou participação?, n. 43-44, p. 134, 2003.
- (3) KEMPEN, Ronald van and MARCUSE, Peter (1997), p. 289.

cultural e social da cidade e também como políticas fornecem espaços para apoiá-las. Eles mostram as dificuldades surgidas durante e após a realização desses projetos.

Comparando-se isso à situação de São Paulo, veremos algumas diferenças fundamentais com respeito à concentração dos jovens e os locais da vida noturna, aos objetivos dos movimentos subculturais, ao *status* cultural do centro antigo e à ocupação de prédios em áreas desindustrializadas. Em parte essas diferenças se explicam pela (falta de) intervenção do governo e, em parte, pelos próprios grupos subculturais. Os exemplos são acompanhados de dados demográficos, localização de equipamentos voltados à vida noturna, espaços vazios e equipamentos culturais. Os estudos empíricos sobre subculturas e movimentos sociais foram realizados por Lieuwe Conradie e Merten Nefs em Berlim e São Paulo, respectivamente em 2002 e 2004. O estudo em Berlim foi supervisionado pela Profa. Dra. Franziska Bollery da TUDelft/TUBerlin.

SUBCULTURAS COMO INSTRUMENTO PARA REVITALIZAÇÃO URBANA

Como funciona essa outra maneira da revitalização? O que, exatamente, são subculturas e qual seu papel na sociedade? E, mais especificamente, como elas melhoram seu ambiente? Embora a cultura tenha o potencial para criar unidade, também pode ser usada por grupos para se diferenciarem do resto. Essas minorias culturais, representando grupos específicos com suas próprias crenças e idéias, chamamos de subculturas. Os conceitos do termo "subcultura" variam e, às vezes, comportam o significado bastante negativo de uma cultura obscura, ilegal ou inferior. Este artigo discute, especificamente, as subculturas, as quais são vistas como vanguardistas ou inovadoras, não se opondo à cultura, mas, pelo contrário, são as atividades nas quais começa a cultura, atividades a gerarem processos urbanos e participarem na comunidade local⁴.

Os processos de globalização, imigração e liberalização provocaram relações novas entre governo e cidadão. O cidadão tem se tornado uma entidade dinâmica, complexa, com variedade ampla; isso significa o fim de uma história comum e a ascensão de grupos pequenos, chamados "tribos" por Maffesoli, nas massas da sociedade. Uma tendência geral é de os governos (especialmente de esquerda) agora tenderem a escutar mais e apoiar pequenas iniciativas, brotando na própria sociedade, em vez de impor grandes projetos à comunidade local. Além disso, há a tendência do aumento da influência do setor privado em questões antes controladas só pelo governo.

O setor comercial aprendeu a utilizar subculturas para vender produtos e ajudou a defini-las como grupos. Bons exemplos são marcas de roupas e gravadoras de música. O comércio usa categorizações subculturais como estratégia de marketing. Muitas categorias foram até inventadas por essas marcas e gravadoras. Em geral, a cultura alternativa está criando nichos no mercado de

(4) Essa idéia de cultura alternativa nasceu nos anos 60. Quando cultura se tornou instrumento econômico de políticas, sua essência tornou-se mais comercial e começou a perder os aspectos críticos e artísticos. Formaram-se grupos que reieitavam essa cultura de massa, chamados "minorias culturais" "contracultura", cultura "alternativa" ou "marginal". Isso levou ao protesto dos situacionistas em Paris, em 1968, contra a cultura espetacular. Contra a espetacularização generalizada, a cultura de não-participação, nãointervenção, passividade e alienação da sociedade.

trabalho, como moda, vida noturna e lazer. A vida noturna gera empregos e representa uma parte substancial da vida cultural em qualquer metrópole. Novas profissões, como DJ, criam empregos em vários bares, clubes, lojas e cabeleireiros. A vida noturna está se tornando cada vez mais atraente para os turistas, os quais gostam de "explorar" essas atividades em cidades diferentes. Cultura e subculturas criam uma imagem da cidade no mercado global (*city-branding*), atraindo investidores e turistas. Junto de restaurantes, teatros e cinemas, a vida noturna e cultura *underground* também estão atraindo turistas.

Durante as últimas décadas jovens tiveram cada vez mais possibilidades de viajar. *Skating, break dancing, hip hop* e grafiteiro estão sendo mais aceitos como maneiras de expressão cultural e lazer. Quando subculturas começam a criar uma vida cultural em uma área deteriorada, sua ação pode atrair um público que segue as novidades culturais e, indiretamente, atividades comerciais como restaurantes, lojas e galerias. A presença e manifestação física de subculturas podem acelerar ou até iniciar o processo de revitalização urbana.

Na literatura sobre arquitetura e política urbana em relação a essas iniciativas encontramos o emprego de três categorias: pioneiros, catalisadores e incubadoras urbanas⁵. A primeira iniciativa que tenta operar em uma área deteriorada é entendida como sendo o **pioneiro urbano** – é ela a correr o risco ou fazer o descobrimento. Por analogia com o significado na química, o **catalisador urbano** é um agente a acelerar um processo urbano. Esse potencial das subculturas é bem conhecido, e, às vezes, usado deliberadamente em estratégias urbanas do governo e especuladores imobiliários. A mistura mágica a causar essa revitalização local contém:

- (1) espaço vazio, por exemplo, áreas industriais disponibilizadas pelos donos ou por intervenção política;
 - (2) os usuários e atividades temporárias; e
- (3) seus efeitos no ambiente, o enriquecimento visual, cultural e funcional da região.

Cidades prósperas possuem poucos espaços vagos/residuais, diz Oswalt, mas suficientes para serem ocupados e reusados por analogia com a noção agricultural do sistema de três campos. Um campo é cultivado em uma seqüência de três fases; nas duas primeiras fases, tipos diferentes de plantas são criados e, na terceira fase, o campo fica sem cultivo para regenerar sua fertilidade. Os agentes dessa fase são os próprios usuários temporários, ou parte do governo municipal, ou o dono, como "submarinos"⁶. Usos temporários podem ser de qualquer tipo – moradia, trabalho (como produção ou serviços), lazer, consumo e serviços sociais. Típico é cultura de jovens como música, *clubbing*, arte, lazer, esportes; empresas iniciantes, inventores, etc.; culturas alternativas, culturas migrantes ou mercado de pulgas.

Iniciativas subculturais em uma área decadente podem funcionar como uma **incubadora urbana**, laboratório ou terreno de testes para novos tipos de atividades. Os desenvolvimentos mais novos na cultura popular, arte e novas mídias nascem nessas áreas. Mesmo dispondo de poucos recursos, elas são

- (5) O pioneiro urbano é mencionado em relação à revitalização urbana do centro comercial da cidade de Sacramento (EUA), em um artigo por Terri Hardy, no Sacramento Bee Online, dia 2 de janeiro de 2005. O catalisador urbano e a incubadora são mencionados no site de Philip Oswalt (www.urbancatalyst.de) e em seu livro Berlin Stadt ohne Form.
- (6) Palavra usada na Europa para pessoas aliadas à cultura alternativa que operam como proprietários ou dentro do governo municipal.

(7) TOPALOVIC, Milica; NEELEN, Marc; DZOKIC, Ana (Stealth group). Culture of temporary use in Amsterdam. www.urbanos.com (2003). Acesso em: 01-11-2004. centros para a produção cultural de suas cidades. Não é coincidência aparecerem em guias turísticos com a mesma importância dos principais museus e instituições culturais da cidade. Nos anos 90 exemplos desse tipo de terreno podiam ser encontrados nos portos de Amsterdã, Roterdã e Berlim oriental.

Paradoxalmente, a maioria das atividades culturais chamadas vanguardistas precisam de espaços baratos e mais ou menos decadentes. Uma vez que a área se valoriza e torna-se mais cara, renovada e regulada, essas iniciativas se mudam para outras áreas ou simplesmente param de existir. Com esse efeito de auto-exclusão das iniciativas subculturais em mente, podemos nos perguntar o seguinte: qual é o propósito do catalisador urbano? É só revitalizar uma parte da cidade para se mudar, depois, para uma outra área? Se esses tipos de lugar ainda existirem e continuarem disponíveis, poderíamos considerar o processo como um ciclo. Ou será que políticas deveriam tentar manter essas iniciativas na própria região de maneira mais permanente? Às vezes, o uso de subculturas como instrumento político ou comercial provoca o paradoxo de "subculturas institucionalizadas". Isso enfraquece seu caráter crítico e independente.

Empreendimento alternativo e incubadoras em amsterdã-norte

Durante os anos 90 a liberalização da economia causou a rápida comercialização e gentrificação do centro antigo de Amsterdã, ameaçando sufocar seus recursos criativos e a diversidade cultural. As docas centrais da cidade foram limpas para projetos de habitação de alta renda e a cena alternativa que, novamente, tinha levado vida à área, foi excluída. Ela encontrou novas áreas abandonadas, como as docas de Amsterdã-Norte.

"A prefeitura de Amsterdã-Norte foi provocada por este, literalmente criativo e inovador, transbordamento do centro, para suas próprias ambições de desenvolvimento."⁷

Por meio de uma competição pública foi criado acesso temporário ao cais da empresa naval NDSM. Os vencedores, um grupo de ex-invasores de propriedade chamado Kinetic North, puderam começar a usar o terreno de um jeito experimental e mais flexível que atrairia atividades urbanas para as docas decadentes, e, por conseguinte, geraria a necessária vitalidade cultural e social. Essa aliança da prefeitura e um grupo anteriormente antiinstitucional mostra que a distinção entre governo e empreendedores está começando a desaparecer. O projeto é uma organização híbrida de cultura alternativa, interesse público e força comercial. Para esses empreendedores as limitações do governo lento e grandes companhias são razões para montar a própria estrutura e rede alternativa. Durante algumas décadas a rede dos invasores transformou-se de grupo de pressão, lutando para habitação acessível e um estilo alternativo de vida, em um componente respeitado da vida cultural de Amsterdã.

(8) Broedplaatsenbeleid, vrijplaats.

(9) TOPALOVIC, Milica; NEELEN, Marc; DZOKIC, Ana (Stealth group). From squatter to cultural entrepreneur decade of transformation of Amsterdam squatting network. www.urbanos.com (2003). Acesso em: 01-11-2004.

(10) Progress Report of two years Policy of Breeding Places in Amsterdam, december 2001. Fonte: www.woonwerkpanden.nl. Acesso em: 01-11-2004.

(11) Uma área incubadora perto de Amsterdã, parte demolida para a construção do Afrikahaven, parte preservada como vila de artistas. Porém a cena cultural inicial já tinha mudado.

(12) "The debate between the protagonists of 'critical reconstruction' and the 'modernists' on the site of the former Wall and other abandoned land in Berlin was (...) about acknowledging that abandoned land provides physical nourishment for the development of sustainable urban structures, cultures and networks." Kees Christiaanse, 2002.

(13) OSWALT, Philipp (2000).

(14) Palavra de origem inglesa. "A large party, held outside or in an empty building, at which people dance to fast electronic music and often take illegal drugs." Oxford advanced learner's dictionary, sixter edition, 2000.

Em 1999 a cidade adotou uma política de criação de incubadoras de criatividade⁸, as quais oferecem espaço às atividades na área de artes plásticas, arquitetura, artes cênicas, desenho, filme e outras disciplinas. Muitas vezes elas também exercem um papel na complementação do nível de serviços em um bairro. Os espaços oferecidos contam com grandes dimensões e aluguéis baixos para oferecerem possibilidades para quem não consegue uma posição no mercado imobiliário para espaços comerciais⁹.

Uma avaliação do projeto, depois de dois anos, revela grandes dificuldades para alcançar os objetivos.

"As políticas imobiliárias neoliberais estão destruindo mais diversidade [cultural], criatividade e acesso da cidade do que pode ser salvo pelas políticas das incubadoras." 10

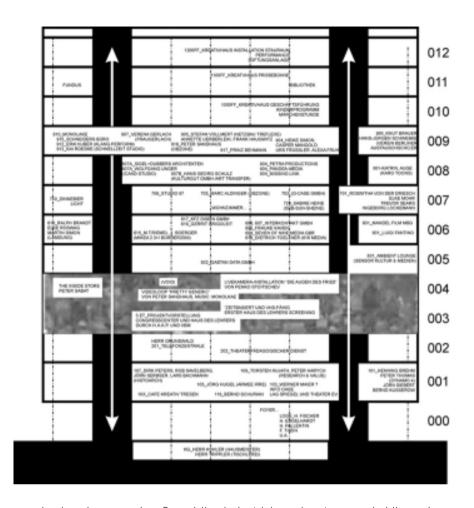
Só algumas incubadoras foram realizadas e parece difícil adquirir mais edifícios. Estes são sempre vendidos aos maiores compradores e a posição financeira do grupo de projeto é muito precária para competir com as instituições comerciais.

Em outras palavras, para o projeto se tornar um sucesso será necessário mais intervenção do governo. Contudo, obviamente há um limite na proteção institucional de algo supostamente espontâneo. Às vezes, a preservação dessas incubadoras a qualquer custo, por exemplo, em Ruigoord¹¹, apenas leva a um resultado superficial.

Subculturas e gentrificação no centro de berlim

A famosa vida subcultural, nos anos 90, em Berlim, pôde florescer por causa de específicas circunstâncias físicas e políticas. A história do planejamento urbano de Berlim é caracterizada por ideologias e intervalos de destruição, efeitos do colapso de quatro estados alemães, os bombardeios e lutas da Segunda Guerra Mundial, a divisão da cidade, estagnação do crescimento e diminuição, planejamento ruim e desindustrialização, os quais deixaram grandes áreas indefinidas no tecido urbano. Dessa maneira, foram criados espaços aparentemente sem função, tornando-se espaços incubadores para atividades inesperadas¹².

Nos anos 70 e no início dos anos 80 Berlim afirmou sua posição de uma ilha alternativa na Alemanha e tornou-se famosa internacionalmente por sua cena subcultural, os movimentos de invasão em Kreuzberg, estilo de vida alternativo e *punk*. Nesse período a cidade atraía muitos artistas legendários como David Bowie, Depeche Mode, Nick Cave, U2 e Iggy Pop. Depois da queda do muro, em 1989, uma cultura de clubes de música eletrônica e uma nova cena de arte se desenvolveram "Isto é um bom exemplo da euforia emergente na nova Berlim e tem contribuído consideravelmente ao status legendário da capital." O interesse na música eletrônica, crescente em Berlim, manifestou-se em raves¹4 ilegais como



(15) Em 1994, 7,8% da população contavam entre 18 e 24 anos de idade; em 2002, 8,8%. No caso de Berlim também é interessante considerar a população entre 25 e 34 anos. Na Alemanha jovens terminam a faculdade nessa fase da vida e comecam a ganhar dinheiro. Essa parte era 19.2%, em 1994, e 15.0%. em 2002. Fonte: Statistisches Landesamt Berlim, 2003.

Estrutura operacional de Haus des Lehrers, Berlim

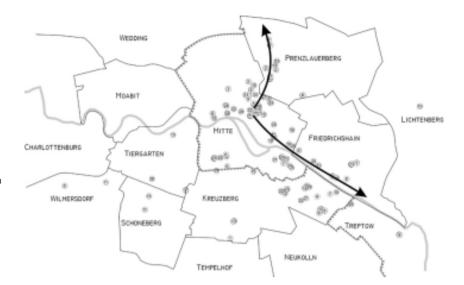
Fonte: Rob Savelberg,

Berlim

as primeiras *love parades*. Os prédios industriais vazios, terrenos baldios e áreas que circundavam o muro eram excelentes ambientes para essa música. A partir dessa cena *underground*, uma rede informal de clubes de música eletrônica surgiu, por exemplo, Tresor e E-werk.

Nessa época Berlim tinha uma população muita nova e um aumento no número dos jovens¹⁵. Um público jovem e intelectual foi atraído pelos aluguéis baixos e o clima cultural da zona central de Berlim. A falta de regulação no início dos anos 90 facilitou a invasão de prédios, e um prédio vazio não era difícil de ser encontrado naqueles dias. Haus des Lehrers é um exemplo de iniciativa subcultural com objetivos tanto comerciais como culturais, baseada na cooperação criativa de vários tipos de empresas no mesmo edifício, resultando em inter-relações e trocas de profissões e idéias; o projeto podia ser visto como um experimento sobre novas formas de capitalismo. Depois do edifício limpo para ser renovado, o grupo se mudou para outro lugar.

Nos anos 90 subculturas ocuparam prédios vazios e terrenos industriais nos bairros de Mitte, Prenzlauerberg e Friedrichshain. Muitos clubes em Berlim possuem fortes relações com o lugar ou com o edifício onde está localizado. Muitas vezes utilizam um interior típico ou nome relacionado ao lugar ou à função anterior do prédio. Essas iniciativas subculturais funcionavam como catalisadores



Mapa 1:
Mudança dos clubes pela
região central de Berlim
(1994-2000)
Fonte: Elaboração
própria de dados de
Flyer Magazine, em
relação à vida noturna

e incubadoras (Brutkasten), atraíam outras atividades e traziam investimentos públicos e valorização do bairro. Depois dos artistas e a vida noturna vinham os *yuppies*.

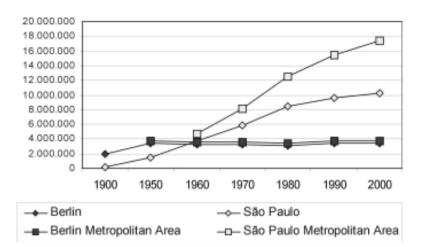
No fim dos anos 90 partes de Mitte foram gentrificadas, por exemplo, Hackesche Höfe. A população original, pequenas lojas locais e iniciativas subculturais tiveram de mudar por causa do aumento dos aluguéis e controle de barulho. A cena dos clubes foi deslocada pelos desenvolvimentos que ela mesma tinha estimulado com seu sucesso nos anos depois da queda do muro, e então se mudou de Kreuzberg via Mitte para Prenzlauerberg e Friedrichshain. Em 2002 uma parte significativa de Prenzlauerberg já tinha sido gentrificada¹⁶.

Depois, estratégias políticas de revitalização urbana desenvolveram-se, criando acesso a espaços para cultura em áreas deterioradas. Empresas imobiliárias e a prefeitura colaboravam dando acesso a alguns galpões na região Arena. Também existia um sistema especial na subprefeitura de Friedrichshain para alugar edifícios vazios a empresas iniciantes de desenho, como arquitetos e ateliês de arte, que podem se permitir apenas a um aluguel baixo.

Parece que um excesso de regulações a respeito de som, administração e impostos destrói a vida subcultural e sua diversidade, diz Bem de Biel, dono do clube Maria am Ostbahnhof, em uma entrevista de 2002. Se o governo quiser tratar as subculturas como instrumento para revitalização urbana no futuro, deverá facilitar os eventos temporários reduzindo a burocracia ao redor deles. Como reação (necessária) nesse desenvolvimento, o Club Commission de Berlim¹⁷ foi formado. É um corpo representativo de casas noturnas em Berlim que negocia e media entre autoridades municipais e os clubes, tenta acelerar e simplificar o processo de aplicação e aprovação de eventos e consegue pressionar melhor o sistema político, além de algumas outras atividades de caráter mais cultural. Esse exemplo mostra, claramente, que quanto mais subculturas estiverem institucionalizadas, mais elas perdem sua habilidade de agir como um instrumento criativo de revitalização urbana. São estruturas flexíveis, mas frágeis, e uma regulação forte ou as destruirá ou as transformará em empresas normais.

(16) WAHJUDI, Claudia (2000).

(17) www.clubcommission.de. Acesso em: 01-11-2004.



Population Growth in Berlin and São Paulo Fonte: Elaboração própria de dados de Statistisches Landesamt, Berlim. e IBGE

Subculturas e revitalização urbana em são paulo

Nesta pesquisa se investigou as possibilidades de tratar as subculturas como instrumento no processo de revitalização urbana em São Paulo, considerando as teorias e as experiências mencionadas acima. Para entendermos completamente essa questão em São Paulo é importante observarmos alguns dos problemas com relação a operações urbanas, distribuição de cultura, exclusão social e juventude.

São Paulo é uma cidade com muitas caras; grandes contrastes existem entre a zona central, que pode ser chamada mais ou menos de cidade global, e a periferia precária. Francisco de Oliveira descreve esses diferentes aspectos da sociedade brasileira, em seu livro *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. A maior parte dos serviços e infra-estrutura são concentrados na zona central, a região mais rica. Schiffer¹⁸ nos alerta sobre os perigos de cidades com uma economia global que investem, principalmente, em suas áreas globalizadas, novas centralidades e áreas residenciais ricas, em vez de melhorar a cidade como um todo. A conseqüente falta de qualidade de vida na cidade, no final das contas, destruirá a atração da cidade como cidade "global". Em *Globalização* (2004), ela conclui: para manter a posição de cidade global, São Paulo terá de resolver questões de poluição, violência e tráfego. Além disso, projetos de revitalização terão de ser implementados.

Operações urbanas em São Paulo, geralmente, não respeitam a população local e os lucros da valorização não fluem de volta à comunidade local¹⁹. Um dos principais fatores de valorização em São Paulo é a proximidade de serviços, por exemplo, cultura e lazer, localizados muito desequilibradamente. Acesso limitado aos serviços é um dos maiores problemas da cultura em São Paulo. *O Guia cultural do estado de São Paulo*²⁰ conclui: serviços culturais não são localizados proporcionalmente à distribuição da população, e no centro há uma concentração imensa de equipamentos culturais, enquanto nas regiões mais pobres da periferia (com população maior) há menos. A maioria dos jovens entre 17 e 29 anos mora na periferia, assim como a maior parte da população negra²¹. A população da região central é, principalmente, branca e está envelhecendo. Em Berlim vemos o contrário: jovens morando no centro, enquanto a periferia está envelhecendo.

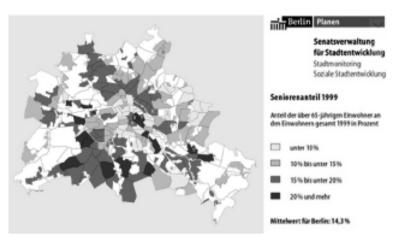
(18) SCHIFFER, Sueli. A dinâmica urbana e socioeconômica da Região Metropolitana de São Paulo. Palestra FAUUSP (1997).

(19) A Operação Centro parece ser diferente porque, além de infraestrutura, seus investimentos também incluem cultura e renovação do espaço público.

(20) Resultado da cooperação da Fundação Seade e a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Sobre o papel da cultura na constituição de uma identidade coletiva e sobre políticas culturais como instrumento de desenvolvimento; algumas considerações sobre localizações espaciais de equipamentos culturais.

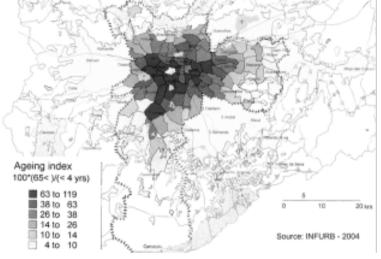
(21) censo/cem2000.





Distribuição de idosos >65 anos em Berlim (1999) Fonte: Elaboração própria de imagens de Senatsverwaltung für Stadtentwicklung, Berlim

Mapa 2:



Mapa 3: Taxa de crescimento de adolescentes em São Paulo

Fonte: INFURB / Sempla

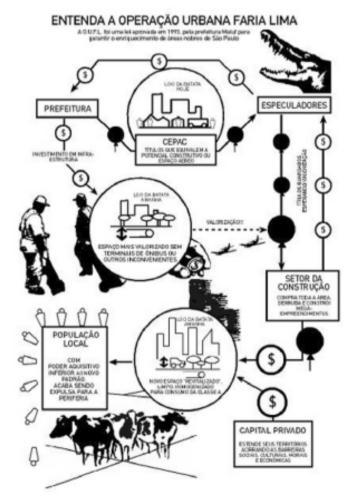
Uma pesquisa pelo Núcleo de Opinião Pública (NOP) em 2000 revela que jovens das áreas metropolitanas do Brasil têm uma experiência bastante empobrecida de tempo livre, uma variedade muito limitada de atividades culturais. A baixa densidade de serviços culturais nas regiões nas quais a maioria dos jovens vive pode, parcialmente, explicar isso. A distribuição dos equipamentos culturais é papel do governo, mas pode ser firmemente influenciada por grandes institutos, como o Sesc.

(22) Opinião discutida em um seminário em maio 2004 no Instituto Cidadania, Ipiranga.

Um dos maiores problemas dos jovens em São Paulo é o desemprego. Na Grande São Paulo 50% dos jovens entre 15 e 17 anos estão desempregados. A metade dos desempregados na GSP são jovens abaixo dos 24 anos (1998). A criminalidade pode ser uma alternativa tentadora para muitos jovens desempregados na periferia. O medo da violência e de criminosos em São Paulo, por sua vez, levou a edifícios fortificados e ao abandono do espaço público. Por um lado, o jovem é, muitas vezes, mencionado como usuário importante do espaço público. É onde jovens se encontram e onde é criada cultura de jovens. Por outro lado, grupos de jovens ajudam causar a imagem insegura do espaço público. Muitos resolvem encontrar-se em shoppings ou outros espaços semiprivados.

O processo da gentrifição do Largo da Batata Fonte: BIJARI, São Paulo, 2004 A opinião geral sobre espaço público em São Paulo é, paradoxalmente, "que é não o espaço de todo mundo mas o espaço de ninguém", um lugar perigoso controlado por criminosos e pela polícia²². Quando a violência aumenta, a população economicamente mais poderosa muda-se. O medo diminui a conexão dos habitantes com o lugar. Um outro efeito é a desvalorização dos prédios ou suas transformações em edifícios fortificados. Os que encontram a oportunidade preferem mudar-se para uma região mais "segura" a confrontar o problema.

Como vimos, a ausência de serviços, ou melhor, a concentração absurda em uma região específica, provoca rápida valorização ao redor de novos centros de serviço. Cultura e lazer, por conseguinte, são instrumentos úteis para especulação imobiliária em São Paulo. Durante seu crescimento, no século 20, a cidade expandiu seus limites, deixando, contudo, em seu tecido, vários vazios. Isso explica o tamanho enorme da cidade e alguns dos problemas de trânsito. Áreas residenciais, localizadas na periferia, justificaram a instalação de serviços públicos. Os pobres são as grandes vítimas desse processo perverso. Em um primeiro momento, as transformações se revelando em melhoramentos, aceitas com euforia, mas depois os alugéis altos os expulsam para as áreas menos valorizadas.



A operação urbana do Largo da Batata está sendo agora criticada por esta razão: trata-se da renovação de uma parte relativamente pobre do bairro de Pinheiros, com um importante terminal de ônibus municipal na avenida Brigadeiro Faria Lima. A população é uma mistura de classe baixa e média. Algumas organizações e o coletivo artístico Bijari²³ tentaram mobilizar a população e a mídia. O grupo culpa as autoridades por usar a falsa necessidade de revitalização para essa região, declarando-a "realmente viva" e não precisar ser revitalizada para uma imagem competitiva global. Na verdade, consideram que a perda do regionalismo e trabalhadores informais de várias culturas desvitalizará a região²⁴.

Ferreira critica, em seu artigo "Emurb versus a construção da cidade democrática", a maneira como o concurso público nacional de reconversão urbana do Largo da Batata, em 2002, foi encaminhado. A Emurb não tinha entrado em um debate decente com a sociedade civil que utiliza o largo. Além disso, já omitiram dois aspectos fundamentais para o plano ser democrático: habitação popular e manutenção do perfil socioeconômico (baixa renda) da região. Áreas centrais como Largo da Batata, normalmente, são muito caras para os pobres morarem. Por isso, propor uma reconversão sem implantar habitação popular seria o mesmo que aceitar e reforçar a expulsão social dos pobres para a periferia.

No centro, várias organizações lutam para uma revitalização urbana que também cuidasse dos moradores atuais e do patrimônio histórico²⁵. A maior diferença entre a operação urbana do centro e as outras, como Faria Lima e Água Espraiada, é a âncora de investimento colocado pelo Estado: serviços culturais e espaço público, em vez de apenas infra-estrutura. Isso motivou investidores como grandes hotéis executivos a virem para a região pela primeira vez em 20 anos. Por exemplo, Accor Brazil e Hotel Mercure anteciparam uma tendência de negócios e turismo cultural no centro.

Avaliando revitalizações de centros antigos em outras cidades, Neil Smith²⁶ afirma o seguinte sobre o retorno da elite para o centro: "Gentrificação é um produto estrutural do mercado de terra e habitação." O dinheiro vai aonde pode ganhar mais. O movimento atual do dinheiro para a periferia, com a desvalorização do centro, no fim das contas criará um descompasso de aluguéis. Quando essa diferença é suficientemente grande, a reabilitação pode começar a competir com os lucros em outras áreas e o dinheiro voltará. "Gentrificação é um retorno à cidade, mas um retorno à cidade por dinheiro, mais que gente."

Embora no centro haja acessibilidade e 29% dos empregos formais na cidade²⁷, as classes média e alta evitam o centro por razões de segurança e sua imagem decadente. A prefeitura realizou um investimento importante no centro, mudando o coração da administração, e alguns departamentos para o Vale do Anhangabaú. Isso pode levar outros investimentos à área. Hoje em dia, uma grande parte da cena cultural alternativa está localizada no centro, mas os impactos socioeconômicos, em termos de gentrificação e renovação urbana, como o vimos no centro de Berlim, não são encontrados em São Paulo.

(23) www.bijari.com.br. Acesso em: 01-11-2004.

(24) Em julho de 2004, Bijari exibiu suas ações em Sesc paulista. Entre os habitantes do Largo da Batata espalharam flyers explicando os efeitos de gentrificação.

(25) www.forumcentrovivo. hpg. ig.com.br. Acesso em: 01-11-2004.

(26) "Towards a theory of gentrification" in *New urban frontier*

(27) PMSP: São Paulo em números, 2000. RAIS/ DATAMEC. Incubadoras culturais poderiam ser um instrumento para revitalização urbana em São Paulo? Quando pensamos nos três ingredientes que são, normalmente, conectados a catalisadores urbanos, já mencionados anteriormente, notamos, imediatamente, algumas das qualidades e problemas de São Paulo:

- (1) espaço vazio:
- (2) os usuários e atividades temporárias; e
- (3) seus efeitos no ambiente.

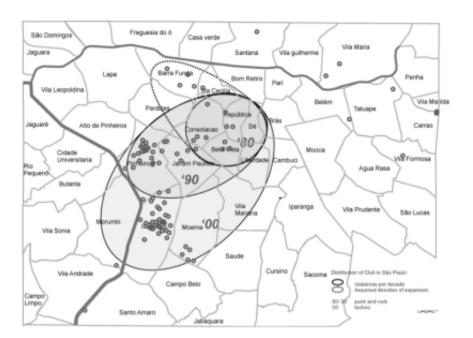
Como já vimos, espaço vazio não é difícil de encontrar-se em São Paulo, por causa das imensas especulações de terrenos e o processo de desindustrialização. O problema, na verdade, é que a maioria deles não está disponível. Eles podem ser disponibilizados por intervenção do governo. Um uso mais intensivo já foi estimulado pela administração Marta Suplicy (2000-2004), a qual aumentou bastante os impostos para lotes vazios na zona central. Há alguns anos também existe a possibilidade de ocupar-se um prédio quando o dono não tiver pago os impostos por mais de um ano. Ao contrário de cidades européias, há pouca reutilização de fábricas, galpões e terrenos industriais. Duas exceções importantes são as unidades do Sesc, na Pompéia e no Belenzinho.

Veremos que os tipos de organizações alternativas em São Paulo são diferentes das ocorridas em Amsterdã e Berlim durante os anos 90. Enquanto em Berlim os movimentos subculturais possuem a forma de coletivos profissionais ou artísticos, lutando por expressão e experimentando novos conceitos de produção ou gerenciamento de uma empresa, em São Paulo, normalmente, lutam por reconhecimento e contra os problemas da vida do dia-a-dia, como violência, desemprego, drogas e falta de habitação acessível.

Na verdade, o empreendedor alternativo (informal) é mais regra que exceção (aproximadamente a metade da economia é informal), especialmente o centro antigo e a periferia mostram uma cena informal comercial enorme. Porém, nesse grupo não há as conexões, origens culturais, formação e objetivos culturais como nos movimentos mencionados acima. Em Amsterdã e Berlim esse tipo de empreendedor é um caso de escolha, uma maneira alternativa experimental de viver para uma vanguarda intelectual de classe média. Em São Paulo, é um modo de sobrevivência.

Isso significa que este grupo inovador alternativo de intelectuais não existe em São Paulo? A classe média a qual produz esses grupos está ficando mais pobre. A diferença entre classe alta e baixa está crescendo e o que fica no meio parece estar sumindo. O medo da violência e o desejo por segurança são muito grandes em São Paulo. Indiretamente, isso cria uma falta de jovens ativos, necessários para iniciar vida cultural no espaço público, nas áreas fora de casa e de ambientes seguros. Há pouca motivação entre a juventude da classe alta e média para descobrirem e usufruírem de outras partes da cidade para arte, lazer e viver.

Enquanto clubes desempenhavam um papel importante na vida subcultural no centro de Berlim, em São Paulo, a maioria deles não tem este *status* inovador. Clubes são um dos equipamentos mais caros da vida noturna em São Paulo e, por conseguinte, são considerados lazer para os ricos. Esses clubes se mudaram pela cidade nas últimas décadas, seguindo o desenvolvimento econômico da cidade.



Mapa 4:
Mudança dos clubes pela região central de São Paulo
Fonte: Elaboração própria de dados do *Guia Folha*, em relação à vida noturna (1999 – 2004)

Em ordem cronológica: Centro, Jardins/Paulista, Pinheiros/Vila Madalena e Vila Olímpia. É interessante observar o oposto exato da migração dos clubes em Berlim: fugindo das áreas renovadas. Isso indica o diferente *status* cultural do fenômeno "clube" em ambas as cidades, sendo ou subcultura inovadora ou lazer de alto padrão.

Quais, então, são os grupos subculturais envolvidos na revitalização urbana em São Paulo? Na escala local há muita atividade de chamados movimentos sociais, como Organizações não-governamentais, ONG´s. Algumas subculturas com raízes em um estilo musical têm interesse em melhorar o ambiente no qual vivem; muitas vezes é uma favela ou região deteriorada na periferia. O movimento *hip hop*, por exemplo, contribuía na formação das "posses" – característico do *new school* –, que discute questões sociais e políticas²8. A filosofia dessas posses *hip hop* é a de, além da função de animar festas, a música ser uma maneira de levar cultura e consciência. O DJ desempenha o papel de educador²9. Além de organizar eventos na rua, alguns deles, por exemplo, Voz da Resistência em Embu³o (zona oeste), fornecem educação profissional com professores voluntários.

Um outro exemplo é a música eletrônica, a qual emergiu dos estilos musicais rítmicos dos pobres e depois foi adotada e transformada pelos ricos *clubbers* jovens. Hoje, a música eletrônica parece ser capaz de construir uma ponte entre centro e periferia. As séries de shows organizados pelo clube LOV – e em colaboração com a prefeitura e outros grandes eventos de dança organizados pelo Amigos da Música Eletrônica, AME³¹, afirmam isso.

Uma das manifestações mais importantes de subculturas é a ocupação de edifícios. As origens das organizações de invasores em Amsterdã, Berlim e São Paulo são muito diferentes. Em Amsterdã e Berlim são compostas por e para jovens educados. Além de um lugar para morar, essas organizações tomam espaço para organizar eventos culturais, por exemplos, galerias ou clubes. A renovação ou melhoramento do edifício raramente é um dos objetivos da ocupação. Os

(28) Em São Paulo podem ser mencionadas algumas posses importantes: Sindicato Negro (antigamente na praça Roosevelt), Força Ativa (Cidade Tiradentes), Conceitos da Rua e Poder e Revolução.

(29) ASSEF, Claudia, *Todo DJ já Sambou* (2003), p. 117.

(30) Posse apoiada pela prefeitura de Embu, relacionada à Educafro, ONG para estimulação de educação para os socialmente excluídos, especialmente negros na periferia.

(31) www.amigosme.org. Acesso em: 01-11-2004.

(32) No centro de São Paulo os cinco maiores movimentos sem-teto são: União dos Movimentos de Moradia, Movimento de Moradia do Centro, Unificação das Lutas de Cortiços, Fórum dos Cortiços e Movimento Sem-Teto do Centro.

(33) 13 de abril de 2004, entrevistado por L. Conradie e M. Nefs. movimentos sem-teto em São Paulo são, basicamente, compostos por e para famílias, idosos e deficientes. Seu primeiro interesse é proporcionar aos membros uma alternativa de viver em cortiços, favelas ou nas ruas. Eles atuam como movimentos sociais, com a intenção de conseguir habitação de boa qualidade e, por conseguinte, reformar o prédio. O centro de São Paulo tem 4.800 prédios vazios e 3.800 famílias inscritas em movimentos sem-teto³². As classes média e alta, geralmente, não estão envolvidas nesses movimentos. A ocupação de prédios em São Paulo é difícil por causa da violência policial. Porém, a possibilidade existe. Movimentos sem-teto provam isso e a vanguarda cultural poderia explorar e aumentar essas possibilidades.

A gestão 2000-2004 (PT) viu a cultura de jovens como instrumento de revitalização urbana. Alexandre Youssef, coordenador da Juventude da prefeitura, explica, em uma entrevista³³, que desde 2000 a prefeita Marta Suplicy tem dado ênfase à importância de manifestações *underground*, alternativas de cultura gay, vanguardistas e subculturais. A política de revitalização dessa administração foi focada no apoio de iniciativas locais já existentes ou em desenvolvimento, como, por exemplo, melhorar espaços públicos deteriorados por *grafiteiros* e equipamentos de *skate*.

Uma das principais atividades de pesquisa da coordenadoria foi o "Mapa da Juventude", um inventário de vários coletivos de jovens, relacionados à música e ao lugar. Youssef acredita na revitalização do espaço urbano pela cultura de jovens. Ele menciona exemplos de clubes e bares na área industrial da Barra Funda, Pompéia e Ceasa com seus armazéns ocupados. Há quatro anos esses armazéns eram muito precários e as culturas alternativas os melhoraram. As políticas de juventude do PT, hoje em dia, estão enfocadas na criação de coletivos e estímulo da participação dos jovens na política. A idéia é de como coletivos, com um representante forte, o *hip hop, skate, punk* ou qualquer grupo possa lutar pelos próprios direitos mais efetivamente. Os efeitos sociais que eles possuem nas comunidades, mencionadas acima, são altamente considerados nesse governo. As políticas atuais de juventude do estado e a prefeitura de São Paulo são dotadas de duas linhas principais de desenvolvimento:

- 1 Melhoramento no acesso aos serviços (isto pode significar construção de mais equipamentos na periferia, melhoria no transporte público e remoção de outras barreiras para acesso aos serviços culturais).
- 2 Estimulação da participação política pelos jovens (em atividades e o desenvolvimento das próprias políticas).
- O Projeto Valorização de Iniciativas Culturais, Departamento de Cultura (VAI) mostra o reconhecimento concedido pela prefeitura às pequenas iniciativas culturais. O projeto oferece um pequeno recurso de R\$15.000,00 a iniciativas que melhoram seus ambientes diretamente.

Essas pequenas iniciativas culturais são valorizadas por seus impactos sociais nas comunidades locais. Sua influência em uma escala maior, como na maneira que elas atraem pessoas e investimentos em Berlim, não é reconhecida e pode até ser que não exista em São Paulo. Não recebem prédios vazios ou terrenos para

estimularem revitalização urbana. Políticas de juventude e cultura tratam de acesso aos serviços, mas não de acesso ao espaço em si. Projetos cooperativos da prefeitura, subculturas e donos ou especuladores poderiam criar incubadoras interessantes que trouxessem uma solução para a falta de espaço cultural na região, enquanto prédios (às vezes patrimônio histórico) fossem mantidos gerando aluguel.

Conclusão

À primeira vista São Paulo parece comportar tantas possibilidades para incubadoras culturais como Amsterdã ou Berlim. Subculturas são bastante representadas na cidade e cada vez mais reconhecidas como instrumento de revitalização urbana pelo governo local, porém o acesso a prédios ainda não parece ser suficiente. Pequenas iniciativas culturais estão sentindo falta de espaço, enquanto na cidade há um excesso de prédios vazios, deixados sem manutenção pelos especuladores.

Por um lado, a abertura desses espaços poderia levar a uma solução (temporária) para os problemas na distribuição dos equipamentos culturais. Por outro lado, sem um governo muito forte esses lugares vão tornar-se centros de gentrificação nas mãos do poderoso setor imobiliário.

É difícil conduzir todos esses paradoxos e agendas opostas a uma conclusão satisfatória, mas a chave de um bom projeto de revitalização urbana em cooperação com subculturas, provavelmente, será uma negociação forte entre os partidos mencionados. Porque a predominância das subculturas favorecerá a diluição dos interesses públicos em benefício dos interesses dos grupos; a predominância do governo levará à institucionalização das subculturas e, por isso, ao enfraquecimento de seus efeitos; e a predominância do setor imobiliário reforçará o efeito excludente da valorização.

BIBLIOGRAFIA

ASSEF, Claudia. *Todo DJ já sambou: A história do disc-jóquei no Brasil.* São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2003.

CASTELLS, Manuel. The power of identity, er of identity: The information Age – Economy, society and culture. Oxford: Blackwell publishers, 1997.

CHRISTIAANSE, Kees. The city as loft. Berlin, Topos, n. 38, 2002.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *A Emurb versus a construção da cidade democrática*. Disponível em: <www.dossiebrasil.ong.org/forum/mural>: Acesso em: 01 nov. 2004.

ILANUD (+United Nations). Projeto Centro de Defesa Técnica-Jurídica. São Paulo: Ilainud, 2003.

KEMPEN VAN, Ronald; MARCUSE, Peter. The dialectics of racial discrimination. *American Behavioral Scientist*, v. 41, n. 3, p. 299-310, nov./dez. 1997.

MAFFESOLI, Michel. *Du tribalisme*. Disponível em: http://www.ceaq-sorbonne.org/maffesoli/ar_tribal.htm: Acesso em: 01 nov. 2004.

MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). Na metrópole: Textos de antropología urbana. São Paulo: Edusp, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista - Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editoral, 2003.

OSWALT, Philipp. Berlin - Stadt ohne form. Strategien einer anderen architektur. Berlin: Prestel, Mchn. 2000. Disponível em: <www.urbancatalyst.de>. Acesso em: 01 nov. 2004.

ROCHA, Janaina; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. HipHop, a periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SANTOS, Milton. Metrópole corporativa fragmentada. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura/ Nobel, 1990.

SCHIFFER, Sueli; CARDIA, Nancy. Urbanization, youth and risk factors for substance abuse. São Paulo: World Health Organization, 2004.

SCHIFFER, Sueli. Globalização. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

SKELTON, Tracey; VALENTINE, Gill (Eds). Cool places. Geographies of youth cultures. Londres & Nova York: Routledge, 1998.

SMITH, Neil. New urban frontier; Gentrification and the revanchist city. Londres & Nova York: Routledge, 1996.

STATISTISCHES LANDESAMT BERLIN. Monatschrift. Berlin: Statistisches Landesant Berlin, 2000.

TEIPEL, Jürgen. Verschwende Deine Jugend, Ein Doku-Roman über Den deutschen Punk und New Wave. Berlin: Suhrkamp, 2005.

TOPALOVIC, Milica; NEELEN, Marc; DZOKIC, Ana (Stealth group). Culture of temporary use in Amsterdam; From squatter to cultural entrepreneur decade of transformation of Amsterdam squatting network. Disponível em: <www.urban-os.com.> (2003). Acesso em: 01 nov. 2004.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Berenstein. Cultura na revitalização urbana, espetáculo ou participação? São Paulo, Espaço & Debates, v. 23, n. 43-44, p. 129-140, jan./dez. 2003.

WAHJUDI, Claudia. Subkultur auf der Flucht. Zitty special. Berlin, n. 10, 2000.

- ____. Der Prenzlauerberg ruft und die Szene löst sich auf. Zitty special. Berlin, n. 19, 1999.
- ____. Friedrichshain, Die neue Mitte. Zitty special. Berlin, n. 7, 1998.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Subcultura, revitalização urbana, gentrificação.

Subculture, urban revitalization, gentrification.

Obs.: Projeto de intercâmbio acadêmico entre FAUUSP e TU Delft (Holanda) em 2004. Orientação: Vera Pallamin, Sueli Schiffer e Marisa Carmona (TU Delft).

Merten Nefs

MscA, formado em 2003 pela Universidade de Tecnologia de Delft, na Holanda, onde trabalhou em escritórios de planejamento urbano e desenho de espaço público. Realizou uma pesquisa na FAUUSP em 2004, e atualmente trabalha e estuda em São Paulo.

CONFERÊNCIA 4 NA FAUUSP

Carlos Guilherme Mota

Professor titular de História Contemporânea da FFLCH-USP, de História da Cultura na FAU da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Exdiretor (fundador) e professor honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP. Autor, entre outros, da obra: Ideologia da cultura brasileira (Ed. Ática)

A CIDAD*e* IBero-AMericana: Temas, Problemas, HISTORIOGRAFIA

Abertura do semestre letivo da área de concentração em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urhanismo

Como em todos os semestres desde sua criação, a área de concentração em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo promoveu, em 29/3/2005, um evento de abertura do semestre letivo. A programação do mesmo incluiu duas partes:

• Uma palestra do professor Carlos Guilherme Motta, professor titular (aposentado) de História Contemporânea da FFLCH-USP, professor de História das Idéias Contemporâneas no pósdoutorado do Instituto de Estudos Avançados da USP e professor titular de História da Cultura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, intitulada "Historiografia das Cidades Latino-Americanas." seguida de debate; e

• o lançamento do livro Desenhando a cidade do século XX (São Paulo/São Carlos, RiMa/ Fapesp, 2005), uma coletânea de artigos produzidos por pós-graduandos da FAUUSP, organizada pela professora Maria Lucia Caira Gitahy, coordenadora da área.

O evento foi aberto pela professora Maria Cristina Silva Leme, presidente da Comissão de Pós-Graduação da FAUUSP, a qual afirmou sua satisfação por "iniciar um evento que também marcava o início de sua gestão" e ressaltou a importância do mesmo, afirmando ser "desejável que as áreas de concentração promovam o debate intelectual, registrando a produção de seus docentes e discentes." Segue-se a palestra do professor Carlos Guilherme Mota.

Maria Lucia Caira Gitahy

Professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.

Sinto-me muito honrado com o convite para a conferência de abertura de semestre da pósgraduação aqui na FAUUSP, que é também a minha casa. E isso se torna para mim mais importante neste momento de banalização que a instituição universitária está vivendo no país. Também é o caso da historiografia, em que se "descobrem" novos objetos e firmam-se novos "paradigmas"... que, aliás, os clássicos já descobriram há tempos. E agora viceja uma historiografia de entretenimento, em uma conjuntura na qual a nação demanda uma historiografia mais densa e engaiada.

Vamos logo ao tema, porém perguntando: cidades latino-americanas ou cidades iberoamericanas?

Responderei problematizando. Pois não é possível tratar de tema tão vasto em uma conferência, sobretudo, dada a qualidade de tantos historiadores, críticos da cultura, arquitetos, urbanistas, planejadores que, nesse campo, vêm se debruçando ao longo de anos. Então não vou me arriscar, mas citar só um nome, sempre minha referência, o professor Nestor Goulart, figura que desde cedo nos marcou muito. (Preciso lembrar que esses mestres da FAU nos ensinaram, desde os anos 60, a nós, lá da História da FFLCH, a fazer história urbana também, e a pensar a arquitetura e a cultura, como o professor Artigas. Julinho Katinsky, por exemplo, vinha com questões de historiografia, fazendo perguntas sobre o modo de produção colonial. Com aquele marxismo peculiar dele, propunha questões impertinentes para nosso marxismo caseiro – ou aquilo que imaginávamos que fosse. Depois, lendo Hobsbawm e Florestan, reavaliamos todas essas questões... Foi muito interessante).

Nosso tema, eu o considerei muito vasto, mas ainda assim queria ampliá-lo. Ao invés da cidade latino-americana, por que não a cidade iberoamericana? E aí vou anunciar um projeto que está sendo levado lá na rua Itambé, no Mackenzie, onde tenho o prazer de estar trabalhando agora, em uma equipe de arquitetos e urbanistas de mérito na pós-graduação e na graduação. Vou falar baseado em anotações preliminares a esse projeto, que é um projeto chamado "A Cidade Ibero-Americana", em associação com o Centro de Estudios Brasileños da Universidad de Salamanca (cujo CD-ROM,

com as várias comunicações, ofereco à Comissão de Pós-Graduação da FAU). São tomados o espaço urbano brasileiro e hispano-americano em perspectiva comparada. Claro, existe Portugal pelo meio, e estamos ampliando os estudos comparativos, que é fundamental.

O tema é extremamente complexo e estamos cientes da existência de uma bibliografia vastíssima, de Ramón Gutierrez a Hardov. O Hardoy tive o privilégio de conhecer aqui nesta casa com Nestor Goulart e Rebeca Scherer. E descobri nele uma figura fundamental, embora desconhecido em nossa bibliografia.

Dada sua amplitude, a problemática da cidade ibero-americana só pode ser tratada adequadamente com equipe articulada, que talvez possamos começar a esboçar hoje, de maneira mais sistemática, retomando a utopia hardoyana, que é também a do Richard Morse e a de Nestor Goulart. Uma constelação intelectual deveras importante, e isso constatei em Washington, em uma homenagem ao Morse. quando ele fez 70 anos, em 1992. Foi quando estive mais tempo com o Hardoy. Nestor não pôde ir, mas estavam lá o Morse, o Antônio Cândido. Beatriz Sarlo. o Dain Borge. uma turma interessantíssima. Nestor mandou um texto o qual lemos, e quando houve o começo do debate, ficou clara a cumplicidade que havia entre eles, Hardoy, Nestor, Morse e, ausente, o chileno Richard Schaedel. Então percebi que havia essa constelação que jamais tínhamos estudado, não entrando, desse modo, na bibliografia. E pude vislumbrar uma coisa fantástica: que eles têm um mapeamento e um esboco de historiografia das cidades, com estudos comparados, cartografia, monografias, etc. Hoje, relendo o Nestor Goulart e alguns outros, percebe-se que polarizava excelente trabalho coletivo aqui na FAU. genérico, embora ele o faça por vezes individualmente, mas sempre na base de uma conversação. A marca de um grupo-geração que talvez tenhamos perdido, embora haia alguns jovens, como Ricardo Medrano e Hugo Segawa, os quais tetam recuperá-la.

Vale a pena estudar essa constelação ilustre, os founding fathers dessa historiografia da urbanização. Esse o primeiro ponto de minha reflexão. Até porque nossas duas escolas (USP e Mackenzie) têm quadros sim, aqui e lá, para armarmos uma bela linhagem de estudos sobre

esta vaga América Latina, ou esta possível Cidade ibero-americana, de fato abstrações enormes, densas... Afinal, como é que você vai comparar Salamanca ou Valladolid com Ribeirão Preto? Como você mapeia todo esse mundo urbano, aplicando os velhos conceitos de *matrizes de formação urbana*, de São Francisco, Monterey e Havana a Curitiba e Mendoza?

Tenho a percepção da importância, mas sobretudo da complexidade do tema. Porque precisamos **uma visão de conjunto referencial** e temos de aprofundar o trabalho comparativo de forma sistemática. Nesse sentido, esta apresentação genérica tem deveras um caráter preliminar, apesar de estar ciente que tantos estudiosos já vêm tratando dessa temática, como o já mencionado Ramón Gutierrez, ou José Luís Romero, o autor do notável *América Latina. As cidades e as idéias*, um livro obrigatório.

Eis um desafio para o trabalho coletivo, até porque não tenho notícia de obra que tenha sistematizado o assunto. Há trabalhos clássicos importantíssimos, como o do citado livro de José Luís Romero, só recentemente traduzido para o português. Mais fragmentária, você encontra alguma história das cidades espanholas, portuguesas, brasileiras, em registros como "urbanização européia", ou essa coisa genérica chamada "mundo latino-americano", ou "mundo luso-brasileiro".

Nova moldura para a pesquisa

A reorganização mundial, como se está desenhando, demanda uma nova moldura: não abandonemos a noção de América Latina, sobretudo nesse momento em que está havendo o processo de demolição, massificação desordenada, em que a expressão "latino-americanização das cidades" tornou-se pejorativa. Correto. Mas aí surge a necessidade de atualizarmos conceitos mais eficazes, em especial o de "cidade ibero-americana", moldura, estrategicamente, mais interessante para trabalharmos em projetos coletivos.

Quanto à questão da mundialização, como se diz na Europa, ou da globalização, ou da economia-mundo, pouco importa a expressão, o fato é que, nesses quadros da nova ordem internacional, urge repensar o mundo de Richard Morse retratado no **Espelho de Próspero**, em que revaloriza o "mundo

ibero-americano". Talvez a tarefa hoje politicamente mais importante, para a crítica, para a história, para a literatura contemporânea.

Se usarmos uma moldura ibero-americana. podemos incluir em nosso mundo cidades como Miami, São Francisco, Los Angeles, porque vamos ampliando horizontes pela via civilizacional. Há algo de morseano nessa perspectiva e, mais, um pouco florestânico (lembrando Florestan Fernandes). Seria retomar uma linhagem ou linhagens maiores de pensamento as quais nos foram legadas. Dramático é o fato de termos abandonado aquela idéia profunda das civilizações, como operavam Buarque, Florestan, Braudel, autor este de um livro magnífico chamado Gramática das civilizações, pouco lido nesta terra em que mal conseguimos vislumbrar gramáticas, muito menos pensar a gramática das civilizações do mundo ilbero-americano.

Por que não começarmos? Por exemplo, propormos um dicionário de história ibero-americana, por que não? Caso contrário, ficaremos com histórias parcelares e acabaremos aceitando a divisão político-ideológica do mundo atual, em condição sempre periférica. Afinal, e para usar um verbo caro ao Paulinho Mendes da Rocha, a reorganização mundial vem *solicitando* essa nova moldura...

Um rótulo problemático por outro?

Corremos, é claro, o risco de substituir um rótulo problemático, hoje, por outro, de América Latina para o mundo ibero-americano. Aventurando-nos nesse campo, o da idéia de formação histórica das cidades ibero-americanas, surgem perguntas. Afinal, quais historicidades estão envolvidas nessas formações históricas, plurais, das cidades? O problema se coloca porque, afinal, os conceitos de cidade, de matriz urbana, de urbanismo, de urbanização, de cultura urbana, de urbanidade, de cidadania, transitam e adensam-se nos diferentes campos da inter e da transdisciplinaridade. E a cidade, a idéia de cidade, constitui, para retomarmos um antigo clichê, a síntese de múltiplas determinações.

Proponho um roteiro preliminar. Examinemos, pelo alto:

- I. O fenômeno urbano no universo iberoamericano.
- II. A questão urbana, em perspectiva historiográfica.
- III. Para uma periodização da produção historiográfica sobre a cidade ibero-americana.
- 1. Nascimento da historiografia iberoamericana e redescoberta da cidade (1929-1944).
- 2. Preeminência do urbano sobre o rural (1940-1954).
- 3. Consciência de "subdesenvolvimento" e sua superação. Em busca da maioridade (1954-1974).
- 4. O modelo autocrático-burguês (1974-2005). Das ditaduras ao "modelo" neoliberal.
- 5. Metropolização, massificação e dependência.
- IV. Conclusões.

I – O fenômeno urbano no universo Ibero-americano

Foi o professor Nestor Goulart Reis Filho, em suas "Notas sobre a evolução dos estudos de história da urbanização e do urbanismo no Brasil", na *Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação* (São Paulo, FAUUSP, 1999), quem observou:

"Os estudos sobre História da urbanização e do Urbanismo são recentes e adquiriram um caráter de pesquisa sistemática, no Brasil, somente nos anos 60 do século XX."

Embora não tenha até aqui, em meus trabalhos, dedicado-me diretamente à problemática da historiografia da urbanização. aceitei o desafio em participar deste trabalho coletivo, pois não tenho notícia de obra, individual ou não, que já tenha sistematizado o assunto. Como se sabe, livros e estudos, alguns clássicos, além de revistas, existem sobre cidades ou regiões desse vasto universo ibero-americano, por vezes agrupados em categorias ou registros mais gerais, como "urbanização européia", "mundo latino-americano", "luso-brasileiro", etc. Processos de urbanização da América Latina mereceram congressos, seminários, estudos comparativos coletivos os quais são mais ou menos conhecidos: mas. vale sublinhar. a moldura era, ou continua a ser, "latinoamericana" e não "ibero-americana". É de notar que isso está mudando: por exemplo, na

Espanha, em outubro de 2002, teve lugar, em Zaragoza, o X Congreso Iberoamericano de Urbanismo ("Vertebração territorial e coesão social: Território, Cidade, Infra-estruturas"), envolvendo, em atividade interdisciplinar, pesquisadores da Península Ibérica e das Américas do Sul e Central (os anteriores foram em Sevilha, Tlaxcala, Barcelona, Santiago de Cuba, Montevidéu, Porto, Pamplona, Recife, etc.). O fato é que a **reorganização mundial** (a chamada globalização, em particular) vem solicitando essa nova moldura.

Se bem considerada a dimensão da tarefa, o que ora se propõe e submetemos à discussão é a elaboração de um estudo sistemático que auxilie em um preliminar mapeamento histórico, geográfico, sociocultural e político-administrativo das cidades ibero-americanas. Somente então se poderá elaborar, posteriomente, análise historiográfica propriamente dita. Estudo preliminar o qual, com o tempo, poderá vir a ter a dimensão, repita-se, de uma pequena enciclopédia.

É, portanto, na expectativa de poder contribuir. neste primeiro momento, com uma problematização eventualmente nova, centrada na idéia de formação histórica das cidades, que me aventuro neste campo. Afinal, quais historicidades (processos, padrões, matrizes, etc.) estão envolvidas nessa formação? Nessa perspectiva, nosso intento é o de lançar um balão-de-ensaio para a discussão. Ou seja, começar a delinear e estruturar um conjunto de apontamentos em que se esbocam hipóteses. informações, referências, exemplos, problemas, lacunas, que possa ser completado, criticado, ultrapassado pela reflexão coletiva dos colegas, e pelas pesquisas que, certamente, irão se suceder para a efetivação do projeto.

Nessa medida, o trabalho coletivo final deverá ter caráter basicamente – mas não exclusivamente – historiográfico e histórico, de balanço, incluídas as áreas do conhecimento envolvidas (literatura, geografia, etc.). Espera-se que seus desdobramentos tragam novos elementos, hipóteses e informações as quais, a longo prazo, envolvam pesquisadores correspondendo a um espectro mais amplo dos variados campos da pesquisa, da literatura, da antropologia, do direito e da sociologia à educação e à economia e à geografia, do jornalismo aos estudos de história da religião e das ideologias culturais. Pois conceitos de

cidade, matriz urbana, urbanismo, de urbanização, cultura urbana, urbanidade e de cidadania (para não falar do conceito de historiografia) transitam e adensam-se nos campos da inter e da transdisciplinaridade. O trabalho interdisciplinar adquire aqui seu pleno significado e legitimacão.

Não se trata apenas de trazermos as colaborações convergentes de diferentes tipos de profissional, mas de construirmos, em conjunto, uma óptica – ou um novo olhar – sobre o fenômeno urbano no universo iberoamericano. E nesse passo surgem as primeiras perguntas/hipóteses:

- 1. Existirá um padrão comum a permitir identificar alguma(s) especificidade(s) nos objetos focalizados?
- 2. Quais elementos estruturais comuns podem ser detectados em configurações urbanas tão diversas como Salamanca e São Paulo? Ou Recife, Santiago de Cuba e Coimbra? Ou Cidade do México e Barcelona? Ou Lisboa, Santos e Salvador? Ou Porto, Lima e Montevidéu? Ou Évora e Ouro Preto? E em suas respectivas e crescentes "periferias"? E em suas específicas relações com o campo, com o "entorno"?
- 3. Em uma perspectiva de *longue durée*, como padrões civilizatórios distintos conduziram à construção de sociedades civis (conceito em si também problemático no mundo iberoamericano) que abrigam e cultivam tipos de *ethos* ou temperamentos (Morse) tão diferenciados como o portenho e o paulistano, ou o catalão, o mexicano ou cubano, visíveis na relação do cidadão com a cidade, ou nas confusões entre o público e o privado?
- 4. Para complicar, de quais "cidades" estamos falando, quando nos movimentamos do plano sociológico para a esfera do imaginário? Qual Cidade do México, por exemplo: a de Octavio Paz ou a de Nestor Canclini? Ou ainda: a São Paulo de Florestan Fernandes o da *Integração do negro na sociedade de classes* ou a de Sérgio Milliet e Alcântara Machado?

II – A QUESTÃO URBANA, EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Neste segundo item, impõe-se delimitar essa temática ibero-americana, a partir de alguns estudiosos que ofereceram contribuições significativas. O objetivo é sugerir que, para uma

breve visão de conjunto da questão urbana. devemos tecer a problemática tal como foi abordada por autores conhecidos como Richard Morse, José Luís Romero, Jorge Enrique Hardoy, Nestor Goulart Reis Filho, Roberto Segre, Ramón Gutierrez, José-Augusto França, Manuel Castells, Manuel Teixeira, Nestor Canclini, Flavio Vilaça, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e sobretudo Cajo Prado Jr., mas também Alberto Lamego, Delgado de Carvalho, Eugenio Garcia Zarza, Arturo Almandoz Marte, Angel Vaca Lorenzo, Murilo Marx, Tulio Halperín Donghi, Aracy Amaral, Donald Pierson, Warren Dean (sobre São Paulo e Rio Claro), Carlos Lemos, Benedito Lima de Toledo, Evaldo Cabral de Mello, Lucio Costa, Milton Santos, Aziz Ab'Saber,

Observação importante: sobre a produção histórico-historiográfica no Brasil, deixamos de mencionar um conjunto notável de estudos surgidos nas duas ou três últimas décadas, desde Flavio Vilaça, Maria Adélia de Souza e Ermínia Maricato a Hugo Segawa, a Raquel Rolnik, Cândido Malta Campos e Antonio Carlos Robert de Moraes, Rebeca Scherer, Nabil Bonduk e Maria Cristina da Silva Leme, dentre outros, os quais serão objetos de uma análise mais sistemática que estamos desenvolvendo, a ser apresentada ulteriormente, em continuação a esta proposta.

Haveria também uma reflexão mais abrangente sobre as cidades, a ser feita neste balanço preliminar, a partir da literatura, como nos propõe Marlise Bridi. Pois se inscrevem diferentes idéias de cidade na obra dos mexicanos Carlos Fuentes ou, mais diretamente, na dos críticos Carlos Monsiváis e Antônio Cândido; ou ainda nas dos críticos e também poetas Mário de Andrade e Sérgio Milliet, duas figuras-chave para a compreensão de São Paulo, ou Carlos Drummond de Andrade, para Minas/ Rio de Janeiro. Ou em estudos a partir da perspectiva que oferece a antropologia, com Roberto Da Matta. Ou da sociologia: Florestan Fernandes, por exemplo, decifrou São Paulo pelo ângulo da história sociológica, inaugurando uma nova linhagem (uma "escola") de estudos histórico-sociológicos no fim dos anos 50, em um momento em que vicejavam os estudos sobre comunidades; nos anos 70, ele organizaria as densas coletâneas Comunidade e sociedade, que marcaram época.

Portanto, o caminho a ser trilhado pode ser infinito: qual a idéia de cidade nas obras de Florestan ou de Gilberto Freyre, de José Luís

Romero, ou de Octavio Paz, Drummond, Carlos Fuentes e Chico Buarque?

Mas, perguntemos antes: o que tem sido a historiografia (e a história) do urbanismo?

Aqui reside o ponto essencial de nosso estudo. A historiografia da urbanização propriamente dita é muito tardia, tanto no Brasil como alhures. Quem notou isso, como vimos, foi o citado historiador da urbanização, Nestor Goulart, da USP. Na França, Pierre Lavedan, autor da clássica *Histoire de l'Urbanisme* (Paris, Henri Laurens, 1926), ajudou a definir o campo somente no início do século 20.

Recentemente, o historiador e professor Murilo Marx, da USP, comentou as dificuldades para se delimitar as fronteiras dessa temática, tão concreta quão fugidia. Conclusão que vale até hoie: afinal. São Paulo, a maior metrópole do mundo ibero-americano, somente nos últimos anos começa a ter uma historiografia à altura de sua complexidade. No prefácio ao livro de Paulo F. Santos, Formação de cidades no período colonial (RJ, Editora da UFRJ, 2001), que comentaremos adiante, nota o professor que cronistas e viajantes do período colonial não tiveram como foco o espaco urbano, mas deixaram impressões esparsas e por isso preciosas. Somente após a abertura dos portos em 1808 é que surgirá um outro tipo de observador, mais sistemático, dando alguma consistência ao assunto. No período colonial, os escritos foram produzidos em várias línguas, mas a iconografia resulta escassa: "Gabriel Soares de Sousa, Caspar von Barlaeus, François Amédée Frézier, que compara nossos principais portos com os da América hispânica e nos brinda com magníficas imagens."

Após 1808, ainda cito o professor Marx, o tema ganha espaço com as missões científicas, as corografias, os estudos e desenhos sobre o povoamento do Reino Unido e do Império, e mesmo núcleos menores e mais remotos. "Às vezes um Debret, um Rugendas, um Frond esboçam, pintam e gravam vistas e mapas" (p. 9 do prefácio). Mas até então, como observação indireta. No Oitocentos é que a observação centrada nos próprios núcleos e o ensaio de análise se insinuam.

Para concluir: a historiografia da urbanização propriamente dita se definirá muito tardiamente, consolidando-se ao longo do século 20. No último quartel daquele século é que se pode constatar a existência de um corpo

de estudos, pesquisas, monografias e **histórias** significativas sobre o fenômeno urbano no Brasil e nos países da região considerada. Corpo de estudos que permite falar, por fim, de uma **historiografia**.

Nessa perspectiva é que ensaiamos aqui **esboço de periodização**, com alguma indicação de momentos, perspectivas e contextos em que o fenômeno urbano foi considerado. Há algumas questões sufocantes, explicitadas para alimentar nosso diálogo, como as seguintes:

- a. Em um balanço preliminar como este, devemos incluir ou não o mundo chicano-americano? Ele faz parte do tal "mundo ibero-americano"? Note-se que aqui entramos pelos Estados Unidos a dentro, não aceitando os esquemas tradicionais de Estado-Nação. E assim alcançamos, em nosso mapeamento, São Francisco, passando pelo Texas, pelo Novo México e antes, claro, por Miami;
- b. Quais os critérios para adotarmos alguns conceitos básicos, como o de espaço, de sociedade civil, de matriz urbana, centro, periferia?
- c. E o "mundo que o português criou"? O fim do paradigma gilbertofreyreano, do mundo que o português criou, ruiu nos anos 70, com as revoluções em suas colônias (1974) e, na metrópole, com a Revolução dos Cravos em 1975 (ver meu estudo Democracia e desigualdades sociais: em busca de uma memória comum, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, junho de 1991, n. 32, na abertura do 1º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, "Saber e Imaginar o Social", coordenado pelo professor Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra).
- d. A questão é: uma "cultura de fronteiras"? Como repensar o mundo luso-afro-brasileiro nesse reenquadramento da Ibero-América? Há pontos teóricos e práticos a discutir, inclusive o das proclamadas identidades. Boaventura de Sousa Santos, que presidira o 1º congresso, alertava, passados anos, para o fato de a cultura portuguesa ser uma cultura de fronteira:

"A fronteira confere à cultura portuguesa um enorme cosmopolitismo. Para as culturas dotadas de fortes centros, as fronteiras são pouco visíveis, e isso é a causa última de seu provincianismo. Ao contrário, o acentrismo da cultura portuguesa é o outro lado do seu cosmopolitismo, um universalismo sem universo feito da multiplicação inifinita dos localismos. Tanto o centro como a

periferia têm sido impostos de fora à cultura portuguesa. Durante séculos, a cultura portuguesa sentiu-se num centro apenas porque tinha uma periferia (as suas colônias)." (in: Modernidade, identidade e cultura de fronteira, Revista Critica de Ciências Sociais, Coimbra, dezembro de 1993, n. 38, p. 34. Em nota, Boaventura cita Fernando Pessoa: "O povo português é essencialmente cosmopolita. Nunca um verdadeiro português foi português, foi sempre tudo." A conferir).

O fato é que hoje, com novas perspectivas sobre tais processos históricos, detectam-se formas matriciais de organização do espaço, tanto das cidades quanto das formas de construir, habitar e pensar a própria cidade, que sugerem a existência de uma história comum ibérica. Seus desdobramentos na América, com o encontro de outras civilizações em tempos distintos, lançam novos desafios aos estudiosos das identidades, sobretudo quando se adotam métodos e técnicas inovadores da história urbana comparada.

Vale repetir: temos plena consciência que nossa proposta não é inédita, havendo a considerar com atenção algumas obras clássicas. sobretudo a do notável historiador José Luís Romero, autor de Latinoamerica. Las ciudades y las ideas (5 ed., Buenos Aires, Siglo Veinteuno Editores, 2001, com novo prólogo de Luis Alberto Romero). Nessa obra referencial, o historiador argentino, após apresentar o lugar da América Latina na expansão européia e o ciclo das fundações, propõe uma tipologia em que examina as "ciudades hidalgas de Indias", as "ciudades criollas", as cidades patrícias, as cidades burguesas e as cidades massificadas. O livro, segundo Romero, é animado por uma indagação minuciosa da formação das sociedades urbanas e de suas mudanças, das culturas urbanas (diferentes dentro de cada período e de cada cidade, e diferentes dentro dela, segundo os grupos sociais em épocas de mudança intensa):

"En el fondo, quiere puntualizar cómo su desarollo autónomo, entendiendo que en ese juego no sólo se elaboran las culturas y subculturas urbanas sino también las relaciones entre el mundo rural y el mundo urbano. En este último es donde las ideologias adquieren más vigor y afrontan más claramente su enfrentamiento – un juego dialéctico – con las estruturas reales." (p. 20)

III – Para uma periodização da produção historiográfica sobre a Cidade Ibero-Americana

"São Paulo! Comoção da minha vida... Galicismo a berrar nos desertos da América!" ANDRADE, Mário de, Paulicéia desvairada, 1921

Destaquemos algumas possíveis características dessa historiografia variada, mas dispersa, rica, porém, muito lacunar, indicando momentos decisivos (ou "decisórios", como diria Mário) a partir de referências, por assim dizer, obrigatórias, clássicas. Na parte final, partindo de uns poucos exemplos, daremos relevo a novas linhas de reflexão e pesquisa sobre o fenômeno urbano na região.

O objetivo aqui é o de estabelecer pontos de partida gerais para uma periodização. A história da historiografia é matéria complexa: os temas se transformam em objetos de estudo em contextos muito precisos, quando há desafios no presente (e temores quanto ao futuro) que demandam respostas do passado. Daí observar-se que, no processo de formação de uma historiografia, ocorrem períodos de altos e de baixos, momentos de grande efervescência seguidos de momentos de baixa, de estagnação ou silêncio.

Além disso, não basta apenas tomarmos como referência alguns poucos clássicos, como advertiu Roberto Segre, em seu fundamental América Latina fim de milênio. Raízes e perspectivas de sua arquitetura (SP, Studio Nobel, 1991). Assim se passa também nos campos da história da arte ou dos estilos de vida, quando - por exemplo um tema como o barroco, ou o modernismo se tornam dominantes, concentrando quase todas as atenções. É o caso atual da temática da pósmodernidade e do desconstrucionismo. Mas como falar em desconstrucionismo quando o construcionismo não foi bem compreendido e estudado, e quando há toda uma imensa tarefa de investigação histórico-historiográfica a ser empreendida?

Outro problema é o de definir-se desde logo como deverá ser *construído* o quadro histórico geral de referências, em nosso caso muito marcado por nossa experiência urbanística paulistana. O **mundo ibero-americano** (desde que aceitemos essa moldura, ou conjunto significativo o qual, ainda segundo Baoventura

Sousa Santos, inclui, necessariamente, a dimensão africana), não custa recordar, somente adquire concretude histórica após os descobrimentos do Novo Mundo, em 1492, por Cristovão Colombo e, no Atlântico Sul, em 1500, por Pedro Álvares Cabral (ou mais provavelmente, por um dos negociadores portugueses do Tratado de Tordesilhas, o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira em 1498).

Nesse confronto de civilizações, muitas idéias e discursos sobre a organização social do espaço se produziram, algumas até no campo da utopia, como na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso* (1959). Os sistemas coloniais logo se articularam, aplicando uma política mercantilista de acumulação de capitais em centros urbanos dominantes: com efeito, o expansionismo colonialista foi uma das características de regimes do tipo **ancien régime** (entendido aqui como conceito definidor de sistemas absolutistas, colonialistas e mercantilistas, estribados em uma sociedade de Ordens ou estamentos).

Essa breve referência ao período colonial tornase importante, de vez que parcela significativa da historiografia dedicou-se a "rever o passado colonial", a estudar o "sentido da colonização", a "superar a herança colonial", ou a "resgatar" valores, modelos e estilos daquele período histórico-cultural. Nota-se que uma historiografia tout court se adensa a partir dos movimentos de Independência (e descolonização portuguesa que, no Brasil, alcança o período da Regência, 1831-1840, quando entramos para os quadros do neocolonialismo), em um processo que deve ser entendido como desdobramento da crise do antigo sistema colonial. É quando se fundam os Estados-Nação no Novo Mundo, e no universo ibérico suas lideranças se vêem obrigadas a redefinir-se, estruturando as redes urbanas e esboçando um início de políticas públicas.

No Brasil, no longo processo da Independência, com a decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano, dá-se a transição das **Casa grande e senzala** para os **Sobrados e mocambos,** para evocarmos as análises fundadoras de Gilberto Freyre de 1933 e 1936. Mas, no resto do mundo ibero-americano, como os fatos se passaram? Pode-se falar em paralelismo?

Algumas questões maiores permanecem irrespondidas, ou, quando muito, apenas indicadas. Dentre elas:

- a. Como associar os estudos sobre os processos de urbanização aos movimentos do capital e às mudanças nas relações de produção?
- b. Como falar em "memória comum"? Em conjunturas diferentes, o tema já foi procurado, indagado, discutido em relação a uma "identidade latino-americana", ou na busca de uma "identidade luso-brasileira", ou até "luso-afro-brasileira"... E agora, propõe-se, atualizando-a nos quadros da globalização, uma identidade ibero-americana.
- c. Existe um patrimônio comum, matrizes urbano-culturais comuns, padrões civilizatórios que possam ser detectados na formação das cidades e em suas atuais conformações?
- d. E memória para quê? Qual o estado atual da questão urbana nesta região do planeta? Hoje, o que significa *cidade*? Quais os tipos de intervenção que os diferentes **estados** e as **sociedades civis** vêm adotando nesse amplo universo considerado?
- e. Quais os futuros das cidades latinoamericanas a médio e longo prazos? Nos quadros da globalização, essa discussão sobre novos paradigmas para se pensar a cidade revela o quê? Indica ou acena com quais futuros?
- f. Florestan Fernandes, pouco antes de morrer, alertava contra o perigo de transformarmo-nos, em um futuro próximo, em uma "nova periferia" (Programa *Roda-Viva*, TV Cultura de SP, 1994). No mesmo programa, notava que a universidade brasileira se despolitizou com uma rapidez que não era previsível na década de 60; pergunta-se, então: em que medida esses estudos sobre a cidade ibero-americana ajudam a recolocar a universidade ibero-americana do lado da História?

Examinemos, então, algumas obras que permitem vislumbrar, ou mesmo sinalizar, o percurso e os rumos dos estudos e da atenção dos pesquisadores sobre a ampla **problemática** da urbanização, nesse universo considerado. Estudos dessa natureza sempre trazem a marca do local em que foram produzidos, não sendo de estranhar que eventual ênfase em uma ótica paulistana reponte aqui ou ali. Lancemos pois, como balão-de-ensaio, uma primeira **periodização**:

1. Nascimento da historiografia iberoamericana e redescoberta da cidade (1929-1944) Uma nova etapa nos estudos urbanos dá-se com a crise do capitalismo ocorrida em 1929, um divisor de águas entre duas épocas. Abre-se um novo capítulo na história contemporânea, e a profundidade do fenômeno pode ser constatada nas várias dimensões da vida social e econômica. O "longo século 19" se encerra em 1929.

A intervenção do Estado, a ideologia do planeiamento e novas formas de organização da sociedade se traduzem, na prática, em novas formas de criação e administração do espaço. O espaço urbano passa a ter um valor de uso mais nítido, e a verticalização assume novo sentido. Nessa perspectiva, o binômio industrialização/ urbanização adquire a primazia nos estudos históricos, econômicos, sociológicos e urbanísticos. Os manuais traduzem essa fase de combates pela "modernização", conceito (ou melhor, noção) dominante nos debates políticos, congressos de especialistas, seminários e programas de inovação e reforma urbana, social e política. O tema da cidade passa a integrar toda e qualquer plataforma de recuperação ou reconstrução social. "Reconstruir" é o verbo que se impõe, nas linhas do *New Deal* de Franklyn Delano Roosevelt, tão apreciado pelos jovens Luís Saia ou Vilanova Artigas. Verbo otimista dinamizado também pelo historiador e educador norte-americano John Dewey, e captado no Brasil por Anísio Teixeira.

Àquela altura, nas décadas de 20/50, "modernizar" significava combater o "atraso", fazer vir abaixo as estruturas arcaicas que impediam o progresso e a implantação de uma sociedade liberal-democrática, em que os direitos civis se difundiriam paulatinamente (ao menos em princípio, pois sua prática nos países das Américas do Sul e Central seria muito ambígua; e na Península Ibérica, dificílima, devido à vitória do fascismo). Personagem emblemático dessa modernização via Estado é Celso Furtado, que lutou na Itália na Segunda Guerra e foi o primeiro ministro do Planejamento no fim dos anos 50.

É bem verdade que, nos anos a antecederem a crise de 29, muitos brasileiros e latino-americanos circularam não só pela Europa, como também – e mais do que se imagina – pelos Estados Unidos. Sérgio Milliet pela França e Suíça, Sérgio Buarque pela França, Alemanha e Itália, Lucio Costa pela Europa (nascido em Toulon, aliás), e assim por diante. Mas os Estados Unidos sideravam as mentes dos futuros

intérpretes e ideólogos da cultura brasileira, como Gilberto Freyre, o próprio Anísio, Monteiro Lobato, Viana Moog e muitos outros, os quais se antenavam nas propostas de inovações capitalistas que ajudariam na construção desse novo mundo. Tarefa penosa no caso brasileiro, dados os 300 anos de vida como colônia e 400 com regime de escravidão.

Nos subsistemas periféricos, as mudanças não se davam de forma muito diversa. Os estudos de Nestor Goulart Reis, em seu estudo sobre "Culturas e estratégias do desenvolvimento", ao analisar o que se passava na província de São Paulo no período crucial de 1860 a 1930, no qual o trinômio imigração /industrialização / urbanização impôs seus poderosos princípios, demonstra que o grande empreendimento da época também foi, para regiões em que o capitalismo se tornou mais ativo, a apropriação, organização e equipamento do território do Estado. Empreendimentos de grande porte organizados com base em programas de obras públicas e privadas, sistemas complexos interdependentes, com envolvimento de múltiplos agentes sociais, programas de obras com estratégias agora bem definidas, envolvendo ampla articulação política, tudo isso implicando em investimentos públicos, concessões de serviços públicos, investimentos privados (mas já agora com o início de atuação de órgãos reguladores, limitando concessões e privilégios). Em suma, uma ação planejadora e coordenadora da participação de setores privados. Estratégias que, tornadas públicas, diz Nestor Goulart, "foram elaboradas culturalmente, como condição para sua legitimação perante os vários setores sociais" (p. 145). Embora o estudo focalize apenas o desenvolvimento rodoviário no estado de São Paulo, a tese geral parece válida e modelar para outros setores (in: A década de 1920 e as origens do Brasil moderno, org. por Helena Carvalho de Lorenzo e Wilma Peres da Costa, SP. Unesp. 1997).

Nestor Goulart Reis Filho já escrevera uma obra que se tornaria clássica, *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil. 1500-1720* (SP, Pioneira, 1968). Mais recente, no estudo "Urbanização e modernidade entre o passado e o futuro (1808-1945)", síntese magistral que escreveu para *Viagem incompleta* (SP, Editora Senac, 2000, 2 vol., coord. de C. G. Mota), o leitor encontra uma proposta de periodização da história da urbanização do

Brasil, desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil até o fim da Segunda Guerra, indicando suas implicações teóricas e metodológicas. Um novo ponto de partida, modelar, para estudos comparados com os países do mundo ibero-americano.

A descoberta do "espaço brasileiro"

A temática da urbanização adquire vulto quando as classes médias urbanas obtêm consciência de sua "urbanidade". Ou seja, quando afloram questões de higiene, precariedade de infra-estrutura (saneamento básico, circulação, transportes, habitação, etc.) e violência social. No processo de urbanização no Brasil da década de 20, avolumaram-se movimentos político-sociais no mundo do trabalho, nas fábricas, nas greves portuárias de Santos ou Rio de Janeiro. No rastilho das greves de 1917, foi paralisada a principal rede urbana no Centro-Sudeste, com foco em São Paulo, Campinas, Sorocaba, etc.

O movimento sertanejo de Antonio Conselheiro, em Canudos, chamou a atenção para o mundo rural, agreste e rústico. Os sertões idilizados pela literatura ruíram com as matérias jornalísticas sobre as campanhas militares e seus fracassos contra os jagunços: o impacto tremendo nos centros cultos do país foi ampliado pela obra clássica de Euclides da Cunha, *Os sertões*. E depois, com a Marcha da Coluna Prestes (1926), chefiada pelo tenente Luís Carlos Prestes, "o Cavaleiro da Esperança", como denominou o escritor Jorge Amado. Surgia então, nos debates, a discutível dicotomia "urbano-rural".

Na verdade, esses tenentes reformistas ou revolucionários eram expressão de uma nova pequena burguesia urbana. Os "tenentes" (inclusive o tenente-coronel Rondon, criador, em 1910, do Serviço de Proteção ao Indígena) mapeavam e circulavam sofregamente pelo país, o que redundará, pouco depois, em estudo e manuais do porte dos de Delgado de Carvalho, o grande fazedor de mapas e atlas, também signatário do Manifesto dos pioneiros da educação (1932): nosso imaginário sobre o espaço "brasileiro", sobre o planeta, nossa inserção no mundo e na "história geral" -(expressão da época) muito devem a Delgado de Carvalho, positivista que influenciou tanto os estudos universitários quanto a Escola do Estado Maior do Exército e a rede pública de ensino. Direta ou indiretamente, aprendemos com ele a

"ler" a distribuição – o "povoamento" – das vilas e cidades no espaço brasileiro, na definição do "território nacional".

A Revolução de 1924 foi um marco nesse processo. Revelou traços iniludíveis de novas frações de classes já urbanizadas e internacionalizadas, em contraposição aos antigos estamentos senhoriais, aliás bastante cosmopolitas. As ideologias de registro socialista, anarco-sindicalista e anarquista, assim como as fascistas ou oligárquico-conservadoras, carregavam projetos de sociedade, de cidade e de Estado que reclamavam a ação coletiva. trazendo novo colorido aos principais centros urbanos. Centros urbanos, agora redesenhados - tardiamente - pelos modelos europeus, que iam se distanciando da matriz colonial, sem, contudo. negá-la. Vários conceitos de cidade. de espaço urbano e de urbanidade convivem e chocam-se nessa Paulicéia Desvairada, que assistia à modernização pelo alto (a Semana de Arte Moderna é de 1922, mesmo ano da fundação do Partido Comunista, e do levante tenentista em Copacabana), e, pela base, um novo tipo de politização marcado pela sociedade de classes a qual se delineava nos quadros da industrialização.

Tal processo, que se esboça nas décadas de 20/30, somente se revelará em inteira grandeza mais tarde, na passagem da década de 50 para a de 60. As lutas pelas reformas de base, projetos de reforma agrária, educacional, relações de trabalho, de reforma urbana e de afirmação de uma política externa independente aprofundam o debate sobre a passagem da "consciência amena de atraso" (Antônio Cândido) à condição de país **subdesenvolvido** e, a partir desse estágio, à condição de país **desenvolvido** (ou "em vias de desenvolvimento", no jargão da época). As obras de Paul Singer sobre urbanização e desenvolvimento no Brasil e na América Latina desse período são inaugurais.

Naquela etapa, em que conviveram e entrechocaram-se estamentos pretéritos com classes futuras (para usarmos a expressão de Karl Marx), apresentaram-se à cena histórica personagens, figuras, agentes, artistas, escritores, pintores, pianistas/compositores, historiadores, construtores, urbanistas e arquitetos muito fecundos e, muitas vezes, divididos entre os dois momentos histórico-sociais. Mário de Andrade, Lobato, Villa Lobos e Carlos Drummond são emblemáticos, bem como Sérgio Buarque, com

seu anticapitalismo de elite (como bem observou Roberto Schwarz). Definição que, aliás, serve para Lucio Costa e Oscar Niemeyer, por exemplo.

Intelectuais bifrontais, diremos nós. Divididos entre o arcaico e o moderno, entre o urbano e o rural. A esquerda, entre a democracia liberal e o socialismo; a direita, entre o liberalismo oligárquico e o Estado autoritário dos integralistas. Divididos entre o colonial e o ultramoderno, entre a cidade e as "fazendas dos Prados, Penteados e Amarais", entre o acadêmico e o anarquista-libertário. Divididos ainda entre os sertões e as grandes capitais do mundo, nostálgicos da *Belle Époque*, mas também do futuro. Alguns cultivando gosto aristocrático pelo "popular". Nada obstante, "há sempre uma fazenda nas conversas", como ironizou Carlos Drummond de Andrade.

Esse processo tem seu clímax no fim do Estado Novo (1937-1945), quando a Segunda Guerra termina com a vitória dos aliados contra o eixo nazifascista. O padrão europeu vai cedendo lugar ao *american way of life*, mantido, porém, o denso substrato colonial e imperial.

Novas formas de pensamento se cristalizam, inclusive no campo da arquitetura e do urbanismo. Planos de modernização das principais capitais marcam os debates políticosociais. De 1922 a 1944, assiste-se a uma verdadeira ruptura de paradigmas. No depoimento de Luís Saia, um dos homens importantes na criação do SPHAN, colhido na *Plataforma da nova geração* (Porto Alegre, Globo, 1945), lemos o seguinte:

"Na literatura, nas artes plásticas e na arquitetura essa rendição à burguesia e ao seu parceiro, o capitalismo, surgem com uma sutileza que mascara de maneira assombrosamente fácil todos aqueles desprevenidos presunçosamente partidários da arte pura, dos valores eternos, se esquecendo que não existem valores eternos na arte, que não existe arte pura, mas que a arte eterna será aquela que participe de todas as impurezas, de todos os senões, de todos os erros desde que esteja a serviço da vida do homem e não vendida a um grupo ou a uma classe." (p. 210)

A guerra ainda não estava completamente definida e ganha. Luís Saia, que se tranformará em figura referencial nos estudos e na implantação do Serviço de Patrimônio Histórico, conclama os moços a alistarem-se nas tropas

antifascistas, terminando seu depoimento com estas palavras:

"Acredito também que esta geração, para se exercer no mundo, precisa conquistar sem demora pelo menos as quatro liberdades essenciais de que fala o presidente Roosevelt, além da igualdade absoluta dos direitos, sem distinção de classe, crença, origem, côr e idéias." (p. 213)

Inflexão importante, por revelar o tom geral que marcará o universo ideológico da crítica das artes, da arquitetura, do serviço de patrimônio histórico e artístico, do urbanismo. O tom geral é à esquerda, mas bastante impregnado pelas vanguardas norte-americanas, além das européias. De Vilanova Artigas à criação dos museus de Arte Moderna, o registro é esse.

Revolução de paradigmas: Freyre, Buarque e Caio Prado

No contexto da grande crise de 1929 e das revoluções de 1930-32, surgem três obras fundamentais que mudarão, radicalmente, as concepções de cultura, sociedade, cidade e de processo civilizatório vigentes no Brasil. São as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, três founding-fathers da moderna historiografia brasileira. Tiveram suas obras traduzidas em vários idiomas e mereceram a atenção e crítica dos principais cientistas sociais do século 20, como Febvre, Braudel e Boxer.

Freyre: civilização mais estável que na América Hispânica

A primeira e mais retumbante foi a de Gilberto Freyre, que se tornou a estrela mais brilhante da maior constelação intelectual e política do século 20 brasileiro. Sua obra Casa grande & senzala (1933), de cunho histórico-sociológico e antropológico, ao revelar as entranhas da sociedade patriarcal, indagando, ao mesmo tempo, das razões do atraso e da precariedade do Brasil do século 20, trouxe uma nova perspectiva para se pensar o Brasil. Fundamentais suas observações sobre espaço, habitação, costumes. Ao combater as interpretações racistas e autoritárias de direita de um Oliveira Vianna e, à esquerda, a visão simplificadora de um Astrojildo Pereira, Gilberto cria um espaço teórico próprio, um novo conceito de cultura brasileira, tendo como pedra-de-toque a miscigenação e a "estabilização" de um padrão

civilizatório centrado na casa grande do Nordeste. Suas primeiras observações e inspirações têm como base a hibridização de raças na Península Ibérica, que ele entende como um continuum geocultural da África. Seu primeiro laboratório, dizia ele, fora a Espanha. E começam aí suas teorizações sobre a "formação brasileira" (a expressão é dele) cunhada por esse patriarcalismo escravista:

"Em contraste com o nomadismo aventureiro dos bandeirantes – em sua maioria mesticos de brancos com índios - os senhores das casas grandes representaram na formação brasileira a tendência mais característicamente portuguesa. isto é, pé-de-boi, no sentido de estabilidade patriarcal. Estabilidade apoiada no açucar (engenho) e no negro (senzala). Não que estejamos a sugerir uma interpretação étnica da formação brasileira ao lado da econômica. Apenas acrescentando a um sentido puramente material marxista, dos fatos, ou antes, das tendências, um sentido psicológico. Ou psicofisiológico." (p. XLV do Prefácio na 1. edição)

E prossegue, em uma formulação que daria início a toda uma linhagem de interpretação de Brasil e de "cultura brasileira" (noção que se cristaliza nessa época), moderna e integradora:

"A verdade é que em torno dos senhores de engenho criou-se o tipo de civilização mais estável que na América hispânica; e esse tipo de civilização ilustra-o a arquitetura gorda, horizontal, das casas grandes. Cozinhas enormes: vastas salas de jantar: numerosos quartos para filhos e hóspedes; capela; puxadas para acomodação de filhos casados; camarinhas no centro para reclusão quase monática das filhas solteiras; gineceu; copiar; senzala. O estilo das casas grandes – estilo no sentido spengleriano – pode ter sido de empréstimo; sua arquitetura, porém, foi honesta e autêntica. Brasileirinha da silva. Teve alma. Foi expressão sincera das necessidades dos interesses, do largo ritmo da vida patriarcal que os proventos do açúcar e o trabalho eficiente dos negros tornaram possível." (p. XLVI, do Prefácio na 1. edição)

Uma leitura atenta da obra de Freyre permite também se conhecerem outras presenças culturais, como a dos maometanos na Península Hispânica, na organização do espaço e da vida social no Novo Mundo. Em 1933, o sociólogohistoriador apresenta teses heterodoxas, com

frases de efeito retumbante as quais alvorocaram os círculos letrados, como por exemplo:

"Colonizou o Brasil uma nacão de homens mal *nutridos."* (p. 325)

Ou ainda:

"Não é pelo estudo do português moderno, já tão manchado de podre, que se consegue uma idéia equilibrada e exata do colonizador do Brasil - o português de Quinhentos e Seiscentos, ainda verde de energia, o caráter amolengado por um século, apenas, de corrupção e decadência." (p. 264)

Em uma época em que a tendência era a de separar e diferenciar o mundo português (do comércio) do mundo espanhol (de vida agrícola), Freyre – ele adorava citações e provocar polêmica - utiliza-se de tese do professor Fidelino de Figueiredo, para mostrar que foram as igualdades e não as diferenças econômicas a separarem Portugal da Espanha (ver Casa grande & Senzala, p. 334-335).

Qual a importância de Freyre para os estudos da história da cultura? Primeiro, no fato de ter ele polarizado a constelação de intelectuais "explicadores do Brasil" os quais formularam e expressaram, nos diversos campos, uma nova compreensão do que somos e nosso lugar no mundo. Dentre eles, José Américo, Luís da Câmara Cascudo, José Lins do Rego, Rodrigo de Mello Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Villa Lobos, Manuel Bandeira, Lucio Costa, Niemeyer, Cícero Dias... Segundo, ter sido o primeiro a estudar, em perspectiva interdisciplinar, as formas da vida social com ênfase na habitação (da casa grande ao sobrado), nos contornos do público e do privado e, não menos importante, na intimidade dos costumes. Um historiador das mentalidades, o qual o tempo cristalizaria como o principal ideólogo da "cultura brasileira" (ver minha crítica em Ideologia da cultura brasileira, 1933-1975. SP, Ática, 1977, prefácio de Alfredo Bosi).

As teses de Sérgio Buarque: rotina versus rigor

Vamos ao ponto. Abrindo uma polêmica que chega a nossos dias, Sérgio Buarque de Holanda pontificava em seu livro Raízes do Brasil, em

"Comparado aos castelhanos em suas conquistas, o esforço dos portugueses distinguese principalmente pela predominância de seu

caráter de exploração comercial, repetindo assim o exemplo da colonização da Antigüidade, sobretudo da fenícia e da grega; os castelhanos, ao contrário, querem fazer do país coupado um prolongamento orgânico do seu. Se ão é tão verdadeiro dizer-se que Castela seguiu até o fim semelhante rota, o indiscutível é que ao menos a intenção e a direção inicial foram essas. O afã de fazer das novas terras mais do que simples feitorias comerciais levou os castelhanos. algumas vezes, a começar pela cúpula a construção do edifeicio colonial. Já em 1538, cria-se a Universidade de São Domingos. A de São Marco, em Lima, com privilégios, isenções e limitações da de Salamanca, é fundada por cédula real de 1551, vinte anos apenas depois de iniciada a conquista do Peru por Fernando Pizarro. Também de 1551 é a da cidade do México, que em 1553 inicia seus cursos." (Ob. cit., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1971, p. 64. Prefácio de Antônio Cândido).

Ao longo de suas páginas, comparando as colonizações espanhola e portuguesa, Buarque apresenta teses que iriam nutrir uma sólida linhagem da historiografia contemporânea. Dentre suas teses, destaquem-se:

- a. "Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios." (p. 74)
- b. "A administração portuguesa parece, em alguns pontos, relativamente mais liberal do que a das possessões espanholas." (ibidem)
- c. "Na realidade, o exclusivismo dos castelhanos, em contraste com a relativa liberalidade dos portugueses, constitui parte obrigatória, inalienável de seus sistema. Compreende-se que, para a legislação castelhana, deve ter parecido indesejeavel, como prejudicial à boa disciplina dos súditos, o trato e convívio de estrangeiros em terras de tão recente conquista e de domínio tão mal assente."
- d. Para essa liberalidade dos portugueses "também contribuiria uma aversão congênita a qualquer ordenação impessoal da existência, aversão que, entre os portugueses, não encontrava corretivo na vontade de domínio, sujeita aos meios relativamente escassos de que dispunham como nação, nem em qualquer tendência pronunciada para essa rigidez ascética a que a própria paisagem áspera de Castela já

parece convidar os seus naturais e que se resolve, não raro, na inclinação para subordinar esta vida a norma regulares e abstratas." (p. 75)

Quanto à **questão urbana**, ainda na perspectiva comparatista, Buarque fixava opiniões que até hoje dividem o campo historiográfico:

- e. Sobre a urbanização portuguesa e espanhola "A fantasia com que nossas cidades, comparadas às da América Espanhola, se dispunham muitas vezes as ruas ou habitações é, sem dúvida, um reflexo de tais circuntâncias [acima mencionadas]. Na própria Bahia, o maior centro urbano da colonia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-Reis, parecia estar só por acaso no seu lugar" (p. 75). O viajante era o francês L. Barbinais, autor do Nouveau Voyage au tour du Monde (Paris, 1729).
- f. Rotina versus razão abstrata "É verdade que o esquema retangular não deixava de manifestar-se – no próprio Rio de Janeiro já surge um esboço – quando encontrava poucos empecilhos naturais. Seria ilusório, contudo. supor que sua presença resultasse da atração pelas formas fixas e preestabelecidas, que exprimem uma enérgica vontade construtora, quando o certo é que precedem, em sua generalidade, dos princípios racionais e estéticos de simetria que o Renascimento instaurou, inspirando-se nos ideais da Antigüidade. Seja como for, o tracado geométrico jamais pôde alcançar, entre nós, a importância que veio a ter em terras da Coroa de Castela: não raro o desenvolvimento ulterior dos centros urbanos repeliu aqui esse esquema inicial para obedecer antes às sugestões topográficas.

A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora. Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para seguilo até o fim. Raros os estabelecimentos fundados por eles no Brasil, que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio, e a presença da clássica vila velha ao lado de certos centro urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária."

g. **Desleixo versus planejamento** "A cidade que os portugueses construíram na América não

é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da pasisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra 'desleixo." (p. 76)

Caio Prado Júnior: a história subterrânea

Mais racional, Caio Prado Júnior foi o autor a introduzir conceitos analíticos e "um método relativamente novo" ("refiro-me à interpretação materialista", como se lê na primeira edição de *Evolução política do Brasil e outros estudos*, de 1933) para a compreensão do fenômeno urbano ao longo da colonização portuguesa. Ou seja, de uma história profunda, subterrânea, da qual "os acontecimentos não são senão um reflexo exterior" (p. 1 do prefácio na 1. edição).

Ao estudar o sentido da colonização, indica a "nenhuma importância da pequenas vilas e cidades de então" (p. 28). Focalizando o papel das Câmaras, nota que a administração municipal não se organiza em uma base urbana, diversamente do que se observa na Europa, "com as cidades libertas do jugo feudal":

"Como as vilas, onde se constitui, nasce apenas do influxo rural. Dominam portanto nela os proprietários rurais. Nas eleições para os cargos de administração municipal vota apenas os homens bons, a nobreza, como se chamavam os proprietários. Tal privilégio é por eles ciosamente defendidos, com exclusão de toda a população propriamente urbana: mercadores, mecianicos, outros artífices, os industriais de então. O poder das Câmaras é pois o dos proprietários." (p. 28)

Desse modo, o poder político, de fato, concentra-se "nos proprietários rurais, que o exercem através das administrações municipais" (p. 29).

Examinando as relações de produção, o regime de propriedade, as características do sistema político e da vida social, Caio inova ao analisar os acontecimentos dentro dos conjuntos significativos próprios. O "sistema colonial" foi noção que adquiriu o estatuto de conceito analítico com ele. Contra o mecanicismo das interpretações de marxistas de seu tempo, elaborou uma visão muito sofisticada da administração colonial, sobretudo em seu clássico *Formação do Brasil contemporâneo* (1943), em capítulo com esse título. Os movimentos e a estrutura do povoamento desse

indefinido território e a criação de um sistema de comunicações são por ele admiravelmente estudados. Sem incorrer no equívoco de aplicar conceitos adequados para a história européia. Caio detecta e esmiúca especificidades deste tipo de formação econômico-social. Estrutura, funcionamento e evolução são conceitos com os quais opera, para definir o sentido geral de "nossa formação", considerada a constituição de núcleos que polarizam ao longo do período as diversas economias: do açúcar e algodão, do cacau e pecuária à mineração, ao índigo e ao charque. Mas será do exame das "contradições profundas do sistema colonial" que o historiador retirará a explicação que conduz à emancipação dessa sub-região (ver p. 372 e 375 da edição: SP, Brasiliense/ Publifolha, 2000).

Inaugurais são também suas análises contidas em "A cidade de São Paulo. Geografia e história. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo", e "Contribuição para a geografia urbana da Cidade de São Paulo", incluídas no livro *Evolução política e outros estudos*, de 1933, já citado.

Esses trabalhos de Caio Prado constituiriam um divisor de águas nos estudos urbanos, com forte angulação geoistórica. Uma análise detida de obras de autores como Manuel Correia de Andrade, Paul Singer, Florestan Fernandes ou Nestor Goulart Reis, ou de intervenções e escritos de Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha, permitem verificar as dívidas intelectuais e políticas para com o historiador paulistano.

2. Preeminência do urbano sobre o rural (1940/1954)

Até o fim da década de 40, o Brasil permanecia um país agroexportador, o café constituindo sua economia mais rendosa. Mas já nos anos 40, o processo de industrialização acelerada, crescimento da concentração urbana e de êxodo rural, trouxe para a linha de frente investigadores preocupados com os cenários da história do Brasil e da América do Sul. Rio de Janeiro, Buenos Aires, São Paulo, Cidade do México, Montevidéu, Santiago do Chile, Lima, Bogotá, Caracas e Havana se tornaram objetos de indagação. Duas capitais se rivalizavam nesse panorama: Rio e Buenos Aires; e, no fim dos anos 60, São Paulo e Cidade do México, já despontando como duas das maiores metrópoles do planeta. São Paulo, já considerada a

"Manchester do Hemisfério Sul", a "Chicago brasileira".

Nessa época, dois temas avultam nos horizontes da pesquisa. Primeiro, o da resistência às mudanças. Descobre-se o mundo rural. seus impedimentos, seu arcaísmo. Muitos estudos irão mostrar quão rústico era esse universo (apesar do hino ao sertanejo, "antes de tudo um forte", entoado por Euclides, respondido em 1956 por Guimarães Rosa, em Grande sertão: Veredas): universo que estava mais para Graciliano Ramos do que para Alcântara Machado. Marcado pelo "feudalismo" dos coronéis latifundiários, o sistema – abalado embora pelas revoluções de 30/32 - resiste na economia, na política e nas mentalidades a inovações que se impuseram após a Segunda Guerra, quando frações de elites brasileiras se descobrem "atrasadas" em relação ao mundo urbano-industrial. Em coro, todos fazem essa reclamação: Gilberto, Sérgio Milliet, Lucio Costa, Josué de Castro, Nestor Duarte...

A Universidade de São Paulo, criada em 1934, trouxe muitos pesquisadores e professores do mundo todo. Mais celebrados são os franceses, com Lévy-Strauss, Fernand Braudel, Pierre Deffontaine e Pierre Monbeig à frente. Para o tema que nos interessa, Monbeig foi o mais importante como professor, tendo influenciado estudantes da nova geração, como Aziz Ab'Saber, Pasquale Petrone, José de Araújo Filho e, em Pernambuco, Manuel Correia de Andrade, adestrando-os em pesquisa de campo. Suas obras *Pioneiros e plantadores*, de 1952, e *La croissance de la Ville de São Paulo* (Grenoble, Institut et Revue de Géographie Alpine, 1953) condensam anos de trabalho entre nós.

Mas o tema das cidades já comparecera na obra de Fernando de Azevedo, um dos criadores da USP e signatário do *Manifesto dos pioneiros da educação nova* (1932). Em 1943, publicava ele seu volumoso *A cultura brasileira*, sob os auspícios do IBGE, com várias reedições e ampliações, e uma explícita adesão às teses centrais de Freyre. Saindo da visão agrarizante, no capítulo "As formações urbanas" Azevedo sistematiza o assunto, entendendo as **cidades** como "focos de progresso e de civilização"...

Também a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) se empenhara no sentido da modernização e ativação dos estudos no campo das ciências humanas. A pesquisa histórica já vinha se beneficiando com pesquisas, como as de Sérgio Milliet (*Roteiro do café*, 1938, um

mapeamento do percurso dessa economia no Vale do Paraíba, do Rio a São Paulo), e de Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil* (1938). Nessa escola, marcada pela presença de Herbert Baldus, Curt Nimuendaju e Charles Wagley (este, um norte-americano de esquerda), formaram-se Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e, do mesmo grupo geração, o antropólogo Eduardo Galvão, o autor de *Encontro de sociedades. Índios e brancos no Brasil* (estudos dos anos 50-60).

Construía-se um passado novo; nas fronteiras, integravam-se os grupos ameríndios, muitos deles completamente desconhecidos, inclusive em suas formas de habitar e organizar o espaço das "comunidades" (termo emprestado da antropologia e da etnografia). E, mais concretamente, estudavam-se comunidades urbanas. O viver em cidades, de pequeno ou grande porte.

Nesse quadro surgem as pesquisas de Donald Pierson, *Cruz das Almas*, ou de Antônio Cândido, *Parceiros do rio Bonito*. São muitas, destacandose ainda as de Lucila Hermann, sobre Guaratinguetá, e de Oracy Nogueira sobre Piracicaba. Um número ponderável de pesquisadores se dirigem dos Estados Unidos ao Brasil, dentre eles Donald Pierson.

Pierson em Cruz das Almas

Como professor de sociologia e antropologia social da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (na qual estudaram Florestan e Darcy Ribeiro), Pierson testou uma série de técnicas para o estudo de casos, introduzindo os *surveys*, entrevistas, cruzamento de teorias de outras disciplinas. Dirigiu, de 1945 a 1952, equipe de pesquisadores dedicados à questão urbana no Brasil, da qual participaram pesquisadores como Antônio Cândido e muitos outros. E escreveu um sólido livro sobre **Cruz das Almas**, vilarejo no interior paulista, modelar na aplicação das modernas técnicas de investigação. Seu plano ambicioso incluía outras cidades (cit. nas páginas xiv e xv).

Stein em Vassouras (RJ), "cidade morta"

O professor Stanley J. Stein, de Princeton (que frequentou São Paulo nos anos 40, na qual conheceu sua mulher Barbara, também norteamericana), tornou-se uma referência nos estudos das "cidades mortas", por onde passou a riqueza do café. Escreveu a monografia sobre

Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900, publicado em 1957, e editado no Brasil por Caio Prado Júnior em 1962, no estilo "grandeza e decadência". Os originais dessa obra foram discutidos por cientistas sociais, como o conhecido antropólogo Melville Herskowits. Uma obra inovadora e referencial até hoje.

Morse em São Paulo: a "cidade do futuro"

Nesse contexto, para o caso de São Paulo, Richard M. Morse escreveu a monografia From community to metropolis. Biografia de São Paulo, resultado de uma pesquisa efetuada em 1947-48, por encomenda do Departamento de Estado norte-americano, foi publicada em 1954 pela Comissão do IV Centenário da Cidade. Interlocutor de Luís Saia, Sérgio Buarque, Cruz Costa, Caio Prado, Antônio Cândido e Florestan, Morse dedicou seu livro à cidade e à memória de Mário de Andrade. Uma nova edição revista e ampliada aparece em 1970, com apresentação de Maria Sylvia de Carvalho Franco (ela própria estudiosa de Guaratinguetá no século 19), sob o título Formação histórica de São Paulo.

Conclusão parcial

O que representavam esses estudos sobre cidades? De modo direto ou indireto, essas pesquisas originais, rompendo com a retórica e o modo amadorístico de fazer-se ciência e produzir conhecimento, incidiam na questão das resistências à mudança. O país ensaiava a passagem do modelo agroexportador para o de substituição das importações, e a sociedade urbano-industrial se ativava, demandando a modernização das outras esferas da vida socioeconômica e política. As pesquisas e estudos revelam uma séria preocupação com métodos e técnicas na coleta de dados e na interpretação não apenas dos "fatos", mas dos processos. É nesse contexto que - para darmos o exemplo de uma obra que se tornou clássica - o mineiro Vítor Nunes Leal esmiúça o sistema político eleitoral vigente, em Coronelismo, enxada e voto (1948), mostrando a persistência de normas, hábitos e mecanismos políticos de raiz colonial e imperial no processo eleitoral.

O foco priorizado nessas pesquisas é o das cidades. Nos anos subseqüentes à Segunda Guerra Mundial, na etapa histórica que se anunciava, quais seriam seus problemas, comportamentos, novas demandas? Tais questões surgiram também em outras regiões da América

Latina: a metropolização de Buenos Aires, Cidade do México e algumas outras trouxe consigo o problema dos transportes, de infra-estrutura, da violência, da habitação (para o qual os governos populistas agiram quase sempre dentro de suas vocações, com soluções de arremedo).

A **cidade** passa decididamente a representar o pólo progressista, de atualização da sociedade. O mundo agrário continua abrigando os setores mais conservadores e retrógrados, ainda preso nas estruturas geradas ao longo da colônia e do Império. No Brasil, ainda que "depurados" após a Constituição de 1946, de modo geral os partidos políticos traduzem essa dicotomia: o PSD mais conservador, o PTB mais progressista e a UDN funcionando como dissidência modernizadora de uma elite já urbanizada.

A dicotomia cidade-campo está criada, os "dois Brasis" nascendo daí. O mundo agrário versus urbano, a cidade versus campo, o Sul versus Norte/Nordeste, a indústria versus agricultura, o moderno versus arcaico. Os Dois Brasis, obra de Jacques Lambert, consagraria, em linguagem atualizada, essa divisão (a primeira versão apareceu em francês, Le Brésil. Structure sociale et institutions politiques. Paris, Colin, 1953; no primeiro capítulo, retoma brevemente a comparação entre a América espanhola e a América portuguesa).

Essa visão foi amenizada por um outro livro de grande divulgação, *Brasil, terra de contrastes* (1957 em francês e 1959 em português), de Roger Bastide, o qual, tendo vivido na recémcriada Faculdade de Filosofia da USP de 1937 a 1954, pode ser considerado o criador da escola sociológica de São Paulo. Além de examinar sucintamente a formação histórica do Brasil, desce ao estudo de cada região para terminar se detendo nas duas capitais principais: Rio de Janeiro e São Paulo. E conclui com análise da inserção do "Brasil dentro do mundo", vislumbrando seu possível papel como ponte entre três continentes: o europeu, o africano e o americano.

3. Consciência de subdesenvolvimento e sua superação. Em busca da maioridade (1954-1974)

Na passagem dos 50 para os 60, enquanto na Península Ibérica, imersa nos regimes fascistas paralisantes, o quadro é de estagnação geral, em contrapartida assiste-se, nos países da América Latina, a uma série de acontecimentos que aceleram o processo histórico. No auge da Guerra Fria, os confrontos entre Estados Unidos e União Soviética agudizam a discussão sobre os padrões civilizatórios desejáveis ou negados. Com a Revolução Cubana (1959) e a Revolução Argelina, na África (1962), dá-se o toque de alerta para as transformações que os países de passado colonial, ou ainda colonizados, aguardavam. Nos movimentos de descolonização, hipóteses de construção da cidade nova para o "homem novo" são desenhadas.

A construção de Brasília indica que a utopia pode ser alcançada, Niemeyer e Lucio Costa assumindo posição de destaque nessa discussão internacional e nacional. No Brasil, o clima é de mobilização para as Reformas de Base (do regime de propriedade, da educação, da saúde, da habitação), com o país vivendo movimentos no campo, como as Ligas Camponesas, e na educação (as campanhas em prol da escola pública e da alfabetização se intensificam; a ação de Paulo Freire está em seus primórdios). As poucas escolas, (mais) de arquitetura (que de) urbanismo, mobilizam seus quadros, enquanto geógrafos, historiadores e sociólogos redirecionam seus temas e métodos de investigação.

Na América Latina, de modo geral, transita-se da **consciência amena de atraso**, nos anos 30-40, para a **consciência de subdesenvolvimento** nos anos 50-60. E, desta, bloqueadas a reforma e a revolução, para a de **dependência**, sobretudo após 64.

Apesar da ditadura implantada em 1964 – ou talvez até por sua causa – e da imersão de boa parte do subcontinente em regimes autoritários, a **questão urbana** se torna primordial. Sem preocupação de arrolamento, alguns trabalhos e pesquisas ajudam a sinalizar os rumos tomados pela historiografia, e pelas ciências humanas em geral, naquela fase crítica de reorganização mundial e também das nações latino-americanas e do Caribe.

Os estudos urbanos adquirem maioridade nessas partes do Novo Mundo, e aqui os historiadores da cultura têm um papel importante. Nas reuniões da Cepal ou da Unesco, nos congressos de cientistas sociais ou economistas, a problemática da urbanização e do urbanismo estão em pauta. A ação e a presença e os trabalhos concretos de arquitetos e urbanistas, no cenário nacional e em congressos internacionais, também ajudam a localizar temas e problemas anteriormente tratados por

profissionais de outros ramos do conhecimento, ou técnicos do Estado ou administradores de empresas. Também a história regional produz alguma coisa, como se vê em Jean Roche, *Porto Alegre, metrópole do Brasil regional, Boletim Paulista de Geografia* (n. 19, 1955), Laudelino Medeiros, *O processo de urbanização no Rio Grande do Sul* (P. Alegre, UFRS, 1959).

Muitos desses trabalhos são de altíssimo nível, procurando a compreensão do fenômeno urbano, tanto no **contexto histórico** como em suas múltiplas dimensões. Destacam-se Pedro Pinchas Geiger com seus estudos sobre rede urbana e urbanização e, dentre eles, *Evolução da rede urbana brasileira* (RJ, CBPE, 1963, e, com Fany Davidovich, Aspectos do fato urbano no Brasil (*Revista Brasileira de Geografia*, 13-2,1961).

É o caso da obra coletiva, coordenada por Bertram Hutchinson, com a colaboração de Carolina Martuscelli Bori, Juarez Lopes e Carlos Castaldi, *Mobilidade e trabalho. Um estudo na cidade de São Paulo* (RJ, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960). E apenas de Hutchinson, "The migrant population of urban Brazil", em *América Latina* (6-2, 1963).

Em 1960, é de Florestan Fernandes o livro que inaugura a prestigiosa coleção Corpo e Alma do Brasil, *Mudanças sociais no Brasil* (SP, Difusão Européia do Livro, 1960), em especial o estudo "Aspectos da evolução social de São Paulo". E de Manuel Diégues Júnior, *Imigração, urbanização, industrialização* (RJ, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964) e *Regiões culturais do Brasil* (RJ, CBPE, 1960).

Dessa constelação, o já citado Paul Singer será quem melhor se dedicará à temática da urbanização, tendo escrito obra fundamental: Desenvolvimento econômico e evolução urbana (SP, CEN/Edusp, 1968), e teorizado em Economia política da urbanização (SP, Brasiliense, Edições CEBRAP, 1973. É dele, com Fernando Henrique Cardoso, A cidade e o campo (SP, Cadernos CEBRAP, n. 7, 1972).

Nota-se que em 1960 começam a ser descobertas e melhor estudadas as "periferias" urbanas. José Arthur Rios coordena um trabalho sobre "Aspectos humanos da favela carioca", publicado em dois suplementos especiais de *O Estado de S. Paulo* (13 e 15 de abril de 1960). Tais estudos irão se multiplicar com o crescimento dos "pobres", "marginais", "marginalizados", "excluídos", "sem-teto", segundo os nomes que a cidade dos não-

excluídos vai dando a essas pessoas que não se integram em sua urbe. Significativo será, nos anos 80, o trabalho de Boaventura de Sousa Santos, que viveu em uma favela carioca e "descobriu" outros conceitos de lei, de moral e de cidade. (Ver, por exemplo, seu livro editado pela Cambridge University Press).

Atualizando os estudos sobre o campo/cidade, o geógrafo-historiador Manuel Correia de Andrade publica *A Terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1963. (Prefácio de Caio Prado Júnior; ver espec. seu brilhante e esclarecedor capítulo I, Conceito de Nordeste). Mais tarde, em 1979, o geógrafo-historiador publicará uma monografia exemplar sobre *Recife: Problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida* (Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1979).

Obra coletiva importante sobre São Paulo é *São Paulo. Espírito, povo, instituições* (SP, Livraria Pioneira Editora, 1968), com estudos que incluem Gilberto Freyre ("São Paulo e a unidade brasileira") ao de Florestan, sobre "O negro em São Paulo". (Deste, o clássico *Integração do negro na sociedade de classes*, 2 vol., tese de cátedra na USP, publicada em 1965 pela Dominus/Edusp, é, na verdade, uma história da formação da sociedade de classes em São Paulo, abrangendo o período 1850-1950). Ressaltem-se ainda os capítulos de Aziz Ab'Saber sobre a geografia (do chão ao clima e às águas), e o estudo de Pasquale Petrone, "A vida urbana paulista".

São dessa época também as pesquisas que resultariam no livro modelar de Warren Dean, *A luta pela industrialização de São Paulo*, 1880-1945 (SP, Difusão Européia do Livro, 1971).

Nos estudos históricos, abre-se um espaço para a cidade, ou melhor, para a história urbana propriamente dita. Sérgio Buarque de Holanda (Org.), História geral da civilização brasileira, SP, DEL, 1960-1972 (7 vols.). E também Emília Viotti da Costa, "Urbanização no Brasil no século XIX". comunicação apresentada à Conferência "Comparative Issues and Problems of Urbanization in Latin America", promovida pelo Center for Latin American Studies, University of Wisconsin, Millwakee, 1970, publicada em português em seu Da Monarquia à República (SP, Editora Unesp, 1999). E no campo da geografia, mais aberta desde sempre para essa problemática, cite-se Aroldo de Azevedo (Org.) -A cidade de São Paulo (SP, Cia. Editora Nacional,

1958, 4 vol.) e *Brasil* (SP, CEN, 1964 e 1970, 2 vol.).

Dos anos 60 é o denso verbete "Cidade", de autoria do notável geógrafo português Orlando Ribeiro (no Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, Porto, Ed. Figueirinhas, vol. II, p. 66). Dele também o Geografia e civilização. Temas portugueses. Lisboa, 1961. O próprio dicionário citado, que atesta maioridade historiográfica em Portugal, é a referência principal, riquíssimo para uma sistematização bibliográfica e para o estudo da cidade no mundo luso-afro-asiático-americano-português. escritos por autores do nível de Orlando Ribeiro, Costa Lobo, Vitorino Magalhães Godinho, Charles Boxer, Jaime Cortesão e muitos outros desse nível. (Ao final de cada verbete há uma bibliografia básica, e indicações de verbetes correlatos.)

No exterior, Philip Hauser publica L'Urbanisation en Amérique Latine (Paris, Unesco, 1962). Também o combativo Irving L. Horowitz, Urban politics in Latin America (Louisiana, Washington University, 1965) e Kalman Silvert, em The conflict society: Reaction and revolution in Latin America (N. Orleans, The Hauser Press, 1961) preocupam-se com as turbulências dessa transição de um quadro de subdesenvolvimento para o de desenvolvimento com participação, quando menos da cidadania democrático-liberal. Transição, como se viu, que não desembocou em um modelo democráticoburguês de participação, nem para uma ordem socialista ou liberal-reformista, e muito menos social-democrática, mas para um modelo autocrático-burguês de sociedade, como concluiu Florestan Fernandes em seu seminal A revolução burguesa no Brasil (RJ, Zahar, 1975).

Morse rides again

Mas foi Richard Morse quem melhor levantou pistas para estudos comparados na América Latina. Dentre seus estudos e artigos, destaca-se:

La investigación urbana en Latinoamérica: Tendencias y planteos. Buenos Aires: Edc. SIAP, 1973.

Introducción a la historia urbana de Hispanoamerica. Madri: CSIC, 1975, p. 9-53. Escreveu e organizou também obras em colaboração:

Ensayos histórico-sociales sobre urbanization en America Latina. Buenos Aires: SIAP, 1978 (com J. E. Hardoy e L. P. Schaedel). Nuevas perspectivas en los estudios sobre historia urbana de Latinoamerica. Buenos Aires: Grupo Editor de America Latina, 1989 (com J. E. Hardoy).

E ainda:

"The Heritage of Latin America", em Louis Hart (Org.), *The Founding of New Societies*. Studies in the History of the United States, Latin America, South Africa and Australia. Nova York, Harcourt, Brace & World, Inc., 1964 (p. 123-177);

"Recent Research on Latin American Urbanization: Selective Survey with Commentary", separata da *Latin American Research Review* (I-1, 1965, p. 35-74) e "A Prolegomenon to Latin American Urban History", (LII-3, agosto de 1972, p. 359-394).

Como partes e desenvolvimentos de seus livros, Morse escreveu artigos também para *Inter-American Economic Affairs, Hispanic American Historical Review* e outras publicações prestigiosas.

Hardoy e os estudos urbanos

Morse encontrou uma parceria ideal na pessoa do argentino Jorge Hardoy. Com efeito, na América Latina avultam os estudos de J. E. Hardoy, que merece capítulo à parte. Mantinha ele uma rede de contatos em toda a América Latina. Em São Paulo, o arquiteto e historiador da urbanização Nestor Goulart Reis, a quem chamava de "le sage Nestor" Hardoy produziu muito, a partir de seu pequeno e produtivo centro de estudos urbanos, que mantinha em Buenos Aires, o famoso CEURB (Centro de Estudios Urbanos). Dentre seus escritos e estudos, citem-se: HARDOY, J. E. 2000 años de urbanización en América Latina, em El proceso de urbanización en A. Latina. Buenos Aires: Ed. T. di Tella, 1968. HARDOY, J. E. Las ciudades de América Latina. Seis ensayos sobre la urbanización contemporánea. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1973. HARDOY, J. E. La forma de las ciudades coloniales en Hispanoamérica. Rev. Internacional de Arquitectura, n. 5, año II, Florencia, 1975. HARDOY, J. E.; MORSE R.; Schaedel R. Ensayo histórico-sociales sobre la urbanización en América Latina. Buenos Aires: Ed. Siap, 1978. HARDOY, J. E. Repensando la ciudad de América Latina. Buenos Aires: Grupo Editor de América Latina, 1983. HARDOY, J. E. Notas sobre el abandono de los

HARDOY, J. E. Notas sobre el abandono de los centros históricos de America Latina. *História y futuro de la ciudad iberoamericana*. Madri, 1986.

HARDOY, J. E. Urbanismo colonial en A. Latina en el siglo XVI, *De Teotihuacán a Brasilia.* Madri: I. E. A. L. 1987.

HARDOY, J. E. Las ciudades de América Latina a partir de 1990, *La Ciudad Hispanoamericana*. Madri: CEHOPU, 1989.

HARDOY, J. E.; MORSE, R. *Nuevas perspectivas en los estudios sobre historia urbana de Latinoamérica*. Buenos Aires: Grupo Editor de América Latina, 1989.

HARDOY, J. E. El futuro de la ciudad de América Latina. Ponencia al *V Congreso Iberoamericano de Urbanismo*, Valencia, 1992.

Obra de referência obrigatória é sua Cartografia urbana colonial de America Latina y el Caribe (Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1991, 510 p.). Obra similar, aliás de um seu interlocutor, é o impactante livro de Nestor Goulart Reis, Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial, com a colaboração de Paulo Bruna e Beatriz Sigueira Bueno (SP, Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2000). Os dois volumes, se bem analisados, constituem um marco decisivo na evolução dos estudos sobre a urbanização, permitindo agora (e finalmente) uma análise comparada com o processo de urbanização da América hispânica. Registra-se, agui, a proposta para um seminário internacional em que se avalie o significado dessa obra maior nos estudos da cidade ibero-americana.

Mas quem foi Jorge E. Hardoy? Formado em arquitetura em 1950 na Universidade de Buenos Aires, obteve os títulos de mestrado e doutorado em planejamento regional e urbano na Universidade de Harvard. Foi fellow da Fundação Guggenheim em 1961 e 1968 e senior fellow do International Research Center do Canadá em 1976. Entre 1984 e 1988 foi membro da Junta Diretora do Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo. Foi também presidente da Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP) entre 1966 e 1970. Lecionou Planejamento Regional na Universidade de Rosário, na Argentina, entre 1956 e 1965, e na Universidade de Yale em 1970 e 1971. Entre seus livros mais recentes figuram Shelter: need and response, Chichester, John Wiley and Sons, 1981; Small and intermediate centre. Their role in national and regional development in the Third World, Londres, Hoder ad Stoughton, Londres, 1986; Squatter citizens. Life in the Urban Third World, Londres, Earthscan Publications, 1990, em colaboração com David Satterthwaite. Entre 1980

e 1984 escreveu uma série de livros, em colaboração com Mario dos Santos para o Projeto de Desenvolvimento Cultural da Unesco y o PNUD com os títulos de *Impacto da urbanização nos centros históricos da América Latina, O centro histórico de Cuzco e O centro histórico de Quito.*

4. O modelo autocrático-burguês (1974-2002). Das ditaduras ao modelo neoliberal

No último quartel do século 20, o mundo ibero-americano assiste à articulação de um poderoso modelo de organização econômicosocial, no qual as cidades perdem suas funções históricas tradicionais, passando a ter funções mais especializadas enquanto de *locus* da exploração intensiva da mais-valia. A distinguir o que se passou na Espanha e Portugal, dos regimes fascistas para democracias liberal-democráticas com forte preocupação planejadora de revitalização urbana, do que vem ocorrendo nas cidades da América Latina, em que a pauperização separa os "excluídos" da sociedade civil, que se rearticula após a saída das ditaduras e da massificação brutalizante do neoliberalismo.

Nesse modelo, massificação, metropolização e pauperização reforçaram os laços de dependência do capitalismo mundial. A nova divisão internacional do trabalho, a reorganização dos blocos supranacionais, o enfraquecimento dos Estados nacionais, obrigando à flexibilização e terceirização de serviços, amesquinharam o trabalho e a própria idéia de cidadania e de cidade.

O espaço do cidadão e da cidade passam a ter valor enquanto mão-de-obra em contextos histórico-culturais dessocializados. A "neutralidade" dessas operações conduzem ao esvaziamento de conceitos que possuíam não valor de uso ou de troca, mas conferiam significado à ação coletiva, no sentido de controlarem as relações de produção em benefício do mundo do trabalho. Isso está sendo liquidado, e com isso a própria idéia de cidade.

Os estudos e reflexões de Milton Santos adquirem significado no diagnóstico da crise urbana dessa etapa histórica, a ser estudada em detalhe em pesquisas que vão definindo o significado desse novo período. Dentre seus livros: *Fim de século e globalização* (M. Santos et al, SP, Hucitec, 1993), *Urbanização brasileira* (SP, Hucitec, 1993) e *Espaço e método* (SP, Nobel, 1992), além da coletânea de estudos sob

sua coordenação e de Maria Adélia de Souza, *A construção do espaço* (SP, Nobel, 1986).

5. Metropolização, massificação e dependência

A título de indicação, os estudos dessa nova etapa sugerem grande atenção aos sentidos da verticalização. Vem ocorrendo a perda, mas também a reconquista de sentido da vida socializada, como apontam os estudos de Maria Adélia de Souza, *Identidade da metrópole. A verticalização de São Paulo* (SP, USP, 1989) e, mais recente, de Nadia Somekh, *A cidade vertical e o urbanismo modernizador* (SP, Edusp/ Nobel/Fapesp, 1997).

Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República do Brasil, em 2002, criou-se o Ministério das Cidades, para enfrentamento dessa problemática aguda, sobretudo nos grandes centros.

Para a compreensão dessa nova etapa, há de considerar-se a existência de tempos históricos superpostos, combinados e/ou antagônicos. Estudos comparativos passam agora a adquirir pleno significado e importância, para que deles derivem a adoção de novos paradigmas na execução de políticas públicas com objetivos efetivamente sociais e democráticos, pelos governos eleitos após a vaga neoliberal que assolou o mundo ibero-americano, os quais instalaram como critério a massificação exacerbada e a cultura do marketing no cerne do sistema de valores dessa ordem capitalista periférica.

Nesses estudos comparativos, uma visão de conjunto, como a de Ramón Gutierrez, Arquitetura y urbanismo en iberoamerica (Madri, Ediciones Cátedra, 1997), também se torna referencial, solicitando reuniões transdisciplinares e seminários internacionais (como as obras de Romero, Morse, Hardoy e Segre) para a crítica que deve acompanhar um futuro mapeamento mais detalhado e sistemático. A extensão e complexidade do **mundo ibero-americano** (a ser, repita-se, mapeado, definido e conceituado com maior precisão) sugere que tal trabalho coletivo demandará ainda algum tempo.

Para analisar e discutir alguns desdobramentos dessa historiografia tão abrangente é que, a partir deste ano de 2005, vem se articulando no Instituto de Estudos Avançados da USP o grupo de estudos sobre a cidade contemporânea no mundo iberoamericano: História, urbanização, metropolização (cgsmota@terra.com.br).

Para concluir

Estudos mais recentes, com forte conteúdo histórico e mesmo historiográfico, continuam a levantar novas perspectivas e hipóteses, ampliando notavelmente o campo, demandando maior atenção e mais pesquisas por parte dos investigadores, para que se possa estruturar melhor uma periodização da historiografia da urbanização, em que estejam indicados os momentos decisivos de construção desse campo do saber. O que importa notar, por ora, é que tais estudos põem em relevo a vitalidade e complexidade do atual momento de **redefinição** de paradigmas.

Nessa medida, uma **periodização** dessa natureza e porte, que dê conta das **especificidades do mundo ibero-americano** (resguardadas suas **diferenças e similitudes** internas, que variaram bastante do século 16 aos nossos dias, nos dois lados do Atlântico), demanda a fixação de critérios de base, prévios, por parte dos pesquisadores dos vários quadrantes, escolas e centros de investigação envolvidos. Dessa forma, o presente trabalho representa apenas um balão-de-ensaio, início, para nós, de uma longa jornada.

Nada obstante, nesse amplo universo, além das obras referenciais já mencionadas, vêm sendo publicados, atualmente, alguns estudos marcados pela reflexão historiográfica. Citemos como exemplo o de Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O urbanismo português. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil* (Lisboa, Livros Horizonte, 1999. Prefácio de Benedito Lima de Toledo). Em suas palavras:

"Após a formação da nacionalidade se verificaram quatro fases de urbanização fundamentais em Portugal, que são também momentos importantes da estruturacão da rede urbana portuguesa: o século XIII e princípio do XIV, correspondendo à plena ocupação do território nacional e à construção de cidades medievais planeadas segundo modelos regulares; os séculos XV e XVI, que correspondem às primeiras experiências de urbanização fora do território continental e ao desenvolvimento dos primeiros traçados urbanos de influência renascentista; o século XVII, correspondendo ao

período filipino e à Restauração, que se expressa na crescente aplicação de traçados regulares, fundamentalmente no Brasil, e em Portugal, após a Restauração, na reestruturação das malhas urbanas de cidades fortificadas, de acordo com regras de eficácia militar. O século XVIII é a plena expressão dos princípios iluministas nos traçados geométricos pombalinos, quer em Portugal quer no Brasil. Estas vão ser as nossas referencias fundamentais." (p. 24)

Outro estudo referencial é o de Paulo F. Santos, *Formação de cidades no período colonial* (RJ, Editora UFRJ, 2001), apresentado, inicialmente, ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em Coimbra, em 1968. Trata-se de obra madura, que responde à problemática tratada por Sérgio Buarque de Holanda em 1936.

Dividida em duas partes ("Raízes Históricas" e "Classificação das Cidades do Brasil"), na primeira estuda a passagem da cidade informal à cidade regular, examinando as matrizes muçulmana e cristã até a configuração urbana do Renascimento. Analisa, em seguida, as cidades de colonização hispânica (comparando Europa e América, e examinando as "Leyes de Indias") e as cidades de colonização portuguesa (principalmente as do Brasil). Nesse capítulo, estuda a política portuguesa, no tocante à criação de cidades a partir de exemplos típicos, e a evolução dos traçados de cidades e vilas, detendo-se na regularidade dos traçados e nas praças.

Na segunda parte, formula uma classificação das cidades, entendidas como cidades de afirmação de posse e defesa da costa: partindo das feitorias, das duas primeiras vilas (S. Vicente e Piratininga) e de uma casa-forte do Rio de Janeiro, até a conceituação das vilas (S. Vicente, Olinda, Vitória e outras) no período das capitanias hereditárias, concluindo com a instalação do Governo Geral, quando há um esforço sistemático de defesa da costa, que acabaria por protegê-la toda, do extremo norte ao extremo sul. Para além das fontes tradicionais, ressalte-se a nova leitura inteligente que faz das obras dos clássicos Charles R. Boxer, Richard Morse e Robert Smith.

Na apresentação a essa obra, o professor Murilo Marx, da USP, nota a importância da trajetória desse estudioso que vem da antiga Universidade do Brasil, associando sua pesquisa à atividade preservacionista: inicialmente, preocupou-se com a arquitetura religiosa em Ouro Preto (seu doutorado), depois com a história carioca (*Quatro séculos de arquitetura*) e agora com a formação das cidades no Brasil colonial. Observa Murilo Marx que, como arquiteto, Paulo F. Santos faz sensível e articulada análise da questão central desse texto, que é o traçado urbano. Como tal, seu estudo é pioneiro e veio – uma geração depois – responder à provocação de Sérgio Buarque de Holanda (p. 11).

Mas a análise de Murilo Marx vai além, ao registrar as inflexões e nuances nos estudos sobre o espaco urbano. Para os séculos 16. 17 e 18 há farta escrita em várias línguas, porém poucos registros iconográficos. Cita, em particular, Francois Amédée Frézier, que compara os principais portos do Brasil com os da América hispânica, e. além disso, traz excelentes imagens. Não se esquece de mencionar Saint-Hilaire, Spix e Martius, Debret, Rugendas ou Frond, os quais trazem informações - "com certo espírito corográfico", diz Marx - sobre as maiores ocupações do Reino Unido e do Primeiro Reinado. Nota Murilo Marx que somente no Oitocentos é que "a observação centrada nos próprios núcleos urbanos e o ensaio de análise se insinuam". E cita o engenheiro francês Vauthier, o qual vem renovar, no Recife, as concepções sobre o público e o privado, fazendo balanço das formas de morar e de construir. Sobre ele, recorde-se que Gilberto Freyre escrevera o excelente Um engenheiro francês no Brasil.

Tardiamente, na passagem para o século 20, é que surgem brasileiros como técnicos ou estudiosos preocupados em examinar as formações urbanas tradicionais como produtos históricos, com vista a transformá-las. É o caso de Teodoro Sampaio e de Saturnino de Brito. Agora há trabalho de campo e de gabinete, diz Murilo Marx, conhecimento de canteiro e exercício na prancheta "que iniciam a análise das características espaciais locais e ousam as primeiras interpretações de suas bases e significados". Momento fundador, portanto, quando uma nova atitude se afirma no cenário nacional:

"Logo mais", conclui Marx, "em outro surto de modernização, espoucam as primeiras visões críticas e abrangentes de nossas peculiaridades citadinas. São visões de diversas áreas do conhecimento, incluindo a nova do 'urbanismo.'" (p. 9)

Essa nova visão do urbanismo citada por Murilo Marx é adensada por professores estrangeiros, que vieram participar de nossas instituições universitárias. Dentre eles, citem-se Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Roger Bastide, trabalhando no Brasil. Fora do Brasil, já citados, o inglês Charles R. Boxer, com notável contribuição para o estudo das Câmaras no império colonial português, e os norteamericanos Richard M. Morse, o qual escreveu o estudo inaugural sobre São Paulo em 1954, e Robert C. Smith. Mas devemos incluir também os nomes de Claude Lévy-Strauss (seu capítulo sobre São Paulo nos Tristes trópicos é antológico) e também o de Jean Maugüé, Les dents agacés (suas pouco conhecidas memórias dos anos 30, escritas nos anos 50), sem esquecermos dos artigos de Fernand Braudel sobre Salvador.

Importante para este nosso estudo preliminar é o comentário que Murilo Marx faz sobre os ibéricos e **ibero-americanos** (ele é um dos poucos autores que se referem explicitamente a essa comunidade). Foram esses, segundo pensa, os primeiros a focalizarem a cidade no Brasil a partir da história da arte e da arquitetura: mais especificamente, Miguel Solá e Mario Buschiazzo, argentinos. E completa:

"Multiplicam-se nossos vizinhos que, em estudos de suas respectivas realidades e da comum, relanceiam esta banda oriental e acusam nossas peculiaridades. Destaque-se a contribuição de Jorge E. Hardoy. Os espanhóis Angulo Iñiguez e, mais tarde, Torres Balbas e Chueca Goitia enriquecem esta atenção com o espaço físico da cidade dos dois lados do Atlântico. São referenciais o levantamento iconográfico exaustivo para o ultramar português de Luís Silveira e a análise inaugural de Mário T. Chicó sobre suas contradições." (p. 10)

Do lado brasileiro, como vimos, o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), que pôs o tema da urbanização na colonização portuguesa em pauta, em um esforço de comparação com a colonização espanhola. "Provocação que até hoje fertiliza a busca do entendimento de nossas características espaciais urbanas". Nessa linha de discussão se situa a obra de Eugenio García Zarza, *La ciudad en cuadrícula o hispanoamericana. Origen, evolución y situación actual* (Salamanca, Instituto de Estudios de Iberoamérica y Portugal, Universidad de Salamanca, 1996).

Sinalizando o nascimento de uma historiografia, e quem observa é ainda Murilo Marx, outros trabalhos ajudaram a adensar essa nova visão do urbano:

"Depois de Cajo Prado Júnior e Rubens Borba de Morais em São Paulo, de Plínio Salgado no exílio, muitos outros estudos despontam, de cunho mais geral, regional ou específico, como os de Donato Melo Júnior e Paulo Tedim Barreto para o Norte, Liberal de Castro, Josué de Castro e José Luís Mota Menezes, Diógenes Rebouças e Milton Santos no Nordeste, Zoroastro Viana Passos e Silvio de Vasconcelos. Augusto Carlos da Silva Teles para o Sudeste e Francisco Riopardense de Macedo no Sul. Entre tantos, lembre-se Aroldo de Azevedo com o levantamento de nossas vilas e cidades coloniais. Francisco de Paula Dias de Andrade. considerando a legislação e nossa conformação citadina e Nestor Goulart Reis Filho com visão abrangente de nossos processos, redes e caracteres urbanos." (p. 10)

Para finalizar, a historiografia vem se enriquecendo, e muito. No Brasil, estudo recente, denso e inovador na historiografia da urbanização é *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo* (SP, Senac, 2002), de Cândido Malta Campos Neto.

Percorrendo um largo percurso no arco do tempo, desde a passagem do Império à República até meados da década de 40, nele se examina com rigor, densidade e sofisticação a gama de estratégias, políticas e ideologias de intervenção na construção de São Paulo naquelas décadas decisivas. E, manejando aguda crítica ideológica, projeta-nos, nas considerações finais de seu livro, a partir de cuidadas análises histórico-culturais e político-urbanísticas, para o tempo presente, obrigando-nos a pensar o que fizemos da cidade paulistana. A refletir sobre nossa machucada contemporaneidade. Em uma cidade que se supõe "de ponta", ele convida o leitor a pensar nos caminhos e opcões propostas. acenadas ou impostas por vanguardas nem sempre atuais, ciclotímicas, que operam quase sempre de modo espasmódico.

Cândido Malta Campos Neto, em uma linguagem cultivada, direta, precisa, fornece elementos para se compreender a cidade de São Paulo contemporânea, a partir de uma combinação hábil de diversos conceitos histórico-culturais. Dentre eles, os de "modernização", de urbanismo e de políticas públicas – e de suas

limitações, ambigüidades e contradições. Conceitos que, em São Paulo, foram (e por vezes continuam a ser) aplicados nas sucessivas tentativas de compaginar-se a história da cidade com a do mundo. Nessa longa história, em meio a tantos reais talentos, interesses, grupos, coteries ou "cliques" políticas, agentes econômicos e pesquisadores empenhados, sobressai, no estudo do professor Cândido Malta Campos, um grande personagem: trata-se do engenheiro Francisco Prestes Maia (1896-1965), figura pública e, digase, intelectualmente muito bem formada. E também nomes até agora menos evidentes ganham relevo na narrativa: Paula Souza, Victor Freire, Ulhôa Cintra, Anhaia Mello, Goffredo Telles. Henrique Dumont Villares e muitos outros.

O ponto forte do livro reside na análise, sistematização e discussão das diversas historicidades – ou tempos históricos, ora sobrepostos, amalgamados, ora conflitantes – da urbe paulistana. Surge daí uma nova periodização, extremamente original, que nos ajuda a pensar a cidade. Os diferentes rumos discutidos e tomados pelos construtores da cidade, as idéias e grupos os quais presidiram as intervenções que marcaram a vida urbana em seus diversos momentos, as decisões, os mecanismos de aplicação de políticas, as ideologias e idéias de cidade (o "temperamento da metrópole", diria Richard Morse), os estamentos e as classes sociais, tudo isso vai emergindo ao longo das páginas dessa tese de doutorado, defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1999. A contextualização dos projetos de intervenção e planejamento, a discreta consideração das especificidades da história regional e nacional, a inserção dos personagens na vida pública e os resultados das sucessivas intervenções revelam essa nova etapa da historiografia da urbanização e do urbanismo da historiografia.

Em verdade, essa obra pode ser considerada uma *história da cultura*, no sentido mais amplo da expressão, dadas suas preocupações com o estudo e a crítica da(s) cidade(s) contemporânea(s). Para a feitura desse livro, o historiador-urbanista procurou nos *anais da Câmara Municipal* e em revistas clássicas elementos, praticamente, inéditos para sua tese. Nessa medida é que estudos e artigos são garimpados no *Boletim do Instituto de Engenharia*, na *Revista de Engenharia*, na *Revista Polytechnica*, na *Architectura no Brasil*, na

Revista de Engenharia Mackenzie, na Urbanismo e Viação, na Revista do Arquivo Municipal, dentre tantas publicações já existentes naquela época, trazendo pela ótica adotada novas perspectivas para a temática. Com novas perguntas às fontes tradicionais, alcança os estudos mais recentes e inovadores sobre o setor de obras públicas e as origens da urbanização de São Paulo, como, por exemplo, os de José Geraldo Simões Jr., que publicou neste ano de 2005 importante estudo sobre o Anhangabaú. Nesse quadro, surpreende o leitor uma nova interpretação do papel de um personagem muito falado e pouco conhecido. Roberto Cochrane Simonsen (empresário e historiador), na construção de nossa cidade, dentre outras revisões. O autor revela estar bem situado no debate diretamente ligado à problemática da história e da historiografia de São Paulo, acompanhado em seu percurso crítico pelas discussões que o levam de Nestor Goulart Reis Filho a Cristina Leme, de Carlos Lemos a Benedito Lima de Toledo e a Nadia Somekh (a estudiosa da cidade verticalizada), dentre tantos e bons.

Do colonial e neocolonial à "pósmodernidade" periférica

Ciente da complexidade do tema, o professorurbanista procura essa modernidade plural desde o início da República, localizando no papel do Estado, na organização da administração municipal e, logo depois, na criação do poder executivo municipal, o foco da ação urbanizadora. Nessa perspectiva, não apenas a Escola Politécnica (e nela Paula Souza), mas também Antonio Prado e Victor Freire serão, respectivamente, entidade e figuras decisivas na definição do novo perfil urbano.

A São Paulo dos bulevares, o estilo neocolonial (que voltará depois...) terão sua época, até a chegada dos anos 20, com as discussões sobre urbanidade e modernismo ("Do que precisa São Paulo?"), da expansão urbana, do código de obras, do "padrão municipal", dos loteamentos e dos calçamentos. A avenida Anhangabaú – em 2005, o Anhangabaú ganhou estudo de José Geraldo Simões Júnior – e o perímetro de irradiação (de Ulhôa Cintra) constituem os assuntos da hora. Os da hora seguinte serão os de "confronto", segundo o autor: surge, então, o problema energético, o tema da canalização do Tietê e o processo de verticalização (com o prédio Martinelli polarizando coracões e mentes).

O momento seguinte se abre com a vinda de Le Corbusier ao Rio e a São Paulo, em 1929: "arquitetos e urbanistas locais entram em contacto com o maior expoente do pensamento urbanístico no âmbito do Movimento Moderno". A modernidade urbana se transformava em tema obrigatório. Propunha-se, como diz Cândido, "ao lado da essência nacional buscada no interior e no popular, a visão de um futuro construído ex novo, arrojado e ideal". A circulação de Le Corbusier por São Paulo ajuda a criar um clima nos debates sobre a cidade. Demanda-se um plano geral.

No Rio ou em Buenos Aires, ou em Havana, discute-se a nova urbe. Em São Paulo, a hora é de Prestes Maia, com suas propostas viárias, planos de desapropriação e rede de transportes. Os anos 30 serão marcados pela racionalização e organização, sob o impulso da indústria (e da ideologia industrialista). Aqui, além de Simonsen, ressaltam as figuras e as atuações do governador Armando de Salles Oliveira, um "modernizador". Em um capítulo particularmente bem pensado e redigido, Cândido Malta Campos desvenda como Anhaia Mello, nomeado prefeito, imporá a "disciplina urbanística da Escola Politécnica". (Os confrontos entre os "tenentes" autoritários e "esquerdistas" como João Alberto, e os defensores dos direitos dos proprietários, como Vicente Rao, do Partido Democrático, revelam o quanto as classes dominantes paulistas "sabiam" por onde passava a discussão sobre o público e o privado naquele momento...). É, aliás, nesse tempo que se inaugura a discussão entre ser prefeito "técnico" ou agir como prefeito "político".

A partir de então, o livro alcança, a meu ver, seu ponto mais alto: a gestão de Fabio Prado, marcada pelas idéias de Anhaia Mello, definirá o novo perfil da cidade. O Departamento de Cultura terá função ideológica decisiva, agregando valores, conceitos e técnicos de grande envergadura. E a partir do Departamento de Obras, desenha-se a nova São Paulo, com impactos social e urbanístico efetivamente modernos – no conceito da época. Está pavimentado o caminho para o capítulo final e decisivo sobre Francisco Prestes Maia.

O autoritarismo ilustrado do urbanista Prestes Maia

O prefeito ilustrado já fora objeto de obra importantíssima na historiografia de nossa cidade, de autoria do professor Benedito Lima de Toledo (Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo, SP, Empresa das Artes, 1996). Mas o professor Cândido Malta Campos Neto logra oferecer uma visão política e urbanístico-cultural deveras inovadora sobre Prestes Maia, em sua ascensão autoritária, mostrando como se resguardou o legado de Fabio Prado, e desenhando com nitidez seu lugar no urbanismo estadonovista. Lugar marcado e assegurado, aliás, por uma série de intervenções que o regime ditatorial facilitava. O perímetro de irradiação, novas leis e regulamentos induzindo a verticalização da cidade, a expansão imobiliária e o rodoviarismo, eis os focos de sua política. Mas, com o fim do Estado Novo, uma ruidosa polêmica se instaurava. Anhaia Mello condenando os métodos autoritários adotados por Prestes Maia.

Ao final desse período, evidenciam-se os limites de nossos projetos urbanos modernos, na medida em que a racionalidade manejada pelos urbanistas era atropelada pelas injunções de um processo modernizador parcial e excludente, e a exploração da terra urbana se tornava um dos poucos campos em que coincidiam os interesses das diferentes facções dominantes.

As conclusões do historiador merecem reflexão, ao mostrar como o alcance e a permanência dessas intervenções foram

"comprometidas pelas disputas entre diferentes perspectivas transformadoras, e pelas contradições inerentes a nossos projetos modernizadores, em sua tentativa de alcançar a modernidade sem romper com as estruturas dominantes". Muito atual, como se observa.

Nas páginas finais, em que trata dos dilemas que, nos dias de hoje, a globalização impõe a uma metrópole como São Paulo, o autor, advertindo-nos, convida-nos a pensar no quanto devemos estudar e refletir para compreendermos os projetos anteriores em seus respectivos contextos sociohistóricos, em que se buscaram rumos para o processo de criação de espaço coletivo. "Na medida em que nos dispusermos a retraçar esse processo, podemos abrir a possibilidade de criar outros projetos e outros rumos para a cidade."

Rumos para uma cidade – no caso, São Paulo, cidade que é uma sintese de múltiplas determinações, mas, em uma era de globalização, isso pode valer para todas – que já vêm cobrando cada vez mais insistentemente da universidade, de especialistas e de gente do ramo, de seus cidadãos letrados, a produção de estudos críticos. Porque há um longo caminho a percorrer, na construção da cidade nova e da nova cidadania no mundo ibero-americano.

5 | eventos

A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, NO CONTEXTO DA PÓS DA FAUUSP. SÍNTESE DO SEMINÁRIO REALIZADO EM 18/6/2004

Wilson Edson Jorge Nuno de Azevedo Fonseca

Este artigo é fruto do seminário da área de concentração de Planejamento Urbano e Regional, realizado em 18/6/2004, que abordou temas básicos relacionados à área e ao Programa de Pós-graduação da FAUUSP. Entre esses temas ganham destaque a questão da identidade da área de concentração, a necessidade de unidade ao conjunto de disciplinas oferecidas, com a definição de linhas de pesquisa e procedimentos de orientação; a continuidade das mudanças no programa de pós-graduação da FAUUSP diante do crescimento do programa; as novas exigências de desempenho colocadas por padrões de avaliação externa comuns a todas as áreas do conhecimento; e uma realidade no âmbito da pós-graduação diversa daquela do surgimento do programa. Para lembrarmos, o programa de mestrado foi iniciado em 1972, e o de doutorado em 1980, tendo sido o único no Brasil a oferecer o título de doutor até o ano de 1998.

A pós-graduação da FAU tem sua problemática vinculada no perfil que o curso foi assumindo ao longo de sua história. A integração entre as áreas de projeto – tanto os projetos de arquitetura como de design, programação visual e paisagismo – e a área de planejamento urbano e regional criou um perfil de curso no qual a crítica às formas de produção da arquitetura e da cidade leva a uma postura e atuação conscientes do arquiteto perante a dinâmica do Estado e do mercado. Ao mesmo tempo, o programa cresceu muito desde seu início e essa estrutura, abarcando hoje oito áreas de concentração e um número grande de orientadores (122), exige um grande esforço para sua organização, inclusive em sua adequação, em face dos critérios de avaliação institucional colocados pela Capes e outros órgãos financiadores.

A questão da avaliação pela Capes e da obtenção de financiamentos e bolsas permeou toda a discussão trazida pelo seminário, como um dos pontos críticos a serem equacionados, por exemplo, sobre a necessidade de alterar o perfil dos alunos de forma a que seja mais viável atingir os índices de excelência exigidos pela Capes, a necessidade de definir-se o que é pesquisa a partir dos critérios dos órgãos financiadores, de maneira que nossas pesquisas respondam a esses critérios. etc.

O seminário teve como ponto de partida a exposição, por parte de professores e alunos, de seus pontos de vista com relação aos temas básicos relacionados.

Em seguida, foi listada uma série de qualidades e problemas enfrentados por nosso programa de pós-graduação:

Qualidades:

- 1. Porte, quantidade de orientandos que se formam anualmente quase a totalidade dos doutores do Brasil, na área de arquitetura e urbanismo, são formados pela própria pós da FAUUSP.
 - 2. Biblioteca, acervo, instalações.
 - 3. Publicações
 - Revista da pós
 - Média de publicações por professor da pós:
 - \bullet 2002 -1.8
 - 2003 3
 - Existem outras revistas indexadas que aceitam nossos trabalhos;
 - Recomendações para o tema:
 - retomar contatos com revistas da área para publicação da produção da pós;
 - incentivar publicação de alunos;
- projeto, em determinados casos, pode ser considerado trabalho de pesquisa e publicado.

Problemas estruturais na pós-graduação:

- 1. Pesquisa: não há entendimento claro por parte dos professores e coordenadores das áreas de concentração quanto ao significado dessas áreas dentro do programa, tampouco quanto à vinculação entre elas e o desenvolvimento de pesquisas ou a formação de grupos de pesquisa institucional. Isso tem como conseqüência um número elevado de linhas e projetos de pesquisa individuais e sem financiamento que, associado ao baixo índice de publicações, prejudica a avaliação do programa nos quesitos de atividades de pesquisa e de produção intelectual.
 - 2. Publicações do corpo docente: critério Capes 4 a 5, por ano, por professor.
- 3. Falta de informação sobre a produção dos docentes: somente 50% dos docentes disponibilizou seu *curriculum lattes* para a montagem do relatório Capes.

A estruturação da ACPUR foi feita levando em consideração os órgãos de financiamento e avaliação. Assim, a escolha do nome da área foi uma decisão relativa a uma identidade amadurecida historicamente. Planejamento Urbano e Regional já é um setor classificado oficialmente nos órgãos de financiamento.

A área foi formada por professores com disciplinas na pós-graduação relacionadas aos estudos regionais e urbanos, em um âmbito mais amplo que o planejamento. No entanto, essa estruturação inicial não garante, *per se*, a unidade da área. Ainda subsistem questões que precisam ser enfrentadas e resolvidas:

- Quais as linhas de investigação que a área tem?
- •O que é pesquisa (pela definição dos órgãos de financiamento, pesquisa é aquilo que é financiado, desenvolvida por uma equipe, inclusive com bolsas).
- As disciplinas correspondem a pesquisas em andamento, a processos de orientação?
 - O que são processos de orientação e como se dão?
 - Como dar unidade à área de concentração?
- É necessária uma unidade da área de concentração com a definição de questões básicas a serem abordadas em suas pesquisas?
- Quais as novas questões que estão surgindo no âmbito da área de concentração? Elas exigiriam uma postura investigativa por parte da área?

A importância da avaliação do programa pela Capes, além de uma integração institucional e científica com os demais programas, está na obtenção de verbas para as pesquisas em desenvolvimento, e também para bolsas aos alunos. Atualmente, temos uma avaliação com nota 5 (em um gradiente de 3 a 7). Programas com avaliação entre 6 e 7 são considerados de excelência.

A obtenção de uma avaliação melhor, que merecemos, está ligada a uma série de exigências, algumas relativamente menos problemáticas, dizem respeito a questões de informação dos docentes quanto a orientações na graduação ou à entrega do curriculum lattes por parte dos mesmos. Outras dizem respeito à produção e inserção internacional, publicações por parte do corpo docente (segundo os critérios da Capes - o ideal seria uma média de 4 a 5 publicações ao ano, por docente), especialmente em periódicos internacionais, cursos ou convênios entre universidades de países diferentes, etc.; existência de pesquisas reconhecidas pelos critérios oficiais (existência de financiamento, existência de equipes, bolsas, etc.); e ao enquadramento do programa aos padrões da Capes no que diz respeito, por exemplo, aos prazos para conclusão dos programas de mestrado e doutorado por parte dos alunos. Segundo os padrões da Capes, esses prazos deveriam ser de 2 anos para o mestrado e 3 anos para o doutorado. Os prazos máximos fixados pela pós da FAUUSP são de 3 anos para o mestrado e 4 para o doutorado – um ano a mais para cada um dos programas com relação aos prazos da Capes, com a agravante que boa parte de nossos alunos (67% dos que deveriam ter concluído em 2002 e 45% dos quais deveriam ter concluído em 2003) não conclui os programas dentro dos prazos máximos estipulados. recorrendo a prorrogações e trancamentos.

Em função das questões relativas às exigências da Capes, houve uma série de intervenções durante o seminário sobre qual o rumo a ser tomado para o cumprimento das mesmas.

Algumas intervenções foram no sentido que precisamos fazer chegar à Capes as especificidades de nosso programa, de forma a adequar os critérios de avaliação que não consideram, injustamente, aquela realidade. Embora não descartada essa hipótese, mostra-se necessário distinguir quais são os procedimentos e indicadores que estão superados ou são inadequados — o que deve ser revisto por uma questão de convicção acadêmica e de desempenho acadêmico —, daqueles cuja revisão possa ser secundária, em função de uma condição passageira do programa.

Outras colocações focaram o perfil do aluno que temos e o perfil de aluno que desejamos ter na pós-graduação da FAUUSP. O atual perfil dos primeiros, que tradicionalmente recebemos, é serem oriundos de órgãos públicos, docentes em outras instituições de ensino ou ainda profissionais atuantes no mercado. Esse perfil torna difícil resolver questões como a redução dos prazos para conclusão das dissertações e teses.

À sugestão que houvesse um esforço no sentido de alterar-se o perfil dos alunos, surgiram várias objeções, salientando-se, em primeiro lugar, que o papel cumprido de formação dos quadros profissionais os quais, tradicionalmente, demandam o programa, é de extrema importância, não devendo ser abandonado; além disso, se houvesse essa tentativa, o programa correria o risco de ficar bastante reduzido, por força da eliminação de grande parte dos candidatos que, normalmente, demandam o programa.

Outra posição em face dessa questão foi: devemos preocupar-nos em estabelecer condutas acadêmicas e de pesquisa sistematicamente ao longo do programa, e que estas exigências acabarão por levar a um novo perfil do aluno. A própria definição de padrões de orientação e exigências diante das pesquisas acabaria por selecionar os candidatos e a definir um perfil de aluno adequado a essas exigências.

Assim, a diferença no produto final será mais conseqüência do estabelecimento de condutas acadêmicas e de pesquisa, ao longo do programa, do que uma tentativa de selecionar um determinado perfil de aluno. Essas condutas apontam para:

- Identidade da área de concentração e necessidade de coerência e temática do conjunto de disciplinas oferecidas, perante as linhas de pesquisa da área e procedimentos de orientação sistemáticos;
- •a continuidade das mudanças no Programa de Pós-graduação da FAUUSP diante de seu próprio crescimento;
- •as novas exigências de desempenho colocadas por padrões de avaliação externa comuns a todas as áreas do conhecimento;
- •o reconhecimento e postura coerente em face de uma realidade no âmbito da pós-graduação, diversa daquela quando do surgimento do programa.

As questões levantadas de identidade, unidade e definição de linhas de pesquisa da área de concentração e de adaptação aos padrões de avaliação externa colocam em pauta a discussão da definição do tipo de pós-graduação que interessa à FAUUSP. Ao longo do debate apareceram posições que, esquematicamente, podem ser descritas pelos seguintes modelos:

- Opção por um modelo no qual haja turmas de mestrado e doutorado que cursem, junto, algumas disciplinas e participem de atividades comuns. Seria uma opção por um modelo mais próximo a um curso de pós-graduação.
- Opção por um modelo semelhante ao anterior, com o acréscimo da existência de um mestrado profissionalizante, sendo o desempenho do aluno que o encaminharia para o tipo de mestrado mais adequado ao seu interesse.
- Opção pelo oferecimento de um curso de pós-graduação sem a necessidade de apresentação de uma dissertação ou tese, podendo o aluno, ao final deste curso inicial, optar pelo diploma correspondente ao mesmo, sem trabalho final ou optar pela realização de uma dissertação ou tese.
- Opção pelo oferecimento de uma série de disciplinas, que não necessariamente contenham uma unidade entre si, deixando ao aluno e orientador a opção pelas disciplinas e pelo encaminhamento da pesquisa. É uma hipótese que privilegia mais o trabalho individual.

Euler Sandeville Júnior Fany Cutcher Galender

No dia 17 de maio de 2005, foi realizado na FAU – Cidade Universitária o Fórum da Paisagem, com o tema "Paisagens da resistência", promovido pelo Laboratório Gestão e Projeto do Espaço e organizado pelo Prof. Dr. Euler Sandeville Júnior. O intuito foi apresentar e discutir questões referentes à produção das paisagens urbana e rural latino-americanas, em diferentes momentos históricos e contextos sociais de resistência. O evento foi aberto aos alunos da graduação, da pósgraduação e ao público em geral. O fórum se prendia muito à vivência da paisagem e dos fatos em questão, valorizando experiências diferentes como base para o debate, trazendo um convidado que atuou, efetivamente, em um movimento revolucionário uruguaio, um professor universitário o qual, a par de sua militância, olha a partir de uma pesquisa para um ambiente revolucionário contemporâneo no México, e um arquiteto paisagista que projeta para um expressivo movimento social brasileiro.

A primeira exposição teve o título "Paisagem Urbana e o Movimento Tupamaro no Uruguai nas Décadas de 60 e 70", apresentada por Roberto Bonino, militante nesse movimento e atualmente radicado no Brasil. O movimento tupamaro uruguaio atingiu seu apogeu na década de 70 do século passado, caracterizando-se pela ação de um grupo de militantes que congregava pessoas de diferentes matizes ideológicos de esquerda, sob a égide de um contexto revolucionário o qual agitava, então, não só a América Latina, mas também a Europa (sobretudo França e Alemanha) e os Estados Unidos. Eram, entretanto, díspares esses movimentos contestatórios de operários, estudantes, grupos contrários à Guerra do Vietnã, entre



Exposição de Roberto Bonino Crédito: Euler Sandeville Jr. outros, e que marcaram um intenso momento cultural e de inquietações sociais em torno dos anos 60 e 70.

O movimento uruguaio se pauta, inicialmente, por procurar combater a corrupção empresarial dos grandes conglomerados econômicos implantados no país. Paralelamente ao ingresso de novos participantes e ao acirramento das condições políticas do país, o grupo reformula suas metas, visando atuar em prol da queda da ditadura que se implantava com forte apoio externo, como se verificou, simultaneamente, nos outros vizinhos do Cone Sul.

Roberto Bonino, então sindicalista residente em Montevidéu e que participou da fundação do movimento tupamaro, relatou sua experiência desde a formação do grupo, no final dos anos 50 até seu desmantelamento em 1973, no auge da ditadura uruguaia. Narrou as diferentes ações e atividades realizadas, ressaltando a eficiente organização interna do movimento e a alta capacitação de seus militantes, por meio de treinamentos intensivos em diversos países.

A plácida paisagem urbana de Montevidéu encobriu uma efervescente dinâmica paralela ao cotidiano da cidade, onde oficinas mecânicas, gráficas clandestinas e, até mesmo hospitais, serviam aos propósitos do grupo, ocultandose na paisagem e tecendo uma rede invisível de ações. Essa mobilização e infraestrutura não eram percebidas pela maioria de seus habitantes, senão a partir das ações tupamaras.

Apesar desse intenso preparo e da firmeza das intenções da militância, o movimento foi extinto pelos militares, com a prisão e exílio de grande parte de seus componentes, deixando ensinamentos e questões para reflexões das geracões futuras, não só com relação à construção da cidadania e da luta pela liberdade. O depoimento de Roberto Bonino aponta também para uma profunda reflexão humana sobre os limites dessa luta, de seu campo ético e não só de batalha, em um contexto de extrema pressão e sentimento de urgência, em que a sobrevivência dependia da clandestinidade.

A segunda abordagem, com o título "A Paisagem Rural dos Assentamentos Zapatistas no México", foi feita pelo Prof. Dr. Phillip Gunn, da FAUUSP, arquiteto



Exposição de Philip Gunn Crédito: Euler Sandeville Jr. irlandês que vive no Brasil há 25 anos. De origem católica e militante de esquerda desde a juventude, relatou sua formação e suas atividades de militância junto de movimentos de resistência, especialmente o Exército Revolucionário Irlandês (IRA).

Discorreu sobre sua atuação com diferentes grupos e movimentos sociais, focando sua exposição no movimento zapatista mexicano, com o qual entra em contato em 1997. Esse movimento de base indígena e agrária tem longa história de luta contra o latifúndio e as oligarquias locais desde o período colonial.

Gunn ressaltou a sobrevivência cultural da sociedade indígena diante da dominação colonial e seu processo de adaptação às novas organizações religiosa, social e econômica, impostas pela corte espanhola, apresentando também um painel das intensas lutas camponesas pela posse da terra, destacando a atuação de Emiliano Zapata e Pancho Villa e as formas de divisão fundiária e da produção agrícola que se instauram no México.

Na década de 80, novas experiências agrárias são consolidadas no estado de Puebla, com o surgimento de cooperativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a capacitação profissional, pautadas pelo destaque na participação feminina na definição dos rumos de produção dessas comunidades.

Em Chiapas, ao Sul do México, surge o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que, pela luta armada, estabelece o combate aos efeitos do neoliberalismo global e reafirma os direitos indígenas. O grupo se caracteriza pelo uso intensivo da internet para divulgação de suas propostas e ações, além de propor novas formas de organização política e social dentro dos assentamentos, revendo o sistema de representação e de produção.

A última exposição, "Paisagem e Movimento Social: O Projeto e Implementação da Escola Rural do Movimento dos Sem-Terra (MST) em Guararema, SP", coube ao arquiteto paisagista Raul Pereira, o qual cursou a FAUUSP de 1969 a 1975, vindo do interior do estado de São Paulo para a



Exposição de Raul Pereira Crédito: Euler Sandeville Jr.

capital, nos anos de forte agitação política e social no Brasil. Atualmente, é mestrando no curso de pós-graduação da FAU e desenvolve, em seu escritório, trabalhos pautados por uma preocupação social, além de outros mais corriqueiros do campo de trabalho em paisagismo.

Ao entrar em contato, no início dos anos 70, com as polêmicas travadas entre diferentes grupos na escola, aderiu ao de Sérgio Ferro, impressionado pela abordagem relativa à produção do projeto perante as condições do trabalho da mão-de-obra da construção civil.

Essa permanente inquietação com a dificuldade de superação da falta de perspectiva de mudança socioeconômica, levou-o a participar, mais recentemente, de atividades junto do Movimento dos Sem Terra (MST), que surge na região paulista do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado, reivindicando uma mudança estrutural nas relações de produção no campo e nas relações socioeconômicas a envolverem toda a sociedade brasileira.

Raul participou da criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, desenvolvendo um trabalho para um local de construção e divulgação do conhecimento que atendesse as demandas dessa população ligada ao campo, porém participante do mundo globalizado.

O projeto de paisagismo desenvolvido caracterizou-se pela intensa participação dos usuários, que, curiosamente, possuem uma antiga e particular relação com a terra e a vegetação. Sob a égide das diferentes leituras e perspectivas, nasceu um projeto no qual diversas vivências se mesclaram.

A força dessas experiências mostrou-nos que novas formas de pensamento podem orientar o cotidiano das populações latino-americanas, ampliando a diversidade de possibilidades de paisagens e de vida, em cada contexto específico. Nesses casos, a paisagem, lugar da vida e da experiência cotidiana, torna-se o palco de uma intensa luta pela vida, abandonando os meios instituídos e postulando uma atitude de resistência que se coloca em antagonismo a processos que se fazem sentir no cotidiano e no lugar, mas cujas causas estão em uma ordem mais geral e menos explícita, mas nem por isso invisível.

A fala dos três convidados suscitou um debate entre os presentes, que percorreu o conjunto de temas tratados, polemizando em várias questões, não em busca de uma novidade, pois são questões recorrentes em uma série de espaços de discussão, mas como um momento de reflexão o qual emergiu a partir da experiência de cada convidado.

Destacamos alguns dos temas de discussão: a mobilidade no espaço em contraposição à necessidade de estruturas fixas de apoio, que ocorre de modos diferentes nos três movimentos abordados; a dependência, no caso do movimento zapatista, de estruturas tecnológicas e de mercado, seja a internet para organização e militância do movimento, seja do mercado formal e informal para colocação de seus produtos; condições de trabalho na terra e na cidade, da ausência de estruturas de apoio ao trabalho e da escola pensada de um modo homogeneizador, com dificuldades de reconhecer modelos e relações diferentes do ensino no campo e na cidade; do papel do intelectual em sua relação com a sociedade como um ponto central a ser pensado; de uma série de circunstâncias que, mesmo fora de um contexto de resistência e revolução, acabam ficando invisíveis na paisagem e tratadas como marginais, periféricas

integração na vida urbana; a relação entre projeto e paisagem em seu contexto cultural, bem como a participação do usuário na definição do programa e do projeto.

ou problemáticas, sem reconhecimento de sua especificidade e profunda

Euler Sandeville Júnior

Doutor pela FAUUSP, professor no curso de graduação e professor orientador no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ciência Ambiental (PROCAM/USP). Coordenador da área de concentração Paisagem e Ambiente, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, coordenador do Laboratório Gestão e Projeto do Espaço, e membro, respectivamente, da CPG-FAUUSP e da CPG-PROCAM.

Fany Cutcher Galender

Arquiteta pela Universidade Mackenzie, professora dos cursos de atualização "Paisagismo: Concepção e Projeto I e II", promovidos pela Fundação para a Pesquisa Ambiental (FUPAM), arquiteta titular do Escritório Fany Galender Arquitetura e Paisagismo S/C Ltda. Arquiteta do Departamento de Parques e Áreas Verdes (Depave), da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo, comissionada no Departamento de Projetos / Grupo de Disciplinas Paisagem Ambiente (GDPA) da FAUUSP, desenvolvendo pesquisas junto dos laboratórios QUAPÁ (Quadro do Paisagismo Brasileiro) e LABPARC (Laboratório Paisagem, Arte e Cultura).

Adilson Macedo

Em 4 de outubro de 2005 estiveram conosco a colega Cathrine Veikos, PhD, professora da University of Pennsylvania, School of Design e 12 alunos seus do Programa Master of Architecture. Em função dessa visita e considerando o interesse dos convidados na questão da inserção urbana e ambiental de edificações em países de clima tropical, organizou-se uma apresentação de trabalhos iniciada pela professora Veikos, seguida por professores da FAUUSP.

Cathrine Veikos

Expôs como é estruturado o curso de arquitetura na School of Architecture, University of Pennsylvania. Informou sobre a viagem que está fazendo com os alunos pelo Brasil, saindo de São Paulo para o Rio de Janeiro, depois para Belo Horizonte, Brasília e Salvador, com o objetivo de observar a relação das edificações com a realidade urbana e o clima local, também para que os alunos possam coletar dados e, na volta, elaborar um estudo de projeto considerando o conhecimento obtido com a verificação de determinado contexto na trama de uma cidade brasileira.

Explicou os objetivos da pesquisa que desenvolve, com bolsa de sua universidade, sobre os aspectos da obra de Lina Bo Bardi ligados à relação entre o emprego de sistemas construtivos convencionais e as possibilidades de mão-de-obra e da cultura, em diferentes contextos sociais e econômicos. A professora tem mantido freqüente contato com a Fundação Bardi, e, aproveitando a viagem e a presença dos alunos, deverá visitar diversas obras da arquiteta Lina, aqui em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia. Nesse intuito e para preparar a viagem dos alunos, a professora Cathrine esteve conosco no mês de junho deste ano. Foi uma estada rápida, mas em conjunto com o professor Adilson organizou-se o presente encontro na FAUUSP.

A pesquisa da colega da Filadélfia está programada para ser finalizada dentro de dois anos e será publicada pela University of Pennsylvania.

Adilson Macedo

Expôs sobre o tema "Expansão, flexibilidade e construção de edifícios para atividades de ensino e pesquisa" mostrando as relações destes conceitos com um sistema de projetar capaz de absorver modificações do programa de necessidades, ainda na fase de elaboração do projeto e aberto para eventuais expansões. Desenvolveu o conceito de subáreas de espaços, desenhadas para atender atividades que refletem as necessidades e o desejo das pessoas, hoje. Mostrou a possibilidade de pensar o projeto, deixando aberturas para ampliações por meio dos corredores de circulação geral utilizados para o percurso de pessoas e das redes de instalações prediais. A idéia central é que esses espaços destinados aos fluxos, uma vez prolongados, poderão receber a justaposição de novas construções, projetadas por diferentes arquitetos. Chamou a atenção para a

pós-



importância do estudo detalhado do sítio físico e das questões climáticas, tecnológicas e culturais do local, com base em exemplos de projetos de arquitetura que realizou para as cidades de Maceió, Aracaju, Brasília e São Paulo. Para a elaboração desses projetos, formaram-se equipes interdisciplinares, incluindo arquitetos dedicados à concepção e à maneira de construir os espaços, ao estudo das melhores condições de conforto ambiental e ao paisagismo. Foram trabalhos, em sua maioria, resultantes de convênio entre a Universidade de Brasília e outras entidades públicas. A mensagem final do professor foi: "melhor será a forma resultante do projeto, quanto melhor estudadas suas partes em função das variáveis que direta ou indiretamente incidem sobre ele".

Siegbert Zanettini

Apresentou o projeto para o Centro de Pesquisa da Petrobrás, CENPES II, na Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, do qual é autor do projeto de arquitetura. Este projeto em área de terreno com 50 hectares e área construída de 100.000 m² foi objeto de um concurso de arquitetura em 2004, envolvendo quatro escritórios de arquitetura do país, e o qual o professor venceu, coordenando um trabalho com diversos profissionais, e em particular com a equipe do Laboratório de Conforto Ambiental e Eficiência Energética do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAUUSP – LABAUT. Dessa forma, atendendo às exigências do edital do concurso, relativas à solicitação da Petrobrás para haver rigor quanto à questão ambiental e aos aspectos relativos à eficiência, houve a oportunidade de realizarse um aprofundado trabalho detalhado de conforto ambiental inerente ao projeto arquitetônico, no qual todos aspectos de eficiência energética da construção foram contemplados. Dentro de uma concepção integrada entre arquitetura e suas disciplinas afins, o programa de edifícios do CENPES II complementa as instalações do CENPES I, Centro de Pesquisa da Petrobrás já existente.

Joana Gonçalves

Apresentou, inicialmente, um panorama dos objetivos e das atividades do LABAUT, incluindo um resumo dos trabalhos elaborados pelo laboratório, tanto na área acadêmica quanto profissional. Em seguida, como coordenadora do Projeto CENPES II para as questões de ecoeficiência, relatou sua participação e da equipe do laboratório no projeto. A esse respeito, tanto a professora Joana quanto o professor Zanettini mostraram que para se obter um bom resultado para uma arquitetura de menor impacto ambiental, é necessário fazer-se uma completa interação de especialistas desde o começo das atividades de projeto.

Participaram desse evento professores, pesquisadores e alunos de graduação e de pós-graduação da FAUUSP. Após as apresentações, os alunos norteamericanos fizeram uma visita aos estúdios de projeto, onde nossos alunos estavam trabalhando, permitindo-lhes uma razoável "vista de olhos" do que se produz em nossa escola de arquitetura.

Adilson Macedo

Professor Doutor do Departamento de Projeto e da pós-graduação da FAUUSP.

NÚCLEOS E
LABORATÓRIOS DE
PESQUISA DA
6 | FAUUSP

Maria Lucia Refinetti Martins

Colaboração João Sette Whitaker Ferreira Giselle Megumi Martino Tanaka Paulo Emílio Buarque Ferreira

Labhab – laboratório de habitação e assentamentos humanos

Departamento de projeto da fauusp

Criado em novembro de 1996 no Departamento de Projeto, o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos iniciou suas atividades em março de 1997, com a intenção de interligar as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária em um mesmo espaço, dando prioridade à formulação de alternativas para as demandas habitacionais, urbanas e ambientais que visem à inclusão social. Assim, os trabalhos os quais desenvolve — planos, projetos e assessoria a municípios, ONGs e comunidade, têm sempre um caráter experimental, constituindo-se em processo de formação e capacitação para análise crítica e ação propositiva.

Diversas atividades têm sido desenvolvidas com o apoio financeiro de linhas da própria USP (Extensão Universitária e Pró-Reitoria de Pesquisa) e de entidades nacionais e internacionais: Fapesp, Finep, CNPq, CEF, Lincoln Institute of Land Policy. Outras, ainda, são de assessoria ao poder público no desenvolvimento de pesquisas e propostas, várias delas financiadas por programas de cooperação internacional, como Cities Alliance e URB-AL.

O laboratório conta com uma equipe regular de aproximadamente dez pessoas, entre professores e estudantes, à qual se incorporam outros participantes – estudantes, pesquisadores e profissionais, na medida em que tenham interesse para o desenvolvimento de suas pesquisas (iniciação científica, TFG e pósgraduação) ou que projetos e pesquisas em desenvolvimento pelo laboratório requeiram. Além disso, conta com um grupo mais amplo de pesquisadores





associados, os quais participam de debates e seminários temáticos. Desse grupo amplo fazem parte arquitetos e urbanistas, engenheiros, economistas, sociólogos, advogados, geógrafos e estudantes dessas áreas, com experiências a variarem entre políticas públicas habitacionais, militância em movimentos sociais e atuação mais acadêmica.

O Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos constitui grupo de pesquisa na base CNPq, com as seguintes linhas de pesquisa:

Gestão Local e Participação: abrange temas relativos à administração municipal e metropolitana, sistema de planejamento e forma de participação direta da população na gestão local e na formulação de políticas públicas.

Moradia Social e Meio Ambiente: essa linha busca compreender o conflito do assentamento de loteamentos populares e favelas em áreas ambientalmente frágeis, e enfrentar a situação com nova abordagem arquitetônica, urbanística e jurídica, visando desenvolver soluções urbanísticas ambientalmente sustentáveis e passíveis de regularização.

Política Urbana – Estado, Mercado e Conflitos Sociais: trata das dinâmicas urbanas sob seus aspectos políticos, econômicos e culturais, considerando seus principais atores e conflitos. Dentre os temas trabalhados constam: novos paradigmas da economia global e sua relação com a produção do espaço urbano; políticas públicas urbanas e seus impactos na sociedade; mercado e políticas fundiárias; ampliação do mercado privado de HIS; direito à cidade.



Reabilitação Urbana e Habitação em Áreas Centrais: tem por objetivos pesquisar os diversos elementos - habitacionais, urbanísticos, financeiros, fundiários, para uma requalificação não-excludente nas áreas centrais das cidades.

MÉTODO DE TRABALHO

As atividades desenvolvidas pelo LabHab procuram articular ensino, pesquisa e extensão, buscando desenvolver um ambiente didático e de pesquisa calcado na realidade social. Enquanto temática, busca inserir, na cena da pesquisa acadêmica, as necessidades, demandas e pontos de vista daqueles setores sociais normalmente alijados dos cânones da produção teórica e técnica academicamente reconhecida.

A experimentação e a prática fazem parte da construção teórica. Por isso os projetos desenvolvidos – de assessoria e de pesquisa articulam-se com disciplinas lecionadas pelo grupo de professores, oferecendo contextos e situações reais para o desenvolvimento de exercícios e aprendizado dos conteúdos disciplinares.

Com base nesses projetos e interação vão sendo construídos os procedimentos metodológicos. O trabalho avança, no transcorrer de disciplinas formais do currículo, pesquisas, palestras, seminários e assessorias. Na graduação, entre 2000 e 2003, trabalhou-se com experiências de recuperação ambiental e regularização em assentamentos consolidados em áreas de mananciais: AUP-0547 - Ambiente Construído e Desenvolvimento Sustentável -Moradia Social. Em 2004 e 2005 trabalhou-se sobre o conceito de ZEIS e suas potencialidades em termos de desenho urbano e de ampliação do acesso à moradia de interesse social: AUP-0274 - Desenho Urbano e Projeto dos Espacos da Cidade. Na pós-graduação, a disciplina AUP-5703 - Desenho do Ambiente Urbano busca o desenvolvimento de conhecimento teórico e instrumental para diagnósticos mais precisos e instrumentos mais eficazes para a melhoria da qualidade de vida da população excluída socialmente, enquanto a AUP-5839 -Políticas Urbanas no Brasil e na América Latina procura discutir essas questões com referências nos países vizinhos.

No campo da pesquisa e das atividades especificamente acadêmicas, o Labhab tem dado apoio e interagido com inúmeros trabalhos de TFG, pesquisas de mestrado e doutorado e de iniciação científica.

Enquanto extensão, a aposta principal é na construção de conhecimentos e qualificação de atores - estudantes, profissionais, agentes do poder público, sociedade civil, com vista à ampliação do direito à cidade e à moradia, em um quadro de diversidade de necessidades e de soluções.

O referencial dessas atividades é a construção conjunta de conhecimento. Nos projetos de assessoria ou de pesquisa conjunta as atividades possuem sempre uma dupla mão: disponibilização de conhecimento, de um lado, e aprendizado de práticas sociais, de outro lado. O resultado é benéfico e enriquecedor para o grupo que recebe assessoria, como o é para a universidade, no sentido em que possibilita aos estudantes - novos profissionais em formação adquirirem visão concreta e crítica da realidade "do fazer", de seus requisitos e

limitações. Visa-se à formação de novos perfis de profissionais universitários para tratar dos problemas das cidades brasileiras e também latino-americanas, nas quais a maior parte do espaço se produz sem a intervenção profissional.

Considerando a importância da extensão conforme abordado, concebendo-a enquanto modalidade de pesquisa e prática de aprendizado, o LabHab tem se articulado com outros congêneres no país e no exterior.

Seguindo esses princípios, são diversas as formas de trabalho desenvolvidas. Em termos de **pesquisa**, o primeiro grande trabalho realizado pelo laboratório foi a pesquisa Parâmetros Técnicos para Urbanização de Favelas, durante 1998-99. Foram pesquisadas, por equipes locais, oito comunidades em cinco diferentes cidades: Fortaleza, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo e Diadema, que ilustram a diversidade da realidade brasileira. Resultou em apresentações públicas dos resultados, oficina de capacitação de agentes sociais relacionados ao tema e no seminário "Favelas: Soluções Urbanísticas", apresentando o tema como um importante objeto de reflexão e ação do arquiteto e do urbanista.

A partir de 2002 experimentou-se uma alternativa de pesquisa em parceria. A pesquisa Reparação de Danos e Ajustamento de Conduta em Matéria Urbanística, dentro do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fapesp, desenvolveu-se de forma conjunta entre prefeituras, Ministério Público e universidade, tendo em vista elaborar alternativas de regularização para assentamentos irregulares, nas áreas de proteção dos mananciais na RMSP, abordando os aspectos técnicos (recuperação ambiental), jurídicos e de gestão. O conflito trabalhado é, em si, o gerador dos temas da capacitação, abordados de diferentes formas e com conteúdos variados conforme a situação ou necessidade do assentamento irregular (população moradora), prefeitura ou Ministério Público.

Outro formato utilizado é o seminário/oficina, em que o próprio seminário é uma forma de pesquisa. Consiste no desenvolvimento inicial de pesquisa sobre tema específico e realização de seminário de alguns dias, sob a forma de grupos de trabalho, tendo por referência os termos da pesquisa. O seminário/oficina de trabalho resulta em um documento final com parâmetros, diretrizes ou uma agenda para o setor. São exemplos desse tipo de atividade os seguintes seminários e respectivas cartas: Mananciais e Urbanização: Há sustentabildiade nisso?, setembro de 1999, Terra Urbana para Políticas Sociais, dezembro de 2000 e novembro de 2002, Ampliação do Mercado Residencial Privado em novembro de 2002.

Assessoria a plano/projeto associada à capacitação: envolve a elaboração de plano ou projeto, cujos elementos são desenvolvidos com dinâmicas participativas, resultando, ao final, em uma proposta. A isso se associa uma atividade formal de capacitação, como elemento de avaliação e consolidação da proposta. Dentre os diversos projetos descritos mais adiante, são exemplos desse tipo de atividade: programas de desenvolvimento urbano com ênfase em habitação social e *workshops* de capacitação de funcionários (Santo André, 1999); Plano de Ação Habitacional e Urbana para áreas em situação de risco pela exclusão socioeconômica e violência (Sehab, PMSP, 2003); Assessoria em Reabilitação Urbana de Áreas Centrais e capacitação de lideranças populares para participação em gestão local (Programa Morar no Centro, PMSP, 2004).

PRODUTOS

As atividades de pesquisa resultam em relatórios, seminários, cursos de capacitação, debates com públicos diversificados, subsídios a políticas públicas. Os relatórios, correspondentes a cada uma das pesquisas, projetos e atividades, impressos, ficam disponíveis no LabHab e a maior parte deles na biblioteca da FAU.

Metodologicamente, nos casos da elaboração de pesquisa aplicada, plano, programa ou ação local, busca-se chegar a um quadro final que inclua: avaliações, propostas, agentes envolvidos, encaminhamentos, operacionalização. Nesses termos, a perspectiva de "o que fazer, como e com quem" são elementos essenciais do processo. A intersetorialidade e a capacidade de produzir ações sinérgicas são apontadas como desafio e como requisito para a eficácia das intervenções.

Normalmente resultam produtos concretos, ainda que não imediatos. É o caso, por exemplo, de Santo André, onde o trabalho conjunto com a prefeitura resultou no Programa Integrado de Inclusão Social, programa social que combina a intervenção urbanística em favelas com o atendimento da população, visando à inclusão socioeconômica (programa premiado pela agência Habitat da ONU, em 2002). É também a interação diferenciada que vai se consolidando com o Ministério Público e municípios de Diadema e São Bernardo do Campo.

Dos trabalhos desenvolvidos na elaboração do Plano de Ação Habitacional e Urbana para áreas em situação de risco pela exclusão socioeconômica e violência – Jardim Ângela e também da elaboração do Plano Diretor Regional, desdobrou-se o curso de Desenvolvimento de Projetos Urbanos de Interesse Social, realizado em M'Boi. Envolvendo funcionários, agentes de saúde e comunidade, resultou em uma série de projetos e programas locais desenvolvidos coletivamente, bem como o embrião de um conselho de ZEIS, a ser constituído pela comunidade, já com domínio metodológico para iniciar o processo de elaboração do plano de urbanização da respectiva ZEIS. Resultou também em um conjunto de possibilidades de ação imediata, por parte de funcionários, e em um espaço privilegiado de aprendizado para os diversos estudantes de graduação e de pós que participaram do processo.

Reunir agentes públicos, sociedade organizada e universitários em um trabalho conjunto de desenvolvimento de projetos é um processo de aprendizado no qual todos se qualificam – é o que o LabHab vem procurando em seus oito anos de atividades.

Projetos em desenvolvimento

• Pesquisa sobre a implementação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)

Tem como objetivo avaliar a aplicação e implementação de ZEIS, em seis municípios selecionados que aprovaram planos diretores municipais,

incorporando instrumentos do Estatuto da Cidade e visando à provisão de habitação de interesse social. A pesquisa terá como produto uma publicação sobre essas experiências de ZEIS, com subsídios metodológicos para a implementação desse instrumento pelos municípios brasileiros. Os trabalhos terão a participação de pesquisadores que estudam o assunto nos municípios selecionados para a elaboração das avaliações.

• O acesso ao solo e à habitação social em cidades grandes de regiões metropolitanas da América Latina e Europa

Trata-se de atividade junto da Secretaria de Habitação do Município de São Paulo, no âmbito da Cooperação Internacional da Comissão Européia – Programa URB-AL. Abrange a produção de pesquisa e diagnóstico sobre as condições intervenientes no acesso ao solo e à habitação social em São Paulo e em cidades grandes de regiões metropolitanas da América Latina e Europa, participantes do Programa URB-AL7.

O trabalho envolve tanto o desenvolvimento de estudos, pesquisas e levantamentos, quanto a organização e realização conjunta de seminários, incluindo técnicos representantes dessas cidades, setores envolvidos no tema do acesso ao solo e à habitação social em São Paulo, docentes, pesquisadores e estudantes da FAUUSP.

• Reparação de danos e ajustamento de conduta em matéria urbanística

Pesquisa em políticas públicas, associada à disciplina optativa do curso de graduação, desenvolvida em parceria com o Ministério Público – Promotorias de Habitação e Urbanismo, municípios da região metropolitana de São Paulo e Caixa Econômica Federal, visando à elaboração de padrões de regularização da ocupação do solo urbano, particularmente em loteamentos (áreas de habitações de interesse social) que permitam melhor adequação do empreendimento à legislação vigente, com melhoria da qualidade de vida da coletividade e reparação dos danos causados a interesses difusos e coletivos.

Com esse mesmo tema já tinham sido desenvolvidos diversos seminários envolvendo prefeituras, ONGs e universidades, promovendo trocas de experiências entre profissionais, acadêmicos, poder público e população para a melhoria das práticas de planejamento e manejo de nossas fontes de água. Em fase conclusiva, têm prontos dois vídeos: Monte Verde (realizado pelo VIDEOFAU) e Moradia Social e Meio Ambiente.

Projetos Concluídos

Avaliação do trecho oeste do Rodoanel

Tendo em vista o amplo debate na sociedade paulista sobre a construção do Rodoanel, particularmente em seu tramo sul, cruzando área de mananciais, o

laboratório desenvolveu, em parceria com o Instituto Socioambiental, uma avaliação do trecho oeste do Rodoanel, já implantado, como subsídio à reflexão e avaliação quanto ao significado e impactos da obra. Constitui o relatório: Estudo preliminar dos impactos urbanísticos do trecho oeste do Rodoanel Mario Covas, 2005.

Curso de Capacitação em Desenvolvimento de Projetos Urbanos de Interesse Social

Programa desenvolvido na região de M´Boi Mirim, envolvendo estudantes da FAU, agentes da Sehab que atuam nesses distritos, funcionários da subprefeitura responsáveis pela política urbana, agentes de saúde do Programa Saúde da Família, professores da rede municipal de ensino, agentes vistores e lideranças comunitárias.

A proposta combinou o conteúdo de trabalhos de assessoria anteriores: Plano de Ação Habitacional e Urbana para o Jardim Ângela, Plano Regional de M'Boi Mirim, *Whorkshop* Descentralização da Ação Municipal em Habitação, com metodologia de elaboração de projetos transversais.

Metade da carga de 60 horas consistiu em formação e prática, com base em exercício de projetos concretos: desenvolvimento de planos de implementação de projeto, dentre os vários existentes para a região, escolhidos pelo conjunto de alunos, com base nos orçamentos e programas de atividades das unidades administrativas. Curso e resultados estão disponíveis em relatórios, 2004.

Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat (PRIHs) – Brás e Glicério

O Programa PRIHs, desenvolvido pela Secretaria de Habitação de São Paulo (Sehab), tem como objetivo a melhoria das condições de habitação em perímetros localizados na área central, selecionados por apresentarem um quadro de degradação ambiental, grande número de cortiços e de imóveis vazios ou subutilizados. A particularidade do programa é que todas as ações e projetos são definidos com a participação da população, por meio de instâncias participativas apoiadas e articuladas por uma equipe local. O trabalho desenvolvido pelo LabHab foi de interação com essa equipe e caracterização socioterritorial de perímetros no Glicério e Brás. Houve trabalho conjunto com o Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC, FAUUSP) que, simultaneamente, estava produzindo o levantamento da oferta e das condições das áreas verdes e espaços públicos nos dois perímetros, apontando propostas específicas para melhoria do espaço urbano, 2004.

• Plano de Ação Habitacional e Urbana para áreas em situação de risco pela exclusão socioeconômica e a violência

Elaboração de metodologia para elaboração de planos de ação que possa ser utilizada como instrumento de capacitação para governos municipais. Com base nessa metodologia, foi elaborado o Plano de Ação Habitacional e Urbano

do distrito do Jardim Ângela (São Paulo), e coordenado o desenvolvimento de planos para os distritos de Brasilândia e Cidade Tiradentes por assessorias técnicas (ONGs).

A proposta do plano de ação volta-se para o desenvolvimento de soluções para os problemas urbanos locais, conectadas com as realidades locais e as demandas da sociedade civil, e que possam ser capazes de romper a fragmentação e o distanciamento da realidade, os quais caracterizam as (poucas) políticas públicas nas periferias dos grandes centros urbanos.

Projeto Sehab/PMSP vinculado ao Programa Cities Alliance / BIRD, concluído em 2003. Tem como produtos relatórios da proposta metodológica, diagnóstico específico do distrito do Jardim Ângela e plano de ação habitacional e urbano para o distrito do Jardim Ângela.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de M'Boi Mirim

Concomitantemente ao plano de ação, foi desenvolvido pelo LabHab um plano diretor regional, no bojo do plano diretor municipal, para a subprefeitura de M'Boi Mirim conectado aos encaminhamentos do plano de ação. Relatórios de problematização e de propostas, 2003.

• Como ampliar o mercado popular de habitação? - Construindo uma agenda

Seminário realizado pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab), da Prefeitura Municipal de São Paulo, e LabHab em 2002, reunindo cooperativas, empresas privadas, associações populares, universidade, assessorias técnicas, lideranças políticas e profissionais que atuam na área habitacional para debater as limitações - financeiras, legais, institucionais, sociais, tecnológicas - relacionadas com os empreendimentos habitacionais populares e propor uma agenda síntese.

Parâmetros técnicos para urbanização de favelas

Pesquisa realizada no âmbito do Programa Habitare – Finep, em cinco cidades brasileiras, com objetivo de avaliar as características e qualidades técnicas de obras de urbanização de favelas, por meio de análise das intervenções tecnológicas, institucionais e dos resultados sociais obtidos nessas comunidades. Relatório final em CD-ROM, 2000.

Demais seminários e trabalhos desenvolvidos

Pesquisa e Workshop: Terra Urbana para Políticas Sociais (2002); Assessoria e Capacitação em Gestão de Programas de Reabilitação Urbana de Áreas Centrais (2000): Curso e Seminário Gestão de Programas de Reabilitação, ciclo de conferências sobre Reabilitação Urbana, Workshop Habitação no Centro de São Paulo: como viabilizar essa idéia?; Assessoria à prefeitura municipal de Santo André para a elaboração de planos e programas de desenvolvimento urbano com ênfase em habitação social (1998-99).

Professores FAUUSP vinculados ao LabHab

Ermínia Maricato, coordenadora (licenciada entre dezembro de 2002 e outubro de 2005), Maria Lucia Refinetti Martins (coordenadora durante a licença), João Sette Whitaker Ferreira, Nuno de Azevedo Fonseca, Nabil Bonduki.

Professores externos

Laura Machado Bueno, Ricardo de Souza Moretti (PUC Campinas).

Pesquisadores (julho 2005)

Beatriz Kara José, Caio Boucinhas, Daniela Motisuke, Eduardo Galli Ewbank, Giselle Megumi Martino Tanaka, Letícia Sigolo, Letizia Vitale, Helena Menna Barreto Silva, Isadora Tami Lemos Tsukumo, Karina Oliveira Leitão, Luciana Nicolau Ferrara, Mariana Fix, Paulo Emílio Buarque Ferreira, Roberta Menezes Rodrigues, Tatiana Morita Nobre.

Estudantes (julho 2005)

Ana Paula Guimarães Pereira, André Lopes do Prado, Andréa Quintanilha de Castro, Camila Saraiva, Daniel Nobre, Fernanda Accioly Moreira, Gustavo Pires de Andrade Neto, Helena Galrão Rios, Isabel Falleiros Nunes, Juliana Becker, Lara Figueiredo, Renata Rocha Gonçalves, Wagner Isaguirre Amaral.

Apoio

Francie Helen Mamede.

Licenciados

Ana Carolina Louback Lopes, Mônica Nogara, Francisco Comaru.

LabHab

e-mail: labhab@usp.br

www.usp.br/fau/depprojeto/labhab

7 IN Memoriam



PHILIP GUNN

Khaled Ghoubar Sueli Ramos Schiffer Csaba Deák Mário Henrique Simão D'Agostino

FUGINDO DELE PRÓPRIO PARA SI MESMO

Sempre quis sair de casa, decidida e corajosamente, como meus ancestrais negros fizeram um dia.

Subir as montanhas, para ver o que elas espreitam lá de cima, perto do cenário dos deuses, engolindo o vento, acarinhando as nuvens, aninhando os pássaros, vertendo água e lava.

Descer os rios e ver para onde eles levam essa água toda, esses peixes e folhas a flutuar.

Subir os rios para ver de onde vem essa água toda que sem ela todos morremos.

Correr em direção do Sol nascente para descobrir de onde ele surge e vê-lo a puxar o dia atrás de si.

Correr em direção do Sol poente para descobrir onde ele se esconde e vê-lo a jogar o manto da noite atrás de si.

A casa paterna só tinha portas e janelas, além das frestas nas telhas e das trincas nas paredes para ver-se o mundo lá fora e não só esse in-mundo fechado.

Sair dali era fundamental. Ser atropelado por um cavalo seria mais digno que definhar protegido dentro desse claustro.

Também quis sair do meu corpo, ser adulto, alto e moreno, também ser cachorro, pássaro e trator.

Sempre quis ser mais do que eu, que sempre fui pouco para mim mesmo.

Me reinventava como as revistas se reinventam todas as semanas, os jornais todos os dias, as árvores a cada estação, e os dias a cada minuto.

Gostava disso quando menino, mas com medo e não sabendo lidar com os perigos, eu fui me esquecendo.

Hoje me lembrei, e senti saudades daquele medo e desejo.

Para o Phil

Khaled Ghoubar

Professor do Departamento de Tecnologia da Arquitetura (AUT) e professor orientador do curso de pós-graduação da FAUUSP.

HOMENAGEM AO PHIL

O professor Philip Gunn pertence àquele seleto grupo de acadêmicos insubstituíveis. Arquiteto irlandês que ao desembarcar em São Paulo para fixar residência, em 1974, já trazia na bagagem dois mestrados: na área de arquitetura (Queen University Belfast) e outro em planejamento urbano e regional (University of Edinburgh). Tendo participado de planos regionais em órgãos de planejamento paulista em meados da década de 70, quando a formulação de planos prospectivos encontrava-se no auge, trouxe sua experiência para a graduação da FAUUSP, criando já em 1976, ano de sua contratação como docente, disciplinas optativas relacionadas às técnicas e metodologias aplicadas ao planejamento regional. Passada mais de uma década, introduziu a temática ambiental nos conteúdos didáticos, consolidando trabalhos e pesquisas pioneiros a que se havia, então, dedicado como pesquisador. Fervoroso adepto da interdisciplinaridade, atuou por anos como co-responsável no curso da pós-graduação em disciplinas de outros departamentos da FAUUSP. Assumiu ainda funções de coordenação tanto da ANPUR como da Revista Espaço & Debates, atestando sua lideranca na abrangente área de estudos urbanos.

Incorporou a temática brasileira com paixão e profundidade – não havia quem não se deslumbrasse diante de sua vasta biblioteca, seleta e devorada – o que inevitavelmente o levou às pesquisas históricas brasileiras. Enveredar-se pelo sertão nordestino e pelas hidroelétricas mais distantes; embrenhar-se em vilas rurais e locais periféricos; obstinar-se na recomposição histórica das vilas operárias; fotografar tudo, estudar, refletir e divulgar os produtos de seu trabalho com orgulho de um desbravador das peculiaridades nacionais, foram seu legado acadêmico. Legado este incorporado pelo ser humano, cujas ações com amigos, orientandos e colegas refletiram sua índole de solidariedade e integridade, como afirmando, a cada gesto, que a construção de uma sociedade mais justa também contempla o cotidiano das relações afetivas.

Permita-me, assim, expressar a saudade coletiva plagiando-o: "OH, NO", Phil!

Professora do Departamento de Tecnologia da Arquitetura (AUT) e professora orientadora do curso de pós-graduação da FAUUSP.

Sueli Ramos Schiffer

Um interlocutor incansável

Esse arquiteto irlandês estava fazendo mestrado em Edimburgo quando conheceu Toshi, nissei brasileira e juntos voltaram ao Brasil. Phil Gunn se tornou um imigrante na época final do "milagre brasileiro". Começou a trabalhar em um dos últimos grandes planos dessa época, o Projeto Macro-Eixo (Rio-São Paulo), onde nos conhecemos. Alguns anos depois começou a lecionar na FAU, na área de planejamento urbano.

Nessa época fui à Inglaterra para fazer doutorado sobre o preço do solo urbano, e após um ano e meio de trabalho dei-me conta que a teoria econômica que o explicaria, a teoria da renda, não ficava de pé ante a crítica e muito menos explicava o preço do solo. Era uma descoberta, mas me deixou na contingência de ter de retomar a pesquisa praticamente da estaca zero e do isolamento no país estrangeiro; escrevi uma carta de seis páginas a Phil dando conta da situação. Em duas semanas – o tempo de uma carta ir e a outra voltar – recebi dele uma resposta com 22 páginas manuscritas com a letra pequena, quase deitada, mas perfeitamente legível, repleta de comentários, referências, autores, polêmicas e idéias em potencial. Para além da sensação de confiabilidade transmitida pela prontidão de sua resposta, havia o teor informativo que valia bem uns seis meses de pesquisa em uma boa biblioteca. Assim era o Phil.

Alguns anos depois foi minha vez de comentar as penúltimas versões da tese de doutorado *dele* e tive de enfrentar a riqueza de suas abordagens que iam do conceito de espaço-tempo à formação do território paulista, transitando por autores de Kant a Marx e Althusser, e de Mário de Andrade a Simonsen e Chico de Oliveira.

Era um interlocutor incansável de uma erudição excepcional. Por uma década, a partir dos meados de 1980, participou da coletiva editorial do *Espaço & Debates*, ajudando a mapear idéias, escolas de pensamento, paradigmas e tendências de urbanismo, sendo também ativo na ANPUR e na BISS – na época, uma janela do Brasil para o exterior em matéria de planejamento. Sem suspender sua assinatura – ou a leitura – da *New Left Review*, embrenhava-se pelos cantos e recônditos da história e da geografia do Brasil, continuando, sistematicamente, a explorar as minúcias de áreas tão diferentes quanto a concepção urbanística de Frank Lloyd Wright, a aventura de Farqhar na Madeira-Mamoré e as relações sindicalistas dos trabalhadores rurais do "sertão" [sic] baiano.

Não é de admirar que tenha se tornado um dos professores e orientadores mais respeitados de pós-graduação do Brasil.

Era também um grande amigo.

Csaba Deák

Professor do Departamento do Projeto (AUP) e professor orientador do curso de pós-graduação da FAUUSP.

Aço de boa têmpera

A voz ao telefone dispensava apresentações: Mário, preciso de sua ajuda... Philip Gunn, meu orientador de mestrado (e posteriormente doutorado) neste Programa de Pós-Graduação, pedia auxílio na revisão ortográfica de sua tese de livre-docência. Integrando verdadeira "equipe" familiar, trabalhamos por todo o final de semana. A certa altura, é bem verdade, fiz-lhe breve comentário sobre um ou dois parágrafos que acabara de ler - falávamos de Hegel, lembro-me bem. Para minha surpresa (e desespero dos demais), ele começou, então, a expor minuciosamente, com o ímpeto próprio de um apaixonado pelo que fazia, as razões que o motivavam àqueles juízos, interpelando-me, de tempo em tempo, sobre o exposto. Dada a urgência da revisão e a disparidade intelectual entre os interlocutores, confesso meu desconcerto momentâneo; mas ali estava em tela seu compromisso com uma idéia. Esse era o Phil! E conosco, seus orientados, compartilhou longas e densas tardes de estudo; um entusiástico pelas "conquistas", e não menos fervoroso com as "críticas". Professor do Departamento de Tecnologia da Arquitetura, pesquisador implacável dos mecanismos político-econômicos de gestão do território, de seus agentes sociais e das modalidades diferenciadas de acumulação/reprodução do capital, em meados dos anos 80 passou a orientar mestrados sobre história do urbanismo, sobre as idéias (e ideais) veiculadas pelos arquitetos urbanistas em seus projetos urbanos. Foi nessa ocasião que o conheci, e tenho vivas as inflamadas discussões em sua casa: sobre o jovem Marx (com Cibele Risek, realmente inesquecível!). Thompson, Braudel, Le Goff e a École des Annales, dentre outros autores. Em diálogo franco com críticos - marxistas ou não - do estruturalismo marxista, seus olhos divisavam um alargamento e reavaliação do campo cultural, imprescindível ao estudo das tramas sociais e suas formas diferenciadas de poder. Tal interesse permeou boa parte de seus trabalhos historiográficos, e, convém frisar, seu humanismo "sem fronteiras" – a estender-se da Broadacre City de Frank Lloyd Wright ao Bello Monte de Antônio Conselheiro, dos sistemas de CAD/CAM às imagens renascentistas da cidade como corpo (e às vezes, ainda, surpreendia-nos com belíssimas fotografias, seu hobby ou ocupação complementar). O bom historiador, dizia Marc Block, é como o Ogro: "ali onde fareja carne humana, sabe que está a sua presa". No caso de Philip Gunn, as inspeções perseguiam formas espaciais de dominação e controle, mormente as que davam sustentabilidade ao capitalismo. Seu apetite era de fato insaciável: missões jesuíticas, arquitetura militar e controle do território no Brasil Colonial, dispositivos panópticos, eugenismo, company towns... A fartura dos temas, no entanto, não denotava um "ensaísta" voraz; antes, um investigador de "ortodoxia" rara entre nós. Para a historiografia seu legado é inconteste. Somente em 2003 Philip Gunn se integrou à área de concentração de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. Memoráveis as suas considerações sobre orientação e pesquisa, proferidas no simpósio inaugural da área (v. Revista Desígnio, n. 2). Crítico contumaz dos órgãos oficiais de avaliação

0,

dos programas de pós-graduação e das instituições de fomento à pesquisa, arrancou risos da platéia com sua "moto Harley-Davidson", metáfora com a qual enfrentou um tema que, discutido em termos puramente objetivos, "vira[va] uma coisa muita chata". Junto da área de História também organizou, em 2004, um simpósio sobre *company towns*, presidido por Maria Irene Szmrecsanyi. Infelizmente, o destino ceifou outras perspectivas promissoras de colaboração. Finalizo este retrato pessoal avivando duas imagens que são para mim reveladoras do caráter e grandeza de espírito do Phil: sua "irreverência acadêmica" – uma irreverência de *scholar*, um baluarte em defesa do livre pensamento –, e claro, sua total familiaridade com nossa gente.

8 | Resenhas



Brasil: Jovens arquitetos

SEGRE, ROBERTO. RIO DE JANEIRO: EDITORA VIANA & MOSLEY. 2004. 232 P. ISBN: 85-88721-19-8

Nestor Goulart Reis Filho

Um livro sobre os jovens arquitetos

Roberto Segre resolveu enfrentar um problema difícil para a crítica de arquitetura: o da produção dos jovens profissionais. Como o próprio autor reconhece na introdução de seu livro *Brasil: Jovens arquitetos*, (lançado pela Viana & Mosley), os críticos fogem do tema por dois motivos principais. O primeiro é que os profissionais da arquitetura só amadurecem após alguns anos de contato com a prática. O segundo é: no Brasil as informações sobre a produção das várias regiões demora para ser reconhecida, respeitada e divulgada em outros centros do país. Sem contar que entre a elaboração de um projeto e sua execução completa decorrem, às vezes, alguns anos. Os próprios arquitetos deixam de divulgar suas obras.

A existência da Bienal Internacional de Arquitetura, em São Paulo (que se mantém ativa na última década), vem melhorar as possibilidades de conhecimento e avaliação dos trabalhos das novas gerações. Mas falta muito. São poucas as revistas de arquitetura, e são tênues os canais de comunicação entre as regiões. Faltam procedimentos sistemáticos para consolidação e alargamento desses canais.

As premiações dos departamentos do IAB, em algumas regiões, também nos ajudam na divulgação de uma parte pequena da produção dos escritórios dos mais jovens. Mas, como observa Segre, há resistência das gerações anteriores para aceitar as mudanças em curso, com uma perspectiva cultural voltada para a larga duração.

O número de profissionais guarda uma relação direta com os cursos e o número de alunos existentes. Hoje são mais de 150 cursos no país (talvez mais de 170) e acima de 25.000 estudantes. Existem entre 30 e 35.000 arquitetos. Entre estes existem pelo menos 500 jovens profissionais atuantes, com desempenho que mereça respeito.

O livro de Segre, enfrentando as dificuldades mencionadas (e outras, como a necessidade de obter documentação de boa qualidade), vem, portanto, preencher uma lacuna inaceitável. Abrangendo obras de diferentes regiões e edificações para os mais diferentes usos, oferece-nos um panorama interessante da arquitetura em uma fase difícil de transição e escassez de serviço.

Um paralelo sempre surge em nossa memória: o da divulgação dos projetos e obras dos arquitetos do movimento moderno no Rio de Janeiro, com o livro *Brazil builds*, de Phillip Goodwin, editado em 1943. Naquele tempo havia, no Brasil, quatro cursos de arquitetura ligados à Escola de Belas-Artes (Rio, Porto

Alegre, Recife e Salvador), dois ligados a escolas de engenharia (a Politécnica e o Mackenzie, em São Paulo), com uns poucos alunos, e uma faculdade independente (a da UFMG). Seriam talvez umas 100 vagas por ano. O IAB de São Paulo, fundado por volta de novembro de 1943, tinha umas poucas dezenas de sócios. Nessa escala modesta de vida profissional, destacou-se o grupo do Rio de Janeiro, pela repercussão internacional de seu trabalho. De um lado havia a maturidade do grupo liderado por Lúcio Costa; de outro lado, o reconhecimento público, devido à publicação do livro *Brazil builds*, com apoio direto do grupo ligado ao MOMA de Nova York e do governo americano.

O paralelo se impõe porque o grupo do Rio era constituído todo ele por jovens arquitetos. Lúcio Costa, provavelmente o mais velho, contaria com cerca de 31 anos quando se iniciou o projeto do Ministério da Educação, e 39 anos quando se organizou a exposição *Brazil builds*, que iria consagrar suas realizações e as de seus colegas da então capital do país. Como observa Segre, esses fatos são suficientes para justificar uma atenção maior por parte dos críticos, em relação à produção dos jovens. Mas como chegar lá? Como acompanhar as produções das dezenas de milhares de arquitetos, quase todos eles jovens, atuando de Manaus a Porto Alegre, de Vitória a Porto Velho? Como saber que Roberto Moita Machado (UFCE) criou o Parque do Mindu em Manaus, que Luciano Mayto Soares, Marcelo Ursini e Sergio Salles fizeram um terminal de ônibus em São Paulo? Como saber que Diniz, Canellas, Zouzart e Geraldo criaram o Circo Voador no Rio de Janeiro? A resposta mais óbvia é: lendo o livro de Roberto Segre.

Mas há algumas questões levantadas pelo autor, que ficam em aberto. Segre cumpre sua parte, mas ao mesmo tempo nos obriga a reconhecer a existência de uma grande omissão, de um vazio, o qual todos nós ou apenas alguns outros devemos procurar preencher. Seguindo os passos de nosso colega da UFRJ, devemos reconhecer nossa obrigação de acompanhar mais de perto a produção arquitetônica das novas gerações. A crítica ativa acompanha as mudanças e procura organizar os conhecimentos possíveis, para ser útil socialmente. A crítica *a posteriori*, a história que se pretende reflexo, história passiva, esvazia a arquitetura de suas dimensões sociais e termina por considerá-la apenas como produto do mercado e da moda. A crítica ativa é como a estatística: organiza o conhecimento como instrumento de acão.

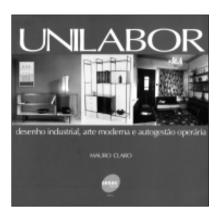
Resta, portanto, a questão principal. Se é importante conhecer os rumos que está assumindo a arquitetura produzida pelos jovens arquitetos, temos de saber como produzir esse conhecimento de forma regular. Os professores e estudantes dos 150 ou 170 cursos do país, os departamentos do IAB, a ASBEA e o sindicato (e quem sabe, em breve, a Ordem dos Arquitetos) poderiam reunir suas capacidades operacionais, para um programa digitalizado com esse objetivo. O que, evidentemente, levaria à sua própria valorização. Roberto Segre, ex-italiano, exargentino e ex-cubano já deu o exemplo. Quem for brasileiro que o siga.

Ou, pelo menos, leia seu livro.

Nestor Goulart Reis Filho

Arquiteto pela FAUUSP em 1955, bacharel em ciências sociais pela FFLCH-USP, em 1962, livre-docente pela FAUUSP, em 1964, professor catedrático pela FAUUSP, em 1967.





Unilabor: Desenho INDUSTRIAL, ARTE MODERNA E AUTOGESTÃO **OPERÁRIA**

CLARO, Mauro. São Paulo: Editora SENAC DE SÃO PAULO, 2004. 190 P.

ISBN: 85-73593-78-4

João Piza

É um livro de texto acessível, o que o torna também versátil: adequado para quem se interessa por desenho industrial, pela história da arte, da indústria, ou da esquerda brasileira. Na apresentação, Maria Irene Szmrecsanyi coloca "Mauro Claro nos leva a revisitar uma utopia realizada". E nas páginas seguintes, de fato, ele expõe essa realização e seu grande efeito irradiador, refletindo-se nos questionamentos mais avançados da arquitetura e do urbanismo brasileiro das décadas seguintes. O livro ganha mais uma dimensão ao leitor que conhece os guestionamentos do Grupo Arquitetura Nova (Flávio Império, Rodrigo Lefévre, Sérgio Ferro): é possível reconhecer na UNILABOR as raízes das idéias principais deste grupo.

O objeto tratado é a experiência da UNILABOR, uma fábrica de móveis organizada de forma cooperativa, polarizada pelo dominicano frei João Batista, e pelo artista plástico Geraldo de Barros. A experiência se estendeu de 1952 a 1967. Nesses 15 anos, a UNILABOR foi mais do que a fábrica: foi a Comunidade do Cristo Operário, com teatro, escola, e abrigando um amplo debate político, pela qual passaram diversas pessoas que influíram diretamente na formação cultural e política brasileira, como Alfredo Volpi, Flávio Império, Franco Montoro, padre Lebret.

Nos primeiros capítulos, aborda-se a formação do movimento economia e humanismo, e sua base filosófica tomista. Esse movimento, formado na França, no calor da Segunda Guerra Mundial, constrói uma crítica à economia e à política internacional daquele momento, acusando-as de perderem de foco o ser humano, e, ao invés de funcionarem a serviço deste, sacrificavam-no a serviço daquelas. Questionavam não apenas o nazismo e o fascismo, mas também o comunismo e o capitalismo. E nessa crítica, assim como na aposta na força da comunidade como forma de libertação e desalienação, aproximavam-se do que havia de mais avançado na filosofia daquele momento.

Frei João Batista se formou intelectualmente dentro do movimento, e foi uma das principais figuras na introdução de economia e humanismo no Brasil. O líder desse movimento, padre Lebret, veio diversas vezes ao Brasil, estruturou e coordenou a SAGMACS, uma experiência de análise e planejamento territorial inovadora que influenciou muitos urbanistas brasileiros nos anos 50 e 60. A

SAGMACS produziu estudos e planos para dezenas de cidades, assim como para alguns estados brasileiros, como São Paulo e Paraná. Assim, o movimento economia e humanismo trabalhava de diversas formas por uma nova sociedade. na qual o centro de seus objetivos era a libertação humana. Daí a aproximação às correntes artísticas modernas, especialmente o concretismo de Geraldo de Barros, com seu resgate da importância ética e da dignidade incutida nas propostas modernistas.

A UNILABOR nos é, então, apresentada como ensaio de um mundo novo, baseado em homens livres cooperantes. Nesse mundo novo, arte e indústria se mesclariam, diluindo as fronteiras entre as etapas de projeto e produção, entre os afazeres do artista e do técnico. Uma grande comunidade irmanada, a Comunidade do Cristo Operário, localizada no bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, conseguiu realizar essas utopias, fundindo os ideais de economia e humanismo e do concretismo. A fábrica, no final dos anos 50 e início dos 60, passa de 100 trabalhadores, ali chamados de companheiros. Mas, depois, vem a crise econômica, a desestabilização do grupo, e assim, o fim da experiência, de forma curiosamente simultânea ao fim da democracia brasileira.

Na análise dos produtos (móveis) o autor explora as relações entre a estandartização e a particularidade, em uma fábrica onde se buscava tirar o projeto da condição de ferramenta de controle e dominação, para trazê-lo ao papel de ferramenta tecnológica a serviço do bem comum. Expõe, então, as complexas relações entre os primeiros protótipos, a elaboração do projeto, a produção em série, a venda nas lojas, e o retorno das avaliações ao projeto, para sua revisão. Nesse ciclo, o diálogo entre os diversos setores da produção despertava uma consciência do todo da fábrica dentro de cada companheiro. O projeto passava a ser, desse modo, uma ferramenta de organização das informações construídas coletivamente, que possibilitava a cada um ter domínio sobre a inserção de sua atividade na construção da totalidade do produto. Uma ousadia, já que a idéia predominante, ainda hoje, no piso de fábrica, é que o projeto contém o segredo industrial, e deve ser monopolizado pela direção. O conhecimento só deve ser liberado de forma parcelada aos operários para executarem sua tarefa específica.

Por fim, o autor nos mostra a relação entre ética e estética, ou seja, a coerência entre o produto da fábrica e seus objetivos filosóficos. A simplicidade das formas, os jogos de repetição, a lógica evidente dos móveis, são, eles próprios, canais de abertura das artes para uma linguagem acessível. Simultaneamente, colocam em pauta o tema das reais necessidades humanas: evidenciam a futilidade das formas rebuscadas, e a elas se contrapõem. Forma e função andam juntas nesses produtos, e a beleza se constrói pela composição hábil das reais necessidades.

Nesse sentido, na UNILABOR, o modernismo brasileiro produz um de seus mais importantes avanços: o processo de produção aparece pela primeira vez como algo coerente com as propostas embutidas no desenho. A libertação humana não aparece como meta apenas para os usuários do desenho moderno. mas também para os produtores, fruto da junção entre o desenho moderno e os princípios de economia e humanismo. É interessante observar que essa coerência entre discurso e prática, aqui construída pela mistura entre tomismo, economia e humanismo, e concretismo, era igualmente buscada por experiências em arquitetura e desenho industrial em outras partes do mundo, a partir de misturas completamente diferentes.

O livro de Mauro Claro chega como um alento, ao relatar um trabalho bemsucedido de fortalecimento da comunidade e libertação humana. Na ocasião, padre Lebret disse: "... se em São Paulo houvessem 200 comunidades como esta, a fisionomia da cidade seria outra...". Meio século depois, vivendo uma crise dos valores coletivos sob todos os aspectos, nossa sociedade tem muito a aprender com uma experiência como essa. É uma mensagem de esperança, uma luz na escuridão para todos que trabalham pela transformação de nossa sociedade. A frugalidade das formas, a visão pedagógica do processo de projeto e produção, a confiança na capacidade humana, tão bem retratadas nessa obra, emocionam e motivam. Mostram uma janela que em dado momento se entreabriu para uma nova realidade. A janela se fechou, mas agora já sabemos que é possível.

João Piza

Arquiteto, tendo trabalhado com projetos, obras e planejamento urbano em São Paulo e no Vale do Paraíba. Atualmente, é diretor de planejamento da prefeitura municipal de Botucatu, e mestrando pela FAUUSP.

9 | NOTÍCIAS

Esta é a relação das obras do arquiteto João Batista Vilanova Artigas, constantes no arquivo de originais da Biblioteca da FAUUSP.

Resultado de transferência de acervo da Fundação Vilanova Artigas, esses documentos foram recuperados, quanto a rasuras, manchas, etc., e preservados dentros de cápsulas estanques de poliéster (mylar) pelo setor de Preservação do Acervo, com o trabalho das bibliotecárias: Lisely S. de Carvalho Pinto, Maria Satiko Matsuoka e a técnica Rita de Cássia Camargo. Foram classificados pelas bibliotecárias: Neusa Kazue Habe e Rosilene Lefone, e a técnica Maria Iracema Ferreira. Ambos os setores coordenados pela diretora da Biblioteca da FAUUSP, Eliana de Azevedo Marques, que se responsabilizou pelo projeto junto da VITAE.

Professor titular do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, professor orientador do curso de pós-graduação e ex-diretor da FAUUSP.

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/624.25 PP	Viaduto Paranapiacaba	Santo André-SP	1975
P AR78/624.25 VB	Viaduto da Serra de Botucatu para o DER / CEA – Departamento de Estradas e Rodagem, na rodovia Presidente Castelo Branco	Botucatu-SP	1970
P AR78/628.13 RT	Reservatório de Água e Torre Elevatória para o Departamento de Águas e Esgotos, em Interlagos	São Paulo-SP	1969
P AR78/690.24 BR	Livraria Brasiliense, para o sr. Caio da Silva Prado, na rua Dom José de Barros, 165 – Reforma	São Paulo-SP	1945
P AR78/690.24 LB	Livraria Brasiliense, para o sr. Caio da Silva Prado, na rua Barão de Itapetininga – Reforma	São Paulo-SP	1946
P AR78/690.24 RA	Reforma do apartamento do sr. Roberto Abucham, na rua Albuquerque Lins, 1293, apartamento 192, Santa Cecília	São Paulo-SP	1975
P AR78/711 PJ	Passarela na rua Justino Paixão sobre a avenida Ramiro Colleoni para a Prefeitura de Santo André	Santo André-SP	1974
P AR78/711.17 PPB	Plano Piloto de Brasília, para o governo federal do Brasil – Concurso	Brasília-DF	1956
P AR78/711.4 FRA	Urbanização da Fazenda Rancho Alegre, de Thyrso Silva Gomes, destinada à cidade de Porto Brasílio	Paranavaí-PR	1953
P AR78/711.4 P	Urbanização de praia na Estrada Geral, antiga estrada para Florianópolis, para a Sociedade Camboriú de Hotéis	Camboriú-SC	1973
P AR78/711.4 PJ	Urbanização da Praia de Juqueimirim	São Sebastião-SP	1963
P AR78/711.52 JAU	Centro Social Urbano de Jaú	Jaú-SP	1974
P AR78/711.58 A	Cecap Americana – Projeto de Conjunto Habitacional para a Companhia Estadual de Casas Populares – Cecap, na avenida Paschoal Ardito com a rua São Marcos, Vila São Manuel	Americana-SP	1972
P AR78/711.58 C V.1-4	Cecap Cumbica – Zezinho Magalhães Prado: Conjunto habitacional, conjunto comercial, hospital, centro comunitário e centro de saúde	Guarulhos-SP	1967
P AR78/711.58 CB	Conjunto habitacional para a Construtora Better, na avenida Nicola Capucci com a avenida Pereira Campos	Jacareí-SP	1983
P AR78/711.58 J V.1-6	Parque Cecap de Jundiaí, na Estrada Velha de Jundiaí a Campinas, Sítio Santo Antonio para Cecap – Caixa Estadual de Casas para o Povo	Jundiaí-SP	1973
P AR78/711,58 M V,1-2	Parque Cecap Mogi-Guaçu – Projeto de Conjunto Habitacional para a Companhia Estadual de Casas Populares – Cecap, na rua Amazonas com a avenida Franco Godoy Bueno	Mogi-Guaçu-SP	1977
P AR78/711.58 MA V.1-2	Parque Cecap Marília – Projeto de Conjunto Habitacional para a Companhia Estadual de Casas Populares – Cecap, na rua Antonio Abdo e rua dos Cristais	Marília-SP	1976
P AR78/711.58 PCJ V1-6	Parque Cecap Jaú – Bairro Jardim João da Velha	Jaú-SP	1976
P AR78/711,59 I	Aproveitamento Turístico da Costa de Itapuí, na avenida Fluvial	Itapuí-SP	1970
P AR78/711.59 JAU	Urbanização do Parque Municipal de Jaú, na margem direita do rio Jaú	Jaú-SP	1977
P AR78/711.59 PJ	Reurbanização da Praça Barão do Rio Branco, nas ruas Edgard Ferraz, Paissandu e Major Prado, para a Prefeitura Municipal de Jaú	Jaú-SP	1974
P AR78/711.59 RUM V.1-8	Renovação urbana em Mauá	Mauá-SP	1974
P AR78/711.59 VA V.1-6	Renovação urbana do Vale do Anhangabaú	São Paulo-SP	1973
P AR78/711.63 JLB	Loteamento do Jardim Leonor de Barros, de propriedade do Ipesp, no Tucuruvi	São Paulo-SP	1975

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/711.7 AE	Passarela na avenida Rubem Berta, em frente ao Aeroporto de Congonhas, Planalto Paulista, para Empresa Municipal de Urbanização – Emurb	São Paulo-SP	1972
P AR78/711.7 AF	Passarela sobre a avenida Coronel Alfredo Flaquer	Santo André – Sp	1975
P AR78/711.7 AR	Passarela na avenida Rubem Berta com a avenida Aratans, Planalto Paulista, para Empresa Municipal de Urbanização – Emurb	São Paulo-SP	1972
P AR78/711.7 BRAS	Passarela sobre os trilhos da Estação Roosevelt da RFFSA, na Praça Agente Cícero com a rua Domingos Paiva, Brás, para Empresa Municipal de Urbanização – Emurb	São Paulo-SP	1980
P AR78/711.7 GV	Passarela sobre a avenida 9 de Julho com a Fundação Getúlio Vargas, Bela Vista, para a Empresa Municipal de Urbanização – Emurb	São Paulo-SP	1972
P AR78/711.7 I	Passarela Ibirapuera, na avenida Pedro Álvares	São Paulo-SP	1974
P AR78/711,7 JAU	Passarela em Jaú, sobre o rio Jaú	Jaú-SP	1978
P AR78/711.7 MI	Passarela na avenida Rubem Berta com alameda Miruna, Planalto Paulista, para Empresa Municipal de Urbanização – Emurb	São Paulo-SP	1972
P AR78/711.7 NJ V,1 e 2	Passarela na avenida 9 de Julho – INPS	São Paulo-SP	1977
P AR78/711.7 NOJ	Passarelas: avenida 9 de Julho, n. 610 e avenida 9 de Julho / Jardim M. Lisboa	São Paulo-SP	1973
P AR78/711.7 PE	Passarela Largo Padre Péricles, sobre a avenida Francisco Matarazzo, Perdizes, para a Empresa Municipal de Urbanização – Emurb	São Paulo-SP	1972
P AR78/711.7 PL	Passarela na Lapa, na rua John Harrison e Willian Appers	São Paulo-SP	1973
P AR78/711.7 PP	Passarela na avenida Perimetral para a Prefeitura Municipal de Santo André – avenida Perimetral / Próximo avenida Guilherme, Centro	Santo André-SP	1974
P AR78/711.7 PPB	Passarela na avenida Pereira Barreto, rua Caiubi, Jardim Paraíso para Prefeitura Municipal de Santo André	Santo André-SP	1978
P AR78/711.7 PRI	Passarela III da rodovia dos Imigrantes, km 18,5 para o Desenvolvimento Rodoviário S/A – Dersa	São Paulo-SP	1974
P AR78/711.7 PRIM	Passarela II da rodovia dos Imigrantes, km 17,5 para o Desenvolvimento Rodoviário S/A – Dersa	São Paulo-SP	1974
P AR78/711.7 PRIS	Passarela I da Rodovia dos Imigrantes, km. 13,5 para o Desenvolvimento Rodoviário S/A – Dersa	São Paulo-SP	1974
P AR78/711.7 PS	Passarela do Sesi para a Prefeitura de Santo André sobre avenida dos Eucaliptos / rio Tamanduateí / SESI	Santo André-SP	1974
P AR78/711.7 PSB V1-5	Passarelas do Paço Municipal de São Bernardo do Campo, na avenida Brigadeiro Faria Lima e avenida Pereira Barreto	São Bernado do Campo- SP	1975
P AR78/711.7 PVT	Passarela na avenida 23 de Maio com a rua Coronel Oscar Porto, no Paraíso, para a Empresa Municipal de Urbanização – Emurb	São Paulo-SP	1972
P AR78/712.6 PCP	Paisagismo para a Prefeitura Municipal de Campo Limpo	São Paulo-SP	1980
P AR78/725.132 CCJ	Centro Cívico de Jaú, na rua Paisandu com a rua Major Prado	Jaú-SP	
P AR78/725.132 FP	Fórum de Promissão, para o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – Ipesp, nas ruas Riko Grande e Vinte e Um de Abril	Promissão-SP	1959
P AR78/725.132 GU	Edifício para prestação de serviços públicos para a Companhia Energética de São Paulo – Cesp, na rua Valéria Ciccone com a avenida Helena Maria	Guarujá-SP	1979

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/725.132 MF	Edifício de escritórios e agência da Receita Federal do Ministério da Fazenda, nas avenidas Duque de Caxias, Iracema Carvão Nunes e rua Eliezer Levy	Macapá-AP	1973
P AR78/725.132 U	Edifício para prestação de serviços públicos para a Companhia Energética de São Paulo – Cesp, na rua Amazonas com a rua Acre	Ubatuba-SP	1979
P AR78/725.18 QGT	Quartel General da Guarda Territorial do Governo Federal do Amapá, na rua Odilardo Silva, avenida Aimor e rua Jovino Sino	Macapá-AP	1971
P AR78/725.2 AC	Edifício Sociedade Auto Comercial Ltda. (Autolon) e Cinema Ouro Verde, na rua Maranhão com a rua Minas Gerais	Londrina-PR	1948
P AR78/725.2 AD	Edifício Comercial Sede da Adesite S/A., na rua Silva Jardim, s/n.	São Paulo-SP	1961
P AR78/725.2 AE	Edifício Comercial para a Equitativa dos Estados Unidos do Brasil na, rua Formosa, 367	São Paulo-SP	1945
P AR78/725.2 AEB	Edifício de escritórios para a Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, na avenida Anhangabaú com a avenida Irradiação – Sede	São Paulo-SP	1950
P AR78/725.2 AL V.1-3	Edifício comercial como sede para as Indústrias Andrade Latorre S/A., na rua Barão de Jundiaí, esquina com a rua Siqueira de Morais	Jundiaí-SP	1962
P AR78/725.2 ALP	Conjunto de dois prédios em Alphaville, na rua Itapecuru	São Paulo-SP	1984
P AR78/725.2 AP	Edifício comercial para a Agência de Propaganda Dória Associados, Edifício Cbi – L. Korngold, na rua Formosa, 367 – Reforma de um pavimento	São Paulo-SP	1951
P AR78/725.2 CF	Edifício comercial "Casa Fachada", de propriedade dos srs. Wolfang e Ary Fachada, na praça Patriarca, 27 – Reforma	São Paulo – Sp	1941
P AR78/725.2 CO	Edifício comercial para a Cia. União dos Refinadores, na rua Borges de Figueiredo, 237 com a rua Guaratinguetá – Mooca	São Paulo – Sp	1943/44
P AR78/725.2 CON	Edifício comercial para a Empresa Concialpa S/A., nos Aeroportos de Congonhas e Viracopos – Reforma	São Paulo e Campinas-SP	1973
P AR78/725.2 ED	Edifício de escritórios para os srs. João Batista Vilanova Artigas, Rino Levi, Icaro C. Mello e A. Paesani, na avenida Nove de Julho com a rua Japão, Itaim Bibi	São Paulo-SP	1962
P AR78/725.2 EDI	Editora	-	1960
P AR78/725.2 FE	Salão de Beleza Femme para o sr. Antoine	São Paulo-SP	1959
P AR78/725.2 IAL	Edifício comercial para as Indústrias Andrade Latorre S/A., na via Anhanguera com a rua do Retiro	Jundiaí-SP	1962
P AR78/725.2 INM	Edifício comercial para o Instituto Nacional do Mate, na rua Dom José de Barros, 65 – Loja na Galeria Califórnia	São Paulo-SP	1956
P AR78/725.2 JB	Edifício de escritórios, na rua Alcides Lourenço da Rocha, Brooklin Novo, de João Batista Vilanova Artigas e Marlene Yurgel	São Paulo-SP	1977
P AR78/725.2 JM	Edifício comercial para o sr. José Mestres Alijostes, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, 478	São Paulo-SP	1946
P AR78/725.2 LML	Livraria Monteiro Lobato, de propriedade da Editora Brasiliense, na avenida São João, 577	São Paulo-SP	1946
P AR78/725.2 MA	Escritórios para o sr. Manuel Antonio Mendes André	São Paulo-SP	1952
P AR78/725,2 PEN	Edifício comercial para a Pavan Engenharia e Indústria Ltda., na rua General Furtado do Nascimento, Jaguaré	São Paulo-SP	1972
P AR78/725.2 T	Edifício comercial para a sra. Thamar Gomes de Araújo, na praça General Osório s/n., Centro	Curitiba-PR	1958
P AR78/725.21 GE	Loja para Geraldo D'estefani	-	-

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/725.23 PCE	Escritório Distrital de Distribuição de Pirassununga da Companhia Energética de São Paulo – Cesp, na rua Coronel Franco	Pirassununga-SP	1980
P AR78/725.23 S	Sanesul – Construtora e Saneamento do Sul Ltda., na rua Haroldo Gurgel	São Paulo-SP	1971
P AR78/725.24 BS	Agência Mooca do Banco Safra, na rua da Mooca	São Paulo-SP	1983
P AR78/725.35 J	Central de Abastecimento de Jaú – Caja, para a Prefeitura Municipal de Jaú, na avenida Frederico Ozanan com a rodovia Bauru-Araraquara	Jaú-SP	1974
P AR78/725.35 S	Silo e armazém para o Ceagesp	Assis-SP	1969
P AR78/725.384 A	Posto de serviços para a Sociedade Auto Comercial de Londrina (Autolon), na rua Sergipe com a rua Minas Gerais – Oficinas Chevrolet	Londrina-PR	1951
P AR78/725.384 AU	Posto de serviços para a Sociedade Auto Comercial de Londrina (Autolon), nas ruas Pará, Amazonas, Amapá e avenida Paraná – Oficinas Chevrolet	Londrina-PR	1951
P AR78/725.384 FL V.1-3	Posto de gasolina para a Petrobrás, na avenida Brigadeiro Faria Lima com avenida Cidade Jardim	São Paulo-SP	1974
P AR78/725.384 GF V.1-2	Posto de gasolina para a Petrobrás, na avenida Presidente Castelo Branco com a rua General Flores, Bom Retiro	São Paulo-SP	1974
P AR78/725.384 IT V.1-2	Posto de gasolina para a Petrobrás, na avenida Presidente Castelo Branco com a rua Iturama, Pari	São Paulo-SP	1974
P AR78/725.384 JM	Posto de gasolina para o sr. José Mestres Alijostes, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, 478, Bela Vista	São Paulo-SP	1949
P AR78/725.384 T	Posto Transparaná Ltda.	-	1950
P AR78/725,384 TL	Posto Transparaná Ltda., na rua Nova com a avenida Paraná	Londrina-PR	1950
P AR78/725.384 TM	Posto Transparaná Ltda.	Maringá-PR	1950
P AR78/725.384 TP	Posto Transparaná Ltda.	Paranaguá-PR	1950
P AR78/725.386 ERL	Estação Rodoviária de Londrina	Londrina-PR	1950
P AR78/725.386 JAU V.1-8	Estação Rodoviária de Jaú, nas ruas Humaitá, Marechal Bittencourt e Saldanha Marinho	Jaú-SP	1973-1992
P AR78/725.386 JU	Estação Rodoviária de Jundiaí, na avenida Marginal com a rua Coronel Boaventura Mendes	Jundiaí-SP	1968
P AR78/725.4 CA V.1-2	Indústrias Carbex Química Ltda. (Ex Asite Ltda.), na rua Antonio Blasques, 23, com a rua Baião Parente, Frequesia do Ó	São Paulo-SP	1957
P AR78/725.4 SD	Perfumaria San Dar S/A. Indústria de Perfumes, na rua Teodoro Sampaio, 1422, com a rua Cônego Eugênio Leite	São Paulo-SP	1945
P AR78/725.4 SM	Fábrica Sanyo Marubeni	Manaus-AM	1972
P AR78/725.4 TR	Trol S/A. Indústria e Comércio, na rua Tocantins com a rua Ipiranga	São Paulo-SP	1973
P AR78/725.5 AM	Pronto Socorro para o governo federal do Amapá	Macapá-Ap	1971
P AR78/725.5 GA	Clínica Médica Giocondo Vilanova Artigas e A. Antoniuk, na rua Alcides Munhoz e rua Jacarezinho	Curitiba-PR	1973
P AR78/725.5 HL	Hospital de Londrina, na rua São Paulo com a rua Piauí	Londrina-PR	1948
P AR78/725.5 HSL V1-2	Hospital São Lucas, na avenida João Gualberto com a avenida Graciosa	Curitiba-PR	1945
P AR78/725.5 MA	Hospital Martinho	<u> </u>	1958
P AR78/725.5 MZ V.1-3	Clínica Médica e Consutório para o dr. Marcelo Zubarb, na avenida Brasil esquina com a rua Veneza	São Paulo-SP	1980
	averiida Brasil esquiria com a rua verieza		

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/725.5 PP	Hospital Geral de Porto Primavera, de propriedade da Companhia Energética de São Paulo – Cesp, no bairro Usina	Porto Primavera-SP	1978
P AR78/725.5 PSA V.1-3	Policlínica Santa Amália, na rua Gama Cerqueira, 674, 682, 688 e 702, no Cambuci	São Paulo-SP	1976
P AR78/725.5 SC V.1-8	Hospital e Maternidade São Cristóvão, na rua Dr. Alberto Benedeti com a avenida Dr. Erasmo – Construção e reforma	Santo André-SP	1968/1978
P AR78/725,5 SCL	Santa Casa de Londrina, na rua Alagoas com a rua Minas Gerais	Londrina-PR	1951
P AR78/725.6 FE	Pavilhão Central e Feminino da Febem, no Parque da Água Funda	São Paulo-SP	1965
P AR78/725.6 FEB	Pavilhão de Triagem de Menores da Febem, no Parque da Água Funda	São Paulo-SP	1961
P AR78/725.8 UBE	Edifício Cultural da União Brasileira de Escritores e Outros, na rua Joaquim Gustavo com a rua Aurora	São Paulo-SP	1958
P AR78/725.824 AM	Cinema para os srs. Alfredo Masetti e João Carlos Ronca, na rua Paraíso, esquina com a rua Bernardino de Campos	São Paulo-SP	1951
P AR78/725.827 EL	Estádio Municipal de Londrina para a Comissão Pró-Estádio Municipal de Londrina	Londrina-PR	1953
P AR78/725.827 em V.1-9	Estádio Cícero Pompeu de Toledo para o São Paulo Futebol Clube – Estádio do Morumbi	São Paulo-SP	1952
P AR78/725.827 EZ	Estádio Esportivo "Zerão", na Estrada da Fazendinha, para o governo federal do Amapá	Macapá-AP	1972
P AR78/725.85 a V.1-5	Anhembi Tênis Clube, na rua Alexandre Herculano com a rua Orobó, Alto de Pinheiros – Sede social	São Paulo-SP	1961
P AR78/725.85 CAP	Clube Atlético Paulistano, nas ruas Honduras, Colômbia e Estados Unidos	São Paulo-SP	1958
P AR78/725.85 CML V.1-9	Clube de Campo Monte Líbano, na rua Siqueira Campos, 2.943	São José do Rio Preto-SP	1976-1980
P AR78/725.85 CMLSP	Clube de Campo Monte Líbano, na avenida República do Líbano com a avenida Ibirapuera, Jardim Luzitânia	São Paulo-SP	1974
P AR78/725.85 CS	Clube de Campo Cabo Sol, para o Centro Social dos Cabos e Soldados da Força Pública de São Paulo	Taboão da Serra-SP	1964
P AR78/725.85 CSP V1-5	Santa Paula late Clube – Reforma da sede social	São Paulo-SP	1961-62
P AR78/725.85 CXV V.1-3	Clube XV de Novembro de Jaú, na avenida Caetano Perlatti e avenida 2. Perimetral	Jaú-SP	1970
P AR78/725.85 G	Clube Guaxupé – Sede, na avenida Conde Ribeiro do Vale, 183 – Reforma	Guaxupé-MG	1948
P AR78/725.85 GCC	Ginásio Ed Esportes do Country Clube de Londrina	Londrina-PR	1950
P AR78/725.85 GSP	Garagem para barcos – Santa Paula late Clube, na avenida Presidente Kennedy, Interlagos	São Paulo-SP	1961
P AR78/725.85 J V1-5	Ginásio Esportivo de Jaú entre as avenidas Zezinho Magalhães e Caetano Perlati	Jaú-SP	1973
P AR78/725.85 JAC	Jabaquara Atlético Clube, no bairro Caneleira	Santos-SP	1962
P AR78/725.85 JC	Clube de Campo para o sr. Luiz Antonio Naves Junqueira e sr. Antonio Salim Curiati, em Parelheiros	São Paulo-SP	1972
P AR78/725.85 P	Clube Associação Portuguesa de Desportos, na avenida Marginal com a avenida Auxiliar, Canindé	São Paulo-SP	1962
P AR78/725.85 PI	Esporte Clube Pinheiros, na avenida Tucuman e rua Iguatemi – Vestiários	São Paulo-SP	1950
P AR78/725.85 SP	São Paulo Futebol Clube, no Morumbi	São Paulo-SP	1960
P AR78/725.85 T V.1-2	Tortuga Clube, para a Santa Clara Melhoramentos S/A., na	Guarujá-SP	1963

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/725.85 VL	Vestiários para o Country Clube de Londrina	Londrina-PR	1951
P AR78/725.9 ABC V1-5	Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – Sede, na rua João Basso, 9	São Bernardo do Campo- SP	1963
P AR78/725.9 DO	Divisão de Obras do Governo do Amapá, na rua Procópio Rola e avenida Fab – Sede	Macapá-Ap	1970
P AR78/725.9 MJ	Edifício em "L", no pátio do Metrô Jabaquara	São Paulo-SP	1979
P AR78/725.9 SB	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, na rua Tabatinguera, 192, Liberdade	São Paulo-SP	1981
P AR78/725.9 SCU	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos de São Paulo, na rua Barão de Iguape, 339	São Paulo-SP	1959
P AR78/725.9 SF	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo, na rua Santa Ifigênia, 591 a 601 – Reforma da sede	São Paulo-SP	1961
P AR78/725.9 SG	Divisão de Segurança e Guardas do Governo de Amapá – Sede, nas avenidas Amazonas e Padre Júlio Maria Lombaerde	Macapá-AP	1972
P AR78/725.9 SMG V1-5	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Materiais Elétricos de Guarulhos	Guarulhos-SP	1969
P AR78/725.9 SMSP	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de São Paulo, na avenida Barão do Rio Branco, 766 – Sub-sede	São Paulo-SP	1963
P AR78/725.9 SP	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitaria de São Paulo, na rua Major Diogo, 126, Bela Vista – Reforma da sede	São Paulo-SP	1981
P AR78/725.9 SPA	Secretaria da Segurança Pública do Governo do Amapá – Sede, na rua Ernestino Borges esquina com a avenida Tiradentes	Macapá-AP	1972
P AR78/725.9 SPE	Sindicato dos Petroleiros	-	1963
P AR78/725.9 SR V 1-2	Sindicato dos Condutores de Veículos, Rodoviários e Anexos de São Paulo – Sede, na rua Pirapitingui, 75, Liberdade	São Paulo-SP	1963-1971
P AR78/725.9 ST	Sindicato dos Têxteis de São José dos Campos – Sede, na rua Sebastião Felicio, Jardim Bela Vista	São José dos Campos-SP	1962
P AR78/725.9 STSP	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo, na rua Oiapoque, 80, Brás	São Paulo-SP	1959
P AR78/725.9 TI	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Itu – Sede	Itu-SP	1961
P AR78/725.9 TSA	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires, na rua Monte Casseros, 268/270 – Salão	Santo André-SP	1961
P AR78/726 CP	Casa Paroquial e Igreja para Congregação Santa Cruz, no Jaguaré	São Paulo-SP	1944
P AR78/726.5 SD	Igreja e Convento São Domingos, nas ruas Caiuby e Atibaia	-	=
P AR78/727 CM V.1-2	Centro Educacional para o Sindicato dos Trabalhadores, nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão – Cemetal, na avenida Paraná, esquina com a avenida Gaffre E. Guinle, 376, 378, 380 e 382	Santos-SP	1980
P AR78/727 JA V1-6	Centro Educacional de Jaú – Unidade Escolar Especial	Jaú-SP	1968
P AR78/727 PM V.1-4	Centro Educacional de Paranavaí, Jardim Paranavaí	Mauá-SP	1975
P AR78/727 PV V1-7	Centro Interescolar do Governo do Estado de Rondônia, Porto Velho	Porto Velho-Ro	1973

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/727.1 AC	Escola de 1º Grau Agenor de Campos, nas ruas Aimorés, Bororós, São Sebastião e Coroados, para Cia. de Construções Escolares do Estado de São Paulo – Conesp	Mongaguá-SP	1976
P AR78/727.1 C V1-3	E. E. P. G. Conceiçãozinha, na rua Um – Bairro Vicente de Carvalho para Conesp	Guarujá-SP	1976
P AR78/727.1 CL	Escola Casa da Criança	Londrina-PR	1950
P AR78/727.1 EES	Escola de Ensino Secundário, na alameda Barão do Rio Branco, pertecente ao sr. Paulo Carezzato – Reforma e ampliação	São Paulo-SP	1937-38
P AR78/727.1 EM	Externado Meira Judita Leite Chaves de Carvalho, na rua Pe. João Manoel, n. 727, Cerqueira César – Reforma e ampliação do edifício	São Paulo-SP	1941
P AR78/727.1 FC V.1-5	Escola Estadual de Primeiro Grau Jardim Flor do Campo – Unidade Escolar Guarulhos – Cecap	Guarulho-SP	1978
P AR78/727.1 GG	Ginásio de Guarulhos (Eepsg) para o Ipesp, na avenida Arminda de Lima R. Timóteo Penteado, Vila Progresso (Atual Escola Conselheiro Crispiniano)	Guarulhos-SP	1960
P AR78/727.1 GI V.1-2	Ginásio de Itanhaém (Escola Estadual de Primeiro Grau Jon Theodorescp), para o Ipesp, nas ruas Júlio Pires e José Mendes de Araújo	Itanhaém-SP	1959
P AR78/727.1 GP	Ginásio Polivalente do Governo Federal do Amapá, na avenida Fab com a rua Rio de Janeiro e avenida Procópio Rola	Macapá-AP	1971
P AR78/727.1 JC V 1,1A – 2	Escola Estadual de Primeiro Grau Marechal Mollet, no Jardim Chapadão para a Conesp, na avenida João Erbolato com a rua Monte Líbano	Campinas-SP	
P AR78/727.1 JN V.1-2	Escola Estadual de Primeiro Grau Joaquim Nabuco para a Conesp, nas ruas Araribóia, Santa Cecília e Bela Vista	São José do Rio Preto-SP	1976
P AR78/727.1 JO	Escola Estadual de Primeiro Grau Jardim Oiti para a Cia. de Construções Escolares do Estado de São Paulo – Conesp, na rua Otávio Graziani	Jales-SP	1976
P AR78/727.1 JP V.1-2	Escola Estadual de Primeiro Grau Jardim Paulista, na avenida 16 com a rua Amapá e a avenida Getúlio Vargas	Fernandópolis-SP	1976
P AR78/727.1 PBE	Escola Estadual de Primeiro Grau Parque Boa Esperança, Campo Limpo	São Paulo-SP	1977
P AR78/727.1 PBE V.1-2	Escola Estadual de Primeiro Grau J. Parque Boa Esperança, no Campo Limpo	São Paulo-SP	1977
P AR78/727.1 PCS	Ginásio Presidente Costa e Silva, na avenida Ana Neri com a rua José Serafim, para o governo federal do Amapá	Macapá-AP	1971
P AR78/727.1 PL	Escola Estadual de Primeiro Grau Parque Ludovico – Unidade Escolar com 13 e 16 salas ambiente	Carapicuíba-SP	1977
P AR78/727.1 PL V.1-2	Escola Estadual de Primeiro Grau Parque Ludovico – Unidade Escola com 13 e 16 salas ambiente	Carapicuíba-SP	1977
P AR78/727.1 SP V.1-4	Escola Estadual de Primeiro Grau Sete Praias, na Estrada do Jataí, Santo Amaro, para a Conesp	São Paulo-SP	1976
P AR78/727.1 UT V.1-5	Ginásio Estadual de Utinga – Escola Estadual de Primeiro Grau na 31 de Março para o Ipesp, Avenida Utinga, 1100, Utinga	Santo André-SP	1962
P AR78/727.1 VM	Escola Estadual de Primeiro Grau Vila Menck, Unidade Escolar com 14 salas ambiente	Carapicuíba-SP	1979
P AR78/727.2 CD V.1-4	Colégio Doze de Outubro, para os srs. Remo Rinaldi Naddeo e Mário Naddeo, na rua Comendador Elias Zarzur, 301, Santo Amaro	São Paulo-SP	1962
P AR78/727.3 BIE	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Biblioteca – Instalações elétricas	São Paulo-SP	1997

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/727.9 RP	Centro Comunitário para a Petrobrás – Refinaria Presidente Bernardes	Cubatão-SP	1957
P AR78/728.1 AF	Edifício residencial para o sr. Ary Fachada, na rua Conselheiro Brotero, 810, Santa Cecília	São Paulo-SP	1953
P AR78/728.1 AM	Edifício residencial Amaralina, na rua Peixoto Gomide, 1559	São Paulo-SP	1969
P AR78/728.1 DF	Edifício residencial para a sra. Dulce Ferreira de Souza Brasil, na rua João Moura, 942, Pinheiros	São Paulo-SP	1958
P AR78/728.1 EL V.1-2	Edifício Louveira para a família Mesquita, na praça Vilaboim, esquina com a rua Piauí	São Paulo-SP	1948
P AR78/728.1 EU	Edifício Residencial Europa, para os srs. J. B. V. Artigas, R. Levi, I. C. Mello, A. S. Paesani e E. K. de Mello, na avenida 9 de Julho com a rua Japão	São Paulo-SP	1962
P AR78/728.1 HW	Edifício residencial para os srs. Hirsch Schor e Waldemar Rays, na Ilha Porchat	São Vicente-SP	1950
P AR78/728.1 I	Edifício residencial para o Instituto de Aposentadoria e Pensionistas dos Comerciários – Iapc, na rua São Vicente de Paula com Alameda Barros	São Paulo-SP	1946
P AR78/728.1 LJ	Edifício residencial para o sr. Luis Antônio Naves Junqueira	São Paulo-SP	1967-1978
P AR78/728.1 MA	Edifício Residencial Califórnia para o sr. Manoel Antonio Mendes André, na rua Alves Guimarães, 171, Jardim América	São Paulo-SP	1970
P AR78/728.1 PG	Edifício residencial para o sr. João Batista Vilanova Artigas, na avenida do Flamengo, Jardim Vila Guilhermina	Praia Grande-SP	1963
P AR78/728.1 WM	Edifício residencial para o sr. William Maluf, na rua Maranhão	São Paulo-SP	=
P AR78/728.3 AA	Residência para o sr. Alberto Augusto da Silva Caldas, na rua Fernando Albuquerque, 166	São Paulo – Sp	1942
P AR78/728.3 ABS	Residência para o sr. Antonio Barbosa de Souza, na rua 13 de Junho com a avenida Afonso Pena	Campo Grande-MS	1971
P AR78/728.3 ACB	Residência para o sr. Adelino Cândido Baptista, na rua José Comparato, Cambuci	São Paulo-SP	1958
P AR78/728.3 ACS	Residência Álvaro Corrêa de Sá, na rua Coronel Ducíldio, s/n	Ponta Grossa-PR	1949
P AR78/728.3 AE	Residência para a sra. Amelie Elisa Celestine Morin Glover, na rua Henrique Martins, 81, Ibirapuera	São Paulo-SP	1941
P AR78/728.3 AF	Residência para o sr. Álvaro de Freitas, na rua José Comparato, s/n., Aclimação	São Paulo-SP	1968
P AR78/728.3 AFC	Residência para o sr. Antonio Fonseca Castello Branco, na rua Batatais, 319	Barra do Piraí-RJ	1952
P AR78/728.3 AFF	Residência para o sr. Antonio Ferreira Filho, no bairro do Sumaré – Reforma e ampliação	São Paulo-SP	1949
P AR78/728.3 AFP	Residência para o sr. Alvaro de Freitas Pimentel, na rua Itajubá, 132	São Paulo-SP	1943
P AR78/728.3 AG	Residência para o sr. Alfred Grunther Domschke, na rua D. Pedro II , 2.040, Campo Belo	São Paulo-SP	1971
P AR78/728.3 AGD V. 1-3	Residência para o sr. Alfred Grunther Domschke, na rua Comendador Elias Zarzur, 2.036, Alto da Boa Vista	São Paulo-SP	1974
P AR78/728.3 AGM	Residência para o sr. Augusto Gomes de Mattos, na rua Comandante Ismael Guilherme com a rua Sagres, Ibirapuera	São Paulo-SP	1950
P AR78/728.3 AL	Residência para o sr. Alcides de Lara Campos, na avenida Brigadeiro Luís Antônio com a avenida Santo Amaro, 9, Vila Nova Conceição	São Paulo-SP	1940
P AR78/728.3 AM	Residência Alfredo Machado Marques, na rua Itajubá, 118, Pacaembu	São Paulo-SP	1944

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/728,3 AMA	Residência Antenor Mansur Abud	Taubaté-SP	1969
P AR78/728.3 AMG	Residência para o sr. Amado Ferreira Mansur Gueiros, na rua Guaraiúva, 986, Brooklin Paulista	São Paulo-SP	1951
P AR78/728.3 AP	Residência Aurélio Pereira Lima, na rua Atlântica, 862, Jardim América	São Paulo-SP	1940
P AR78/728.3 ARI	Residência Ana Ricaldoni Ponta, na rua Heitor de Morais, 61, Pacaembu	São Paulo-SP	1942
P AR78/728.3 ARM	Residência para o sr. Ariosto Martirani, na rua Berlioz, 405, Alto de Pinheiros	São Paulo-SP	1969
P AR78/728.3 ARP	Residência Ana Ricaldoni Ponta	-	-
P AR78/728.3 AS	Residência para o sr. Álvaro Corrêa de Sá, na alameda Prudente de Moraes com a rua Saldanha Marinho	Curitiba-PR	1945
P AR78/728.3 ASC	Residência para o sr. Antônio Salim Curiati, na rua Das Zínias com a rua dos Plátanos	São Paulo-SP	1978
P AR78/728.3 BE	Residência para o sr. Bernardo Abramovich, na rua Peixoto Gomide, 1.559 – Reforma	São Paulo-SP	1970
P AR78/728.3 BG	Residência para a sra. Bertha Gift Stirner, na rua Antonio Chagas, 124	São Paulo-SP	1940
P AR78/728.3 BL	Residência para o sr. Benedito Levi, na rua Áustria, 141, esquina com a rua Inglaterra, Jardim Europa	São Paulo-SP	1944
P AR78/728.3 BR	Residência para a Empresa Tubos Brasilit S/A., em Santo André	Santo André-SP	1946
P AR78/728.3 CA	Residência para a Indústria Carbex Química Ltda., na rua José Freitas Guimarães, Pacaembu	São Paulo-SP	1955
P AR78/728.3 CB	Residência para o sr. Coralo Bernarde, na rua Dr. Ubaldino do Amaral	Curitiba-PR	1945
P AR78/728.3 CG	Residência para o sr. Chaim Goldenstein, na rua Heitor de Moraes com a rua Wanderley, Perdizes	São Paulo-SP	1952/1972
P AR78/728.3 DM	Residências para o sr. Duilio Marone, na rua Bastos Pereira, 529 e 532, Vila Nova Conceição – Duas residências	São Paulo-SP	1940/1941
P AR78/728.3 DMA	Residência para o sr. Duilio Marone, na avenida Santo Amaro, 345, esquina com a rua Bastos Pereira, Vila Nova Conceição	São Paulo-SP	1942/1943
P AR78/728.3 DR	Residência para o sr. David Rosemberg, na rua Morás, 50, Pinheiros	São Paulo-SP	1950
P AR78/728.3 E	Residência para o dr. Elias e dona Maná, na rua Pedro Bueno	-	1981
P AR78/728.3 EAP	Residência para o sr. Ewaldo de Almeida Pinto, na rua Saldanha Marinho, Brooklin	-	1968
P AR78/728,3 EB	Residência para a sra. Elza Salvattori Berquó, na rua Paulo Roberto Paes de Almeida, 51, Chácara Flora – Construção e ampliação (piscina e casa de hóspedes)	São Paulo-SP	1967/1974
P AR78/728.3 EC	Residência para o sr. Eduardo Cunha, na rua Fradique Coutinho, 97	São Paulo-SP	1941
P AR78/728.3 ECC	Residência para o sr. Elias Calil Cury, na rua Holanda com a rua Espanha, Jardim Europa	São Paulo-SP	1969
P AR78/728.3 EL	Residência para a Sra. Edith Leme Ianni, na alameda Jauaperi, 311, Indianópolis	São Paulo-SP	1960
P AR78/728,3 EN V.1-2	Residência para o sr. Edgard A. Niclewicz, na rua Lourenço Mourão, 44	Curitiba-PR	1978
P AR78/728.3 ER	Residência para o sr. Elphy Rosenthal, na rua Heitor de Moraes, 507, Pacaembu	São Paulo-SP	1948

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/728,3 ES	Residência para o sr. Elly Silva, na rua Roxo Moreira, s/n., Cidade Universitária	Campinas-SP	1978
P AR78/728.3 FB	Residência para o sr. Fernando Bebiano Barreto Henriques, na avenida Rebouças, 120	São Paulo-SP	1940
P AR78/728.3 FBB	Residência para o sr. Fernando Bebiano Barreto Henriques, na avenida Santo Amaro, 23	São Paulo-SP	1940
P AR78/728.3 FBBH	Residência para o sr. Fernando Bebiano Barreto Henriques, na avenida Santo Amaro, 357	São Paulo-SP	1941
P AR78/728.3 FEB	Residência para o sr. Fernando Bebiano Barreto Henriques, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, 4.540	São Paulo-SP	1942
P AR78/728.3 FEBB	Residência para o sr. Fernando Bebiano Barreto Henriques	-	-
P AR78/728.3 FF	Residência para o sr. Francisco Franco Teixeira, na rua Tumiaru, 298	São Paulo-SP	1941
P AR78/728.3 FG	Residência para o sr. Febus Gikovate, na rua Ouro Preto, s/n., Jardim Europa	São Paulo-SP	1949
P AR78/728.3 FH	Residência para o sr. Fernando Horta, na rua Caramimuan, Alto de Pinheiros	São Paulo-SP	1973
P AR78/728.3 FL	Residência para o sr. Frederick Lumley Andrews, na rua Madre Teodora, 44	São Paulo-SP	1942
P AR78/728.3 FMS	Residência para o sr. Francisco Matarazzo Sobrinho, na avenida Lineu de Paula Machado, esquina com a rua Francisco Morato, Butantã	São Paulo-SP	1949
P AR78/728.3 FR	Residência para o sr. Francisco Ribeiro	-	-
P AR78/728.3 GBB	Residência para o sr. Guilherme Bianchi Benvenuti, na rua Manoel Maria Tourinho, Pacaembu	São Paulo-SP	1959
P AR78/728.3 GCD	Residência para o sr. Geraldo Camargo Demétrio, na rua Barginha, Sumaré	São Paulo-SP	1976
P AR78/728.3 GE	Residência para o sr. Geraldo D'estefani, na rua José de Magalhães, 172	São Paulo-SP	1950
P AR78/728.3 GEP	Residência para o sr. Gilberto e Elisa Périgo, na rua Aparecida com a rua Durvalina, Vila Mascote	São Paulo-SP	1974
P AR78/728.3 GK	Residência para o sr. Gilberto Krutman, na rua das Gaivotas, 180, Moema	São Paulo-SP	1968
P AR78/728.3 GMC	Residência para o sr. Genulfo Máximo de Carvalho, na rua Clélia, 237, Vila Romana	São Paulo-SP	1940
P AR78/728.3 GO	Residência oficial do governador de Goiás, para a Secretaria de Obras Públicas do Governo de Goiás	Goiânia-GO	1961
P AR78/728.3 GP	Residência para o sr. Giulio Pasquale, na alameda Lorena, 48	São Paulo-SP	1939/1942
P AR78/728.3 GS	Residência para o sr. Gino Saltini, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, 4.521	São Paulo-SP	1944
P AR78/728.3 GVA	Residência para o sr. Giocondo Vilanova Artigas, na rua Fontana com a rua da Glória, Lote 2	Curitiba-PR	1950
P AR78/728.3 HA	Residência Heitor de Almeida, na rua Castro Alves, esquina com a rua Vergueiro Steidel	Santos-SP	1949
P AR78/728.3 HAT	Residência para o sr. Hanns Victor Trostli, na rua Guará, 66, Sumaré	São Paulo-SP	1947-1948
P AR78/728.3 HH	Residência Hermann Hugo Scheyer, na rua Antonio das Chagas, 247, Chácara Santo Antonio	São Paulo-SP	1940
P AR78/728.3 HQ	Residência Herculano Quadros, na rua Chile, 788, Jardim	São Paulo-SP	1941

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/728.3 JP	Conjunto de 4 casas para Eusébio e Jaime Porchal, na rua Sampaio Vidal, 550, Jardim Paulista	São Paulo-SP	1944
P AR78/728.3 JVA	Residência para Joel Vilanova Artigas, na rua Fontana, 220 com a rua da Glória, 220, Lote 1	Curitiba-PR	1950
P AR78/728.3 JVN	Residência para o sr. José Vieitas Neto, na avenida Córrego do Sapateiro com a rua Dr. Esdras	São Paulo-SP	1968
P AR78/728.3 KE	Residência para o sr. Keiserman – Reforma	-	-
P AR78/728.3 LA	Residência para o sr. Luiz Antonio Leite Ribeiro, na rua Turquia, 42	São Paulo-SP	1941
P AR78/728.3 LAL	Residência para o sr. Luiz Antonio Leite Ribeiro, na rua Heitor de Moraes, 257, Pacaembu	São Paulo-SP	1943
P AR78/728.3 LALR	Residência para o sr. Luiz Antonio Leite Ribeiro, na rua Bento de Andrade, 516 e 526, Ibirapuera (2 casas)	São Paulo-SP	1942
P AR78/728.3 LAT	Residência para o sr. Luiz Arouche de Toledo, na rua Tavares Cabral, 133	São Paulo-SP	1942
P AR78/728.3 LAU	Residência para o sr. Luiz Aulicino, na avenida Brigadeiro Luís Antonio, 4.469	São Paulo-SP	1941
P AR78/728.3 LCU	Residência para o sr. Luiz Carlos Uchoa Junqueira, na avenida Central, 223 esq. avenida Portugal – Brooklin Novo	São Paulo-SP	1944
P AR78/728.3 LG	Residência para o sr. Luiz Gonzaga Leme Monteiro, na rua Das Magnólias com a rua Claudina Silva	São Paulo-SP	1941
P AR78/728,3 LL	Residência para a Sra. Lúcia Lara Campos, na rua Alaska, 66, Jardim América – Reforma e ampliação	São Paulo-SP	1942-44
P AR78/728.3 LLA	Residência para a sra. Lúcia Lara Campos, na rua Antônio Bento	-	-
P AR78/728.3 LLI	Residência para o sr. Luiz Lúcio Izzo, na Avenida Morumbi com a rua São Braulio, Jardim Leonor	São Paulo-SP	1974
P AR78/728.3 LM	Residência Leão Machado	-	1948
P AR78/728.3 LN	Residência para o sr. Léo Pereira Lemos Nogueira, na rua Ismael Guilherme, Lote 7, Quadra K, Jardim Luzitânia	São Paulo-SP	1959
P AR78/728.3 LRM	Residências para o sr. Leo Ribeiro de Moraes, na rua Marcelina com as ruas Duílio e Camilo	São Paulo-SP	1945
P AR78/728.3 M	Residência M. C.	-	1967
P AR78/728.3 MA	Residência Maria Amélia Jank, na rua Morgado de Mateus, 127	São Paulo-SP	1942
P AR78/728.3 MAM	Residência para o sr. Manoel Antonio Mendes André, na rua Cel. Artur de Godói, 203, Vila Mariana	São Paulo-SP	1966
P AR78/728.3 MAMA	Residência para o sr. Manoel Antonio Mendes André, na rua Cel. Artur de Godói, 185, Vila Mariana	São Paulo-SP	1952
P AR78/728.3 MAN	Residência para o sr. Manoel Antonio Mendes André	-	1951
P AR78/728.3 MANA	Residência para o sr. Manoel Antonio Mendes André, na rua Alves Guimarães	São Paulo-SP	1948
P AR78/728,3 MC	Residência para o sr. Milton da Costa	São Paulo-SP	1961
P AR78/728.3 MD	Residência Max Dreifuss, na rua Antonio das Chagas, 280	São Paulo-SP	1940
P AR78/728.3 MF	Residência para o sr. Moacyr de Freitas Amorim, na avenida Prof. Afonso Bovero, 218	São Paulo-SP	1944
P AR78/728.3 MM	Residência para o sr. Manuel Montiel, em San Isidoro, Lima, Peru	Lima-Peru	1974
P AR78/728.3 MMA	Residência para o sr. Manuel Antonio Mendes André	-	=
P AR78/728.3 MRB	Residências para a sra. Maria Risoleta Bueno Pamplona, na rua Assis – Grupo de quatro residências, 50/5	São Paulo-SP	1942

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/728.3 MRM	Residência para o sr. Milton Ribeiro de Menezes, na rua Ceará	Londrina-PR	1950
P AR78/728.3 N	Residência para o sr. Eli Daniel Nassi, na rua Piracicaba, 808, Brooklin Paulista	São Paulo-SP	1948
P AR78/728.3 NB	Residência para o sr. Newton Bernardes, na rua Pasqual Vita, Alto de Pinheiros	São Paulo-SP	1969
P AR78/728.3 NM	Residência para a sra. Noemia Marone, na rua General Rondon, 118, Campos Elíseos – Reforma	São Paulo-SP	1937
P AR78/728.3 NP	Residência para o sr. Nelson Pereira da Costa, na rua Noruega, 15	São Paulo-SP	1939
P AR78/728.3 NS	Residência para o sr. Nicolau Scarpa Júnior, na rua Haguassu, 91, Pacaembu (Atual rua Manuel Maria Tourinho)	São Paulo-SP	1940/44
P AR78/728.3 NTO	Residência para o sr. Nelson Tabajara de Oliveira, na rua das Magnólias, 490	São Paulo-SP	1941
P AR78/728.3 OA	Residência para o sr. Ottoni de Arruda Castanho, na rua Cotoxó, 531, com a rua Desembargador do Vale, Pompéia	São Paulo-SP	1939
P AR78/728.3 OB	Residência para a sra. Olga e sr. Sebastião Baeta, na rua Gaspar Moreira, Butantã	São Paulo-SP	1957
P AR78/728.3 OH	Residência para o sr. Orlando Holzmann, na rua Augusto Ribas com a rua Padre Ildefonso	Ponta Grossa-PR	1945
P AR78/728.3 OM	Residência para o sr. Orlando Martinelli, na rua José Comparato, s/n, Cambuci	São Paulo-SP	1958
P AR78/728.3 OV	Residência para o sr. Oduvaldo Vianna, na avenida Dr. Arnaldo, Quadra 2, Lote 26, Sumaré	São Paulo-SP	1951
P AR78/728.3 P	Residência na avenida Pacaembu	São Paulo-SP	1943
P AR78/728.3 PE	Residência para o sr. Paulo Emílio Gomes dos Reis, na rua Almirante Pereira Guimarães, 378, Pacaembu	São Paulo-SP	1951
P AR78/728.3 PGG	Residência Paulo Garcia Guimarães, na rua Honduras, 124 – Reforma	São Paulo-SP	1943
P AR78/728.3 PS	Residência para o sr. Paulo Seixas Queiroz, na rua da Mata, 70, Itaim Bibi	São Paulo-SP	1967
P AR78/728.3 RBP	Residência para o sr. Rio Branco Paranhos, na rua Heitor de Morais, 120, Pacaembu	São Paulo-SP	1943
P AR78/728,3 RDM	Residência Rubens de Mendonça, na rua Guaçu, 176, Sumaré (Casa dos Triângulos)	São Paulo-SP	1958
P AR78/728.3 RF	Residência do sr. Rui Franco, na rua Martinho, esq. com a rua Victorino Carmilo – Reforma	São Paulo-SP	1961
P AR78/728.3 RHA	Residência Henrique Arouche de Toledo, na rua Itapicuru, 509, Perdizes	São Paulo-SP	1938
P AR78/728.3 RIM	Residência para Rivadávia Mendonça, na rua Itaguassu (Atual r. Manoel Maria Tourinho), Pacaembu	São Paulo-SP	1944
P AR78/728.3 RL	Residência para o sr. Roberto Lacaze, na avenida Sumaré, 460	São Paulo-SP	1941
P AR78/728.3 RM	Residência para o sr. Rui Martins Ferreira, na rua Cons. Torres Homem, 441, Jardim Paulista	São Paulo-SP	1940
P AR78/728.3 RQA	Residência para o sr. Quirino de Andrade, na alameda Lorena	São Paulo-SP	1938
P AR78/728.3 RR	Residência para Ricardo Ricaldoni (1), na rua Itaguassu, Lote 44, Pacaembu (Atual rua Manoel Maria Tourinho)	São Paulo-SP	1945
P AR78/728.3 RRA	Residência para Ricardo Ricaldoni (2), na rua Itaguassu, Lote 39, Pacaembu	São Paulo-SP	1945
P AR78/728.3 RS	Residência para o sr. Roberto Salmeron, na rua Rui Barbosa com a esq. avenida Almirante Barroso, Campo Belo	São Paulo-SP	1949

Classificação	Título	Local	Data
P AR78/728.3 RSF	Residência para o sr. Renato S. Faucz, na rua Marechal Hermes s/n.	Curitiba-PR	1975
P AR78/728.3 SK	Residência para o sr. Suher Krasner, na praça Charles Miller com a rua Heitor de Moraes, Pacaembu – Reforma interna	São Paulo-SP	1948
P AR78/728.3 TB	Residência Antônio Luis Teixeira Barros, na rua Turquia, 468, Jardim Europa	São Paulo-SP	1946
P AR78/728.3 TP	Residência Telmo Fernades de Aragão Porto, na rua Dr. Costa Júnior, 230, Perdizes	São Paulo-SP	1968
P AR78/728.3 TR	Residência para o sr. Tito Ribeiro de Almeida, na rua Marechal Bittencourt com a rua Maestro Chiaffarelli, Jardim Paulista	São Paulo-SP	1946
P AR78/728.3 VA	Residência para o sr. João B. V. Artigas, na rua Piracicaba com a rua Barão de Jaceguai, 1.149 (casinha)	São Paulo-SP	1942
P AR78/728.3 VAR	Residência para o sr. João B. V. Artigas, na rua Barão de Jaceguai, 1.151 (2. casa do arquiteto)	São Paulo-SP	1949
P AR78/728.3 VBR	Residência para o sr. Vitor Brecheret, na rua Alemanha, 115	Sào Paulo-SP	1943
P AR78/728.3 WC	Residência para o sr. Waldemar Cordeiro, na rua Pombal, 415, Sumaré	São Paulo-SP	1970
P AR78/728.5 HJ	Hotel e Centro de Convenções para a Prefeitura Municipal de Jaú	Jaú-SP	1978
P AR78/728.5 HM	Hotel Monteverde	Monte Verde-MG	1977
P AR78/728.52 BJ V.1 e 2	Balneário-1, nas avenidas do Café e João Ferraz Neto	Jaú-SP	1975
P AR78/728.52 BJA V.1 – 2B	Balneário-2, na rua 24 de Maio com a rua Jesuíno dos Santos	Jaú-SP	1975
P AR78/728.55 CM	Colônia de Férias do Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de São Paulo, na avenida Dom Pedro II, Vila Califórnia	Praia Grande-SP	1963
P AR78/728.55 CVR V.1-12	Colônia de Férias do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de São Paulo, na avenida dos Sindicatos, Vila Mirim	Praia Grande-SP	1973/1983
P AR78/728.55 CVR V.1-12	Colônia de Férias do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de São Paulo, na avenida dos Sindicatos, Vila Mirim	Praia Grande-SP	1973/1983
P AR78/728.55 CVR V.1-12	Colônia de Férias do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de São Paulo, na avenida dos Sindicatos, Vila Mirim	Praia Grande-SP	1973/1983
P AR78/728.55 T V.1-10	Colônia de Férias para o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, na Praia Grande (Vila Mirim)	Praia Grande-SP	1969/1987/1 991
P AR78/728.55 UNSP V.1-7	Colônia de Férias da União Nacional dos Servidores Públicos (Unsp), Praia Grande	Praia Grande-SP	1975
P AR78/728.67 LJ	Casa de fazenda para o sr. Luiz Antonio N. Junqueira	=	1973
P AR78/728.67 MA	Sede de fazenda para o sr. Manuel Antonio Mendes André	São Paulo-SP	1956
P AR78/728.7 EB	Casa de praia para a Sra. Elza Bernardi, na rua 1, Quadra 4, Lote 6, Jardim Star	Peruíbe-SP	1974
P AR78/728.7 GA	Casa de praia para o sr. Giocondo Vilanova Artigas, na avenida Manuel Ribas, Quadra 5, Lote 2, Vila de Caiobá	Caiobá-PR	1961
P AR78/728.7 JA	Casa de praia para o sr. Joel Vilanova Artigas, na Quadra 1, Lote 3, Vila Caiobá	Caiobá-PR	-
P AR78/728.7 JR V.1-2	Casa de praia para a sra. Júlia Romano Corrêa, na praia do Juqueí	São Sebastião-SP	1980
P AR78/728.7 MN	Casa de praia para Márcia Nemes Yano, na rua 5, Quadra 10, Lote 5, Estância Balneária Belmira Novaes	Peruíbe-SP	1977
P AR78/728.7 MS	Casa de campo para o sr. Marcílio Schiavon	_	1972

Teses e dissertações

Fevereiro a julho de 2005

Teses

SIMAIA DO SOCORRO DAS MERCÊS

Transporte coletivo em Belém: Mudança e

continuidade Data: 17.02.05

Orientador(a): Profa. Dra. Andreina Nigriello

LUCIANA MÁRCIA GONÇALVES CINTRÃO

Os vazios urbanos na estruturação da cidade de

Araraquara Data: 18.02.05

Orientador(a): Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

EMILIA FALCÃO PIRES

Espaços livres urbanos e processos naturais - O

exemplo do município de Bauru

Data: 21.02.05

Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

AUGUSTO FRANCISCO PAULO

Na casa paulistana, sobretudo o lazer

Data: 24.02.05

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Alberto Cerqueira

Lemos

RENATO DE ANDRADE MAIA NETO

Arquitetura para o Museu de Arte Contemporânea

da USP Data: 01.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Marques de

Azevedo

JUNKER DE ASSIS GRASSIOTTO

Blocos de concreto montados a seco: Um sistema construtivo inovador de alvenaria mão armada

Data: 04.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

FRANCISCO LÚCIO MÁRIO PETRACO

Arquitetura, desenho, estrutura & ritmo

Data: 09.03.05

Orientador(a): Profa. Dra. Marlene Yurgel

STELLA REGINA MIGUEZ

Arquitetura em exposição: Uma prática

interdisciplinar. Caracterização das bienais de

arquitetura de São Paulo

Data: 10.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha

Perrone

JÚLIO CÉZAR BERNARDES PINTO

Arquitetura e "lugar". Edifícios, interstícios e o

espaço urbano Data: 11.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

SIMONE MARTINOLI MADEIRA CAMPOS

O estado brasileiro e o processo de produção do

espaço no Acre Data: 15.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Csaba Deák

ANGELO SALVADOR FILARDO JÚNIOR

Externalidade e gestão dos valores do ambiente: considerações teóricas e uma aplicação ao caso do

Programa Guarapiranga (1991-2000)

Data: 16.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

HELENA APARECIDA AYOUB SILVA

Abrahão Sanovicz: O projeto como pesquisa

Data: 21.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Eduardo Luiz Paulo

Riesencampf de Almeida

ÁLVARO LUIS PUNTONI

O projeto como caminho: Estruturas de habitação na área central de São Paulo. A ocupação de

vazios na avenida Nove de Julho

Data: 22.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Arnaldo Antonio Martino

MARIA ALICE JUNQUEIRA BASTOS

Dos anos 50 aos anos 70: Como se completou o

projeto moderno na arquitetura brasileira

Data: 31.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Júlio Valentino Bruna

CÉLIA FERRAZ DE SOUZA

O plano geral de melhoramentos de Porto Alegre:

Da concepção às permanências

Data: 04.04.05

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cristina da Silva

Leme

GIVALDO LUIZ MEDEIROS

Artepaisagem. A partir de Waldemar Cordeiro

Data: 04.04.05

Orientador(a): Profa. Dra. Vera Maria Pallamin

MARIA LUIZA CORREA

Olhar(se): Pela poética da arquitetura

Data: 05.04.05

Orientador(a): Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky

RENATO PALUMBO DÓRIA

Entre o belo e o útil: Manuais e práticas do ensino

do desenho - O Brasil do século XIX

Data: 06.04.05

Orientador(a): Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky

MARIA SOARES DE ALMEIDA

Transformações urbanas. Atos, normas, decretos, leis na administração da cidade Porto Alegre 1937/1961

Data: 08.04.05

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de

Sampaio

RAQUEL DIAS VIEIRA BRAGA

Os riscos da arquitetura contemporânea de Minas

Gerais

Data: 11.04.05

Orientador(a): Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky

ALEXANDRE CARLOS PENHA DELIJAICOV

São Paulo, metrópole fluvial: Os rios e a arquitetura da cidade parques e portos fluviais urbanos: Projeto

da cidade-canal Billings-Taiaçupeba

Data: 18.04.05

Orientador(a): Prof. Dr. Arnaldo Antonio Martino

CLÁUDIO SILVEIRA AMARAL

John Ruskin e o desenho no Brasil

Data: 15.04.05

Orientador(a): Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky

JORGE BASSANI

A função é a comunicação

Data: 15.04.05

Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

DENISE DANTAS

Design orientado para o futuro, centrado no indivíduo e na análise de tendências

Data: 29.04.05

Orientador(a): Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho

LÊDA MARIA BRANDÃO DE OLIVEIRA

A invenção da luz moderna

Data: 05.05.05

Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha

Perrone

MARCOS DE AZEVEDO ACAYABA

Projeto, pesquisa, construção

Data: 13.05.05

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Júlio Valentino Bruna

LÚCIA FERNANDA DE SOUZA PIRRÓ DILONARDO

O impacto das envolventes verticais no desempenho

energético de edifícios de escritórios

Data: 23.06.05

Orientador(a): Profa. Dra. Anésia Barros Frota

FERNANDO DE MELLO FRANCO

A construção do caminho. A estruturação da metrópole pela conformação técnica das várzeas e

planícies fluviais da bacia de São Paulo

Data: 24.06.05

Orientador(a): Prof. Dr. Eduardo Luiz Paulo

Riesencampf de Almeida

LUIZ AUGUSTO MAIA COSTA

O moderno planejamento territorial e urbano em São Paulo. A presença norte-americana no debate da formação do pensamento urbanístico paulista, 1886-

1919

Data: 27.06.05

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Lucia Caira Gitahy

JURANDIR GUATASSARA

O planejamento urbano na produção da cidade de

Maringá: Alcances e limites

Data: 29.06.05

Orientador(a): Profa. Dra. Marly Namur

SUZI PEQUINI

Ergonomia aplicada ao design de produtos: Um estudo de caso sobre o design de bicicletas

Data: 27.07.05

Orientador(a): Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho

Dissertações

EDVÂNIA HELENICE DANTAS

Análise gráfica. Um olhar sobre a arquitetura

moderna paulistana Data: 18.02.05

Orientador(a): Prof. Dr. Luis Antonio Jorge

FRANCINE MARILIZ GRAMACHO SAKATA

O projeto paisagístico como instrumento de

requalificação urbana Data: 18.02.05

Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

LILIAN BUENO ALBA

1935-1965: Trinta anos de edifícios modernos em

São Paulo Data: 22.02.05

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Marques de

Azevedo

JOSÉ ROBERTO DA COSTA LIMA

Os terminais rodoviários de passageiros do interior

do estado de São Paulo: Ontem e hoje

Data: 22.02.05

Orientador(a): Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

ISABELLA BATALHA MUNIZ BARBOSA

Modernidade e assimetrias na paisagem: A fragmentação de ecossistemas naturais e humanos

na Baía Noroeste de Vitória - ES

Data: 24.02.05

Orientador(a): Profa. Dra. Catharina Pinheiro

Cordeiro dos Santos Lima

RICARDO LAURENTINO VASCONCELOS

Edifícios de escritórios: Arquitetura, energia e

automação Data: 28.02.05

Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro

MARILDA STENGUEL FRÓES

Novos instrumentos de incentivo a preservação do patrimônio: A experiência recente no município de

São Paulo Data: 02.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Antonio Cláudio M. Lima e

Moreira

MAURO MOTODA

Empreendimentos de uso misto: Os hotéis e a

interação urbanística

Data: 08.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin

CAIO SANTO AMORE DE CARVALHO

Lupa e telescópio: O mutirão em foco - São Paulo,

anos 90 e atualidade Data: 11.03.05

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de

Sampaio

ANA LÚCIA PINTO DE FARIA BURJATO

Parques acessíveis - Um direito da cidadania.

Aplicação de procedimentos para avaliação de projeto

implantado: O caso do Parque Villa-Lobos

Data: 11.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. João Bezerra de Menezes

JOSÉ EDUARDO LEVY

A formação da propriedade urbana na cidade de São

Paulo: Conflitos entre títulos e territórios

Data: 17.03.05

Orientador(a): Profa. Dra. Marly Namur

ÉRIKA CRISTINA PEDROSO PEREIRA

Migrantes e seus caminhos

Data: 17.03.05

Orientador(a): Profa. Dra. Suzana Pasternak

RITA DE CÁSSIA FANTINI DE LIMA

Projetos de Victor Dubugras para Ribeirão Preto

Data: 22.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin

SIOMARA GONZALEZ GOMES

Aplicação de instrumentos de gestão urbana e ambiental em município da Baixada Santista: Santos

nos anos 90 Data: 22.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

JOSÉ GUILHERME SCHUTZER

Cidade e meio ambiente: A apropriação do relevo no

desenho ambiental urbano

Data: 23.03.05

Orientador(a): Profa. Dra. Maria de Assunção Ribeiro

Franco

ROBERTO PORTUGAL

Uma escola de arquitetura - FAUUSP: Edifícios e

ensino

Data: 28.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Miguel Alves Pereira

ONÉSIMO CARVALHO DE LIMA

Arquitetura e cidade: Edifícios urbanos na área

central de Ribeirão Preto. Um exercício de ocupação de quadra

Data: 29.03.05

Orientador(a): Prof. Dr. Dario Montesano

MONICA BALESTRIN NUNES

A configuração espacial da várzea do rio Tietê: A região da Água Branca e as áreas municipais

Data: 29.03.05

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Angela Faggin

Pereira Leite

PAULO SÉRGIO TEIXEIRA

Espaço e arquitetura: Entre o analógico e o digital

Data: 04.04.05

Orientador(a): Profa. Dra. Lucrécia D'Alessio Ferrara

ADRIANO TOMITÃO CANAS

Arquitetura para museus

Data: 05.04.05

Orientador(a): Profa. Dra. Fernanda Fernandes da

Silva

MARCELO LUIZ URSINI

Entre o público e o privado: Os espaços francos na

avenida Paulista Data: 05.04.05

Orientador(a): Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves

ELISABETH CRISTINA ECKER AMARAL

O edifício teatral paulistano

Data: 18.04.05

Orientador(a): Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky

SYOMARA DOS SANTOS DUARTE PINTO

Vitrinas. Expondo e revendo conceitos. Um breve

olhar sobre Fortaleza Data: 19.04.05

Orientador(a): Profa. Dra. Heliana Comin Vargas

MARIA CRISTINA DOMINGUES LOPEZ FERREIRA

Avaliação Pós-Ocupação (APO) – Escolas de ensino fundamental em argamassa armada cidade de São

Paulo e sua região metropolitana

Data: 27.04.05

Orientador(a): Prof. Dr. João Roberto Leme Simões

LILIAN APARECIDA ALCALÁ DE ALMEIDA DAL PIAN

Revitalização de áreas portuárias - O caso de

Docklands Data: 29.04.05

Orientador(a): Prof. Dr. Lúcio Gomes Machado

LUIS SÉRGIO OZÓRIO VALENTIM

Requalificação urbana em áreas de risco à saúde devido à contaminação do solo por substâncias perigosas: Um estudo de caso na cidade de São

Paulo

Data: 05.05.05

Orientador(a): Profa. Dra. Gilda Collet Bruna

CRISTIANE MUNIZ

A cidade e os trilhos. O metrô de São Paulo como

desenho urbano Data: 07.07.05

Orientador(a): Prof. Dr. Eduardo Luiz Paulo

Riesencampf de Almeida

MARCOS VIRGÍLIO

Naturalismo e biologização das cidades na constituição da idéia de meio ambiente urbano

Data: 29.07.05

Orientador(a): Prof. Dr. Philip Oliver Mary Gunn

Secretaria de Pós-Graduação FAUUSP

Cilda Gonçalves de Oliveira
Cristina Maria Arguejo Lafasse
Diná Vasconcellos Leone
Elias da Silva Fontes
Isaide Francolino dos Reis
Ivani Sokoloff
Leonardo D. Duarte
Maria Rita A. da Costa Lino
Robson Alves de Amorim
Sara Meleras Araújo

Laboratório de Programação Gráfica

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

Diagramação

José Tadeu de Azevedo Maia

Tratamento de Imagem

Sidney Lanzarotto

Emendas - Arte-Final

Eliane Aparecida Pontes

Montagem de Chapas

Adauto Lino Duarte de Farias

Cópia de Chapas

Juvenal Rodrigues

Impressão

José Gomes Pereira

Narciso Antonio dos Santos Oliveira

Ricardo de Sotti Machado

Dobra

Ercio Antonio Soares

Acabamento

Ercio Antonio Soares

José Tadeu Ferreira

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

Secretária

Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Composição, fotolito e impressão offset

Laboratório de Programação Gráfica da

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set

Papel

Pólen rustic areia 120 g/m²

Couchê fosco L2 90 g/m²

Cartão supremo alta alvura 300 g/m² (capa)

Montagem

27 cadernos de 8 páginas

Tiragem

1.000 exemplares

Data

dezembro 2005

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

PÓS — REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

- 1. A revista aceita trabalhos na forma de artigos, projetos comentados, desenhos ou fotos artísticas.
- 2. Todo material recebido será submetido ao Conselho Editorial, cujos pareceres não serão divulgados.
- 3. Ao submeter um trabalho, o(s) autor(es) deve(m) assinar declaração de que são inéditos em português.
- 4. Os autores devem enviar seu nome e sobrenome da forma como desejam que seja publicado, sua formação profissional incluindo graduação e pós-graduação (título e instituição), a relação do texto com sua dissertação ou tese, seu orientador e opcionalmente seu atual cargo (instituição e departamento).
- 5. Os artigos deverão ter entre 10 e 20 páginas de 30 linhas com 70 toques (de 21.000 a 42.000 caracteres), incluindo bibliografia apresentada de acordo com as normas da ABNT, resumo e abstract (de 1.500 e 2.000 caracteres), de 6 a 8 palavras-chave, no máximo 3 (três) ilustrações nítidas (fotos com no mínimo 300 DPI, formato tiff, com créditos), sendo apresentados em disquete (word 6.0 ou 7.0, tabelas e gráficos em Excel), fonte 12, espaço 1,5, duas vias impressas.
- 6. Citações devem vir em itálico e entre aspas, com referência completa, incluindo página.
- 7. Os textos deverão ser encaminhados para: Redação da Revista *PÓS* Rua Maranhão, 88 – Higienópolis 01240-000 – São Paulo Informações: (11) 257-7688 ramal 30

e-mail: cpgfau@edu.usp.br

- 8. Os autores de cada edição terão direito a 3 (três) exemplares.
- OBS. Resumos e abstracts são de responsabilidade dos seus autores.